

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 276, DE 2018
(Do Poder Executivo)
MSC 448/2018
AV 396/2018

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2027, de 18 de abril de 2018, que outorga permissão à Fundação João Paulo II para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 448

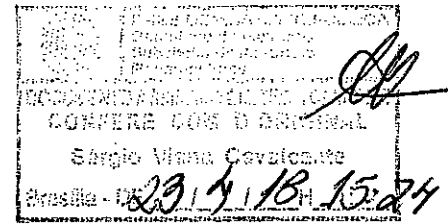
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ato constante da Portaria nº 2.027, de 18 de abril de 2018, que outorga permissão à Fundação João Paulo II, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo.

Brasília, 14 de agosto de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. C. Sen', is written over a faint dotted line.

530000046566/2012-303



EM nº 00183/2018 MCTIC

Brasília, 19 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 530000046566/2012-303, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, por intermédio do Despacho de Homologação nº 1.710 de 23 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2018, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontrasse devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise prolatada pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

PORTARIA Nº 2027/2018/SEI/MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º e art. 31, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040516/2012-03, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, a ser assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB** Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 18/04/2018, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MCH nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2881991** e o código **CRC AF7D2D28**.

TVR
276/2018

PRIMEIRA SECRETARIA	
RECEBIDO Nesta Secretaria	
Em 15/08/18	às 16:00 horas
<i>Over Junior</i>	4.766
Nome legível	Ponto

Aviso nº 396 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2018.

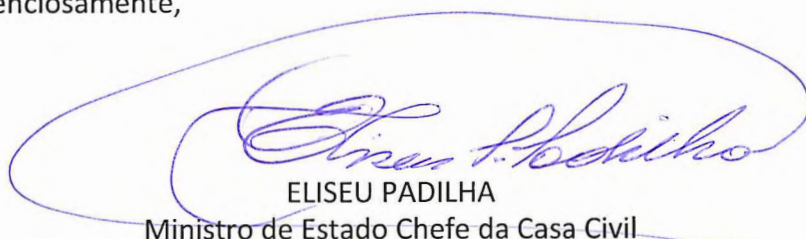
A Sua Excelência o Senhor
Deputado GIACOBO
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato que outorga permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, constante da Portaria nº 2.027, de 2018.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 15/08/18.
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
<i>Sandra Costa</i> Sandra Costa Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa
Portaria 4553
15/08/2018 16:45
Ponto: 4553
Ass: J. Souza
Em: 15/08/2018 16:45
1552c.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.040516/2012-03
Interessado:	Fundação João Paulo II
CNPJ:	50.016.039/0001-75
Serviço:	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME
FISTEL:	50416152929
UF:	SP
Localidade:	São José dos Campos
Setor:	COLEC_OUT/ CGEC/ SERAD
Tipo:	Permissão de Frequência Modulada Educativa (424)
Documentos restritos:	Não se aplica.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 19/04/2018, às 13:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2900922** e o código CRC **58C455D1**.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 2900922



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.040516/2012-03**

Interessado: **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**

Assunto: **INCLUSÃO DE CANAL NO PLANO BÁSICO**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 188 (cento e oitenta e oito) folhas, contanto com o presente Termo de Abertura.

Em 03/09/2012



JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Chefe de Serviço
SDPUB/GTDI/SCE-MC

101
206 FME



ILMO. SR. DR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios - Bloco R - Edifício Anexo - Ala Oeste -
70044-900 - Brasília-DF.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 040516/2012-03
SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO
24/08/2012-10:13 - S1PUB

Assunto: Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, neste ato representada por seu Diretor Executivo, **Sr. FILIPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, vem, respeitosamente, encaminhar a V. Sa. sua proposta para obtenção da outorga para execução do **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, por meio do Canal 240E, Classe B1, objeto do Aviso de Habilitação em referência**, juntando, em anexo, toda documentação necessária para a instrução do respectivo processo.

Por oportuno, releva notar que foi esta entidade que elaborou o Projeto Técnico para Inclusão do Canal de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada em referência no PBFM, o qual foi encaminhado a esse Ministério através do requerimento de inclusão de canal protocolado no dia 03/12/2009, sob nº 53000.060202/2009 (Doc. 1), o que resultou na publicação no Diário Oficial da União de 29/03/2012 do Ato nº 1.737, de 27 de março de 2012 (Doc. 2).



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP: 12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancagouva.com

Comunicação
03
P


No dia 13/04/2012, inclusive, esta entidade recebeu o Ofício nº 270/2012-CMPRR-Anatel, datado de 05/04/2012, informando que a solicitação de inclusão de canal supramencionada foi considerada viável pela ANATEL, bem como que referida pretensão participou da Consulta Pública nº 06/2012, de 30 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2012, efetivada pelo Ato nº 1.737/2012, de 27 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 28 de março de 2012 (Doc. 3).

Como consequência disso, no dia 27/04/2012 esta entidade protocolou nesse Ministério, sob nº 53000.020650/2012, um documento manifestando interesse pela execução do serviço em referência, bem como requerendo a publicação do respectivo Aviso de Habilitação, nos termos do artigo 1º e seguintes da Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada D.O.U. de 19 de setembro de 2012 (Doc. 4).

Portanto, ainda que a legislação de radiodifusão em vigor não conceda a esta entidade qualquer preferência no Aviso de Habilitação em referência pelo fato de ter viabilizado o referido canal, isto serve ao menos para comprovar o trabalho que teve nesse processo, bem como seu grande interesse na execução do serviço, o que é justo que seja levado em conta por esse Ministério ao se decidir qual entidade será contemplada com o mesmo ao final do referido procedimento administrativo.

Nesses Termos,
Pede Deferimento,

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Filipe Garcez Jardim
Diretor Executivo



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP: 12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancanovoa.com

Doc. 1



ILUSTRÍSSIMA SENHORA DOUTORA
ZILDA BEATRIZ SILVA DE CAMPOS ABREU
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO
DAS COMUNICAÇÕES - BRASÍLIA/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 050702/2009-12

SEPRODIOLOG/COLOG/CGRL/SPO

07/12/2009-10:13

Ref.: Projeto Técnico para inclusão de Canal de Radiodifusão Sonora em FM no Plano Básico (PBFM) na localidade de São José dos Campos/SP.

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, através de seu representante legal, respeitosamente se faz presente ante V. S.^a para requerer a inclusão do Canal 240E, no Plano Básico de Frequência Modulada, frequência 95,9MHz, Classe B1, para a cidade de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no Estado de São Paulo.

Para tanto, anexa ao presente o Projeto Técnico Para Inclusão do Canal de Radiodifusão Sonora em FM no Plano Básico (PBFM), acompanhado da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.

Cachoeira Paulista/SP, 26 de novembro de 2009.

WELLINGTON SILVA JARDIM
DIRETOR EXECUTIVO



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP: 12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2076 (Departamento Radiodifusão) - www.cancaonova.com

Doc. 2

Ministério das Comunicações - SCS



118

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 62, quinta-feira, 29 de março de 2012

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

5191 N.º 1.795, DE 27 DE MARÇO DE 2012

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, constante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regulamento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pelo Resolução nº 276, de 19 de julho de 2004, alterado pela Resolução nº 454, de 05 de dezembro de 2007.

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública nº 06, de 30 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 1.º de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1.º Proceder, no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Semora em Frequências Moduladas - PDBM, as alterações indicadas no Anexo deste Ato.

Art. 2.º As entidades cujas características técnicas estão sendo alteradas devem apresentar, ao Ministério das Comunicações, a documentação necessária conforme legislação vigente, incluindo o formulário padronizado contendo suas novas características técnicas de operação para emissão de respectivo ato de autorização.

Art. 3.º O prazo para alteração de frequência e para adaptação à classe, será definido pelo Ministério das Comunicações no ato de autorização das novas características das emissoras.

Art. 4.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

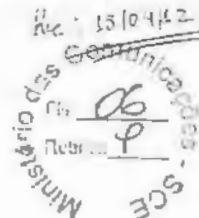
MARILISA ALMEIDA

ANEXO

I - Inclusão de canais no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Semora em Frequências Moduladas - PDBM

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação Esq. Aparente (Hz)	ERP (kW)	Observação
BA	União das Américas	235	B1			
BA	União das Américas	236	B1			
BA	União das Américas	237	B1			
BA	União das Américas	238	B1			
BA	União das Américas	239	B1			
BA	União das Américas	240	B1			
BA	União das Américas	241	B1			
BA	União das Américas	242	B1			
BA	União das Américas	243	B1			
BA	União das Américas	244	B1			
BA	União das Américas	245	B1			
BA	União das Américas	246	B1			
BA	União das Américas	247	B1			
BA	União das Américas	248	B1			
BA	União das Américas	249	B1			
BA	União das Américas	250	B1			
BA	União das Américas	251	B1			
BA	União das Américas	252	B1			
BA	União das Américas	253	B1			
BA	União das Américas	254	B1			
BA	União das Américas	255	B1			
BA	União das Américas	256	B1			
BA	União das Américas	257	B1			
BA	União das Américas	258	B1			
BA	União das Américas	259	B1			
BA	União das Américas	260	B1			
BA	União das Américas	261	B1			
BA	União das Américas	262	B1			
BA	União das Américas	263	B1			
BA	União das Américas	264	B1			
BA	União das Américas	265	B1			
BA	União das Américas	266	B1			
BA	União das Américas	267	B1			
BA	União das Américas	268	B1			
BA	União das Américas	269	B1			
BA	União das Américas	270	B1			
BA	União das Américas	271	B1			
BA	União das Américas	272	B1			
BA	União das Américas	273	B1			
BA	União das Américas	274	B1			
BA	União das Américas	275	B1			
BA	União das Américas	276	B1			
BA	União das Américas	277	B1			
BA	União das Américas	278	B1			
BA	União das Américas	279	B1			
BA	União das Américas	280	B1			
BA	União das Américas	281	B1			
BA	União das Américas	282	B1			
BA	União das Américas	283	B1			
BA	União das Américas	284	B1			
BA	União das Américas	285	B1			
BA	União das Américas	286	B1			
BA	União das Américas	287	B1			
BA	União das Américas	288	B1			
BA	União das Américas	289	B1			
BA	União das Américas	290	B1			
BA	União das Américas	291	B1			
BA	União das Américas	292	B1			
BA	União das Américas	293	B1			
BA	União das Américas	294	B1			
BA	União das Américas	295	B1			
BA	União das Américas	296	B1			
BA	União das Américas	297	B1			
BA	União das Américas	298	B1			
BA	União das Américas	299	B1			
BA	União das Américas	300	B1			
BA	União das Américas	301	B1			
BA	União das Américas	302	B1			
BA	União das Américas	303	B1			
BA	União das Américas	304	B1			
BA	União das Américas	305	B1			
BA	União das Américas	306	B1			
BA	União das Américas	307	B1			
BA	União das Américas	308	B1			
BA	União das Américas	309	B1			
BA	União das Américas	310	B1			
BA	União das Américas	311	B1			
BA	União das Américas	312	B1			
BA	União das Américas	313	B1			
BA	União das Américas	314	B1			
BA	União das Américas	315	B1			
BA	União das Américas	316	B1			
BA	União das Américas	317	B1			
BA	União das Américas	318	B1			
BA	União das Américas	319	B1			
BA	União das Américas	320	B1			
BA	União das Américas	321	B1			
BA	União das Américas	322	B1			
BA	União das Américas	323	B1			
BA	União das Américas	324	B1			
BA	União das Américas	325	B1			
BA	União das Américas	326	B1			
BA	União das Américas	327	B1			
BA	União das Américas	328	B1			
BA	União das Américas	329	B1			
BA	União das Américas	330	B1			
BA	União das Américas	331	B1			
BA	União das Américas	332	B1			
BA	União das Américas	333	B1			
BA	União das Américas	334	B1			
BA	União das Américas	335	B1			
BA	União das Américas	336	B1			
BA	União das Américas	337	B1			
BA	União das Américas	338	B1			
BA	União das Américas	339	B1			
BA	União das Américas	340	B1			
BA	União das Américas	341	B1			
BA	União das Américas	342	B1			
BA	União das Américas	343	B1			
BA	União das Américas	344	B1			
BA	União das Américas	345	B1			
BA	União das Américas	346	B1			
BA	União das Américas	347	B1			
BA	União das Américas	348	B1			
BA	União das Américas	349	B1			
BA	União das Américas	350	B1			
BA	União das Américas	351	B1			
BA	União das Américas	352	B1			
BA	União das Américas	353	B1			
BA	União das Américas	354	B1			
BA	União das Américas	355	B1			
BA	União das Américas	356	B1			
BA	União das Américas	357	B1			
BA	União das Américas	358	B1			
BA	União das Américas	359	B1			
BA	União das Américas	360	B1			
BA	União das Américas	361	B1			
BA	União das Américas	362	B1			
BA	União das Américas	363	B1			
BA	União das Américas	364	B1			
BA	União das Américas	365	B1			
BA	União das Américas	366	B1			
BA	União das Américas	367	B1			
BA	União das Américas	368	B1			
BA	União das Américas	369	B1			
BA	União das Américas	370	B1			
BA	União das Américas	371	B1			
BA	União das Américas	372	B1			
BA	União das Américas	373	B1			
BA	União das Américas	374	B1			
BA	União das Américas	375	B1			
BA	União das Américas	376	B1			
BA	União das Américas	377	B1			
BA	União das Américas	378	B1			
BA	União das Américas	379	B1			
BA	União das Américas	380	B1			
BA	União das Américas	381	B1			
BA	União das Américas	382	B1			
BA	União das Américas	383	B1			
BA	União das Américas	384	B1			
BA	União das Américas	385	B1			
BA	União das Américas	386	B1			
BA	União das Américas	387	B1			
BA	União das Américas	388	B1			
BA	União das Américas	389	B1			
BA	União das Américas	390	B1			
BA	União das Américas	391	B1			
BA	União das Américas	392	B1			
BA	União das Américas	393	B1			
BA	União das Américas	394	B1			
BA	União das Américas	395	B1			
BA	União das Américas	396	B1			
BA	União das Américas	397	B1			
BA	União das Américas	398	B1			
BA	União das Américas	399	B1			
BA	União das Américas	400	B1			
BA	União das Américas	401	B1			
BA	União das Américas	402	B1			
BA	União das Américas	403	B1			
BA	União das Américas	404	B1			
BA	União das Américas	405	B1			
BA	União das Américas	406	B1			
BA	União das Américas	407	B1			
BA	União das Américas	408	B1			
BA	União das Américas	409	B1			
BA	União das Américas	410	B1			
BA	União das Américas	411	B1			
BA	União das Américas	412	B1			
BA	União das Américas	413	B1			
BA	União das Américas	414	B1			
BA	União das Américas	415	B1			
BA	União das Américas	416	B1			
BA	União das Américas	417	B1			
BA	União das Américas	418	B1			
BA	União das Américas	419	B1			
BA	União das Américas	420	B1			
BA	União das Américas	421	B1			
BA	União das Américas	422	B1			
BA	União das Américas	423	B1			
BA	União das Américas	424	B1			
BA	União das Américas	425	B1			
BA	União das Américas	426	B1			
BA	União das Américas	427	B1			
BA	União das Américas	428	B1			
BA	União das Américas	429	B1			
BA	União das Américas	430	B1			
BA	União das Américas	431	B1			
BA	União das Américas	432	B1			
BA	União das Américas	433	B1			
BA	União das Américas	434	B1			
BA	União das Américas	435	B1			
BA	União das Américas	436	B1			
BA	União das Américas	437	B1			
BA	União das Américas	438	B1			
BA	União das Américas	439	B1			
BA	União das Américas	440	B1			
BA	União das Américas	441	B1			
BA	União das Américas	442	B1			
BA	União das Américas	443	B1			
BA	União das Américas	444	B1			
BA	União das Américas	445	B1			
BA	União das Américas	446	B1			
BA	União das Américas	447	B1			
BA	União das Américas	448	B1			
BA	União das Américas	449	B1			
BA	União das Américas	450	B1			
BA	União das Américas	451	B1			
BA	União das Américas	452	B1			
BA	União das Américas	453	B1			
BA	União das Américas	454	B1			
BA	União das Américas	455	B1			
BA	União das Américas	456	B1			
BA	União das Américas	457	B1			
BA	União das Américas	458	B1			
BA	União das Américas	459	B1			
BA	União das Américas	460	B1			
BA	União das Américas	461	B1			
BA	União das Américas	462	B1			
BA	União das Américas	463	B1			
BA	União das Américas	464	B1			
BA	União das Américas	465	B1			
BA	União das Américas	466	B1			
BA	União das Américas	467	B1			
BA	União das Américas	468	B1			
BA	União das Américas	469	B1			
BA	União das Américas	470	B1			
BA	União das Américas	471	B1			
BA	União das Américas	472	B1			
BA	União das Américas	473	B1			
BA	União das Américas	474	B1			
BA	União das Américas	475	B1			
BA	União das Américas	476	B1			
BA	União das Américas	477	B1			
BA	União das Américas	478	B1			
BA	União das Américas	479	B1			
BA	União das Américas	480	B1			
BA	União das Américas	481	B1			
BA	União das Américas	482	B1			
BA	União das Américas	483	B1			
BA	União das Américas	484	B1			
BA	União das Américas	485	B1			
BA	União das Américas	486	B1			
BA	União das Américas	487	B1			
BA	União das Américas	488	B1			
BA	União das Américas	489	B1			
BA	União das Américas	490	B1			
BA	União das Américas	491	B1			
BA	União das Américas	492	B1			
BA	União das Américas	493	B1			
BA	União das Américas	494	B1			
BA	União das Américas	495	B1			
BA	União das Américas	496	B1			
BA	União das Américas	497	B1			
BA	União das Américas	498	B1			
BA	União das Américas	499	B1			
BA	União das Américas	500	B1			
BA	União das Américas	501	B1			
BA	União das Américas	502	B1			

Doc. 3



ANATEL Agência Nacional
de Telecomunicações

SAUS Quadra 6 - Bloco E - Ed. Luiz Eduardo Magalhães - Brasília/DF - CEP: 70.070-940
Tel. (61) 2312-2000 / Fax (61) 2312-2002
<http://www.anatel.gov.br>

Ofício n.º 27C /2012-CMPRR-Anatel

Brasília, 05 de abril de 2012.

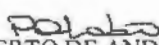
Ao Senhor
WELLINGTON SILVA JARDIM
Diretor Executivo da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Rua João Paulo II, s/n.º - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista
12630-000 - Cachoeira Paulista - SP


Assunto: **Inclusão de canal no Plano Básico de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada - PBFM.**

Prezado Senhor,

1. Informo a Vossa Senhoria que a solicitação constante do Processo n.º 53000.060202/2009, referente à inclusão do canal 240E/B1 (duzentos e quarenta, educativo, classe B1), no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada - PBFM, na localidade de São José dos Campos/SP, foi considerada viável por esta Gerência.
2. A referida pretensão participou da Consulta Pública n.º 06/2012, de 30 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2012, efetivada pelo Ato n.º 1.737/2012, de 27 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 28 de março de 2012.
3. O citado processo será encaminhado à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (SSCE/MC) para ciência e providências cabíveis.

Atenciosamente,


PEDRO HUMBERTO DE ANDRADE LOBO
Gerente de Regulamentação Técnica e Administração de Planos

ANATEL	
Sicap n.º	20120006 9637
Visto:	 Data: 05/04/12

EXEMPLAR EM ANEXO DO PROCESSO

Doc. 4

Ministério das Comunicações
02
1

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR
GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - BRASÍLIA/DF

Ref.: Ato nº 1.737, de 27 de março de 2012,
Processo nº 53000.060202/2009.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 020650/2012-80
SEPR/DILOG/COLOG/CGRL/SPO
27/04/2012-11:08

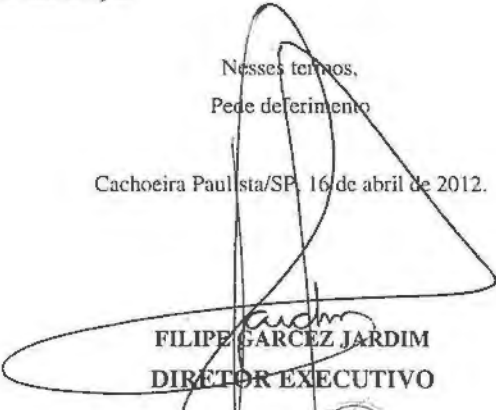
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, vem, através de seu representante legal, diante do ofício nº 270/2012-CPMRR da Anatel em anexo, **DEMONSTRAR INTERESSE** pelo Canal 240E, Frequência 95,9 MHz, Classe B1, na localidade de São José dos Campos, incluso no Plano Básico de Frequência Modulada, através do Ato nº 1.737, de 27 de março de 2012, publicado no D.O.U de 29.03.2012.

Referida inclusão se deu em consequência do Projeto de Viabilidade Técnica protocolado sob nº 53000.060202/2009-13 por esta entidade.

Desse modo, nos termos do artigo 1º e seguintes da Portaria 420, de 14 de setembro de 2011, publicado D.O.U de 19 de setembro de 2012, requer-se deste conceituado Ministério, a publicação do respectivo Aviso de Habilitação.

Nesses termos,
Pede deferimento

Cachoeira Paulista/SP, 16 de abril de 2012.


FILIPE GARCEZ JARDIM
DIRETOR EXECUTIVO



CNPJ: 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112 - Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP 12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2076 - Departamento de Radiodifusão - www.cancaonova.com



**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À
INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS
FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO:**



**1. Requerimento de encaminhamento da proposta,
assinado pelo representante legal da entidade
interessada;**

PROPOSTA

10
P
ACE

AO

ILMO. SR. DR. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios - Bloco R - Edifício Anexo - Ala Oeste -
70044-900 - Brasília-DF.

Assunto: Proposta para obtenção de outorga para a execução de Serviço de Radiodifusão Educativa, em observância à Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012 (esta portaria revogou a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no DOU de 19 de setembro de 2011), que estabelece regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviço em **Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.**

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, neste ato representada por seu Diretor Executivo, **Sr. FILIPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, vem, respeitosamente, **APRESENTAR** a V. Sa. proposta para obtenção de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão acima descrito e abaixo especificado, juntando, em anexo, a documentação necessária para a instrução do respectivo processo.



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaonova.com

8

11
r
3

Localidade: **São José dos Campos/SP;**

Canal: **240E;**

Classe: **B1;**

Aviso de Habilitação nº: **4, de 12 de julho de 2012;**

Data de publicação do Aviso de Habilitação: **13 de julho de 2012;**

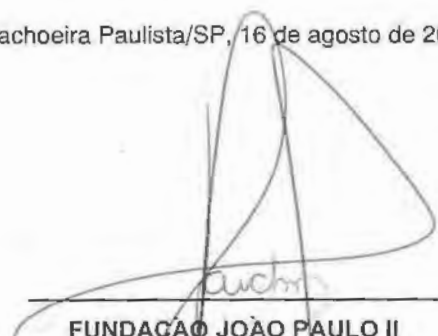
Quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino superior à qual esta fundação é vinculada: **196;**

Tempo proposto para funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço: **24 horas;**

Sede ou Filial na localidade de execução da outorga: **Sim.**

Nesses Termos,
Pede Deferimento,

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

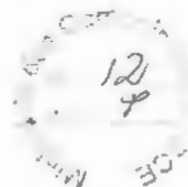
Filipe Garcez Jardim

Diretor Executivo

CPF: 162.775.318-40



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP: 12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancao.org.br



2. Estatuto Social e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos.

2.1. Na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado: (i) esta deverá ter sido instituída há mais de um ano contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação; e (ii) o estatuto social e suas alterações deverão ter sido aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A";



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



União Internacional
Notariado Latino
Unidade em 1948

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO JURINDA ALVES CAPUCHO

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COMO ORIGINAL CÓPIA
ENTRADA NESTA SERVENTIA DOUSE
30 JUL. 2012
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

0167/AA068090

Escritura pública de fundação que
faz a Rádio Bandeirantes de Ca-/-
choeira*Paulista, na forma abai-/-
xo digo Paulista Ltda., na forma/
abaixo. - - - - -

SABAM quantos esta pública escritura de
fundação virem que, aos vinte e nove dias do mes de ju-
nho do ano de mil novecentos e oitenta e dois (29.6. /-/
1.982), nesta cidade de Cachoeira Paulista, Estado de /-/
São Paulo, em Cartório, perante mim, Oficial Maior, com-
pareceu, como outorgante e reciprocamente outorgada, a /
Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda., socieda-
de comercial com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 65, /-/
nesta cidade, com contrato registrado na Junta Comercial
do Estado de São Paulo, sob o nº 117.438 e alterações /-/
sob os nºs 125.079, 815.076, 853.455/76 e 1.189.401/81, /
inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministé-
rio da Fazenda sob o nº 45.889.292/0001-01, neste ato re-
presentada pelos tres únicos sócios, Wagner Cintra Chagas,
brasileiro, viúvo, sacerdote e economista, residente na/
cidade do Rio de Janeiro-R.J., à Rua Dom Gerardo, nº68, /
portador do R.G. nº 2.135.170-R.J., bem como do C.I.C./-/
sob nº 406.443.837/04; Epifânio Fortes Porto, brasilei-
ro, casado, pecuarista, residente nesta cidade, à Rua No-
ve de Março, nº 47, portador do R.G. nº 5.568.120-S.S.P.
S.P., bem como do C.I.C. sob nº 145.057.118/20 e Luzia /
de Assis Ribeiro Santiago, brasileira, viúva, assistente
social, residente em Lorena, S.P., à Rua Vinte e Um de /
Abril, nº 284, portadora do R.G. nº 276.446, do Ministé-
rio da Aeronáutica, bem como do C.I.C. sob nº 741.675./-/
028/87, e, como anuente, o Dr. Marco Antonio Furtado de/
Albuquerque, brasileiro, casado, residente, também, em/
Lorena, deste Estado, à Rua Presidente Roosevelt, nº105,

Wagner Cintra Chagas
Epifânio Fortes Porto
Luzia de Assis Ribeiro Santiago
Dr. Marco Antonio Furtado de Albuquerque
Wagner Cintra Chagas
Epifânio Fortes Porto
Luzia de Assis Ribeiro Santiago
Dr. Marco Antonio Furtado de Albuquerque



01692602532139.000005636-0

RUA SÃO SEBASTIÃO 182 - CENTRO
CACHOEIRA PAULISTA SP CEP: 12630-000
FONE/FAX: 12-31011856

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

REGISTRO CIVIL BAS P.
CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CÓPIA
EXATAMENTE A SERVENTIA DO FE
30 JUL. 2012
T. GUIMARÃES-OFFICIAL
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,3

portador do R.G. nº 7.778.637-S.S.P.-S.P., bem como do C.I.C. sob nº 028.586.657/53, Promotor Público em exercício nesta comarca. E pela outorgante e reciprocamente outorgada me foi dito que decidira instituir uma /- fundação, nos termos do artigo 24, do Código Civil Brasileiro, sob a denominação de Fundação João Paulo II, / em Reunião que seus únicos sócios quotistas realizaram / em vinte e um (21) de junho de mil novecentos e oitenta e dois (1.982) e cuja Ata foi registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Comarca, à fls. 168, do livro B-1, sob nº 400, em data de 25 de junho de 1.982, na qual deliberaram, por unanimidade, o seguinte: 1º - cessar suas atividades, com vistas à /- constituição da Fundação de que trata esta escritura, / que passará a exercê-las, sem prejuízo de a Fundação /- desempenhar, também, outras atividades para consecução de seus objetivos; 2º - enquanto não for autorizada a /- transferência para a Fundação da concessão que a instituidora detem para execução dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias de âmbito local na cidade de Cachoeira Paulista - Estado de São Paulo, e que lhe foi outorgada pelo Ministério das Comunicações - Portaria 468 de 14 de abril de 1.976, publicado no Diário Oficial da União de 23 de abril de 1.976, ou se vier essa transferência porventura a ser negada a instituidora continuará em funcionamento; 3º - todos os bens e /- direitos pertencentes à instituidora, sem qualquer exceção, serão transferidos, gratuitamente, à Fundação / no ato da escritura de sua constituição, sendo que passarão a integrar, de pleno direito e de imediato o patrimônio da Fundação, tão logo registrada a escritura / de constituição da Fundação no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta comarca e autorizada /

Handwritten notes and signatures in the left margin, including names like 'Joaquim de Almeida Ribeiro' and 'Joaquim de Almeida Ribeiro'.

0167/AA068092

REGISTRO CIVIL DAS B.
CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
ORIGINAL CÓPIA
SERVENTIA DOUFE
JUL. 2012
GUIMARÃES-OFFICIAL
VALIDO JUNTAMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO JURINDA ALVES CAPUCHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ANULACÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
de Notariado Latino
fundada em 1949

a transferência da concessão acima para a Fundação; 4ª na hipótese de não ser autorizada a transferência da concessão em apreço, todos os bens e direitos da instituidora, sem qualquer exceção, reverterão, independentemente de qualquer formalidade, à instituidora. A Fundação terá duração indeterminada, sede e foro nesta cidade de Cachoeira Paulista. São objetivos da Fundação: a) promover a Evangelização através dos meios de comunicação social; b) auxiliar e preservar a formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisada; c) dedicar-se às obras de promoção humana, social, cultural e educacional, sem discriminação de sexo, idade, cor, credo religioso, político e condição social, observadas as disposições legais. A dotação para a instituição da Fundação constitui-se de todos os bens e direitos pertencentes à instituidora, sem qualquer exceção, que neste ato, são transferidos gratuitamente, à Fundação ora criada, observado o que ficou deliberado na Reunião acima e que se acha contido sob os itens 3º e 4º referidos, sendo certo que o patrimônio da Fundação será acrescido de doações, subvenções ou legados, concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, bem como de rendimentos ou rendas dos bens ou serviços da Fundação. Esse patrimônio, no caso de extinção da entidade, será revertido a uma instituição congênere no País, devidamente registrada no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura, conforme for fixado pela Assembleia Geral. A Fundação será governada por uma Assembleia Geral, dirigida e administrada por uma Diretoria e assessorada por um Conselho Consultivo, sendo que a Diretoria e o Conselho Consultivo serão eleitos pela Assembleia Geral, vedada a qual

José Carlos de Jesus
Diretor da Fundação
José Feliciano da Silva
Vilmar da Silva Tardin

Notário Público
Capitão João de Deus
Lugar de São Roberto, Cachoeira Paulista
SP - 12.500-000 - 12-11-1993



01692602532139.000005637-9

RUA SÃO SEBASTIÃO 182 - CENTRO
CACHOEIRA PAULISTA SP CEP: 12630-000
FONE/FAX: 12-31011856

Handwritten notes and signatures in the left margin, including names like 'Mário Antônio Furtado de Almeida' and 'João Paulo II'.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

OFICIAL DE REGISTRO
AT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRADA NESTA SERVENÇA
Cach. 30 JUL.
Pta.
WALTER T. GUIMARÃES
VALIDO SOMENTE COM
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUT.
068093

quer dos membros de uma ou de outro, a percepção de remuneração ou de qualquer vantagens pelo exercício do cargo. Nessas condições, existindo já elementos necessários à constituição da aludida Fundação, a outorgante e reciprocamente outorgada quer dar corpo jurídico à mesma, e o faz pela presente Escritura e na melhor forma de direito, regendo-se dita Fundação pelo seguinte Estatuto. ESTATUTO DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE, FORO E DURAÇÃO - Artigo 1º - A Fundação, entidade de natureza privada instituída mediante a presente Escritura, denomina-se Fundação João Paulo II, tem caráter cultural, educacional, beneficente e assistencial. Artigo 2º - A Fundação não tem fins lucrativos. Seu escopo é: a) promover a Evangelização através dos meios de comunicação social; b) auxiliar e preservar a formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisada; c) dedicar-se às obras de promoção humana, social, cultural e educacional, sem discriminação de sexo, idade, cor, credo religioso, político e condição social, observadas as disposições legais. Artigo 3º - A Fundação tem sede na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, podendo abrir e fechar filiais em todo o Território Nacional. Artigo 4º - Fica eleito o foro da Comarca de Cachoeira Paulista para dirimir eventuais dúvidas ou litígios sobre quaisquer assuntos relacionados com a Fundação. Artigo 5º - A duração da Fundação é por tempo indeterminado. CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO - Artigo 6º - O patrimônio da Fundação João Paulo II constitui-se: a) da dotação para a instituição da Fundação, correspondente a todos os bens e direitos pertencentes à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda., sem qualquer exceção, do

15
P



1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO JURINDA ALVES CAPUCHO

DE REGISTRO CIVIL DAS
CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
ORIGINAL COPIA
SERVENTIA DOUFE
JUL. 2012
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Brasão Nacional
Notariado Latine
Unidade em 1948

dos pela instituidora; b) De doações, subvenções ou le-
gados que venham a ser concedidos por pessoas físicas /-
ou jurídicas; c) Dos rendimentos ou rendas dos bens ou/
serviços da Fundação. Artigo 7º - No caso de extinção /-
da Fundação, seu patrimônio será revertido a uma institui-
ção congênere no País, devidamente registrada no Conse-
lho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação
e Cultura, conforme for fixado pela Assembléia Geral. /-
CAPÍTULO III - DOS MEMBROS - Artigo 8º - São membros da/
Fundação: a) Os tres e únicos sócios quotistas da insti-
tuidora, nominados e qualificados no preâmbulo desta Es-
critura; b) Tres pessoas físicas designadas por sua Exa.
Reverendíssima, o Sr. Bispo Diocesano de Lorena, Estado/
de São Paulo; c) Os membros da primeira Diretoria e do
primeiro Conselho Consultivo, nomeados pela instituido-
ra na presente Escritura e que são os seguintes: Direto-
ria - Presidente: Wellington Silva Jardim, brasileiro, ca-
sado, operador de tratamento d'água, residente em Que-/-
luz, deste Estado, à Rua Rebouças de Carvalho, nº 330, por-
tador do R.G. nº 5.777.160-S.S.P.-S.P., bem como do /-
C.I.C. sob nº 370.856.628/91 - Vice Presidente: Luzia de
Assis Ribeiro Santiago, brasileira, viúva, assistente so-
cial, residente em Lorena, S.P., à Rua Vinte e Um de /-
Abril, nº 284, portadora do R.G. nº 276.442 do Ministé-
rio da Aeronáutica, bem como do C.I.C. sob nº 741.675. /-
028/87 - Tesoureiro: João Milem Dabul, brasileiro, casa-
do, aposentado, residente nesta cidade, à Rua Dr. Bernar-
dino de Campos, nº 181, portador da Cédula de Identidade/
R.G. nº 5.037.898-S.S.P.- S.P., bem como do C.I.C. sob /
nº 018.214.588/34; Secretário: Agostinho Dias Lourenço,
brasileiro, casado, fiscal de rendas, residente em Lore-
na, deste Estado, à Rua Barão da Bocaina, nº 197, porta-
dor do R.G. nº 2.105.308-S.S.P.-S.P., bem como do C.I.C.

João M. Dabul
Agostinho Dias Lourenço
Luzia de Assis Ribeiro Santiago
Wellington Silva Jardim

Wellington Silva Jardim
João M. Dabul
Agostinho Dias Lourenço
Luzia de Assis Ribeiro Santiago

01692602532139.000005638-7

RUA SÃO SEBASTIÃO 182 - CENTRO
CACHOEIRA PAULISTA SP CEP: 12630-000
FONE/FAX: 12-31011856



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS H.
NAT. DE CACHOEIRA DE IUAIA - SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL COPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA

30 JUL 2012

WALTER T. GUIMARÃES
VÁLIDO SOMENTE COM
AUTENTICAÇÃO
VALOR POR AUTENTICAÇÃO

0167AA068095

sob nº 074.780.468/00. Conselho Consultivo - Presidente,
digo Terezinha Nascimento Ferreira,
Terezinha Ferreira, brasileira, casada, pedagoga, resi-
dente nesta cidade, no Morro Monte Sião, casa 01, porta-
dora do R.G. nº 2.554.703-S.S.P.-S.P., bem como do C.I.
C. sob nº 006.265.628/72. 2ª) José Hélio Tavares, bra-
sileiro, casado, aposentado, residente em Silveiras, des-
ta Comarca, à Praça Padre Antonio P. Azevedo, casa nº /
97, portador do R.G. nº 5.586.205-S.S.P.-S.P., bem como/
do C.I.C. sob nº 741.361.278/04. 3ª) Larius Silva Mattos,
brasileiro, casado, aposentado, residente em São Paulo-
Capital, à Rua Planalto do Sul, nº 155-Santo Amaro, por-
tador do R.G. nº 3.260.945-S.S.P.-S.P., bem como do C.I.
C. sob nº 250.432.268/20; d) As pessoas admitidas pela/
Assembléia Geral que se destacarem pela prestação de ser-
viços relevantes em prol da Fundação ou por doações ou/
subvenções que vierem a fazer em favor da entidade. Ar-
tigo 9º - É dever dos membros cumprir o presente Estatuto,
contribuir gratuitamente com seu trabalho e dedica-
ção para consecução das finalidades da Fundação, desin-
cumbindo-se dos cargos e ofícios que lhes forem atribuí-
dos sem direito a salário ou qualquer espécie de remunera-
ção, indenização ou compensação. Artigo 10º - Os /-
membros não responderão sequer subsidiariamente pelos /
encargos e obrigações da Fundação. Artigo 11º - Os mem-
bros da Fundação serão brasileiros natos. **CAPÍTULO IV /**
DA ORGANIZAÇÃO E GOVERNO - Seção I - Disposições Ge-/-
rais. Artigo 12º - Organizada mediante a dotação patri-
monial constante do preâmbulo desta Escritura, a Funda-
ção reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Legislação
Brasileira. Artigo 13º - A Fundação será governada pela
Assembléia Geral, dirigida e administrada por uma Dire-
toria e assessorada por um Conselho Consultivo. Seção /
II - Da Assembléia Geral - Artigo 14º - A Assembléia Ge

Manoel Antonio Furtado de Almeida
Luiz de Jesus Ribeiro Santiago
João Joaquim de Deus
Agostinho de Jesus Lourenço
Terezinha Nascimento Ferreira

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DA R.P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOUFE

0167AA068096

AUTENTICAÇÃO

30 JUL. 2012

30 JUL. 2012
T. GUIMARÃES-OFFICIAL
SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICAÇÃO
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃ JURINDA ALVES CAPUCHO

16
das Comunicações

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER AUTENTICAÇÃO, BASEADA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Notário Público
Notário Latino
fundado em 1946

ral é constituída por todos os membros da Fundação, na/-
conformidade do artigo 8º. Artigo 15º - A Assembléia Ge-
ral reunir-se-á, anual e ordinariamente, dentro dos tres
primeiros meses de cada ano civil, e, extraordinariamen-
te, sempre que necessário, por convocação do Presidente.
Artigo 16º - A Assembléia Geral se instalará e delibera-
rá com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de /-
seus membros e decidirá por maioria dos presentes, res/-
salvado o que estabelecem os artigos 51 e 52. Artigo /-
17º - A Assembléia Geral poderá ser convocada, extraordi-
nariamente, sempre que necessário, pelo Presidente, a re-
querimento de 2/3 (dois terços) de seus membros, ou a re-
querimento do Presidente do Conselho Consultivo. Artigo/
18º - As reuniões da Assembléia Geral far-se-ão com, pe-
lo menos, 8 (oito) dias de antecedência, mediante carta/
protocolada ou registrada postal com aviso de recebimento,
e serão marcadas pelo Presidente. Artigo 19º - O presiden-
te dirigirá os trabalhos da Assembléia Geral e o Secretá-
rio fará a ata das reuniões. Artigo 20º - Fica assegura-
do ao Presidente o voto de desempate. Artigo 21º - Das
reuniões serão lavradas atas, em livro próprio, que per-
manecerá na sede da Fundação, à disposição de seus mem-
bros. Artigo 22º - Compete à Assembléia Geral: a) elabo-
rar seu Regimento Interno; b) eleger e destituir os mem-
bros da Diretoria; c) eleger e destituir os membros do/-
Conselho Consultivo; d) admitir e excluir membros da Fun-
dação; e) aprovar a previsão orçamentária e o programa/-
de ação anual elaborados pela Diretoria; f) julgar a pres-
tação de contas, relatório, balanço e respectivos ane/-
xos, contábeis que lhe forem encaminhados, anualmente/
pelo Conselho Consultivo; g) reformar este Estatuto; h)/
deliberar sobre a alienação de bens da Fundação, assim /
como sobre a aplicação dos bens e seus rendimentos, tendo

João Carlos
José Felizardo da Silva
Wellington Silva
J. S. 8. 11. 12



01692602532139.000005639-5

RUA SÃO SEBASTIÃO 182 - CENTRO
CACHOEIRA PAULISTA SP CEP: 12630-000
FONE/FAX: 12-31011856



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL SÃO PAULO
NAT. DE AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. Cópia
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOUFE
Cach. 30 JUL. 2017
WALTER T. GUIMARÃES
VALIDO SOMENTE COM
AUTENTICAÇÃO
VALOR POR AUT. 046742068097

em vista a plena consecução dos fins da Fundação; 1) de
cidir sobre outros assuntos que não sejam da competên-
cia da Diretoria. Seção III - Da Diretoria - Artigo 23º
A Diretoria compor-se-á de 4 (quatro) membros sendo um/
Presidente, um Vice Presidente, um Tesoureiro e um Se-
cretário, eleitos pela Assembléia Geral, dentre os mem-
bros da Fundação, ressalvado o disposto no Artigo 56. /
Artigo 24º - A Diretoria será eleita para um mandato de
cinco (5) anos, podendo ser reeleita por uma única vez.
Artigo 25º - A Diretoria exercerá o mandato até a pos-
se da que lhe suceder, mesmo que vencido o seu prazo. /
Artigo 26º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, /
uma vez por mês, em dia previamente designado pelo Pre-
sidente, e, extraordinariamente, sempre que necessário,
por convocação do Presidente. Artigo 27º - A Diretoria/
deliberará por maioria de seus membros. Artigo 28º - A/
Diretoria poderá ser convocada extraordinariamente por/
qualquer um de seus membros, mas com a antecedência mí-
nima de 48 (quarenta e oito) horas. Artigo 29º - Das /
reuniões serão lavradas atas, em livro próprio, que per-
manecerá na sede da Fundação, à disposição de seus mem-
bros. Artigo 30º - Compete à Diretoria: a) dirigir e ad-
ministrar a Fundação; b) nomear e demitir Coordenadores
de Departamentos; c) propor a previsão orçamentária e o
programa de ação anual à Assembléia Geral, até 30 de no-
vembro de cada ano; d) executar o programa de ação apro-
vado pela Assembléia Geral; e) administrar os bens da /
Fundação, zelando por sua conservação e por sua maior /
rentabilidade; f) propor a alienação de bens da Funda-
ção, bem como a aplicação dos bens e seus rendimentos à
Assembléia Geral; g) encaminhar sua prestação de con-/-
tas, relatório, balanço, e respectivos anexos contábeis
ao Conselho Consultivo, dentro de cento e vinte (120) /-

0167AA068098

RE REGISTRO CIVIL DA SE
CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
ORIGINAL CÓPIA
SERVIDENTE DOUFE
2012
COMARCAES-OFFICIAL
SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
AUTENTICACAO: RS2,35

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO JURINDA ALVES-CAPUCHO

Ministério das Comunicações
F. 17
R. 17



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Ministério das Comunicações
Notariado Latino
Unidade em 1948

dias do encerramento do exercício da Fundação, que ocorrerá em 31 de dezembro de cada ano, e, depois de apreciados pela Assembléia Geral, ao Promotor Público desta Comarca; h) propor a reforma deste Estatuto à Assembléia Geral. Artigo 31º - Compete ao Presidente: a) representar a Fundação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; b) presidir as reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais; c) admitir e demitir os servidores da Fundação, "ad referendum" da Assembléia Geral; d) convocar, sempre que necessário, reuniões extraordinárias da Assembléia Geral; e) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em conjunto com o Tesoureiro ou Vice Presidente ou Secretário; f) constituir procuradores e advogados, bem como conferir-lhes os poderes que julgar necessários, inclusive especiais, com prévia autorização da Diretoria; Artigo 32º - Compete ao Vice Presidente: a) substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, constando as ausências e impedimentos do Presidente em atas da Diretoria; b) auxiliar o Presidente no exercício de suas funções; Artigo 33º - Compete ao Tesoureiro: a) gerir as finanças da Fundação de comum acordo com o Presidente; b) manter, para registro econômico e financeiro da Fundação, os livros Diário e Caixa sempre atualizados e devidamente formalizados. Artigo 34º - Compete ao Secretário: a) organizar e manter em ordem todos os serviços atinentes à sua função; b) secretariar as reuniões das Assembléias Gerais e da Diretoria. Artigo 35º - Somente poderão participar da Diretoria membros que tenham, no mínimo, três (03) anos de ingresso na Fundação, ressalvado o disposto no Artigo 56. Seção IV - Do Conselho Consultivo - Artigo 36º - O Conselho Consultivo compor-se-á de três (03) membros, eleitos pela Assembléia Geral, dentre os membros da Fundação, ressalva

João Carlos
Eduardo Pinheiro
José Felizardo da Silva
William Silva Jardim

Wagner Pinheiro
Capitão Fátima
Miguel de Jesus Ribeiro Santiago
Dr. (S. 14) L. A. M. S. J. N. S.



01692602532139.000005640-9

RUA SÃO SEBASTIÃO 182 - CENTRO
CACHOEIRA PAULISTA SP CEP: 12630-000
FONE/FAX: 12-31011856



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. Cópia
EXTRAIDANESTA SERVENTIA DOUFE

SIL Cach. 30 JUL 2011
Pla. Botucatu

WALTER T. GUIMARÃES
VÁLIDO SOMENTE COM
AUTENTICAÇÃO
VALOR POR AUTENTICAÇÃO

[illegible]

01677AA068100
CONFERE
CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
ORIGINAL CÓPIA
SERVENTE GUILFÉ
2012
SUMÁRIOS OFICIAL
COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO: JURINDA ALVES CAPUCHO

Arquivo das Comunicações
18
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - QUALQUER ANULACÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Brasão Nacional do Brasil
1960-1968
1968-1971
1971-1978
1978-1984
1984-1988
1988-1994
1994-2002
2002-2015
2015-2022
2022-2024
2024-2025
2025-2026
2026-2027
2027-2028
2028-2029
2029-2030
2030-2031
2031-2032
2032-2033
2033-2034
2034-2035
2035-2036
2036-2037
2037-2038
2038-2039
2039-2040
2040-2041
2041-2042
2042-2043
2043-2044
2044-2045
2045-2046
2046-2047
2047-2048
2048-2049
2049-2050
2050-2051
2051-2052
2052-2053
2053-2054
2054-2055
2055-2056
2056-2057
2057-2058
2058-2059
2059-2060
2060-2061
2061-2062
2062-2063
2063-2064
2064-2065
2065-2066
2066-2067
2067-2068
2068-2069
2069-2070
2070-2071
2071-2072
2072-2073
2073-2074
2074-2075
2075-2076
2076-2077
2077-2078
2078-2079
2079-2080
2080-2081
2081-2082
2082-2083
2083-2084
2084-2085
2085-2086
2086-2087
2087-2088
2088-2089
2089-2090
2090-2091
2091-2092
2092-2093
2093-2094
2094-2095
2095-2096
2096-2097
2097-2098
2098-2099
2099-2100
2100-2101
2101-2102
2102-2103
2103-2104
2104-2105
2105-2106
2106-2107
2107-2108
2108-2109
2109-2110
2110-2111
2111-2112
2112-2113
2113-2114
2114-2115
2115-2116
2116-2117
2117-2118
2118-2119
2119-2120
2120-2121
2121-2122
2122-2123
2123-2124
2124-2125
2125-2126
2126-2127
2127-2128
2128-2129
2129-2130
2130-2131
2131-2132
2132-2133
2133-2134
2134-2135
2135-2136
2136-2137
2137-2138
2138-2139
2139-2140
2140-2141
2141-2142
2142-2143
2143-2144
2144-2145
2145-2146
2146-2147
2147-2148
2148-2149
2149-2150
2150-2151
2151-2152
2152-2153
2153-2154
2154-2155
2155-2156
2156-2157
2157-2158
2158-2159
2159-2160
2160-2161
2161-2162
2162-2163
2163-2164
2164-2165
2165-2166
2166-2167
2167-2168
2168-2169
2169-2170
2170-2171
2171-2172
2172-2173
2173-2174
2174-2175
2175-2176
2176-2177
2177-2178
2178-2179
2179-2180
2180-2181
2181-2182
2182-2183
2183-2184
2184-2185
2185-2186
2186-2187
2187-2188
2188-2189
2189-2190
2190-2191
2191-2192
2192-2193
2193-2194
2194-2195
2195-2196
2196-2197
2197-2198
2198-2199
2199-2200
2200-2201
2201-2202
2202-2203
2203-2204
2204-2205
2205-2206
2206-2207
2207-2208
2208-2209
2209-2210
2210-2211
2211-2212
2212-2213
2213-2214
2214-2215
2215-2216
2216-2217
2217-2218
2218-2219
2219-2220
2220-2221
2221-2222
2222-2223
2223-2224
2224-2225
2225-2226
2226-2227
2227-2228
2228-2229
2229-2230
2230-2231
2231-2232
2232-2233
2233-2234
2234-2235
2235-2236
2236-2237
2237-2238
2238-2239
2239-2240
2240-2241
2241-2242
2242-2243
2243-2244
2244-2245
2245-2246
2246-2247
2247-2248
2248-2249
2249-2250
2250-2251
2251-2252
2252-2253
2253-2254
2254-2255
2255-2256
2256-2257
2257-2258
2258-2259
2259-2260
2260-2261
2261-2262
2262-2263
2263-2264
2264-2265
2265-2266
2266-2267
2267-2268
2268-2269
2269-2270
2270-2271
2271-2272
2272-2273
2273-2274
2274-2275
2275-2276
2276-2277
2277-2278
2278-2279
2279-2280
2280-2281
2281-2282
2282-2283
2283-2284
2284-2285
2285-2286
2286-2287
2287-2288
2288-2289
2289-2290
2290-2291
2291-2292
2292-2293
2293-2294
2294-2295
2295-2296
2296-2297
2297-2298
2298-2299
2299-2300
2300-2301
2301-2302
2302-2303
2303-2304
2304-2305
2305-2306
2306-2307
2307-2308
2308-2309
2309-2310
2310-2311
2311-2312
2312-2313
2313-2314
2314-2315
2315-2316
2316-2317
2317-2318
2318-2319
2319-2320
2320-2321
2321-2322
2322-2323
2323-2324
2324-2325
2325-2326
2326-2327
2327-2328
2328-2329
2329-2330
2330-2331
2331-2332
2332-2333
2333-2334
2334-2335
2335-2336
2336-2337
2337-2338
2338-2339
2339-2340
2340-2341
2341-2342
2342-2343
2343-2344
2344-2345
2345-2346
2346-2347
2347-2348
2348-2349
2349-2350
2350-2351
2351-2352
2352-2353
2353-2354
2354-2355
2355-2356
2356-2357
2357-2358
2358-2359
2359-2360
2360-2361
2361-2362
2362-2363
2363-2364
2364-2365
2365-2366
2366-2367
2367-2368
2368-2369
2369-2370
2370-2371
2371-2372
2372-2373
2373-2374
2374-2375
2375-2376
2376-2377
2377-2378
2378-2379
2379-2380
2380-2381
2381-2382
2382-2383
2383-2384
2384-2385
2385-2386
2386-2387
2387-2388
2388-2389
2389-2390
2390-2391
2391-2392
2392-2393
2393-2394
2394-2395
2395-2396
2396-2397
2397-2398
2398-2399
2399-2400
2400-2401
2401-2402
2402-2403
2403-2404
2404-2405
2405-2406
2406-2407
2407-2408
2408-2409
2409-2410
2410-2411
2411-2412
2412-2413
2413-2414
2414-2415
2415-2416
2416-2417
2417-2418
2418-2419
2419-2420
2420-2421
2421-2422
2422-2423
2423-2424
2424-2425
2425-2426
2426-2427
2427-2428
2428-2429
2429-2430
2430-2431
2431-2432
2432-2433
2433-2434
2434-2435
2435-2436
2436-2437
2437-2438
2438-2439
2439-2440
2440-2441
2441-2442
2442-2443
2443-2444
2444-2445
2445-2446
2446-2447
2447-2448
2448-2449
2449-2450
2450-2451
2451-2452
2452-2453
2453-2454
2454-2455
2455-2456
2456-2457
2457-2458
2458-2459
2459-2460
2460-2461
2461-2462
2462-2463
2463-2464
2464-2465
2465-2466
2466-2467
2467-2468
2468-2469
2469-2470
2470-2471
2471-2472
2472-2473
2473-2474
2474-2475
2475-2476
2476-2477
2477-2478
2478-2479
2479-2480
2480-2481
2481-2482
2482-2483
2483-2484
2484-2485
2485-2486
2486-2487
2487-2488
2488-2489
2489-2490
2490-2491
2491-2492
2492-2493
2493-2494
2494-2495
2495-2496
2496-2497
2497-2498
2498-2499
2499-2500
2500-2501
2501-2502
2502-2503
2503-2504
2504-2505
2505-2506
2506-2507
2507-2508
2508-2509
2509-2510
2510-2511
2511-2512
2512-2513
2513-2514
2514-2515
2515-2516
2516-2517
2517-2518
2518-2519
2519-2520
2520-2521
2521-2522
2522-2523
2523-2524
2524-2525
2525-2526
2526-2527
2527-2528
2528-2529
2529-2530
2530-2531
2531-2532
2532-2533
2533-2534
2534-2535
2535-2536
2536-2537
2537-2538
2538-2539
2539-2540
2540-2541
2541-2542
2542-2543
2543-2544
2544-2545
2545-2546
2546-2547
2547-2548
2548-2549
2549-2550
2550-2551
2551-2552
2552-2553
2553-2554
2554-2555
2555-2556
2556-2557
2557-2558
2558-2559
2559-2560
2560-2561
2561-2562
2562-2563
2563-2564
2564-2565
2565-2566
2566-2567
2567-2568
2568-2569
2569-2570
2570-2571
2571-2572
2572-2573
2573-2574
2574-2575
2575-2576
2576-2577
2577-2578
2578-2579
2579-2580
2580-2581
2581-2582
2582-2583
2583-2584
2584-2585
2585-2586
2586-2587
2587-2588
2588-2589
2589-2590
2590-2591
2591-2592
2592-2593
2593-2594
2594-2595
2595-2596
2596-2597
2597-2598
2598-2599
2599-2600
2600-2601
2601-2602
2602-2603
2603-2604
2604-2605
2605-2606
2606-2607
2607-2608
2608-2609
2609-2610
2610-2611
2611-2612
2612-2613
2613-2614
2614-2615
2615-2616
2616-2617
2617-2618
2618-2619
2619-2620
2620-2621
2621-2622
2622-2623
2623-2624
2624-2625
2625-2626
2626-2627
2627-2628
2628-2629
2629-2630
2630-2631
2631-2632
2632-2633
2633-2634
2634-2635
2635-2636
2636-2637
2637-2638
2638-2639
2639-2640
2640-2641
2641-2642
2642-2643
2643-2644
2644-2645
2645-2646
2646-2647
2647-2648
2648-2649
2649-2650
2650-2651
2651-2652
2652-2653
2653-2654
2654-2655
2655-2656
2656-2657
2657-2658
2658-2659
2659-2660
2660-2661
2661-2662
2662-2663
2663-2664
2664-2665
2665-2666
2666-2667
2667-2668
2668-2669
2669-2670
2670-2671
2671-2672
2672-2673
2673-2674
2674-2675
2675-2676
2676-2677
2677-2678
2678-2679
2679-2680
2680-2681
2681-2682
2682-2683
2683-2684
2684-2685
2685-2686
2686-2687
2687-2688
2688-2689
2689-2690
2690-2691
2691-2692
2692-2693
2693-2694
2694-2695
2695-2696
2696-2697
2697-2698
2698-2699
2699-2700
2700-2701
2701-2702
2702-2703
2703-2704
2704-2705
2705-2706
2706-2707
2707-2708
2708-2709
2709-2710
2710-2711
2711-2712
2712-2713
2713-2714
2714-2715
2715-2716
2716-2717
2717-2718
2718-2719
2719-2720
2720-2721
2721-2722
2722-2723
2723-2724
2724-2725
2725-2726
2726-2727
2727-2728
2728-2729
2729-2730
2730-2731
2731-2732
2732-2733
2733-2734
2734-2735
2735-2736
2736-2737
2737-2738
2738-2739
2739-2740
2740-2741
2741-2742
2742-2743
2743-2744
2744-2745
2745-2746
2746-2747
2747-2748
2748-2749
2749-2750
2750-2751
2751-2752
2752-2753
2753-2754
2754-2755
2755-2756
2756-2757
2757-2758
2758-2759
2759-2760
2760-2761
2761-2762
2762-2763
2763-2764
2764-2765
2765-2766
2766-2767
2767-2768
2768-2769
2769-2770
2770-2771
2771-2772
2772-2773
2773-2774
2774-2775
2775-2776
2776-2777
2777-2778
2778-2779
2779-2780
2780-2781
2781-2782
2782-2783
2783-2784
2784-2785
2785-2786
2786-2787
2787-2788
2788-2789
2789-2790
2790-2791
2791-2792
2792-2793
2793-2794
2794-2795
2795-2796
2796-2797
2797-2798
2798-2799
2799-2800
2800-2801
2801-2802
2802-2803
2803-2804
2804-2805
2805-2806
2806-2807
2807-2808
2808-2809
2809-2810
2810-2811
2811-2812
2812-2813
2813-2814
2814-2815
2815-2816
2816-2817
2817-2818
2818-2819
2819-2820
2820-2821
2821-2822
2822-2823
2823-2824
2824-2825
2825-2826
2826-2827
2827-2828
2828-2829
2829-2830
2830-2831
2831-2832
2832-2833
2833-2834
2834-2835
2835-2836
2836-2837
2837-2838
2838-2839
2839-2840
2840-2841
2841-2842
2842-2843
2843-2844
2844-2845
2845-2846
2846-2847
2847-2848
2848-2849
2849-2850
2850-2851
2851-2852
2852-2853
2853-2854
2854-2855
2855-2856
2856-2857
2857-2858
2858-2859
2859-2860
2860-2861
2861-2862
2862-2863
2863-2864
2864-2865
2865-2866
2866-2867
2867-2868
2868-2869
2869-2870
2870-2871
2871-2872
2872-2873
2873-2874
2874-2875
2875-2876
2876-2877
2877-2878
2878-2879
2879-2880
2880-2881
2881-2882
2882-2883
2883-2884
2884-2885
2885-2886
2886-2887
2887-2888
2888-2889
2889-2890
2890-2891
2891-2892
2892-2893
2893-2894
2894-2895
2895-2896
2896-2897
2897-2898
2898-2899
2899-2900
2900-2901
2901-2902
2902-2903
2903-2904
2904-2905
2905-2906
2906-2907
2907-2908
2908-2909
2909-2910
2910-2911
2911-2912
2912-2913
2913-2914
2914-2915
2915-2916
2916-2917
2917-2918
2918-2919
2919-2920
2920-2921
2921-2922
2922-2923
2923-2924
2924-2925
2925-2926
2926-2927
2927-2928
2928-2929
2929-2930
2930-2931
2931-2932
2932-2933
2933-2934
2934-2935
2935-2936
2936-2937
2937-2938
2938-2939
2939-2940
2940-2941
2941-2942
2942-2943
2943-2944
2944-2945
2945-2946
2946-2947
2947-2948
2948-2949
2949-2950
2950-2951
2951-2952
2952-2953
2953-2954
2954-2955
2955-2956
2956-2957
2957-2958
2958-2959
2959-2960
2960-2961
2961-2962
2962-2963
2963-2964
2964-2965
2965-2966
2966-2967
2967-2968
2968-2969
2969-2970
2970-2971
2971-2972
2972-2973
2973-2974
2974-2975
2975-2976
2976-2977
2977-2978
2978-2979
2979-2980
2980-2981
2981-2982
2982-2983
2983-2984
2984-2985
2985-2986
2986-2987
2987-2988
2988-2989
2989-2990
2990-2991
2991-2992
2992-2993
2993-2994
2994-2995
2995-2996
2996-2997
2997-2998
2998-2999
2999-3000
3000-3001
3001-3002
3002-3003
3003-3004
3004-3005
3005-3006
3006-3007
3007-3008
3008-3009
3009-3010
3010-3011
3011-3012
3012-3013
3013-3014
3014-3015
3015-3016
3016-3017
3017-3018
3018-3019
3019-3020
3020-3021
3021-3022
3022-3023
3023-3024
3024-3025
3025-3026
3026-3027
3027-3028
3028-3029
3029-3030
3030-3031
3031-3032
3032-3033
3033-3034
3034-3035
3035-3036
3036-3037
3037-3038
3038-3039
3039-3040
3040-3041
3041-3042
3042-3043
3043-3044
3044-3045
3045-3046
3046-3047
3047-3048
3048-3049
3049-3050
3050-3051
3051-3052
3052-3053
3053-3054
3054-3055
3055-3056
3056-3057
3057-3058
3058-3059
3059-3060
3060-3061
3061-3062
3062-3063
3063-3064
3064-3065
3065-3066
3066-3067
3067-3068
3068-3069
3069-3070
3070-3071
3071-3072
3072-3073
3073-3074
3074-3075
3075-3076
3076-3077
3077-3078
3078-3079
3079-3080
3080-3081
3081-3082
3082-3083
3083-3084
3084-3085
3085-3086
3086-3087
3087-3088
3088-3089
3089-3090
3090-3091
3091-3092
3092-3093
3093-3094
3094-3095
3095-3096
3096-3097
3097-3098
3098-3099
3099-310



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICACAO
CONFERE COM O ORIGINAL COMA
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA. LCI F
3.0 JUL. 2012

WALTER T. GUIMARÃES
VALIDO SOMENTE COM
AUTENTICACAO DE
VALOR POR AUTENTICACAO

0167A0068104

Vigia de Santa Filomena Santiago Santiago
 São João Paulo
 Godofredo Elias Toyonaco
 Margareta Nascimento Ferreira

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL B&SP.
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICACAO
COM O ORIGINAL. COPIA
NESA SERVENTIA DOUFE

Ministério das Comunicações
Fls. 19
Rubrica 8

0167AA068101

AUTENTICACAO

GOIMARÃES-OFFICIAL
NEMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
POR AUTENTICACAO: R\$2,35

10 JUL. 2012

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO: JURINDA ALVES CAPUCHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER AUTULTERACAO, RASURA OU EMENDAS, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Brasão Nacional
Notariado Latino
unidade em 1948

da Diretoria da Fundação foi dito que, por unanimidade, nomeavam Eraldo Silva Mattos, brasileiro, casado, residente nesta cidade, à Rua Dr. Bernardino de Campos, nº/322, portador do R.G. nº 5.012.218-S.S.P.-S.P., bem como do C.I.C. sob nº 007.335.798/76 para o cargo de Coordenador do Departamento de Radiodifusão, que declarou estar de acordo com os termos do Estatuto da Fundação e / aceitava a nomeação. Assinam a presente Escritura, além das pessoas referidas no seu preâmbulo, Sua Exa. Reverendíssima, o Sr. Bispo Diocesano de Lorena, Estado de São Paulo, as tres pessoas pelo mesmo designadas para / serem membros da Fundação, os integrantes da primeira / Diretoria e do primeiro Conselho Consultivo da Fundação e, finalmente, o Coordenador do Departamento de Radiodifusão. Pelo anuente, Dr. Marco Antonio Furtado de Albuquerque, Promotor Público em exercício nesta comarca, me foi dito que concorda com os termos da presente escritura de Instituição e Constituição da Fundação João Paulo II, porque conforme as disposições legais, autorizando / o registro da mesma no Cartório acima referido. Pela outorgante e reciprocamente outorgada Rádio Bandeirantes / de Cachoeira Paulista Ltda. me foi apresentado o Certificado de Quitação sob nº 675.381, Série B, datado de 28 / de junho de 1.982, expedido pelo MPAS-IAPAS, da cidade / de Cruzeiro, deste Estado, Região Fiscal de Taubaté, S.P. Certificado esse que fica arquivado neste cartório. Pela outorgante e reciprocamente outorgada Rádio Bandeirantes / de Cachoeira Paulista Ltda. me foi dito que, para os devidos fins, aos bens constantes da presente escritura dá o valor de CR\$8.723.621,60 (oito milhões, setecentos e vinte e tres mil, seiscentos e vinte e um cruzeiros e sessenta centavos). Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta escritura, a qual, fei-



01692602532139.000005642-5

P 025AR R 003642

RUA SÃO SEBASTIÃO 182 - CENTRO
CACHOEIRA PAULISTA SP CEP: 12630-000
FONE/FAX: 12-31011858



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DO 1º
MAT. DE PACHECOIRA FOLLIST. 1º SR
AUTENTICACAO
CONFERE COM O ORIGINAL COM
EXTRAI DA NESTA SERVENTIA DA
ASIL 30 JUL 2012
Cach. 30 JUL 2012
Plta. 30 JUL 2012
WALTEY T. GUIMARAES
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE
AUTENTICACAO
0167AA068102

ta e lhes sendo lida, em voz alta, acharam-na conforme,
outorgaram, aceitaram e assinam, dispensando, expressa-
mente, a presença e assinatura de testemunhas instrumen-
tárias, nos termos do Provimento nº 05/81, da Egrégia /
Corregedoria Geral da Justiça, perante mim, Návia Gus-
tina da Silva, Oficial Maior do 1º Cartório, que a
datilografei e subscrevi.-

Cachoeira Paulista, 29 de junho de 1.982.

~~Maria Antônia Costa~~
Capitão Fúte Porto
Luíza de Assis Ribeiro Santiago
Dono V. S. p. M. L. de Lisboa
João D'Almeida
Francisco Reis do Carmo
José Felizardo da Silva
Wellington Silva Tardine
Luíza de Assis Ribeiro Santiago
João Inácio Salazar
Gastão Alves Lourenço
Therzinha Nascimento Ferreira
José Zé Carlos
Luis Silva Cabral
Luís Silva Cabral
Marco Antônio Furtado de Albuquerque

Em tempo: ressalvo as entrelinhas de fls. 23v² e 26, em número de duas, a saber: 1^a) "digo Nascimento Ferreira" e 2^a) "digo levantado e encerrado"; dou fé. Eu, Maria Cristina da Silva, Oficial Maior do 1^o Cartório, que o datilografeiei e subscrevi.-

Cachoeira Paulista, 29 de junho de 1.982.

Opferis Fortis Pato *OT 200*

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO JURINOA ALVES CAPUCHO

Ministerio das Comunicações
20
P

[illegible]

Maria Cristina da Silva

DE DEUDAS DEVIDOS FO-
RAN PAGOS POR VERBA
Ao Estado, guia n. 120/82
A Ger. Prov. guia n. 120/82

EMOLUMENTOS...	R\$	26750,00
AO ESTADO	R\$	5350,00
DISTRIBUICAO ...	R\$	5350,00
TAXA APOS.....	R\$	5350,00
.....	R\$	5350,00
TOTAL:	R\$	37450,00

Comarca da Cachoeira Paulista
1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Jurinda Alves Capucho
Tabeliã
Marta Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira
Escritvente Autorizada

Recibo nº 1.952.
Talão nº 040. --

1º Tabelião de Notas e de Protesto de	
Letras e Títulos de C. Paulista - SP	
Valor Cobrado pelo	<i>Caralho</i>
Ao Serventuário	3384
Ao Estado	578
Ao IPESP	503
Ao Registro Civil	392
Ao Tribunal de Justiça	332
A Santa Casa	023
Total	3830
Recibo	<i>Caralho</i>

1.ª Tabela de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos Comarca do G. Paulista - SP

Cartilão de Dou Ié, que a presente cópia reprográfica,
extraída nos termos do Item 51, Ann. XIV, do PROV.
50/60, do E. U. C. J. é cópia fiel da ECRITURA lavrada
nestas notas, no livro n.º 33
à fls. 106 em 198
Gacchoela Paulista, 7 de 1908

Os Selos devidos foram pagos por verba

AO Estado Guia nº 391/08
A Cart. Prev. Guia nº 391/08



01692602532139.000005643-3

RUA SÃO SEBASTIÃO 182 - CENTRO
CACHOEIRA PAULISTA SP CEP: 12630-000
FONE/FAX: 12-31011856

**ILMO. SR. CHEFE DO CARTÓRIO DE REGISTRO PÚBLICO E ANEXO DA CIDADE
E COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA, SP.**

Comunicação
21
8

Protocolo A-2 de Jit. Documentar
Livro A às fls. 148/149 sob nº 33 e 34
L.º 56 Cachoeira Paulista 28.01.2001
nº 238
Em 28/01/2001 Delegado Responsável

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CGC sob o nº 50.016.039/0001-75 estabelecida à Rua João Paulo II, s/nº, Bairro Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, neste ato, representada por seu Vice-Presidente, WELLINGTON SILVA JARDIM, brasileiro, divorciado, Administrador, portador da cédula de identidade - RG sob o nº 5.777.160 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 370.856.628/91, vem, respeitosamente, à presença de V.Sª requerer o REGISTRO da Ata da Diretoria da Fundação João Paulo II, referente à Reforma do seu Estatuto Social.

Termos em que, com documentos em anexo, pede deferimento.

Cachoeira Paulista, 21 de janeiro de 2001.

**FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
WELLINGTON SILVA JARDIM
VICE-PRESIDENTE**

13. U. R. R. Alves Neto
Cachoeira Paulista

**Tabellão de Notas e de Protestos de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista**
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel 561-1998
Jurina e Alves Capucho - Tabellão

AUTENTICAÇÃO

Autentico e procuro cópia e prografica, extraída nestas
notas e qual confere com o original D.ª fls.

Cachoeira Paulista, SP, 31/01/01 de 2001

Valor cobrado pela Autenticação: R\$ 1,70
Se os Pagos por Verba

(X) Jurina Alves Capucho
Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreto
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

101/06
101/06



ESTATUTO SOCIAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Artigo 1º

A Fundação João Paulo II, com sede e foro na Rua João Paulo II, sem número, Alto da Bela Vista, na Cidade e Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, é uma entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos que, na forma prevista neste Estatuto e obedecendo a legislação a ela aplicável visa, através de suas atividades de caráter filantrópico, prestar gratuitamente serviços à comunidade, dedicando-se a obras de promoção humana.

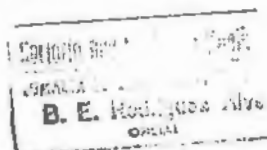
Parágrafo Único

A Fundação João Paulo II não distribuirá sob forma alguma, dividendos, lucros, superávites e participações do seu patrimônio, de que natureza forem, a quem quer que seja.

Artigo 2º

A Fundação João Paulo II tem por objetivo atuar no campo educacional, cultural e de comunicação, visando a prestação de serviços à comunidade mediante:

- promoção e manutenção de atividades educacionais, sociais e culturais visando o auxílio e a preservação da formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através de todos os meios lícitos de divulgação escrita, falada e televisiva;
- execução de serviço de radiodifusão sonora, de sons e imagens, retransmissão de televisão e demais veículos de comunicação previstos na legislação vigente, de caráter educativo, para divulgação de mensagens culturais, informativas, jornalísticas e recreativas, conforme a legislação vigente;
- produção e veiculação de programas educativos e culturais, através de emissoras de rádio e de televisão e de outros meios de comunicação;
- promoção, agenciamento e distribuição aos vários meios de comunicação dos programas de rádio e televisão por ela produzidos e dos recursos por ela desenvolvidos;
- manutenção e execução de programas protetivos destinados aos jovens de ambos os sexos, sem qualquer discriminação, assistindo-os direta e indiretamente, inclusive mediante convênios com entidades governamentais e privadas que têm como objetivo social a defesa da integridade física e moral dos adolescentes;



Handwritten signature and date: 18/01/06. Below the signature is a stamp that reads 'Escal da Silva' and 'PROMOTOR DE JUSTIÇA'.

Nº Tabelião de Notas e de Protestos 22
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 – Centro – Tel. 501-1050
Jurim: Alves Capucho – Tabellã

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia e proferifico, extraída destas
notas a qual confere com a original D. U. f. e.

Cachoeira Paulista, SP, 18 de 01 de 2006

Valor cobrado pela Autenticação: R\$ 11,70

Se os Pagos por Verbo

Jurinda Alves Capucho

Maria Aparecida de Cos e Araújo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verbo

10/01/06

A Cart. Prev. Gula nº 10/06

- f) realização de encontros religiosos e produção de eventos e exposições em sua sede ou em outras localidades do Brasil, destinados a atingir as finalidades sociais da Instituição.
- g) auxílio a associações civis sem fins lucrativos que tenham os mesmos objetivos sociais da Fundação João II ou que se propõem a promover e atuar na recuperação social e moral dos jovens de ambos os sexos e sua integração na sociedade ou que tenham como objetivo social promover campanhas em benefício dos jovens que apresentam problemas sociais (alcoolismo, tóxicos, prostituição) e integrá-los na sociedade.

Parágrafo Único

A Fundação João Paulo II manterá serviços subsidiários de natureza assistencial para o povo, sem distinção de espécie alguma, desde que esteja habilitada financeiramente e sem prejuízo das suas finalidades primárias.

Artigo 3º

Para concretizar os seus objetivos sociais, contemplados neste Estatuto, a Fundação João Paulo II poderá exercer as seguintes atividades:

I - instalar, manter e operar editoras e parques gráficos para impressão de livros, jornais, periódicos e outros veículos de comunicação, próprios ou de terceiros;

II - explorar centros de produção de programas fonovideográficos em geral, de estúdios de produção para artes cênicas, coreográficas, teatrais e correlatos;

III - executar serviços de radiodifusão, em quaisquer de suas modalidades (radiodifusão sonora, de sons e imagens, televisão a cabo, MMDS, televisão por assinatura, repetição e retransmissão de televisão e demais serviços de telecomunicações em geral), através de concessões, permissões ou autorizações obtidas do poder público concedente, mediante habilitação em editais de concorrência ou por transferências que lhe sejam feitas por empresas concessionárias ou permissionárias deste serviços, em procedimentos administrativos, mediante prévia aprovação do Governo Federal, nos termos da legislação em vigor;

IV - utilizar-se de recursos econômicos disponíveis para consecução de seus objetivos sociais;

V - explorar atividades agro-pecuárias em imóveis rurais próprios para obtenção de recursos econômicos;

VI - participar de entidades ou empresas que possam gerar recursos econômico-financeiros para dar suporte aos seus objetivos sociais.

Artigo 4º

Os programas de rádio e televisão criados e produzidos pela Fundação João Paulo II estarão sempre à disposição do Ministério da Educação e Cultura ou de quaisquer órgãos governamentais ou privados, para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, estados ou da União.



FP Tabellão de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1839
Jurim e Alves Capucho - Tabelão

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia e registro extralda notas e títulos a qual confere com o original D. José.

Cachoeira Paulista SP, 30 de 10 de 2006

Valor cobrado pela Autenticação: R\$ 1,70

Se os Pagos por Verba

(1) Jurim Alves Capucho

(2) Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreto

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado de São Paulo, 10/10/06, Gov. Provis. Celso de Figueiredo

André Paschoa da Silva
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Artigo 5º

Os estabelecimentos de ensino de qualquer grau sediados em municípios cobertos pelos sinais das estações radiodifusoras e educativas, poderão, mediante convênios ou contratos, participar na programação irradiada pelas emissoras de caráter educativo da Fundação João Paulo II.

Artigo 6º

A duração da Fundação João Paulo II é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – DO PATRIMÔNIO

Artigo 7º

O patrimônio da Fundação João Paulo II é constituído por:

- a) dotação de bens;
- b) doações, heranças, legados, subvenções, auxílios e contribuições de pessoas jurídicas ou físicas, nacionais ou estrangeiras, ou por qualquer outra forma de aquisição;
- c) bens móveis e imóveis que tenha adquirido ou venha adquirir;
- d) quaisquer rendas ou créditos que direta ou indiretamente auferir, em decorrência da aplicação de seus recursos e dos seus resultados operacionais.

Artigo 8º

Os recursos financeiros da Fundação João Paulo II advirão de:

- I - receitas oriundas de suas atividades próprias previstas no presente Estatuto e essenciais à consecução dos objetivos sociais;
- II - ingressos provenientes de direitos autorais e conexos, assegurados pelas normas legais vigentes;
- III - rendimentos originários dos bens pertencentes à Fundação;
- IV - rendas e juros resultantes de depósitos bancários;
- V - valores financeiros decorrentes de contratos, acordos, ajustes, convênios ou protocolos de intercâmbio compatíveis com as finalidades da Fundação João Paulo II;
- VI - quaisquer outras receitas obtidas legalmente.

Artigo 9º

A rendas e créditos auferidos pela Fundação João Paulo II e os recursos daí originados serão integralmente aplicados no território nacional para a manutenção e o desenvolvimento de seus objetivos institucionais.



Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 – Centro – Tel. 561-1838
Jurin e Alves Capucho – Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída destas
notas e qual conforme com o original D.u.fé

Cachoeira Paulista, SP, de 20 de 06

Valor cobrado pela Autenticação: R\$ 1,00

Se os Pagos por Verba

1) Jurinda Alves Capucho

2) Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selo e Pagos foram pagos por verba

Estado de São Paulo, 20/06/06

Andre Pascoal da Silva
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Artigo 10º

As aquisições e alienações de bens imóveis serão realizadas sempre de acordo em obediência à legislação que rege às fundações de direito privado.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11º

A Fundação João Paulo II será dirigida e administrada por uma Diretoria não remunerada, constituída por cinco membros, a saber: Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente, Diretor Tesoureiro, Diretor Secretário e Diretor Encarregado da Rádio Difusão, de mandato quinquenal renovável e será fiscalizada por um Conselho Curador.

Artigo 12º

O Presidente da Fundação será sempre o Superior Geral da "Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis" da Diocese de Lorena, Estado de São Paulo, cabendo-lhe a nomeação dos demais membros da Diretoria.

Artigo 13º

Todos os Diretores devem ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e não respondem, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Artigo 14º

O Presidente indicará, dentre os Diretores, aquele que deverá responder pela Tesouraria da Fundação.

Artigo 15º

A Diretoria reunir-se-á ordinariamente ao menos uma vez por mês e extraordinariamente, a qualquer época por determinação do Presidente ou a pedido de no mínimo dois Diretores, mediante publicação do Edital de Convocação em jornal onde localiza-se a sua sede ou, na falta deste, o que tiver circulação em Cachoeira Paulista, podendo ser substituída por carta dirigida a cada um dos convocados, cujo recebimento será demonstrado por protocolo.

Parágrafo 1º

As reuniões são dirigidas pelo Presidente a quem cabe o voto de qualidade, sendo que as decisões serão sempre tomadas por maioria dos votantes.

Parágrafo 2º

Das reuniões devem ser lavradas atas em livro especial, sendo que as atas das extraordinárias serão arquivadas em Cartório de Cachoeira Paulista que faça o registro de títulos e documentos.

Parágrafo 3º

As convocações serão feitas com antecedência mínima de 10 (dez) dias e nelas constarão o dia, a hora, o local e a ordem do dia.

Andre Pascoal da Silva
PROMOTOR DE JUSTIÇA



Cartório de Cachoeira Paulista
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 809 - Centro - Tel. 561-1658
Jurim e Alvaras Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia por gráficas, extraída nestas
notas a qual confere com o original D. U. F. 6.

Cachoeira Paulista, SP, _____ de _____ e 20 ____

Valor cobrado pela Autenticação: R\$ _____

Se os Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

() Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado de São Paulo, 10/10/06

Artigo 16º

Compete à Diretoria, órgão soberano da Instituição, além das atribuições previstas neste Estatuto, todas as demais necessárias à administração e ao governo geral da Fundação João Paulo II e, em especial:

- a) garantir a realização das suas finalidades sociais;
- b) expedir regulamentos internos para cada Departamento;
- c) deliberar sobre alienações patrimoniais e aceitação de bens e serviços que envolvem encargos e ônus sobre bens da Instituição obedecidas, em juízo, as formalidades legais;
- d) encaminhar a sua prestação de contas, relatórios, balanços, relatórios contábeis e seus anexos, bem como os planos de atividades e os orçamentos, ao Conselho Curador, até o dia 31 de março do ano seguinte ao do encerramento do exercício fiscal da Fundação João Paulo II;
- e) propor eventuais reformas dos Estatutos, garantindo sempre a natureza e a finalidade da Instituição.

Artigo 17º

A Diretoria responderá, em sua plenitude, por todos os assuntos que dizem respeito aos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como serviços correlatos de que já é, ou poderá ser, concessionária do Governo Federal.

Artigo 18º

Ao Presidente caberá a representação ativa e passiva, judicial ou não, da Entidade, bem como o exercício pleno e limitado de todos os atos normais da administração ordinária, além da distribuição dos serviços e encargos entre os demais Diretores, atribuições essas que poderão ser repassadas, pessoalmente ou mediante procuração especial, a um ou vários dos Diretores ou Superintendentes ou Coordenadores da Instituição.

Artigo 19º

O Conselho Curador será formado por quatro membros escolhidos pela "Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis" da Diocese de Lorena, Estado de S. Paulo, os quais deverão ser brasileiros.

Artigo 20º

Além de outras atribuições prevista neste Estatuto e na lei, são atribuições do Conselho Curador:

- a) homologar a nomeação dos demais membros da Diretoria feita pelo Presidente da Fundação João Paulo II e deliberar sobre a destituição deles;
- b) assessorar Diretoria nas questões que lhe forem encaminhadas para dar parecer;

Cartório dos Registros Públicos e Notas
CACHOEIRA PAULISTA - SP
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1858
Jurin e Alves Capucho - Tabelião

Andre Raychoal da Silva
PROMOTOR DE JUSTIÇA



1º Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1858
Jurin e Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia e gráfica, extralide nestas
notas a qual confere com o original Dupe

Cachoeira Paulista SP, 30 de 5 de 2006

Valor retido pela Autenticação: R\$ 1,00
Se os Pagos por Verbo

1) Jurin e Alves Capucho
2) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Do Selo: devolvidos foram pagos por verbo

101/06
Estado São Paulo, 101/06
A Cart. Prev. Gm. n.º

MINISTÉRIO DOS REGISTROS E CARTÓRIOS
CARTÓRIO DE CACHOEIRA PAULISTA - C. S. P. 600
R. E. Rodrigues Alves Neto
ouvido o 2

- c) autorizar a aquisição de bens imóveis, a sua oneração ou alienação, ouvido o representante do Ministério Público Estadual;
- d) examinar e julgar a prestação de contas, relatórios, balanços contábeis e respectivos anexos que lhe deverão ser anualmente remetidos pela Diretoria, dando parecer sobre esses documentos;
- e) aprovar o plano de atividades e o orçamento anual;
- f) homologar as reformas do Estatuto Social que vierem a ser propostas pela Diretoria, ouvido o representante do Ministério Público Estadual;
- g) aprovar a criação de empresas subsidiárias da Fundação João Paulo II ou a sua participação em outras empresas sempre com a finalidade de reforçar o patrimônio da Instituição, dinamizar suas atividades sociais e gerar recursos econômicos e financeiros, fortalecendo-a na consecução de seus objetivos, ouvido o representante do Ministério Público Estadual e, se for o caso de autorização ou concessão dos poderes públicos, o órgão ou autoridade concedente.

Artigo 21º

A Fundação não remunera, por qualquer título ou forma, os seus Diretores, Conselheiros, Sócios, Instituidores, Benfeitores ou equivalentes e nem lhes oferece ou dá vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, em razão de competência, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este Estatuto ou pela lei.

Artigo 22º

Os membros da Diretoria, bem como o Coordenador de Radiodifusão e os Superintendentes dos Departamentos responsáveis serviços de rádio e televisão e eventuais procuradores, caso assim exija a legislação, deverão ter seus nomes previamente aprovados pelo órgão competente do Governo Federal.

CAPÍTULO IV – DOS DEPARTAMENTOS E DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS

Artigo 23º

Para a consecução de seus objetivos sociais, a Fundação João Paulo II criará tantos Departamentos quantos se fizerem necessários, dando a cada um deles a denominação própria, os quais serão geridos por Superintendentes, cada um deles nomeado pelo Presidente.

Parágrafo 1º

Para os Departamentos de rádio, jornal, televisão, agências noticiosas e de outros que vierem a ser criados serão sempre nomeados obrigatoriamente brasileiros natos, desde que assim exija a legislação.

Parágrafo 2º

O Departamento de Radiodifusão que abrange as emissoras de rádio e televisão, desde que assim exija a legislação, será dirigido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, com prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

André Paschoal da Silva
PROMOTOR DE JUSTIÇA



6
Tabelião de Notas e de Protestos de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1859
Jurin e Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia e original, extraída nestas
notas a qual confere com a original D. U. F.

Cachoeira Paulista - SP, 3 de Maio de 2006

Valor cobrado pela Autenticação: R\$ 1,00

Se os Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

() Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreto

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Gula nº 101/06 e Cart. Prev. Gula nº 101/06

Cartório das Regências
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA
D. E. Rodrigues Alves Neto
Ministério Público
Rubrica
25

Artigo 24º

A Fundação João Paulo II obriga-se a:

- fazer com que todas as suas emissoras participem do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa - SINRED;
- colocar à disposição do Ministério da Educação o seu acervo de programação para divulgação em outras emissoras educativas;
- não permitir que conste da programação qualquer manifestação político-partidária, nem tampouco a difusão de idéias ou fatos que incentivem a violência ou preconceitos de raça, cor, classe ou religião;
- zelar pelo cumprimento dos seus objetivos educacionais e pela observância, nos programas educativos, das diretrizes formuladas pelo Ministério da Educação;
- analisar os conteúdos pedagógicos e a forma dos programas educacionais produzidos;
- apreciar propostas de convênios, contratos e outras formas de intercâmbios de programações.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO

Artigo 25º

A Fundação João Paulo II possui um Conselho de Programação, encarregado de estabelecer as diretrizes gerais da programação a ser transmitida por suas estações radiodifusoras educativas, o qual será composto:

- pela Diretoria da Fundação João Paulo II;
- por dois representantes do ensino superior da região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo;
- por dois representantes da comunidade.

Parágrafo Único

Cabe à Diretoria, escolher esses quatro membros e substituí-los quando necessários, com anuência da " Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis" da Diocese de Lorena, Estado de São Paulo, para que sejam sempre elementos representativos desses segmentos da sociedade e atendam as necessidades e objetivos da Fundação João Paulo II.

Artigo 26º

São atribuições do Conselho de Programação :

André Pasqual da Silva
PROMOTOR DE JUSTIÇA



Tabellão de Notas e de Protesto
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 361-1835
Jurim e Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia e original, extraída nestas
notas a qual confere com o original D. a fé.

Cachoeira Paulista, SP, 20 de 05 de 2006

Valor cobrado pela Autenticação: R\$ 10,00
Se os Pagos por Verba

1) Jurim Alves Capucho
2) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
So e Valido com o Selo de Autenticidade
Os Selo e os Pagos foram pagos por verba

do Estado de São Paulo
A Carl. Prev. Gols. 101/06

16
29
B. E. [illegible]
[illegible]

I - zelar pelo cumprimento dos objetivos educacionais da fundação e pela observância das diretrizes afetas à educação formulada pelo Ministério da Educação

II - analisar os conteúdos pedagógicos e a forma dos programas educacionais produzidos;

III - apreciar propostas de convênios, de contratos e de outras formas de intercâmbios de programações;

IV - promover meios que permitam franquear ao Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, o acesso a toda programação produzida, visando maior integração e pleno aproveitamento dos esforços das emissoras educativas nacionais.

Parágrafo Único

Os membros do Conselho de Programação deverão ser brasileiros e não serão remunerados pelo cargo.

CÁPITULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27º

O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, levantando-se a 31 de Dezembro de cada ano o balanço das atividades sociais e econômicas da Fundação João Paulo II para verificação de seus resultados.

Parágrafo Único

A Diretoria submeterá, até o dia 31 de março de cada ano, o balanço contábil referente ao exercício anterior ao Conselho Curador para que esse órgão o aprecie para posterior remessa ao representante do Ministério Público Estadual.

Artigo 28º

No caso de extinção da Fundação João Paulo II, o seu patrimônio será revertido a uma instituição congênere no País, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme for fixado pela Diretoria.

Artigo 29º

Nas eventuais alterações do Estatuto Social, a Diretoria buscará a homologação do Conselho Curador e a aprovação do poder público concedente.

Artigo 30º

As alterações estatutárias ficarão ainda sujeitas à previa autorização da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL ou órgão do Ministério das Comunicações ou, na ausência desses, aqueles que os substituírem.

f

8

André Pasqual da Silva
PROFESSOR DE DIREITO



R^o Tabelião de Notas e do Protocolo de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856
Jurina e Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia xerográfica, extraída de notas
notas a qual confere com a original D. U. f.

Cachoeira Paulista SP, 30 de 5 de 2006

Valor devido pela Autenticação R\$ 1,00
Se os Pagos por Verbo

Jurina Alves Capucho
Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreto
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verbo

Artigo 31º

As omissões ou dúvidas de interpretação do presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria.

Artigo 32º

O presente Estatuto entrará em vigor após sua aprovação pelo representante do Ministério Público Estadual e pelos órgãos regulamentadores dos serviços de comunicação de massa do País e será registrado no Cartório que tiver as funções de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cachoeira Paulista.

Protocolo
Livro A 36
fls. 234
nº 29.91
Em 29/01/2004

Registro no Livro 12 de Tit. Documentos
de 233 de 2001
da fls. 2404
Cachoeira Paulista
Delegado Responsável



1.º Tabelião de Notas de Cachoeira Paulista
RUA SÃO SEBASTIÃO, 39 - TEL. 561 1856

Jurinda Alves Capucho - Tabelião
RECONHEÇO, POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)

de Jonas Abib

Cachoeira Paulista - SP, 19 de Junho de 2001
Em test. da verdade

Valor recebido por firma: R\$ 1,83
C.E.S. PAGOS POR VERBA

() Jurinda Alves Capucho
(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
SÓ É VÁLIDO COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Os Selos devidos foram pagos por verba

Ao Estado Gula nº 14.100.1

A Cart. Prev. Gula nº 14.100.1

Jonas Abib
JONAS ABIB
PRESIDENTE

9

Arlete Paschoal da Silva
PROMOTOR DE JUSTIÇA



1.º Tabelião de Notas e de Protestos de Cachoeira Paulista

Notas e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856

Jurinda Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICACÃO

Autentico a presente cópia - gráfica, extraída destas
notas a qual confere com o original da fls.

Cachoeira Paulista - SP, 19 de Junho de 2001

Valor recebido pela Autenticação: R\$ 1,83
Selos Pagos por Verba

(x) Jurinda Alves Capucho
() Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

Ao Estado Gula nº 14.101.06
A Cart. Prev. Gula nº 14.101.06

1. OFICIO DE NOTAS MAURICIO LEMOS
 CERS 504 - BL. A - LOJA 18 - ASA SUL
 BRASILIA-DF - FONE: (61) 321-3334

RECONHECO e dou fe o SINAL PUBLICO de:
 EDVALDO MARIA APARECIDA DA C.A. DIAS....
 BARREIRA... GELDO DE...

Em testemunho
 Brasília, 11 de 05 de 2006

JOAO R. DA SILVA/MML 286471
 WASHINGTON J. SOUZA
 ESCRIVENTE AUTORIZADO-RJDS

Nº Tabelão de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
 Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1835
 Jurinda Alves Capucho - Tabelão

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia e original, extrai das notas
 e notas a qual confere com o original D. U. J. e

Cachoeira Paulista SP, 11 de 05 de 2006

Valor devido pela Autenticação: R\$ 1,10

Se os Pagos por Verbo

- () Jurinda Alves Capucho
- () Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

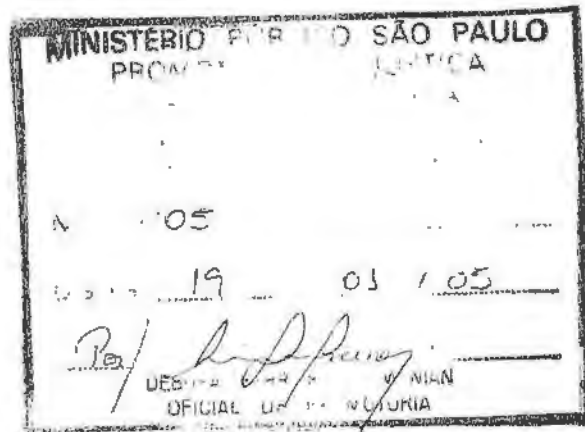
Os Selos de Notas foram pagos por verbo

no Estado de São Paulo, 10/05 de 2006





**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA PROMOTORA PÚBLICA DA
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - SP.**



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, com sede na Rua João Paulo II, s/n.º, Bairro do Alto da Bela Vista, em Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12630-000, CNPJ n.º 50.016.039/0001-75, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social pelo seu Diretor Presidente, Pe. Jonas Abib, abaixo assinado, vem respeitosamente, na forma dos Artigos 66 e 67 do Código Civil Brasileiro, apresentar a V. Exa., na função de Curadora de Fundações desta Comarca, a Alteração do seu Estatuto Social, acompanhada das Atas de Reuniões da Diretoria e do Conselho Curador desta Instituição, requerendo V. Exa. digne-se aprová-lo para todos os efeitos legais

Termos em que,

P. Deferimento.

Cachoeira Paulista, 29 de dezembro de 2004.

**Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista**
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
PE. JONAS ABIB
Diretor Presidente

Reconheço, por Semelhança a(s) Firma(s) supra
de Jonas Abib.

Cachoeira Paulista - SP, 11 de janeiro 05

Em test. ca Verdade

V. por elido por firma: 01 R\$ 2,50

Seios Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

() Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Gula n.º 07/05 A Cart. Prev. Gula n.º 07/05



ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II PARA DELIBERAR SOBRE A ALTERAÇÃO DO SEU ESTATUTO SOCIAL

No dia 17 (dezessete) do mês de novembro de 2.004 (dois mil e quatro), às nove (10:00h), à Rua João Paulo II, s/n.º, Bairro do Alto da Bela Vista, em Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em sua sede social, reuniram-se os membros da Diretoria da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II** para, na forma da letra "e" do Artigo 16 do seu Estatuto Social, deliberarem sobre a alteração do Estatuto Social para adequá-lo às atuais necessidades da Fundação e adaptá-lo ao Código Civil Brasileiro, minuta essa remetida, via postal, a todos os Diretores convocados para a presente reunião na mesma correspondência que tem o seguinte teor: "Cachoeira Paulista, 05 de novembro de 2004. Prezados Senhor Diretor: Tem a presente a finalidade de convocá-lo para a reunião a ser realizada no dia 17 de novembro de 2004, na sede da Entidade, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de todos os membros e às 10:30 horas, com a presença de qualquer número de integrantes, para decidir sobre a Alteração do Estatuto Social da **Fundação João Paulo II** para adequá-lo às atuais necessidades da Fundação e adaptá-lo ao Código Civil Brasileiro. Atenciosamente. Pe. Jonas Abib (Diretor Presidente)". Aberta a sessão pelo Pe. Jonas Abib, com a presença de todos os Diretores, conforme consta do "Livro de Presença", o mesmo convidou-me, Rosana Aparecida Palandí Silva para secretária-la. Explicou o Sr. Presidente a necessidade da alteração do Estatuto Social tendo os presentes discutido os termos da minuta apresentada. Colocada a matéria em votação, a alteração do Estatuto Social da Fundação João Paulo II foi aprovada por unanimidade dos presentes sem ressalvas, passando assim o Estatuto Social a ter o teor constante do documento anexo, que vai também assinado por todos os Diretores da Instituição, atestando dessa forma a sua veracidade. A seguir, o Presidente informou que a alteração do Estatuto Social ora aprovada será levada à apreciação do Conselho Curador na forma prevista na letra "f" do Artigo 20 do atual Estatuto Social. O Sr. Presidente, verificando não haver qualquer outro assunto a ser tratado, suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi por mim providenciada. Reaberta a sessão, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes sem ressalvas e assinada pelo Presidente da sessão, por mim, Secretário e pelos demais presentes. O Sr. Presidente, convidando os presentes em oração a agradeceram a Deus pela conquistas feitas pela Fundação João Paulo II e encerrou os trabalhos.

Pe. Jonas Abib
Pe. Jonas Abib
Diretor Presidente

Rosana Aparecida Palandí Silva
Rosana Aparecida Palandí Silva
Diretora Secretária

Tabellão de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 809 - Centro - Tel. 561-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

Reconfeção, por Semelhança a (s) Firma(s) ao lado
de Jonas Abib e Rosana Aparecida Palandí Silva.

Cachoeira Paulista - SP, 11 de Janeiro, 05

Em test. de verdade

Valor cobrado por firma: R\$ 5,00

Seis Pagos por Verba

Jurinda Alves Capucho

Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Guia n.º 07/05 A Cert. Prev. Guia n.º 07/05



1/2



JOSILANE DE M. MOTTA SOUZA
ESCREVENTE

Não me oponho à
deliberação da Doutora
outra da alteração do
Estatuto da Fundação
João Paulo II.

Cltal. 19/01/12

DENISE MYONG HYUN JUNG
Promotora de Justiça





DIRETORES:

Pe. Jonas Abib
Diretor Presidente

Wellington Silva Jardim
Diretor Vice-Presidente

João Milem Dabul
Diretor Tesoureiro

Rosana Aparecida Palandi Silva
Diretora Secretária

Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 809 - Centro - Tel. 561-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s) supra
de Jonas Abib e Wellington
Silva Jardim, de 11 de Janeiro de 2005
Cachoeira Paulista - SP, de 11 de Janeiro de 2005
Em test. [assinatura] a verdade
Valor cobrado por firma: 02 R\$ 5,00

Selos Pagos por Verba
() Jurinda Alves Capucho
(x) Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Gula n.º 07/05 A Cart. Prev. Gula n.º 07/05

Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 809 - Centro - Tel. 561-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s) supra
de João Milem Dabul e Rosa-
na Aparecida Palandi Silva,
Cachoeira Paulista - SP, de 11 de Janeiro de 2005
Em test. [assinatura] a verdade
Valor cobrado por firma: 02 R\$ 5,00

Selos Pagos por Verba
() Jurinda Alves Capucho
(x) Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Gula n.º 07/05 A Cart. Prev. Gula n.º 07/05

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL CÓPIA
ENTRADA NESTA SERVENTIA DOU FÉ
ch. 30 JUL. 2012
AUTIER T. GUIMARÃES-OFFICIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

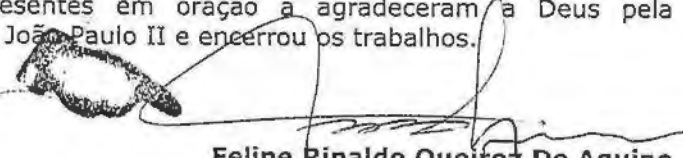
0167AA068179



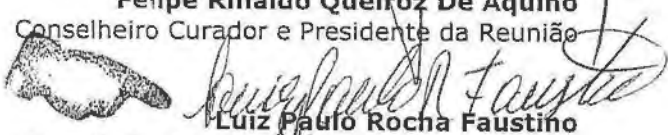
Ministério das Comunicações
30
SCE

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
PARA DELIBERAR SOBRE A ALTERAÇÃO DO SEU ESTATUTO SOCIAL**

No dia 1º (primeiro) do mês de dezembro de 2.004 (dois mil e quatro), às nove (9:00h), à Rua João Paulo II, s/n.º, Bairro do Alto da Bela Vista, em Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em sua sede social, reuniram-se os membros do Conselho Curador da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II** para, na forma da letra "f" do Artigo 20º do seu Estatuto Social, deliberarem sobre a proposta da Diretoria, que atendendo ao disposto na letra "e" do Art. 16 do diploma estatutário, decidiu alterá-lo para adequá-lo às atuais necessidades da Fundação e adaptá-lo ao Código Civil Brasileiro, minuta essa remetida, via postal, a todos os Conselheiros convocados para a presente reunião na mesma correspondência que tem o seguinte teor: "Cachoeira Paulista, 18 de novembro de 2004. Prezados Senhor Conselheiro: Tem a presente a finalidade de convocá-lo para a reunião a ser realizada no dia 01 de dezembro de 2004, na sede da Entidade, às 9:00 horas, em primeira convocação, com a presença de todos os membros e às 10:00 horas, com a presença de qualquer número de integrantes, para decidir sobre a proposta de Alteração do Estatuto Social da **Fundação João Paulo II** para adequá-lo às atuais necessidades da Fundação e adaptá-lo ao Código Civil Brasileiro. Atenciosamente. Felipe Rinaldo Queiróz de Aquino (Presidente do Conselho Curador) Pe. Jonas Abib (Diretor Presidente)". Aberta a sessão pelo Sr. Felipe Rinaldo Queiróz de Aquino, com a presença de todos os Conselheiros, conforme consta do "Livro de Presença", o mesmo convidou-me, Luiz Paulo Rocha Faustino, para secretariá-la. Explicou o Sr. Presidente a necessidade da alteração do Estatuto Social tendo os presentes discutido os termos da minuta apresentada. Colocada a matéria em votação, a alteração do Estatuto Social da Fundação João Paulo II foi aprovada por unanimidade dos presentes sem ressalvas, passando assim o Estatuto Social a ter o teor constante no documento anexo, que vai também assinado por todos os Conselheiros e Diretores da Instituição, atestando dessa forma a sua veracidade. A seguir, o Presidente, verificando não existir qualquer outro assunto a ser discutido e deliberado, informou que o Estatuto Social ora alterado será levado à apreciação do Representante do Ministério Público da Comarca de Cachoeira Paulista para, após sua aprovação, ser enviado ao Ministério das Comunicações, dependendo dessas providências a eficácia da deliberação ora tomada e consubstanciada nesta ata, a fim de que seja registrado no Cartório de Registro Público e Anexo da Cidade e Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. O Sr. Presidente, verificando não haver qualquer outro assunto a ser tratado, suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi por mim providenciada. Reaberta a sessão, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes sem ressalvas e assinada pelo Presidente da sessão, por mim, Secretário e pelos demais presentes. O Sr. Presidente, convidando os presentes em oração a agradecerem a Deus pela conquistas feitas pela Fundação João Paulo II e encerrou os trabalhos.


Felipe Rinaldo Queiroz De Aquino

Conselheiro Curador e Presidente da Reunião

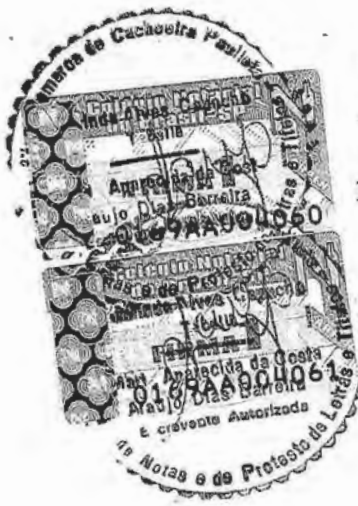

Luiz Paulo Rocha Faustino

Conselheiro Curador e Secretária da Reunião




SILANE DE M. MOTTA SOUZA
ESCREVENTE

1/20



Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 — Centro — Tel. 561-1856
Jurinda Alves Capucho — Tabela

Reconheço, por Semelhança a(s) Firma(s) retro
de Felipe Rinaldo Queiroz de
Aquino e Luiz Paulo Rocha
Paustino. — 11 de janeiro de 2005.
Cachoeira Paulista - SP.

Em test. _____ da Verdade

Valor emitido por firma: 02 R\$ 5,00
Se os Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho
(X) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
Só é válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

No Estado Guia n.º 07/05 A Cart. Prev. Guia n.º 07/05



CONSELHEIROS PRESENTES À REUNIÃO

Felipe Rinaldo Queiroz De Aquino

João Carlos Monte Claro Vasconcellos

Luiz Paulo Rocha Faustino

João Dias De Lima

Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s), supra
de Felipe Rinaldo Queiroz
de Aquino e João Carlos Mon
te Claro Vasconcellos.
Cachoeira Paulista - SP, 11 de Janeiro de 2005.

Em test. _____ da verdade

V.lor ebido po. firma: 02 R\$. 5,00

Selos Pagos por Verba
() Jurinda Alves Capucho
(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Guia n.º 07/05 A Cart. Prov. Guia n.º 07/05



Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s), supra
de Luiz Paulo Rocha Faustino
e JOAO Dias de Lima.

Cachoeira Paulista - SP, 11 de Janeiro de 2005.

Em test. _____ da verdade

V.lor ebido po. firma: 02 R\$. 5,00

Selos Pagos por Verba
() Jurinda Alves Capucho
(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Guia n.º 07/05 A Cart. Prov. Guia n.º 07/05



ILMO. SR. CHEFE DO CARTÓRIO DE REGISTRO PÚBLICO E ANEXO DA
CIDADE E COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA-SP



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ sob nº 50.016.039/0001-75, estabelecida na Rua João Paulo II, s/n, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista-SP, neste ato por seu representante legal, vem respeitosamente, à presença de V. S^a requerer o Registro da Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Curador da Fundação João Paulo II, lavrada no dia 01 de dezembro de 2004. E Registro do Estatuto Social alterado.

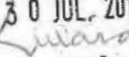
Termos em que,
pede deferimento.

Protocolo
106
673
19.4/2006
Registro no 1º livro
às fls. 12
Cachoeira Paulista
19.4.2006
A-3
33
19.4.2006
Delegado Responsável

Cachoeira Paulista, 17 de abril de 2006.


FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Carmenlita Luci Lima

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DA R.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FÉ

Cach. 30 JUL. 2012
Pta. 

WALTER T. GUIMARÃES OFICIAL
LIDO SOMENTE COMO SELO DE
AUTENTICAÇÃO
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

0167AA068070

Luciane Marques Guimarães
Substituta

Of. PJCP- 004/04

Ref.: Alteração do Estatuto Social da Fundação João Paulo II



Cachocira Paulista, 19 de janeiro de 2005.

Senhor Director Presidente,

Venho através do presente ofício, informar-lhe que analisei a alteração do Estatuto Social da Fundação João Paulo II e não vislumbrei qualquer irregularidade nas suas novas cláusulas, motivo pelo qual, na qualidade de representante do Ministério Público do Estado de São Paulo nesta cidade de Cachoeira Paulista e com fulcro no artigo 67, inciso III, do Código Civil, aprovo-o, sem ressalvas.

Na oportunidade apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

DENISE MYONG HYUN JUNG
PROMOTORA DE JUSTICA

Revmo. Sr.

PADRE JONAS ABIB

DD. Diretor Presidente da Fundação João Paulo II

Cachoeira Paulista - SP

BIBLIOTHECA UNIVERSITATIS



**T^o Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista**
Rua São Sebastião, 309 — Centro — Tel. 561-1858
Jurinda Alves Capucho — Tabeliã

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia integral das, extraídas nestas
notas a qual contém com a seguinte D. U. 1^a.

Cachoeira Paulista - SP, 18 de abril de 2006.

Valor recebido pela Autenticação: R\$ 1,70

Selos Pagos por Verba

- () Jurinda Alves Capucho
- () Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Garreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos de Verba foram pagos por verba

do Estado de São Paulo, 42106 e Cart. Prov. de São Paulo, 42106

COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - SÃO PAULO
B.E. RODRIGUES ALVES NETO
Delegado Responsável

Ministério das Comunicações
Fls. 84
Rubrica

ESTATUTO SOCIAL

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

CNPJ: 50.016.039/0001-75

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, doravante denominada neste Estatuto Social como **Fundação**, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, com autonomia administrativa financeira e patrimonial e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável, pelo seu Regimento Geral, por Atos Normativos e Instruções de Serviços.

§ Único - A **Fundação** foi constituída por Escritura Pública lavrada no Cartório de Registro Público e Anexos da Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em 29 de junho de 1982, às fls. 21/28 do livro 137 e Re-Ratificada pela Escritura Pública de 13 de janeiro de 1984.

Artigo 2º - A **Fundação** tem sede e foro na Cidade e Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000.

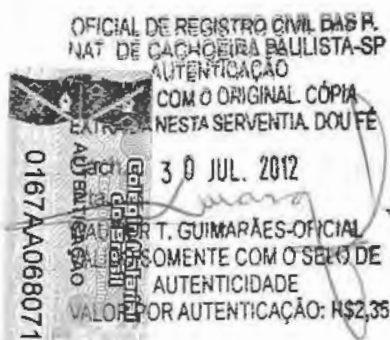
Artigo 3º - A fim de cumprir suas finalidades, a **Fundação** poderá:

- I. organizar-se em órgãos, divisões, departamentos, seções, setores e unidades de negócio e prestadoras de serviços, na quantidade necessária, que se regerão, quando criados, pelo Regimento Geral, por Atos Normativos e Instruções de Serviços;
- II. criar sucursais, filiais, agências, escritórios, correspondentes e representações no Brasil.

§ Único: A **Fundação** poderá ter escritórios e unidades de representação ou ter correspondentes no exterior, com a finalidade de dar apoio a matérias jornalísticas, agilizar e diminuir custos de importação de equipamentos e bens para suas operações e atividades e arrecadar recursos para cumprir no Brasil seus objetivos sociais.

Artigo 4º - A duração da **Fundação** é indeterminada.

Artigo 5º - A **Fundação** não distribuirá, sob forma alguma, dividendos, lucros, superávites e participações do seu patrimônio, de que natureza forem, a quem quer que seja.



3/20

CAPÍTULO II - OBJETIVOS SOCIAIS

Artigo 6º - A Fundação tem por objetivos sociais:

- I. execução de serviços de radiodifusão, em quaisquer de suas modalidades como radiodifusão sonora, de sons e imagens, televisão a cabo, MMDS, televisão por assinatura, repetição e retransmissão de televisão, e demais serviços de telecomunicações em geral e outras, através de concessões, permissões ou autorizações obtidas do poder público concedente, mediante habilitação em editais de concorrência ou por transferências que lhe sejam feitas por empresas concessionárias ou permissionárias destes serviços, em procedimentos administrativos, mediante prévia aprovação do Governo Federal, nos termos de legislação em vigor;
- II. produção e veiculação de programas em emissoras de rádio e de televisão e de outros meios de comunicação, próprios ou de terceiros;
- III. promoção, manutenção e apoio a atividades educacionais, sociais e culturais objetivando a preservação da formação cívica, moral e cultural do povo brasileiro;
- IV. promoção de intercâmbio de atividades e ações com instituições públicas e privadas que fomentem a educação e a cultura;
- V. promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- VI. promoção da educação escolar e profissional de crianças, adolescentes e adultos;
- VII. criação, participação e manutenção de centros educacionais aos jovens e adultos em todos os níveis, inclusive superior;
- VIII. assistência às crianças, adolescentes e adultos carentes, oferecendo-lhes orientação educacional, profissional, moral e cívica;
- IX. desenvolvimento de atividades de saúde pública e de assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, destinada ao atendimento das comunidades carentes;
- X. prestação de serviços gratuitos e permanentes ao usuários de assistência social, sem qualquer discriminação;
- XI. manutenção e execução de programas protetivos destinados às crianças, aos jovens e aos idosos, sem qualquer discriminação, assistindo-os direta ou indiretamente, inclusive mediante convênios com entidades governamentais e privadas;
- XII. realização de encontros e produção de eventos e exposições em sua sede ou em outras localidades do Brasil, destinados a atingir as finalidades sociais da **Fundação**;

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU FE
30 JUL. 2012
T. GUIMARÃES-OFFICIAL
OLHADO COM O SELLO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

Luciane Marques Guimarães
Substituta

4/20

- XIII.** auxílio, assistência e apoio às associações civis sem fins lucrativos que atuem em áreas afins;
- XIV.** promoção do voluntariado;
- XV.** apoio às ações de preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Artigo 7º - Para a consecução de seus objetivos sociais na área de radiodifusão a **Fundação** implantará um Sistema de Rádio e Televisão e de outros serviços de telecomunicações reconhecidos pelo poder concedente e, para tanto, poderá, obedecida a legislação vigente, adquirir cotas de capital social de empresas de radiodifusão ou participar de instituições, sociedades ou associações que detenham concessões públicas para operar serviços de radiodifusão.

Artigo 8º - A natureza jurídica da **Fundação** não poderá ser alterada e os seus objetivos primordiais não poderão ser suprimidos.

CAPÍTULO III - DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

Artigo 9º - A **Fundação**, para atingir os seus objetivos, poderá:

- I.** ter, manter, operar e explorar geradoras, repetidoras e retransmissoras de sinais de sons e imagens, próprias e de terceiros;
- II.** criar, manter, operar e explorar todo e qualquer meio ou modalidade ou tipo de mídia ou de veiculação impressa, eletrônica, digital, de comunicação ou de telecomunicação como suporte às atividades-meio aos seus objetivos sociais;
- III.** promover e realizar reunião de pessoas, eventos, congressos, feiras, seminários, simpósios, conferências, debates, entrevistas, reportagens, documentários e cursos;
- IV.** produzir, gravar, editar, operar, explorar, fabricar, distribuir, veicular e promover matérias e músicas, em todo e qualquer meio de fixação, através de estúdio próprio ou de terceiros;
- V.** produzir, gerenciar e agenciar propaganda e publicidade, própria e de terceiros;
- VI.** instalar, manter e operar editoras e parques gráficos para impressão de livros, jornais, periódicos e outros veículos de comunicação, próprios ou de terceiros;
- VII.** produzir obras teatrais, coreográficas, cinematográficas, foneovideográficas em geral e correlatas, em estúdios próprios ou de terceiros;
- VIII.** utilizar-se de recursos econômicos disponíveis para a consecução de seus objetivos sociais;
- IX.** explorar atividades agropecuárias em imóveis rurais próprios ou de terceiros para obtenção de recursos econômicos;

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
COM O ORIGINAL CÓPIA
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU FE
30 JUL. 2012
T. GUIMARÃES-OFFICIAL
VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

Funcionário
Substituta
T. Marques Guimarães

5/20

- X. participar de entidades ou empresas que possam gerar recursos econômico-financeiros para dar suporte aos seus objetivos sociais;
- XI. firmar convênios ou contratos e articular-se com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- XII. assistir, através de acordos e convênios, instituições de educação e de assistência social, de utilidade pública, filantrópicas ou não;
- XIII. criar, congregar, orientar, assessorar e dirigir instituições congêneres.

Artigo 10º - Para cumprir o seu propósito de interesse social, a **Fundação** atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da cessão de recursos humanos, físicos e financeiros ou da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins aos seus objetivos sociais.

§ 1º - A **Fundação**, para consecução de seus objetivos sociais, elaborará planos, programas e projetos, compatibilizando custos e eficiência, em função dos recursos físicos, operacionais e financeiros disponíveis, criando orçamentos anuais ou plurianuais, com previsão discriminada das receitas e das despesas autorizadas.

§ 2º - Para a realização de planos cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas provisões.

Artigo 11 - A **Fundação**, para consecução de seus objetivos sociais, celebrará convênios, acordos, contratos e outros instrumentos jurídicos, com a "Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fieis", entidade de relevante apoio à **Fundação**, bem como poderá firmar convênios, pactos e contratos, de forma a articular-se convenientemente com outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Artigo 12 - A **Fundação** não tem caráter político-partidário, devendo ater-se aos seus objetivos e as suas finalidades estatutárias.

Artigo 13 - Os programas de rádio e televisão criados e produzidos pela **Fundação** estarão sempre à disposição do Ministério da Educação e Cultura ou de quaisquer órgãos governamentais ou privados, para fins de veiculação em emissoras educativas dos Municípios, Estados, Distrito Federal e da União.

CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO

Artigo 14 - Constituem patrimônio da **Fundação**:

- I. bens que lhe foram dotados quando de sua constituição feita por Escritura Pública de 29 de junho 1982 e pela Escritura de Re-Ratificação de 13 de janeiro de 1984 e por bens e valores que a este patrimônio foram adicionados ou a ele venham a ser;



Luciane Marques Guimarães
Substituta

6/20

- II. doações, heranças e legados de entidades públicas, pessoas jurídicas ou físicas, nacionais e estrangeiras, com o fim específico de incorporação ao patrimônio;
- III. bens imóveis dos quais a **Fundação** já é proprietária ou que venha adquirir;
- IV. todo e qualquer ativo mensurável economicamente;
- V. direitos de concessões, de autorizações e de permissões para explorar as atividades de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- VI. quaisquer rendas ou créditos que direta ou indiretamente auferir, em decorrência da aplicação de seus recursos e dos seus resultados operacionais.
- VII. marcas, patentes e direitos autorais.

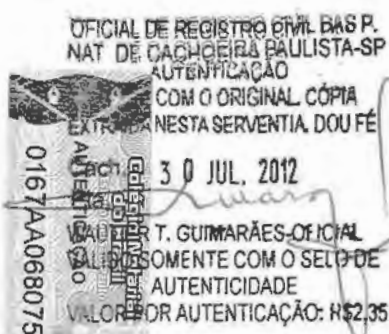
Artigo 15 - O patrimônio da **Fundação** somente poderá ser utilizado para realizar os seus objetivos sociais, sendo permitida, porém, a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos seus objetivos sociais.

Artigo 16 - As aquisições e alienações de bens imóveis, as dotações, permutas e legados que gerem ônus à **Fundação** serão realizados sempre em obediência à legislação pertinente e somente serão válidos após aprovação pelo seu Conselho Deliberativo e do representante do Ministério Público.

CAPÍTULO V - DA RECEITA

Artigo 17 - Constituem receitas da **Fundação**:

- I. rendas provenientes dos resultados de suas atividades;
- II. contribuições, doações, auxílios e quaisquer outros benefícios recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- III. rendas provenientes de investimentos, em títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou decorrentes de operações financeiras;
- IV. rendas auferidas pela exploração econômica de seus bens patrimoniais e receitas obtidas através das suas atividades ou dos serviços que prestar;
- V. receitas decorrentes de usufrutos que lhe forem constituídos;
- VI. subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da **Fundação** pela União, pelos Estados pelo Distrito Federal e pelos Municípios, bem como por pessoas físicas e jurídicas, instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VII. outras rendas não especificadas neste Estatuto Social.



Luciane Marques Guimarães
Substituta

7/20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICAÇÃO
B.E. RODRIGUES ALVES NE
Delegado Responsável
Ministério da Saúde
SCF

Artigo 18 - Os recursos financeiros da **Fundação**, excetuados os que tenham especial destinação, serão empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais e das atividades necessárias à consecução desses objetivos.

§ Único - A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deve obedecer a planos que tenham em vista a garantia dos investimentos e a manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados.

Artigo 19 - A totalidade dos recursos econômico-financeiros auferidos pela **Fundação** será integralmente aplicada na manutenção e consecução de seus objetivos sociais e suas finalidades institucionais, dentro do território nacional.

Artigo 20 - A **Fundação**, para melhor atender seus objetivos sociais, poderá também aplicar recursos em instituições de educação, de assistência social e à saúde que atuem em áreas afins aos seus objetivos sociais e não tenham fins lucrativos.

CAPÍTULO VI - DOS COLABORADORES COM A FUNDAÇÃO

Artigo 21 - A **Fundação** tem as seguintes categorias de colaboradores:

- I. Instituidores
- II. Natos
- III. Efetivos
- IV. Beneméritos
- V. Contribuintes

§ Único - As definições de cada categoria dos colaboradores são as seguintes:

- I. **Instituidores:** São as pessoas naturais que instituíram a **Fundação**, assinando a Escritura Pública de sua Instituição e dotando-a com o seu primeiro patrimônio.
- II. **Natos:** São as pessoas naturais que participaram da primeira diretoria da **Fundação**.
- III. **Efetivos:** São as pessoas naturais que, indicadas como candidatas pela "Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis", devido ao seu apoio relevante à **Fundação**, forem eleitas ou admitidas para ocuparem cargos e funções de direção e de administração na **Fundação** ou igualmente indicadas para cumprir atividades em sociedades de propriedade da Instituição ou nas quais a **Fundação** tenha ou venha a ter interesse, participação, controle, gestão ou em empresas ou sociedades coligadas ou afiliadas à **Fundação**.

III.1. A condição de colaborador efetivo é transitória e temporária e somente perdurará enquanto permanecer a relação ou o vínculo da pessoa indicada, eleita ou nomeada com a **Fundação** ou com as instituições e sociedades acima previstas a ela coligadas ou afiliadas.



Luciane Marques Guimarães
Substituta

8/20

IV. Contribuintes: São as pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos sociais da **Fundação**:

- a) comprometem-se, mensal ou periodicamente, a contribuir financeiramente ou de qualquer outra forma para que a **Fundação** possa alcançar as suas finalidades;
- b) façam doações ou contribuições periódicas para atender projetos e programas específicos criados pelo Conselho Deliberativo para cumprir determinado objetivo social da **Fundação**;

V. Beneméritos: São todos os integrantes da "Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis", enquanto nela permanecerem, ainda que não ocupem cargos diretivos na **Fundação**, mas que, de alguma forma e através do seu trabalho, ajudem a Instituição na consecução de seus objetivos sociais, bem como as pessoas físicas ou jurídicas que, mediante indicação unânime dos integrantes da Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, venham a ser qualificadas a esse título, em razão do apoio relevante à **Fundação**.

Artigo 22 - O Conselho Deliberativo da **Fundação** poderá convidar, através de deliberação a respeito, que algumas ou todas categorias de Colaboradores se façam representar nas suas reuniões, sem direito a voto e sem poderem fazer uso de mandatos ou procurações para tal finalidade, exceto se o Colaborador for pessoa jurídica, caso em que se fará representar, através de seu representante legal ou por procurador, na forma de seu Estatuto ou Contrato Social.

Artigo 23 - É vedado aos Colaboradores a percepção de remuneração ou de quantias a qualquer título, ou a participação sob qualquer forma, nos superávites ou resultado financeiros da **Fundação**, exceto, quando forem seus empregados ou prestadores autônomos de serviços.

Artigo 24 - A **Fundação** não é responsável, direta, indireta ou subsidiariamente, por ônus pessoais assumidos pelos seus Colaboradores.

Artigo 25 - Os Colaboradores responderão por atos ilícitos que praticarem com dolo ou culpa, em prejuízo a **Fundação**.

CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Artigo 26 - São órgãos da administração da **Fundação**:

- I. Conselho Deliberativo
- III. Diretoria Executiva
- IV. Conselho Fiscal

Artigo 27 - Todos os cargos dos órgãos da administração serão ocupados por pessoas indicadas pela "Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis", que apontará as funções que cada um ocupará.



Substituta
Luciane Marques Guimarães

9/20

§ Único – Todos os indicados deverão estar em pleno gozo de seus direitos e obediência a legislação que regula as atividades de uma instituição fundacional e de radiodifusão.

Artigo 28 – Todos os cargos dos órgãos da administração da **Fundação**, quaisquer que sejam os seus ocupantes, não são remunerados, seja a que título for, ficando vedado ou proibido por parte de seus exercentes, o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem econômica.

CAPÍTULO VIII – DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 29 – O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de deliberação e orientação da **Fundação**, cabendo-lhe precipuamente fixar os objetivos e as políticas de procedimentos da Instituição e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração.

Artigo 30 – O Conselho Deliberativo compor-se-á de 7 (sete) integrantes, sendo 5 (cinco) Titulares e 2 (dois) Suplentes, para um mandato de 4 (quatro) anos, coincidente com os mandatos dos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, mandato esse que poderá ser prorrogado automaticamente até a posse dos seus sucessores.

Artigo 31 – É facultada a recondução dos integrantes do Conselho Deliberativo em eleições posteriores, sem limitações.

Artigo 32 – Os Suplentes poderão ser convidados pelo Conselho Deliberativo a participarem das reuniões, sem direito a votarem e serem votados.

Artigo 33 – Na hipótese de afastamento temporário de integrante Titular de um cargo do Conselho Deliberativo, poderá ser convocado um Suplente para suprir a ausência.

Artigo 34 – Na hipótese de impedimento legal ou de afastamento definitivo do Secretário ou do Primeiro Conselheiro ou do Segundo Conselheiro Deliberativos, será convocado um Suplente para cumprir o restante do mandato.

§ Único – A convocação para a substituição prevista neste Artigo será feita pelo Presidente do Conselho Deliberativo com a precedência do Primeiro Suplente.

Artigo 35 – Inexistindo Suplentes a serem convocados, tal fato será comunicado por escrito pelo Presidente do Conselho Deliberativo à entidade que os designou, a qual proverá, em até 30 (trinta) dias, a indicação tempestiva de candidatos substitutos.

Artigo 36 – O Conselho Deliberativo é composto de 7 (sete) integrantes:

- I. Presidente Deliberativo
- II. Vice Presidente Deliberativo
- III. Secretário Deliberativo
- IV. Primeiro Conselheiro Deliberativo
- V. Segundo Conselheiro Deliberativo
- VI. Primeiro Suplente Deliberativo
- VII. Segundo Suplente Deliberativo



Luciane Marques Guimarães
Substituta

10/20

Artigo 37 - O Presidente Deliberativo terá, além de seu voto, o de qualidade, Removível

Artigo 38 - Na ausência temporária do Presidente Deliberativo, o Vice-Presidente Deliberativo automaticamente assumirá interinamente o seu cargo e as suas funções estatutárias, para todos os fins e efeitos de direito.

Artigo 39 - Na ausência definitiva do Presidente Deliberativo ou do Vice-Presidente Deliberativo, será indicado pela "Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis" um substituto para completar o seu mandato.

Artigo 40 - O integrante do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e para atendimento de situações de emergência comprovada, poderá constituir outro integrante do mesmo Órgão para representá-lo, como seu Mandatário, no máximo, em duas reuniões ou sessões consecutivas.

Artigo 41 - Perderá automaticamente seu Mandato, o integrante do Conselho Deliberativo que faltar a 2 (duas) reuniões ou sessões consecutivas, ou a 3 (três) alternadas, sem justo motivo, podendo o Conselho Deliberativo considerar o cargo vago e comunicar o fato ao representante do Ministério Público e ao Ministério das Comunicações.

Artigo 42 - Compete e são atribuições do **Conselho Deliberativo**:

- I. zelar pelo cumprimento do Estatuto Social da **Fundação**;
- II. estabelecer diretrizes de atuação para a diretoria executiva, inclusive determinando as providências que julgar necessárias aos interesses da **Fundação**.
- III. determinar ou manter auditorias interna e externa, quando possível em caráter permanente, abrangendo os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, a serem executadas por Pessoa Jurídica ou Físicas.
- IV. decidir sobre as matérias e casos omissos no interesse da **Fundação** e consecução dos seus fins, não previstos neste Estatuto Social e nas normas infra-estatutárias.
- V. editar o Regulamento Geral da **Fundação** e os Regimentos Internos quando necessários ao bom funcionamento organizacional;
- VI. editar, quando se fizerem necessários, Atos Normativos Complementares sobre assuntos gerais de sua competência;
- VII. examinar, alterar, aprovar ou rejeitar propostas da Diretoria Executiva concernentes:
 - a) a planos, programas e projetos de trabalho, relativos às ações e às atividades da **Fundação**;



Luciane Marques Guimarães
Substituta

11/20

- b) aos Orçamentos Anual e Plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização das despesas, ouvido previamente o conselho fiscal;
 - c) aos relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da fundação, deliberando sobre balanço, a prestação de contas e o demonstrativo de variação patrimonial, após a emissão do parecer do conselho fiscal, a ser encaminhado ao ministério público, juntamente com o relatório da auditoria externa quando houver;
- VIII.** avaliar a indicação, feita pelo Diretor Executivo, dos procuradores nos termos do Regulamento Geral;
- IX.** avaliar a indicação, feita pelo Diretor Executivo, dos procuradores com poderes para movimentar os recursos financeiros da **Fundação**, mediante assinatura conjunta;
- X.** criar, abrir, instalar, transferir, alterar e encerrar estabelecimentos sede e filiais, bem como decidir sobre incorporação, assunção do controle, participação em instituições e sociedades ou afiliação da **Fundação** a outras entidades;
- XI.** alienar ou onerar bens imóveis;
- XII.** firmar acordos, contratos ou convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a **Fundação**, conforme os limites estabelecidos no Regulamento Geral;
- XIII.** fundir ou extinguir a **Fundação**;
- XIV.** julgar os recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva ou dos diretores, sobre matéria administrativa.

Artigo 43 - A iniciativa das proposições ao Conselho Deliberativo será da Diretoria Executiva, dos integrantes do próprio Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal.

Artigo 44 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário, desde que convocado pelo:

- I. seu Presidente ou substituto legal;
- II. por 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, pelo Conselho Fiscal ou pelo Diretor Executivo.

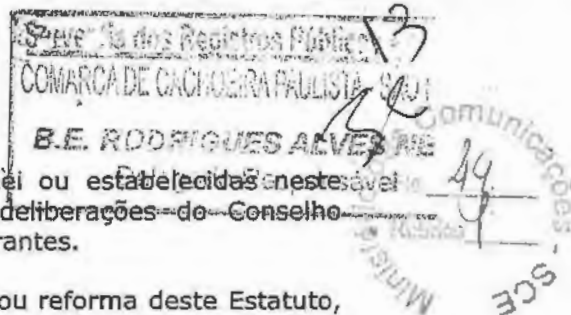
Artigo 45 - As deliberações tomadas serão lavradas em atas pelo Secretário "ad hoc" da reunião.

Artigo 46 - A convocação para as reuniões ordinárias, extraordinárias ou conjuntas do Conselho Deliberativo com a Diretoria Executiva ou com o Conselho Fiscal serão feitas com a antecedência mínima de 3 (três) dias, mediante A.R. ou correspondência pessoal com recibo para todos aqueles que, de direito e estatutariamente, delas devam participar, constando o temário, local, dia e horário do evento.



Luciana Marques Guimarães
Substituta

12/20



Artigo 47 – Ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou estabelecidas neste Estatuto Social, o quorum para a instalação e para deliberações do Conselho Deliberativo é o de maioria simples de votos de seus integrantes.

Artigo 48 – Quando a ordem do dia consignar alteração ou reforma deste Estatuto, fusão ou incorporação da **Fundação**, sua extinção, ou destinação de seu patrimônio, deverão ser seguidas as regras previstas em Capítulo específico deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IX – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 49 – A Diretoria Executiva é o Órgão de Administração Geral da **FUNDAÇÃO**, cabendo-lhe precipuamente executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais emanadas do Conselho Deliberativo.

Artigo 50 – A Diretoria Executiva compor-se-á de 2 (dois) integrantes eleitos e admitidos pela "Comunidade Canção Nova – Associação Pública de Fiéis", com mandato de 4 (quatro) anos, contados a partir da posse, admitindo-se reconduções por iguais períodos, sem limitações.

Artigo 51 – Integram e compõem a **Diretoria Executiva da Fundação**:

- I. Diretor Executivo
- II. Vice-Diretor Executivo

§ Único - O Diretor e o Vice-Diretor Executivo da **FUNDAÇÃO** deverão apresentar suas Declarações de Bens, ao assumirem e ao deixarem o cargo.

Artigo 52 – Ocorrendo vaga em um dos cargos, o fato será comunicado por escrito à entidade que os indicou, a qual suprirá o cargo vacante em até 30 (trinta) dias consecutivos, pelo restante do prazo.

Artigo 53 – Os Mandatos dos Diretores Executivos serão prorrogados automaticamente até a posse de seus sucessores, a qual deverá ocorrer no prazo dos cento e vinte (120) dias subsequentes aos do término dos mandatos extintos.

Artigo 54 – A ausência do Diretor Executivo, por impedimento provisório ou permanente ou por morte, será automaticamente preenchida de forma interina, independentemente de quaisquer formalidades pelo Vice-Diretor Executivo.

Artigo 55 – Compete e são atribuições do **Diretor Executivo**:

- I. zelar pelo cumprimento do Estatuto Social;
- II. representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a **Fundação**, podendo constituir mandatários em nome da mesma, mas outorgando-lhe poderes específicos e por tarefas pré-determinadas e prazos pré-fixados, exceto quanto as procurações "ad judicia", quanto ao período de vigência;



Luciane Marques Guimarães
Substituta

13/20

- III. administrar a **Fundação**, obedecendo e fazendo cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e deliberações fixadas pelo Conselho Deliberativo;
- IV. superintender as atividades técnicas, administrativas, operacionais e econômico-financeiras da **Fundação**;
- V. movimentar os recursos financeiros da **Fundação**, mediante assinatura conjunta de dois procuradores nomeados pelo Diretor Executivo e avalizados pelo Conselho Deliberativo.
- VI. nomear, procuradores mediante avaliação do Conselho Deliberativo da **Fundação**;
- VII. editar Instruções de Serviços sobre assuntos gerais de caráter executivo
- VIII. elaborar e executar, após aprovado pelo Conselho Deliberativo, os planejamentos, programas e projetos relativos:
- a) às atividades anuais da **Fundação**;
 - b) ao orçamento-programa anual e plurianual, da receita e das despesas, para o(s) ano(s) seguintes(s) e suas eventuais alterações;
 - c) aos planos de custeio e de aplicação do patrimônio;
 - d) às propostas sobre aceitação de doações, alienação e a venda de bens imóveis, móveis e de direitos e a constituição de ônus ou direitos reais sobre os mesmos.
- IX. elaborar e apresentar ao Conselho Deliberativo o Balanço Anual, com as Prestações de Contas correspondentes, o Relatório circunstanciado das atividades e da situação econômica e financeira da **Fundação** e a Demonstração de Resultados do Exercício findo, com a Variação Patrimonial, respeitado os prazos legais e estatutários;
- X. remeter ao representante do Ministério Público, anualmente e dentro do prazo legal ou daquele que for consignado, as Contas e Balanços, bem como Relatórios circunstanciados das atividades e situação da **Fundação**
- XI. entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País como do exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- XII. celebrar os contratos, acordos e convênios de interesse da **Fundação**, nos limites estabelecidos pelo Regulamento Geral da Fundação;
- XIII. deliberar sobre Normas Básicas de Administração de Pessoal, bem como aprovar os Quadros e a Lotação de Pessoal da **Fundação**, das instituições e sociedades subsidiárias ou controladas, bem como o respectivo plano salarial
- XIV. propor a edição de Atos Normativos ao Conselho Deliberativo;
- XV. propor alterações e reformas no Estatuto Social da **Fundação**



Luciane Marques Guimarães
Substituta

14/20

- XVI.** elaborar e encaminhar para a apreciação do Conselho Deliberativo anteprojeto, projetos, propostas e pedidos de autorização, de toda e qualquer natureza, objetivando o atendimento as finalidades da **Fundação**
- XVII.** delegar atribuições, através de Instruções de Serviços, definindo claramente os limites e as obrigações dos subordinados.
- XVIII.** representar a **Fundação** junto ao Ministério das Comunicações, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e órgãos afins, como seu responsável pelo setor de radiodifusão;

Artigo 56 – Apenas o Diretor Executivo da **Fundação** poderá outorgar procurações “ad negotia” e “ad judicia”, mediante prévia avaliação do Conselho Deliberativo, nas quais terão que ser consignados:

- a) os objetivos ou as finalidades específicas do mandato;
- b) exceto as procurações “ad judicia”, o tempo ou prazo de validade;
- c) autorização ou não de substabelecimento, com ou sem reserva de poderes.

Artigo 57 - A outorga de todos os mandatos emitidos deverá ser, sempre que possível, acompanhada de contratos de prestação de serviços, elencando os direitos e deveres recíprocos.

Artigo 58 – Compete e são atribuições do **Vice-Diretor Executivo**:

- I.** substituir automaticamente o Diretor Executivo, nas ausências ou impedimentos temporários;
- II.** colaborar com o Diretor Executivo na direção e execução de todas as atividades da **Fundação**;
- III.** zelar pelo fiel cumprimento de todas as prescrições legais e estatutárias da **Fundação**.

CAPÍTULO X – DO CONSELHO FISCAL

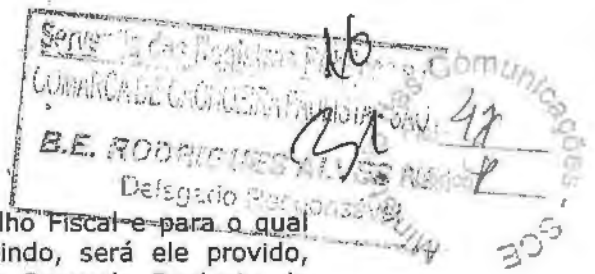
Artigo 60 – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da **Fundação**, cabendo-lhe precipuamente zelar pela sua gestão econômico-financeira e compor-se-á de três (03) integrantes titulares e dois (02) suplentes, previamente indicados pela “Comunidade Canção Nova – Associação Pública de Fieis”, admitidos para um mandato de 4 (quatro) anos, coincidente com os mandatos dos integrantes do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva.

§ Único – Os membros titulares do Conselho Fiscal escolherão entre eles na primeira reunião de cada novo mandato aquele que presidirá o órgão.



Luciane Marques Guimarães
Substituta

15/20



Artigo 61 – Ocorrendo vaga em cargo de titular do Conselho Fiscal e para o qual haja previsão de substituto legal este o ocupará. Inexistindo, será ele provido, cronologicamente pelo Primeiro Suplente e, a seguir, pelo Segundo Suplente do Conselho Fiscal.

Artigo 62 – Ocorrendo vaga de Suplente do Conselho Fiscal, o Presidente do Conselho Deliberativo comunicará imediatamente o fato à entidade indicadora para que essa escolha, o mais rápido que puder, o seu substituto.

Artigo 63 – Os integrantes do Conselho Fiscal deverão comparecer, quando convocados, às reuniões do Conselho Deliberativo, emitindo suas opiniões, prestando esclarecimentos e encaminhando ou fornecendo pareceres, que serão transcritos em ata, mas não terão direito a voto.

Artigo 64 – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 65 – As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus integrantes titulares, pelo Conselho Deliberativo ou pela Diretoria Executiva com a antecedência que a matéria a ser discutida exigir.

Artigo 66 – O Presidente do Conselho Fiscal, além do voto pessoal, terá também o voto de qualidade, mas restrito às reuniões do Conselho Fiscal.

Artigo 67 – Compete e são atribuições do Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar os atos dos Administradores da **Fundação** e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- II. examinar, a qualquer época, os livros e documentos da **Fundação**;
- III. examinar o Balancete Semestral apresentado pelo Diretor Executivo, opinando a respeito;
- IV. examinar e emitir parecer para o Conselho Deliberativo sobre o Balanço Anual o inventário que acompanha o Relatório Anual, as contas e os demais aspectos econômico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva, fazendo constar informações complementares que julgar necessárias ou úteis;
- V. lavrar em Livro de Atas e Pareceres os resultados dos exames procedidos;
- VI. denunciar as irregularidades ao Conselho Deliberativo, sugerindo providências;
- VII. examinar e emitir pareceres, sobre as demonstrações financeiras e sobre os demais dados concernentes a Prestações de Contas;
- VIII. praticar, durante o período de liquidação da **Fundação**, os atos julgados indispensáveis para o seu bom termo;



Cuciane Marques Guimarães
Substituto

16/20

§ Único. Para melhor desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal poderá requerer ao Conselho Deliberativo, mediante justificativa escrita, o assessoramento de Contador ou de firma especializada e de sua confiança, ou do Auditor Externo da Fundação, inclusive para apuração de fatos específicos ou prestação de esclarecimentos.

Artigo 68 – Os integrantes do Conselho Fiscal cumprirão integralmente os seus mandatos, sem estarem sujeitos a exoneração, exceto em casos de desídia, prevaricação, inoperância operacional ou técnica, devidamente comprovadas.

§ Único - Perderá o mandato o integrante do Conselho Fiscal que faltar, sem justificativa a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou a mais de 3 (três) alternadas, sendo o seu cargo considerado vago.

CAPÍTULO XI - DOS CONSELHOS DE PROGRAMAÇÃO E EDITORIAL

Artigo 69 – A Fundação instituirá e manterá em operação para todo o seu Sistema de Comunicação um Conselho de Programação, cujas atribuições e composição serão estabelecidas no seu Regulamento Geral.

Artigo 70 – A Fundação instituirá e manterá em operação para toda a sua produção editorial ou de mídias alternativas um Conselho Editorial, cujas atribuições e composição serão estabelecidas no seu Regulamento Geral.

Artigo 71 – Os integrantes desses dois Conselhos serão indicados pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

CAPÍTULO XII - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, E DO CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REGIME ORÇAMENTÁRIO E CONTÁBIL

Artigo 72 - O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Artigo 73 - A Fundação levantará Balanços Gerais e procederá a Apuração de Resultados em 31 de dezembro de cada exercício.

Artigo 74 - A Fundação terá Orçamento-Programa Anual e Plurianual, justificado com a indicação dos correspondentes Planos de Trabalho, com previsão discriminada das receitas e autorização das despesas, os quais serão apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo.

§ Único - Dentro de trinta (30) dias úteis após a apresentação; o Conselho Deliberativo discutirá e deliberará sobre o Orçamento-Programa.

Artigo 75 - A realização de despesas extraordinárias pela Diretoria Executiva, dependerá de autorização do Conselho Deliberativo ou, para atender a necessidade premente, de aprovação posterior daquele Órgão.

Artigo 76 - A Fundação adotará planos de contas e balanço, padronizados consoante técnicas e princípios contábeis reconhecidos ou, quando for o caso, na forma exigida pelo Ministério Público.



Luciane Marques Guimarães
Substituta

17/20

Artigo 77 - O controle interno bem como as Auditorias Internas e Externas deverão abranger os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, e consistirão na Auditoria Física, Auditoria de Livros e no Relatório de Resultados.

Artigo 78 - A Prestação de Contas junto ao Ministério Público será efetivada nos prazos consignados por esse órgão do Poder Judiciário, ou, na ausência deste prazo, em até 6 (seis) meses seguintes ao término do Exercício social, observando-se internamente os seguintes prazos:

- I. a Diretoria Executiva terá o prazo de 3 (três) meses para encaminhar ao Conselho Fiscal todos os elementos e documentos pertinentes;
- II. o Conselho Fiscal terá o prazo de 10 (dez) dias para examinar e emitir parecer para o Conselho Deliberativo sobre a Prestação de Contas;
- III. o Conselho Deliberativo terá o prazo de 10 (dez) para decidir sobre a matéria.

Artigo 79 - A aprovação sem restrições do balanço e das contas da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, exonerará os diretores executivos de responsabilidade, salvo a verificação judicial de erro, dolo, fraude ou simulação.

Artigo 80 - A **Fundação** manterá sua Escrituração Fiscal e Contábil em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.

Artigo 81 - O Balanço da **Fundação** será publicado em jornal de grande circulação e reconhecida credibilidade.

CAPÍTULO XIII - DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL

Artigo 82 - O Estatuto Social poderá ser alterado para adequação às novas realidades e necessidades da **Fundação**, obedecendo ao seguinte:

- I. seja deliberada por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Deliberativo em reunião especialmente convocada para deliberar sobre a matéria;
- II. a alteração ou reforma pretendida não contrarie os fins ou objetivos iniciais da **Fundação** nem a legislação;
- III. a alteração ou reforma seja previamente submetida ao Ministério Público ao Ministério das Comunicações;

CAPÍTULO XIV - DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Artigo 83 - A **Fundação** somente será extinta ou mesmo incorporada a outra instituição pública ou privada e congênere, com sede no território nacional, nos casos previstos em lei, desde que comprovada a impossibilidade de realização de seus fins ou objetivos, devendo o respectivo ato ser objeto dos mesmos procedimentos e quorum já previstos neste Estatuto Social para a sua reforma ou alteração.



Caciane Marques Guimarães
Substituta

18/20

Artigo 84 - Decidida a extinção da **Fundação**, o seu patrimônio será revertido para uma instituição congênera no País, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conforme for fixado pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 85 - Os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como os Colaboradores de todas as categorias previstas neste estatuto, não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da **Fundação**.

Artigo 86 - Os integrantes dos Órgãos de Administração da **Fundação**, sem exceção, somente responderão civil e penalmente por atos ilícitos que, durante as suas gestões e administrações, praticarem com dolo ou culpa, prejudicando terceiros ou a própria **Fundação**.

Artigo 87 - Este Estatuto e também as atas e deliberações decorrentes de atos de iniciativa dos dirigentes integrantes dos órgãos de administração da **Fundação**, ainda que tendo a anuência prévia do Ministério Público, quando se tratar de matéria correspondente a radiodifusão ou composição ou alteração dos seus dirigentes deverão ser submetidas ao Ministério das Comunicações.

Artigo 88 - Os casos omissos deste Estatuto Social serão dirimidos pelo Conselho Deliberativo, observados, em qualquer hipótese, os preceitos legais, as disposições do Estatuto e as normas infra-estatutárias.

Artigo 89 - O foro da Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, é eleito como o único competente para processar e julgar toda e qualquer dúvida, pendência ou demanda envolvendo matéria prevista neste Estatuto Social ou "interna corporis" da **Fundação**, por mais privilegiado que seja ou venha a ser qualquer outro.

Cachoeira Paulista, 01 de dezembro de 2004

CONSELHEIROS CURADORES:

Felipe Rinaldo Queiroz de Aquino

João Carlos Monte Claro Vasconcellos

Luiz Paulo Rocha Faustino

João Dias de Lima

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
CACHOEIRA PAULISTA
AUTENTICAÇÃO
COM O ORIGINAL CÓPIA
EXTRADA NESTA SERVENTIA DOU FE
30 JUL. 2012
R.T. GUIMARÃES OFICIAL
SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

Luciane Marques Guimarães
Substituto

19/20



**Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista**
Rua São Sebastião, 809 - Centro - Tel. 581-1858
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s) retro
de Felipe Rinaldo Queiroz
de Aquino e João Carlos Mon
te Claro Vasconcellos. - - -
Cachoeira Paulista - SP, 11 de janeiro 05

Em test. _____ da verdade

Valor devido por firma: 02 R\$ 5,00

Selos Pagos por Verba

- () Jurinda Alves Capucho
(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

No Estado Guia n.º 07/05 A Cart. Prev. Guia n.º 07/05



**Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Cachoeira Paulista**
Rua São Sebastião, 809 - Centro - Tel. 581-1858
Jurinda Alves Capucho - Tabeliã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s) retro
de Luiz Paulo Rocha Paustino
e João Dias de Lima. - - -
Cachoeira Paulista - SP, 11 de janeiro 05.

Em test. _____ da verdade

Valor devido por firma: 02 R\$ 5,00

Selos Pagos por Verba

- () Jurinda Alves Capucho
(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira
Só é Válido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba

No Estado Guia n.º 07/05 A Cart. Prev. Guia n.º 07/05



Luciane Marques Guimarães
Substituta

DIRETORES:

Pe. Jonas Abib

Wellington Silva Jardim

Luzia de Assis Ribeiro Santiago

João Millem Dabul

Rosana Aparecida Palandi Silva

Tabellão de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista

Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856

Jurinda Alves Capucho - Tabellã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s) ao la-
do de Jonas Abib e Wellington
Silva Jardim.

Cachoeira Paulista - SP, 12 de janeiro de 2005.

Em test. [assinatura] da verdade

Valor devido por firma: 02 R\$ 5,00

Selos Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Guia n.º 07/05 Cart. Prov. Guia n.º 07/05



Tabellão de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista

Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856

Jurinda Alves Capucho - Tabellã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s) supra
de Rosana Aparecida Palandi
Silva.

Cachoeira Paulista - SP, 11 de janeiro de 2005.

Em test. [assinatura] da verdade

Valor devido por firma: 01 R\$ 2,50

Selos Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Guia n.º 07/05 Cart. Prov. Guia n.º 07/05



Tabellão de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista

Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856

Jurinda Alves Capucho - Tabellã

Reconheço, por Semelhança a (s) Firma(s) supra
de Luzia de Assis Ribeiro
Santiago e João Millem Dabul

Cachoeira Paulista - SP, 11 de janeiro de 2005.

Em test. [assinatura] da verdade

Valor devido por firma: 02 R\$ 5,00

Selos Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo de Autenticidade

Os Selos devidos foram pagos por verba

do Estado Guia n.º 07/05 Cart. Prov. Guia n.º 07/05



Protocolo

Livro A

fls. 106

n.º 023

Em 19/4/2006

Registro no Livro

às fls. 12 sob n.º 33 da ordem

Cachoeira Paulista, 19 de abril de 2006

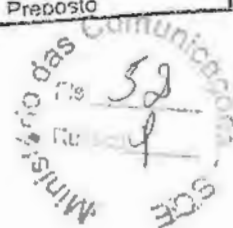
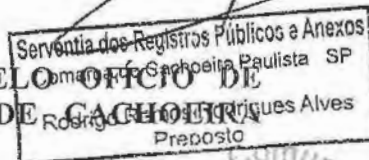
Delegado Responsável

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
CCMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - SAO PAULO
B.E. RODRIGUES ALVES NETO
Delegado Responsável

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL 2488
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
E COM O ORIGINAL CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE
30 JUL. 2012
R.T. GUIMARÃES-OFFICIAL
SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$2,35

Luciane Marques Guimarães
Substituta

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO RESPONSÁVEL PELO OFÍCIO DE
REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE CACHOEIRA
PAULISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **FILIPPE GARCEZ JARDIM**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, requerer o Registro da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da Fundação João Paulo II, lavrada no dia 30 de janeiro de 2012.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cachoeira Paulista/SP, dia 30 de janeiro de 2012.



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Filipe Garcez Jardim

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
CONFERE COM O ORIGINAL CÓPIA
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOUFE
Cach. 26 JUN. 2012
Pla.

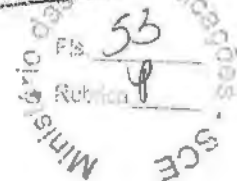
WALDIR T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALOR DE AUTENTICAÇÃO R\$ 235
0167AA066236

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP OFICIAL AUXILIAR TO. EDO GUIMARÃES	RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE <i>Filipe Garcez Jardim</i>	
	EM DOCUMENTO SEM VALOR ECONÔMICO	
	CACHOEIRA PAULISTA	01 FEV. 2012
	VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO POR RECONHECIMENTO R\$ 4,00	

Luciane Marques Guimarães

FIRMA 1 0167AA008363

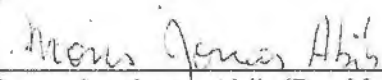
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO
DELIBERATIVO E DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

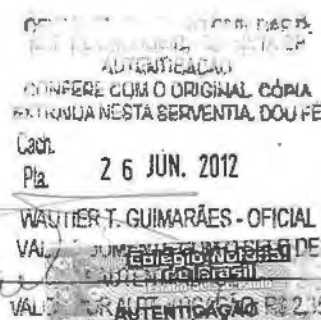


N.º 60/12 CONSDELEXTR

No dia 30 de janeiro de 2012, às nove horas, na Rua João Paulo II, s/nº, bairro Alto da Bela Vista, município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em sua sede social, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da Fundação João Paulo II. A reunião foi *especialmente* convocada, nos termos do Artigo 82 do Estatuto Civil da entidade, pelo Sr. Presidente Deliberativo, **Wellington Silva Jardim**, que me escolheu, Paulo Roberto Oliveira Lourenço, para secretariar os trabalhos, conforme comunicação feita a todos os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, e por eles recebida, para *deliberar* acerca da Alteração do Estatuto Social da Fundação João Paulo II, a partir das proposições da Diretoria Executiva e dos integrantes do próprio Conselho Deliberativo, com fundamento nos artigos 43 e 55, XV, do mesmo Estatuto. Trata-se de pontualmente da adequação da qualificação da entidade esculpida no *caput* do Artigo 1º do Estatuto Social, que atualmente tem a seguinte redação: "**Artigo 1º - A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, doravante denominada neste Estatuto Social como Fundação, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável, pelo seu Regimento Geral, por Atos Normativos e instruções de Serviços.**" A proposta ora sujeita à deliberação, após a análise dos pareceres dos consultores *Vieira-Ceneviva Advogados Associados, Ruhens Naves - Santos Jr. - Hesketh - Escritórios Associados de Advocacia e Audisa Auditores Associados Sociedade Simples Ltda.*, é de que o do *caput* do Artigo 1º do Estatuto Social da Fundação João Paulo II passe a ter a seguinte redação: "**A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, doravante denominada neste Estatuto Social como Fundação, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter confessional, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável, pelo seu Regimento Geral, por Atos Normativos e Instruções de Serviços.**" Aberta a sessão com orações, verificado que a adequação pretendida não contraria os fins ou objetivos iniciais da entidade e tampouco a legislação, foi colocada em votação a proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. Indagando aos presentes se mais algum outro assunto devesse ser tratado e, como ninguém se manifestou, deu o Sr. Presidente da reunião como aprovada a proposta da Ordem do Dia, suspendendo a Reunião pelo tempo necessário à lavratura. Reaberta a sessão, foi a ata lida aos presentes, que a aprovaram e a assinaram, para que seja submetida ao crivo do Ministério Público local, na qualidade de curador de fundações, para posterior registro.

Cachoeira Paulista/SP, dia 30 de janeiro de 2012.


Monsenhor Jonas Abib (Presidente de Honra do Conselho Deliberativo)



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAS DE CACHOEIRA PAULISTA - SP
AUTENTICAÇÃO DE ASSINATURAS

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE
Jonas Abilio (neto)

EM DOCUMENTO SEM VALOR ECONÔMICO

CACHOEIRA PAULISTA 01 FEV. 2012

EM TESTE DA VERDADE

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO
POR RECONHECIMENTO R\$ 4,00

FIRMA 1 Luciana Marques Guimarães
0167AA008373 Substituta

Nada a opor quanto ao registro da presente Ata
de Reunião.

C. Paulista, 06 de fevereiro de 2012.

RICARDO REIS SIMILI
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL NOTO
BASTARDA NESTA SERVENTIA DO JUIZ

Cach. 26 JUN. 2012

WALBERT T. GUIMARÃES - OFICIAL

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE

0167AA066462

RCPN
Cachoeira
Paulista

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista SP
Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
Preposto

RCPN
Cachoeira
Paulista

Wellington Silva Jardim (Presidente da reunião e Presidente Deliberativo)

RCPN
Cachoeira
Paulista

Carmenlita Luci Lima (Vice-Presidente Deliberativo)

RCPN
Cachoeira
Paulista

Paulo Roberto Oliveira Lourenço (Secretário)

RCPN
Cachoeira
Paulista

Luzia de Assis Ribeiro Santiago (Conselheira Deliberativa)

RCPN
Cachoeira
Paulista

Nelson Correa Júnior (Conselheiro Deliberativo)

RCPN
Cachoeira
Paulista

Filipe Garcez Jardim (Diretor Executivo)

Rosana Aparecida Palandt Silva (Vice-Diretora Executiva)

54
P
SCE

PROTOCOLADO
Livro A
fls. 182
n.º 1200
1303.12
A 3
13033 da ordem
13 Maio 2012

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento sem valor econômico a(s) firma(s) a
seguir aposta(s) no anverso: **FILIFE GARCEZ JARDIM**HELOISA DE PAIVA
CARVALHO**IVONISE DO ESPÍRITO SANTO CERQUEIRA**KARLA VERONICA
ALVES SANTOS *******

Cachoeira Paulista (SP), quarta-feira, 7 de fevereiro de 2012.

Em test. de verdade.

INUTILIZADO

Válido somente com o selo de autenticidade
Por firma reconhecida: R\$ 3,50

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE
26 JUN. 2012
Cach. 04.
GUIMARÃES - OFICIAL
ALDO...
AUTENTICAÇÃO...
VALOR POR...
0167A-066258

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e
Tutelas da Sede da Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s), a seguir, constantes do anverso: WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA, PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO, LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO, NELSON CORREA JUNIOR, FILIPE GARCEZ JARDIM E ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA

Cachoeira Paulista (SP), 01/02/2012.

Em test^o da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade
Por firma reconhecida: R\$ 1,00



Laciane Marques Guimarães
Substituta



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DA 6ª P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. Cópia
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOUFE

26 JUN 2017

Colégio Notarial
do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0167AA066287

**ESTATUTO SOCIAL
CONSOLIDADO
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
CNPJ: 50.016.039/0001-75**

Arquivo das Comunicações
nº 35
Ramo 9
Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
Preposto

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º – A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, doravante denominada neste Estatuto Social como **Fundação**, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter confessional, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável, pelo seu Regimento Geral, por Atos Normativos e Instruções de Serviços.

Parágrafo Único - A Fundação foi constituída por Escritura Pública lavrada no Cartório de Registros Públicos e Anexos da Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em 29 de junho de 1982, às fls. 21/28 do livro 137 e Re-Ratificada pela Escritura Pública de 13 de janeiro de 1984.

Artigo 2º – A Fundação tem sede e foro na Cidade e Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP 12630-000.

Artigo 3º – A fim de cumprir suas finalidades, a Fundação poderá:

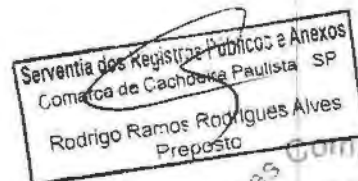
- I. organizar-se em órgãos, divisões, departamentos, seções, setores e unidades de negócio e prestadoras de serviços, na quantidade necessária, que se regerão, quando criados, pelo Regimento Geral, por Atos Normativos e Instruções de Serviços;
- II. criar sucursais, filiais, agências, escritórios, correspondentes e representação no Brasil.

Parágrafo Único: A Fundação poderá ter escritórios e unidades de representação ou ter correspondentes no exterior, com a finalidade de dar apoio a matérias jornalísticas, agilizar e diminuir custos de importação de equipamentos e bens para suas operações e atividades e arrecadar recursos para cumprir no Brasil seus objetivos sociais.

Artigo 4º – A duração da Fundação é indeterminada.

Artigo 5º – A Fundação não distribuirá, sob forma alguma, dividendos, lucros, superávits e participações do seu patrimônio, de que natureza forem, a quem quer que seja.

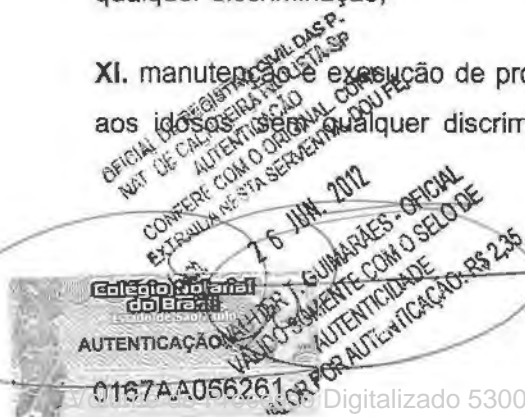
CAPÍTULO II – OBJETIVOS SOCIAIS



Artigo 6º - A Fundação tem por objetivos sociais:

- I. execução de serviços de radiodifusão, em quaisquer de suas modalidades como radiodifusão sonora, de sons e imagens, televisão a cabo, MMDS, televisão por assinatura, repetição e retransmissão de televisão, demais serviços de telecomunicações em geral e outros, através de concessões, permissões ou autorizações obtidas do poder público concedente, mediante habilitação em editais de concorrência ou por transferências que lhe sejam feitas por empresas concessionárias ou permissionárias destes serviços, em procedimentos administrativos, mediante prévia aprovação do Governo Federal, nos termos da legislação em vigor;
- II. produção e veiculação de programas em emissoras de rádio e de televisão e de outros meios de comunicação, próprios ou de terceiros;
- III. promoção, manutenção e apoio a atividades educacionais, sociais e culturais objetivando a preservação da formação cívica, moral e cultural do povo brasileiro;
- IV. promoção de intercâmbio de atividades e ações com instituições públicas e privadas que fomentem a educação e a cultura;
- V. promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- VI. promoção da educação escolar e profissional de crianças, adolescentes e adultos;
- VII. criação, participação e manutenção de centros educacionais aos jovens e adultos em todos os níveis, inclusive superior;
- VIII. assistência às crianças, adolescentes e adultos carentes, oferecendo-lhes orientação educacional, profissional, moral e cívica;
- IX. desenvolvimento de atividades de saúde pública e de assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, destinada ao atendimento das comunidades carentes;
- X. prestação de serviços gratuitos e permanentes aos usuários de assistência social, sem qualquer discriminação;
- XI. manutenção e execução de programas protetivos destinados às crianças, aos jovens e aos idosos, sem qualquer discriminação, assistindo-os direta ou indiretamente, inclusive

2/20



mediante convênio com entidades governamentais e privadas;

XII. realização de encontros e produção de eventos e exposições em sua sede ou em outras localidades do Brasil, destinados a atingir as finalidades sociais da **Fundação**;

XIII. auxílio, assistência e apoio às associações civis sem fins lucrativos que atuem em áreas afins;

XIV. promoção do voluntariado;

XV. apoio às ações de preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Artigo 7º – Para a consecução de seus objetivos sociais na área de radiodifusão a **Fundação** implantará um Sistema de Rádio e Televisão e de outros serviços de telecomunicações reconhecidos pelo poder concedente e, para tanto, poderá, obedecida a legislação vigente, adquirir cotas de capital social de empresas de radiodifusão ou participar de instituições, sociedades ou associações que detenham concessões públicas para operar serviços de radiodifusão.

Artigo 8º – A natureza jurídica da **Fundação** não poderá ser alterada e os seus objetivos primordiais não poderão ser suprimidos.

CAPÍTULO III – DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

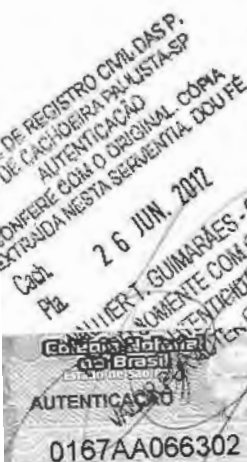
Artigo 9º – A **Fundação**, para atingir os seus objetivos, poderá:

I. ter, manter, operar e explorar geradoras, repetidoras e retransmissoras de sinais de sons e imagens, próprias e de terceiros;

II. criar, manter, operar e explorar todo e qualquer meio ou modalidade ou tipo de mídia ou de veiculação impressa, eletrônica, digital, de comunicação ou de telecomunicação como suporte às atividades meio aos seus objetivos sociais;

III. promover e realizar reunião de pessoas, eventos, congressos, feiras, seminários, simpósios, conferências, debates, entrevistas, reportagens, documentários e cursos;

IV. produzir, gravar, editar, operar, explorar, fabricar, distribuir, veicular e promover matérias e músicas, em todo e qualquer meio de fixação, através de estúdio próprio ou de terceiros;



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
MAY DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
NUNCA SERVEIA DOUFE
0167AA066879
6 JUN. 2012
AUTENTICAÇÃO
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,35

Arquivo das Comunicações
Fls. 58
Serventia dos Registros Públicos - Arquivos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
20/06/2012

VI. produzir, gerenciar e agenciar propaganda e publicidade, própria e de terceiros;
VII. instalar, manter, e operar editoras e parques gráficos para impressão de livros, jornais, periódicos e outros veículos de comunicação, próprios ou de terceiros;

VII. produzir obras teatrais, coreográficas, cinematográficas, fonovideográficas em geral e correlatas, em estúdios próprios ou de terceiros;

VIII. utilizar-se de recursos econômicos disponíveis para a consecução de seus objetivos sociais;

IX. explorar atividades agropecuárias em imóveis rurais próprios ou de terceiros para obtenção de recursos econômicos;

X. participar de entidades ou empresas que possam gerar recursos econômico-financeiros para dar suporte aos seus objetivos sociais;

XI. firmar convênios ou contratos e articular-se com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

XII. assistir, através de acordos e convênios, instituições de educação e de assistência social, de utilidade pública, filantrópicas ou não;

XIII. criar, congregar, orientar, assessorar e dirigir instituições congêneres.

Artigo 10 – Para cumprir o seu propósito de interesse social, a **Fundação** atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da cessão de recursos humanos, físicos e financeiros ou da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins aos seus objetivos sociais.

§ 1º – A **Fundação**, para consecução de seus objetivos sociais, elaborará planos, programas e projetos, compatibilizando custos e eficiência, em função dos recursos físicos, operacionais e financeiros disponíveis, criando orçamentos anuais ou plurianuais, com previsão discriminada das receitas e das despesas autorizadas.

§ 2º – Para a realização de planos cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas provisões.

Artigo 11 – A **Fundação**, para consecução de seus objetivos sociais, celebrará convênios,

acordos, contratos e outros instrumentos jurídicos, com a "Comunidade Associação Internacional Privada de Fiéis", entidade de relevante apoio à **Fundação**, bem como poderá firmar convênios, pactos e contratos, de forma a articular-se, convenientemente, com outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Artigo 12 – A **Fundação** não tem caráter político-partidário, devendo ater-se aos seus objetivos e às suas finalidades estatutárias.

Artigo 13 - Os programas de rádio e televisão criados e produzidos pela **Fundação** estarão sempre à disposição do Ministério da Educação e Cultura ou de quaisquer órgãos governamentais ou privados, para fins de veiculação em emissoras de rádio e televisão dos Municípios, Estados, Distrito Federal e da União.

CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO

Artigo 14 – Constituem patrimônio da **Fundação** :

- I. bens que lhe foram dotados quando de sua constituição feita por Escritura Pública de 29 de junho de 1982 e pela Escritura de Re-Ratificação de 13 de janeiro de 1984 e por bens e valores que a este patrimônio foram adicionados ou a ele venham a ser;
- II. doações, heranças e legados de entidades públicas, pessoas jurídicas ou físicas, nacionais e estrangeiras, com o fim específico de incorporação ao patrimônio;
- III. bens imóveis dos quais a **Fundação** já é proprietária ou que venha a adquirir;
- IV. todo e qualquer ativo mensurável economicamente;
- V. direitos de concessões, de autorizações e de permissões para explorar as atividades de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- VI. quaisquer rendas ou créditos que direta ou indiretamente auferir, em decorrência da aplicação de seus recursos e dos seus resultados operacionais;
- VII. marcas, patentes e direitos autorais.

Artigo 15 – O patrimônio da **Fundação** somente poderá ser utilizado para realizar os seus objetivos sociais, sendo permitida, porém, a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos seus objetivos sociais.

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista SP
Rodrigo Rodrigues Alves
Preposto

**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CAMOINHA BA - JUSP**

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL CÔPIA
EXTRAIDA NESTA SEQUÊNCIA DOU FE

Cach. 26 JUN. 2012

Pla. ENT. GUIMARÃES - OFICIAL

Relatório Nº 811

DO ST. 0516321 AO RS 235

AUTENTICAÇÃO

0167AA066329

26 JUN. 2012
EST. CHIMBRES - OFICIAL
COM O SELO DE
DO BRASIL
AUTENTICAÇÃO
0167AA066329

- 26 JUN. 2012
EST. CHIMBRES - OFICIAL
DO S. DE COM. O SELO DE
DO BRASIL
AUTENTICAÇÃO
0167AA066329

26 JUN. 2012
EST. CHIMBRES - OFICIAL
DO S. DE COM. SELO DE
BRASIL
AUTENTICAÇÃO
0167AA066329

26 JUN. 2012
EST. CHIMBRES - OFICIAL
COM O SELO DE
DO BRASIL
AUTENTICAÇÃO
0167AA066329

26 JUN. 2012
EST. CHIMBRES - OFICIAL
COM O SELO DE
DO BRASIL
AUTENTICAÇÃO
0167AA066329



Artigo 20 – A Fundação, para melhor atender seus objetivos sociais, aplicar recursos em instituições de educação, de assistência social e à saúde que atuem em áreas afins aos seus objetivos sociais e não tenham fins lucrativos.

CAPÍTULO VI – DOS COLABORADORES COM A FUNDAÇÃO

Artigo 21 – A Fundação tem as seguintes categorias de colaboradores:

- I. Instituidores
- II. Natos
- III. Efetivos
- IV. Beneméritos
- V. Contribuintes



Parágrafo Único – As definições de cada categoria dos colaboradores são as seguintes:

I. Instituidores: São as pessoas naturais que instituíram a **Fundação**, assinando a Escritura Pública de sua Instituição e dotando-a com o seu primeiro patrimônio.

II. Natos: São as pessoas naturais que participaram da primeira diretoria da **Fundação**.

III. Efetivos: São as pessoas naturais que, indicadas como candidatas pela “Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis”, devido ao seu apoio relevante à **Fundação**, forem eleitas ou admitidas para ocuparem cargos e funções de direção e de administração na **Fundação** ou igualmente indicadas para cumprir atividades em sociedades de propriedades da Instituição ou nas quais a **Fundação** tenha ou venha a ter interesse, participação, controle, gestão ou em empresas ou sociedades coligadas ou afiliadas à **Fundação**.

III.1. A condição de colaborador efetivo é transitória e temporária e somente perdurará enquanto permanecer a relação ou o vínculo da pessoa indicada, eleita ou nomeada com a **Fundação** ou com as instituições e sociedades acima previstas a ela coligadas ou afiliadas.

IV. Contribuintes : são as pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos sociais da **Fundação**:

a) comprometem -se, mensal ou periodicamente, a contribuir financeiramente ou de qualquer outra forma para que a **Fundação** possa alcançar as suas finalidades;

b) façam doações ou contribuições periódicas para atender projetos específicos criados pelo Conselho Deliberativo para cumprir determinado objetivo social da **Fundação**.

V. Beneméritos : São todos os integrantes da "Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis", enquanto nela permanecerem, ainda que não ocupem cargos diretivos na **Fundação**, mas que, de alguma forma e através do seu trabalho, ajudem a Instituição na consecução de seus objetivos sociais, bem como as pessoas físicas ou jurídicas que, mediante indicação unânime dos integrantes da Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, venham a ser qualificadas a essa título, em razão do apoio relevante à **Fundação**.

Artigo 22 – O Conselho Deliberativo da **Fundação** poderá convidar, através de deliberação a respeito, que algumas ou todas as categorias de Colaboradores se façam representar nas suas reuniões, sem direito a voto e sem poder fazer uso de mandatos ou procurações para tal finalidade, exceto se o Colaborador for pessoa jurídica, caso em que se fará representar, através de seu representante legal ou por procurador, na forma de seu Estatuto ou Contrato Social.

Artigo 23 – É vedado aos Colaboradores a percepção de remuneração ou de quantias a qualquer título, ou a participação sob qualquer forma, nos superávits ou resultados financeiros da **Fundação**, exceto, quando forem seus empregadores ou prestadores autônomos de serviços.

Artigo 24 – A **Fundação** não é responsável, direta, indireta ou subsidiariamente, por ônus pessoais assumidos pelos seus Colaboradores.

Artigo 25 – Os Colaboradores responderão por atos ilícitos que praticarem, com dolo ou culpa, em prejuízo à **Fundação**.

CAPÍTULO VII- DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Artigo 26 – São órgãos da administração da **Fundação** :

- I. Conselho Deliberativo
- II. Diretoria Executiva
- III. Conselho Fiscal

Artigo 27 – Todos os cargos dos órgãos da administração serão ocupados por pessoas



indicadas pela "Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fides" que apontará as funções que cada um ocupará.



Parágrafo Único – Todos os indicados deverão estar em pleno gozo de seus direitos e obedecer a legislação que regula as atividades de uma instituição fundacional e de radiodifusão.

Artigo 28 – Todos os cargos dos órgãos da administração da **Fundação**, quaisquer que sejam os seus ocupantes, não são remunerados, seja a que título for, ficando vedado ou proibido por parte de seus exercentes, o recebimento de qualquer lucro, gratificação, remuneração ou vantagem econômica.



CAPÍTULO VIII – DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 29 – O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de deliberação e orientação da **Fundação**, cabendo-lhe precipuamente fixar os objetivos e as políticas de procedimentos da Instituição e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração.

Artigo 30 – O Conselho Deliberativo compor-se-á de 7 (sete) integrantes, sendo 5 (cinco) Titulares e 2 (dois) Suplentes, para um mandato de 4 (quatro) anos, coincidente com os mandatos dos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, mandato esse que poderá ser prorrogado automaticamente até a posse dos seus sucessores.

Artigo 31 – É facultada a recondução dos integrantes do Conselho Deliberativo em eleições posteriores, sem limitações.

Artigo 32 – Os Suplentes poderão ser convidados pelo Conselho Deliberativo a participar das reuniões, sem direito a votar e serem votados.

Artigo 33 – Na hipótese de afastamento temporário de integrante Titular de um cargo do Conselho Deliberativo, poderá ser convocado um Suplente para suprir a ausência.

Artigo 34 – Na hipótese de impedimento legal ou de afastamento definitivo do Secretário ou do Primeiro Conselheiro ou do Segundo Conselheiro Deliberativos, será convocado um Suplente para cumprir o restante do mandato.

Parágrafo Único – A convocação para a substituição prevista neste artigo será feita pelo Presidente do Conselho Deliberativo com a precedência do primeiro Suplente.

Artigo 35 – Inexistindo Suplentes a serem convocados, tal fato será comunicado, por escrito, pelo Presidente do Conselho Deliberativo à entidade que os designou, a qual proverá, em até 30 (trinta) dias, a indicação tempestiva de candidatos substitutos.

Artigo 36 – O Conselho Deliberativo é composto de 7 (sete) integrantes:

- I. Presidente Deliberativo
- II. Vice-Presidente Deliberativo
- III. Secretário Deliberativo
- IV. Primeiro Conselheiro Deliberativo
- V. Segundo Conselheiro Deliberativo
- VI. Primeiro Suplente Deliberativo
- VII. Segundo Suplente Deliberativo

Artigo 37 – O Presidente Deliberativo terá, além de seu voto, o de qualidade, em caso de empate nas decisões coletivas.

Artigo 38 – Na ausência temporária do Presidente Deliberativo, o Vice-Presidente Deliberativo, automaticamente, assumirá, interinamente, o seu cargo e as suas funções estatutárias, para todos os fins e efeitos de direito.

Artigo 39 – Na ausência definitiva do Presidente Deliberativo ou do Vice-Presidente Deliberativo, será indicado pela “Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis” um substituto para completar o seu mandato.

Artigo 40 – O integrante do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e para atendimento de situações de emergência comprovada, poderá constituir outro integrante do mesmo Órgão para representá-lo, como seu Mandatário, no máximo, em duas reuniões ou sessões consecutivas.

Artigo 41 – Perderá automaticamente seu Mandato, o integrante do Conselho Deliberativo que faltar a 2 (duas) reuniões ou sessões consecutivas, ou a 3 (três) alternadas, sem justo motivo, podendo o Conselho Deliberativo considerar o cargo vago e comunicar o fato ao representante do Ministério Público e ao Ministério das Comunicações.

Artigo 42 – Compete e são atribuições do **Conselho Deliberativo**:

- I. zelar pelo cumprimento do Estatuto Social da **Fundação**;
- II. estabelecer diretrizes de atuação para a Diretoria Executiva, inclusive determinando as providências que julgar necessárias aos interesses da **Fundação**;



III. determinar ou manter auditorias interna e externa, quando possível em caráter permanente, abrangendo os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, a serem executadas por Pessoa Jurídica ou Físicas;

IV. decidir sobre as matérias e casos omissos no interesse da **Fundação** e consecução dos seus fins, não previstos neste Estatuto Social e nas normas infra-estatutárias;

V. editar o Regulamento Geral da **Fundação** e os Regimentos Internos quando necessários ao bom funcionamento organizacional;

VI. editar, quando se fizerem necessários, Atos Normativos Complementares sobre assuntos gerais de sua competência;

VII. examinar, alterar, aprovar ou rejeitar propostas da Diretoria Executiva concernentes:

a) a planos, programas e projetos de trabalho, relativos às ações e às atividades da **Fundação**;

b) aos Orçamentos Anual e Plurianual, com a previsão discriminada das receitas e autorização das despesas, ouvido previamente o Conselho Fiscal;

c) aos relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da **Fundação**, deliberando sobre balanço, a prestação de contas e o demonstrativo de variação patrimonial, após a emissão do parecer do Conselho Fiscal, a ser encaminhado ao Ministério Público, juntamente com o relatório da auditoria externa quando houver;

VIII. avaliar a indicação, feita pelo Diretor Executivo, dos procuradores nos termos do Regulamento Geral;

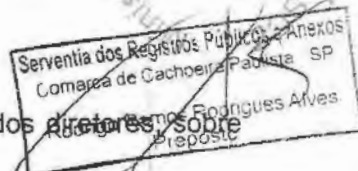
IX. avaliar a indicação, feita pelo Diretor Executivo, dos procuradores com poderes para movimentar os recursos financeiros da **Fundação**, mediante assinatura conjunta;

X. criar, abrir, instalar, transferir, alterar e encerrar estabelecimentos sede e filiais, bem como decidir sobre incorporação, assunção do controle, participação em instituições e sociedades ou afiliação da **Fundação** a outras entidades;

XI. alienar ou onerar bens imóveis;

XII. firmar acordos, contratos ou convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a **Fundação**, conforme os limites estabelecidos no Regulamento Geral;

XIII. fundir ou extinguir a **Fundação**;



XIV. julgar os recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores sobre matéria administrativa.

Artigo 43 – A iniciativa das proposições ao Conselho Deliberativo será da Diretoria Executiva, dos integrantes do próprio Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal.

Artigo 44 – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente sempre que necessário, desde que convocado pelo:

- I. seu Presidente ou substituto legal;
- II. por 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, pelo Conselho Fiscal ou pelo Diretor Executivo.

Artigo 45 – As deliberações tomadas serão lavradas em atas pelo Secretário “ad hoc” da reunião.

Artigo 46 – A convocação para as reuniões ordinárias, extraordinárias ou conjuntas do Conselho Deliberativo com a Diretoria Executiva ou com o Conselho Fiscal serão feitas com a antecedência mínima de 3 (três) dias, mediante A.R. ou correspondência pessoal com recibo para todos aqueles que, de direito e estatutariamente, delas devam participar, constando o temário, local, dia e horário do evento.

Artigo 47 – Ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou estabelecidas neste Estatuto Social, o quorum para a instalação e para deliberações do Conselho Deliberativo é o de maioria simples de votos de seus integrantes.

Artigo 48 – Quando a ordem do dia consignar alteração ou reforma deste Estatuto, fusão ou incorporação da **Fundação**, sua extinção, ou destinação de seu patrimônio, deverão ser seguidas as regras previstas em Capítulo específico deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IX – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 49 – A Diretoria Executiva é o Órgão de Administração Geral da **Fundação**, cabendo-lhe, precipuamente, executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais emanadas do Conselho Deliberativo.

Artigo 50 – A Diretoria Executiva compor-se-á de 2 (dois) integrantes eleitos e admitidos pela “Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis”, com mandato de 4 (quatro) anos, contados a partir da posse, admitindo-se reconduções por iguais períodos, sem limitações.

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista SP
Assinatura: Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
Proposto

II. Vice-Diretor Executivo.

Parágrafo Único – O Diretor e o Vice-Diretor Executivo da **Fundação** deverão apresentar suas Declarações de Bens ao assumirem e ao deixarem o cargo.

Artigo 52 – Ocorrendo vaga em um dos cargos, o fato será comunicado por escrito à entidade que os indicou, a qual suprirá o cargo vacante em até 30 (trinta) dias consecutivos, pelo restante do prazo.

Artigo 53 – Os Mandatos dos Diretores Executivos serão prorrogados automaticamente até a posse de seus sucessores, a qual deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias subsequentes ao término dos mandatos extintos.

Artigo 54 – A ausência do Diretor Executivo, por impedimento provisório ou permanente ou por morte será, automaticamente, preenchida de forma interina, independentemente de quaisquer formalidades pelo Vice-Diretor Executivo.

Artigo 55 – Compete e são atribuições do Diretor Executivo:

I. zelar pelo cumprimento do Estatuto Social;

II. representar, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, a **Fundação**, podendo constituir mandatários em nome da mesma, mas outorgando-lhe poderes específicos e por tarefas pré-determinadas e prazos pré-fixados, exceto quanto as procurações "ad judicia" quanto ao período de vigência;

III. administrar a **Fundação**, obedecendo e fazendo cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e deliberações fixadas pelo Conselho Deliberativo;

IV. superintender as atividades técnicas, administrativas, operacionais e econômico-financeiras da **Fundação**;

V. movimentar os recursos financeiros da **Fundação**, mediante assinatura conjunta de dois procuradores nomeados pelo Diretor Executivo e avalizados pelo Conselho Deliberativ;

VI. nomear procuradores mediante avaliação do Conselho Deliberativo da Fundação;

VII. editar Instruções de Serviços sobre assuntos gerais de caráter executivo;

VIII. elaborar e executar, após aprovado pelo Conselho Deliberativo, os programas e projetos relativos:

a) às atividades anuais da **Fundação**;

b) ao orçamento/programa anual e plurianual, da receita e das despesas para o(s) ano(s) seguinte(s) e suas eventuais alterações;

c) aos planos de custeio e de aplicação do patrimônio;

d) às propostas sobre aceitação de doações, alienação e a venda de bens imóveis, móveis e de direitos e a constituição de ônus ou direitos reais sobre os mesmos.

IX. elaborar e apresentar ao Conselho Deliberativo o balanço anual, com as prestações de contas correspondentes, o relatório circunstanciado das atividades e da situação econômica e financeira da **Fundação** e a demonstração de resultados do exercício findo, com a variação patrimonial, respeitados os prazos legais e estatutários;

X. remeter ao representante do Ministério Público, anualmente e dentro do prazo legal ou daquele que for consignado, as Contas e Balanços, bem como relatórios circunstanciados das atividades e situação da **Fundação**;

XI. entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País como do exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

XII. celebrar os contratos, acordos e convênios de interesse da **Fundação**, nos limites estabelecidos pelo Regulamento Geral da **Fundação**;

XIII. deliberar sobre normas básicas de administração de pessoal, bem como aprovar os quadros e a lotação de pessoal da **Fundação**, das instituições e sociedades subsidiárias ou controladas, bem como o respectivo plano salarial;

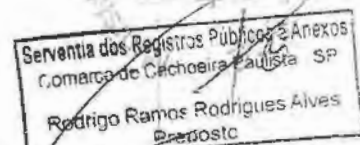
XIV. propor a edição de Atos Normativos ao Conselho Deliberativo;

XV. propor alterações e reformas no Estatuto Social da **Fundação**;

XVI. elaborar e encaminhar para a apreciação do Conselho Deliberativo anteprojeto, projetos, propostas e pedidos de autorização, de toda e qualquer natureza, objetivando o atendimento às finalidades da **Fundação**;

XVII. delegar atribuições, através de Instruções de Serviços, definindo claramente os limites

Serviço das Comunicações
66
Rubrica
Serventia dos Registros Públicos e Anexo
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
Procurador



das obrigações dos subordinados;

XIII. representar a **Fundação** junto ao Ministério das Comunicações, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – e órgãos afins, como seu responsável pelo setor de radiodifusão.

Artigo 56 – Apenas o Diretor Executivo da **Fundação** poderá outorgar procurações “ad negotia” e “ad judicia”, mediante prévia avaliação do Conselho Deliberativo, nas quais terão que ser consignadas:

- a) os objetivos ou as finalidades específicas do mandato;
- b) exceto as procurações “ad judicia”, o tempo ou prazo de validade;
- c) autorização ou não de substabelecimento, com ou sem reserva de poderes.

Artigo 57 – A outorga de todos os mandatos emitidos deverá ser, sempre que possível, acompanhada de contratos de prestação de serviços, elencando os direitos e deveres recíprocos.

Artigo 58 – Compete e são atribuições do Vice-Diretor Executivo:

- I. substituir, automaticamente, o Diretor Executivo nas ausências ou impedimentos temporários;
- II. colaborar com o Diretor Executivo na direção e execução de todas as atividades da **Fundação**;
- III. zelar pelo fiel cumprimento de todas as prescrições legais e estatutárias da **Fundação**.

CAPÍTULO X – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 60 – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da **Fundação**, cabendo-lhe, precipuamente, zelar pela sua gestão econômico-financeira e compor-se-á de 03 (três) integrantes titulares e 02 (dois) suplentes, previamente indicados pela “Comunidade Canção Nova – Associação Internacional Privada de Fiéis”, admitidos para um mandato de 04 (quatro) anos, coincidente com os mandatos dos integrantes do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – Os membros titulares do Conselho Fiscal escolherão, entre eles, na primeira reunião de cada novo mandato, aquele que presidirá o órgão.

Artigo 61 – Ocorrendo vaga em cargo de titular do Conselho Fiscal e para o qual haja previsão de substituto legal este o ocupará. Inexistindo, será ele provido, cronologicamente, pelo Primeiro Suplente e, a seguir, pelo Segundo Suplente do Conselho Fiscal.

Artigo 62 – Ocorrendo vaga de Suplente do Conselho Fiscal, o Presidente do Conselho Deliberativo comunicará imediatamente o fato à entidade indicadora para que essa escolha, o mais rápido que puder, o seu substituto.

Artigo 63 – Os integrantes do Conselho Fiscal deverão comparecer, quando convocados, às reuniões do Conselho Deliberativo, emitindo suas opiniões, prestando esclarecimentos e encaminhando ou fornecendo pareceres, que serão transcritos em ata, mas não terão direito a voto.

Artigo 64 – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 65 – As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus integrantes titulares, pelo Conselho Deliberativo ou pela Diretoria Executiva com a antecedência que a matéria a ser discutida exigir.

Artigo 66 – O Presidente do Conselho Fiscal, além do voto pessoal, terá também o voto de qualidade, mas restrito as reuniões do Conselho Fiscal.

Artigo 67 – Compete e são atribuições do Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar os atos dos administradores da **Fundação** e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- II. examinar, a qualquer época, os livros e documentos da **Fundação**;
- III. examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Executivo, opinando a respeito;
- IV. examinar e emitir parecer para o Conselho Deliberativo sobre o balanço anual, o inventário que acompanha o relatório anual, as contas e os demais aspectos econômico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva, fazendo constar informações complementares que julgar necessárias ou úteis;
- V. lavrar um Livro de Atas e Pareceres os resultados dos exames procedidos;
- VI. denunciar as irregularidades ao Conselho Deliberativo, sugerindo providências;
- VII. examinar e emitir pareceres sobre as demonstrações financeiras e sobre os demais

dados concernentes às prestações de contas;

VIII, praticar, durante o período de liquidação da **Fundação**, os atos julgados indispensáveis para o seu bom termo;

Parágrafo Único – Para melhor desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal poderá requerer ao Conselho Deliberativo, mediante justificativa escrita, o assessoramento de Contador ou de firma especializada e de sua confiança, ou do Auditor Externo da **Fundação**, inclusive para apuração de fatos específicos ou prestação de esclarecimentos.

Artigo 68 – Os integrantes do Conselho Fiscal cumprirão integralmente os seus mandatos, sem estarem sujeitos a exoneração, exceto em casos de desídia, prevaricação, inoperância operacional ou técnica, devidamente comprovadas.

Parágrafo Único – Perderá o mandato o integrante do Conselho Fiscal que faltar, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a mais de 3 (três) alternadas, sendo o seu cargo considerado vago.

CAPÍTULO XI – DOS CONSELHOS DE PROGRAMAÇÃO E EDITORIAL

Artigo 69 – A **Fundação** instituirá e manterá em operação para todo o seu Sistema de Comunicação um Conselho de Programação, cujas atribuições e composição serão estabelecidos no seu Regulamento Geral.

Artigo 70 – A **Fundação** instituirá e manterá em operação para toda a sua produção editorial ou de mídias alternativas um Conselho Editorial, cujas atribuições e composição serão estabelecidos no seu Regulamento Geral.

Artigo 71 – Os integrantes desses dois Conselhos serão indicados pelo Conselho Deliberativo da **Fundação**.

CAPÍTULO XII – DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, DO CONTROLE, PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO REGIME ORÇAMENTÁRIO E CONTÁBIL

Artigo 72 – O exercício financeiro da **Fundação** coincidirá com o ano civil.

Artigo 73 – A **Fundação** levantará balanços gerais e procederá à apuração de resultados em 31 de dezembro de cada exercício.

71
Serventia dos Registros Públicos - Anexo
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
Preposto

Artigo 74 – A Fundação terá Orçamento/Programa Anual e Plurianual, justificado pela indicação dos correspondentes Planos de Trabalho, com previsão discriminada das receitas e autorização das despesas, os quais serão apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único – Dentro de 30 (trinta) dias úteis após a apresentação, o Conselho Deliberativo discutirá e deliberará sobre o Orçamento/Programa.

Artigo 75 – A realização de despesas extraordinárias pela Diretoria Executiva, dependerá de autorização do Conselho Deliberativo ou, para atender a necessidade premente, de aprovação posterior daquele Órgão.

Artigo 76 – A Fundação adotará planos de contas e balanço padronizados consoante técnicas e princípios contábeis reconhecidos ou, quando for o caso, na forma exigida pelo Ministério Público.

Artigo 77 – O controle interno, bem como as auditorias internas e externas deverão abranger os aspectos administrativos, funcionais, econômico-financeiros e contábeis, e consistirão na auditoria física, auditoria de livros e no relatório de resultados.

Artigo 78 – A prestação de contas junto ao Ministério Público será efetivada nos prazos consignados por esse órgão do Poder Judiciário, ou, na ausência deste prazo, em até 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, observando-se internamente os seguintes prazos:

- I. a Diretoria Executiva terá o prazo de 3 (três) meses para encaminhar ao Conselho Fiscal todos os elementos e documentos pertinentes;
- II. o Conselho Fiscal terá o prazo de 10 (dez) dias para examinar e emitir parecer para o Conselho Deliberativo sobre a prestação de contas;
- III. o Conselho Deliberativo terá o prazo de 10 (dez) para decidir sobre a matéria.

Artigo 79 – A aprovação sem restrições do balanço e das contas da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, exonerará os diretores executivos de responsabilidade, salvo a verificação judicial de erro, dolo, fraude ou simulação.

Artigo 80 – A Fundação manterá sua escrituração fiscal e contábil em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista SP
Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
Preposto

OFICIAL DE REGISTROS PÚBLICOS
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÔPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE
Cach. 25 JUN. 2012 18/20
Pa. CARLIER T. GUIMARÃES - OFICIAL
CONFIRMAÇÃO COM O SELO DE
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICAÇÃO
0167A066442

Artigo 81 – O balanço da **Fundação** será publicado em jornal de grande circulação e reconhecida credibilidade.

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo Rodrigues Alves
Preposto

CAPÍTULO XIII – DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL

Artigo 82 – O Estatuto Social poderá ser alterado para adequação às novas realidades e necessidades da **Fundação**, obedecendo ao seguinte:

- I. seja deliberada por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Deliberativo em reunião especialmente convocada para deliberar sobre a matéria;
- II. a alteração ou reforma pretendida não contrarie os fins ou objetivos iniciais da **Fundação** nem a legislação;
- III. a alteração ou reforma seja previamente submetida ao Ministério Público e ao Ministério das Comunicações.

CAPÍTULO XIV – DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Artigo 83 – A **Fundação** somente será extinta, ou mesmo incorporada a outra instituição pública ou privada e congênere, com sede no território nacional, nos casos previstos em lei, desde que comprovada a impossibilidade de realização de seus fins ou objetivos, devendo o respectivo ato ser objeto dos mesmos procedimentos e quorum já previstos neste Estatuto Social para a sua reforma ou alteração.

Artigo 84 – Decidida a extinção da **Fundação**, o seu patrimônio será revertido para uma instituição congênere no País, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS –, conforme for fixado pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 85 – Os integrantes dos Conselhos Deliberativos e Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como os Colaboradores de todas as categorias previstas neste Estatuto, não respondem, solidária nem subsidiariamente, pelas obrigações da **Fundação**.

Artigo 86 – Os integrantes dos órgãos de administração da **Fundação**, sem exceção, somente responderão, civil e penalmente, por atos ilícitos que, durante as suas gestões e

19/20

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
CONFERE COM ORIGINAL
EXTRAI-SE NESTA SEÇÃO
Cadastrado em 26 JUN. 2012
NÚMEROS OFICIAIS
E COM O Nº 225
GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO
01574066450

administrações praticarem com dolo ou culpa, prejudicando terceiros ou a própria **Fundação**.

Serventia dos Registros Públicos e A
Comarca de Cachoeira Paulista
Rodrigo Ramos Rodrigues A
Preposto

Artigo 87 – Este Estatuto e também as atas e deliberações decorrentes de atos de iniciativa dos dirigentes integrantes dos órgãos de administração da **Fundação**, ainda que tendo a anuência prévia do Ministério Público, quando se tratar de matéria correspondente a radiodifusão ou composição ou alteração dos seus dirigentes, deverão ser submetidas ao Ministério das Comunicações.

Artigo 88 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão dirimidos pelo Conselho Deliberativo, observados, em qualquer hipótese, os preceitos legais, as disposições do Estatuto e as normas infra-estatutárias.

Artigo 89 – O foro da Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, é eleito como o único competente para processar e julgar toda e qualquer dúvida, pendência ou demanda envolvendo matéria prevista neste Estatuto Social ou "interna corporis" da **Fundação**, por mais privilegiado que seja ou venha a ser qualquer outro.

Cachoeira Paulista, 30 de janeiro de 2012.

CONSELHEIROS DELIBERATIVOS:

Monsenhor Jonas Abib

Wellington Silva Jardim

Carmenlita Luci Lima

Paulo Roberto Oliveira Lourenço

Luzia de Assis Ribeiro Santiago

Nelson Correa Júnior

DIRETORIA:

Filipe Garcez Jardim

Rosana Aparecida Palandi Silva



20/20



3. Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

ILMO. SR. OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DA COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA/SP.



GERAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DO LPE

Cach. 26 JUN. 2012
Pta.

WALTER T. GUIMARÃES-OFFICIAL
VALIDO
AUTENTICADO
VALOR: R\$ 52,35
0167AA066493

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP: 12.630-000, neste ato representada por seu Vice-Diretor Executivo, Sr. Filipe Garcez Jardim, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 162.775.318-40, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.220.465-1-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, vem, respeitosamente, requerer a V. Sa. o registro da *Ata de Reunião Ordinária Conjunta do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal* desta entidade, realizada no dia 30/11/2009, referente à Eleição e Posse dos novos membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da instituição, para o período de 26/05/2010 a 25/05/2014.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Cachoeira Paulista/SP, 10 de maio de 2010.

Requerimento por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Filipe Garcez Jardim
em documento sem valor econômico.
Cachoeira Paulista, 10 MAIO 2010
Filipe Garcez Jardim
FUND. JOÃO PAULO II
CACHOEIRA PAULISTA-SP
SOMENTE EM SELO DE AUTENTICAÇÃO
0167AA004636

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Filipe Garcez Jardim
Vice-Diretor Executivo



CNPJ: 50.016.039/0001-75 - Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - CEP: 12.630-000
Caixa Postal 57 - Fone: (12) 3186-2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaonova.com

Comunicações - 5300

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA
DO CONSELHO DELIBERATIVO, DA DIRETORIA EXECUTIVA E
DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**

CONSELHO DELIBERATIVO

do mês de novembro do ano de dois mil e nove (30/11/2009), às nove horas e (9h30), em sua sede social, localizada na Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP: 12.630-000, reuniram-se todos os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fundação João Paulo II, para deliberar sobre a convocação datada de 12/11/2009, recebida e assinada por todos no mesmo dia, para deliberar sobre a Eleição e Posse dos novos membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, para o período de 26/05/2010 a 25/05/2014, os quais, em atenção às disposições do artigo 27 do Estatuto Social desta entidade, foram indicados pela *Comunidade Canção Nova - Associação Internacional Privada de Fiéis* (outrora denominada *Comunidade Canção Nova - Associação Pública de Fiéis*) durante a Reunião Extraordinária do Conselho Geral desta associação realizada no dia 28 de outubro de 2009. Constatada a presença de todos os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, o *Monsenhor Jonas Abib* declarou aberta a Sessão, convidando-me, *Eliete Aparecida Camilo Neves Todeschini*, para secretariá-la. Iniciados os trabalhos, o Presidente da Sessão disse que a reunião tinha como pauta a deliberação sobre a Eleição e Posse dos novos membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da entidade, para o período de 26/05/2010 a 25/05/2014, em razão do vencimento do mandato dos atuais diretores e conselheiros, previsto para o dia 26/05/2010. Posta a matéria em discussão e votação, apurou-se ao final que, por unanimidade e sem ressalvas, foram eleitas e empossadas para os respectivos cargos, para o período de 26/05/2010 a 25/05/2014, as pessoas qualificadas abaixo, para ocupar os cargos que compõem os Órgãos de Administração da Fundação, passando estes, portanto, a ter a seguinte composição: **MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO: Presidente Deliberativo: WELLINGTON SILVA JARDIM**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 5.777.160-1-SSP/SP e do CPF nº 370.856.628-91, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Vice-Presidente Deliberativo: CARMENLITA LUCI LIMA**, brasileira, solteira, contadora, portadora do RG nº 18.225.792-SSP/SP e do CPF nº 125.175.178-43, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Secretário Deliberativo: PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 13.076.133-SSP/SP e do CPF nº 020.782.348-00, residente e domiciliado na Rua Geraldo da Silva Azevedo, nº 280, Jardim dos Ipês, Cachoeira Paulista/SP; **Primeiro Conselheiro Deliberativo: LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO**, brasileira, viúva, assistente social, portadora do RG nº 276.442-AER e do CPF nº 741.675.028-87, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Segundo Conselheiro Deliberativo: NELSON CORRÊA JUNIOR**, brasileiro, casado, radialista, portador do RG nº 13.486.945-X-SSP/SP e do CPF nº 019.665.628-10, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Primeiro Suplente Deliberativo: CARLA RIBEIRO ASTUTI COELHO**, brasileira, casada, radialista, portadora do RG nº 823416-SSP/DF e do CPF nº 410.917.791-04, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Segundo Suplente Deliberativo: FELIPE RINALDO QUEIROZ DE AQUINO**, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 5.313.861-SSP/SP e do CPF nº 421.641.928-34, residente e

Comarca de Cachoeira Paulista
1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Jurinda Alves Capucho
Tabelião
Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barralira
Escrevente Autorizada


OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA. DOU FÉ

Cach. 26 JUN. 2012
Pla.


WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALIAÇÃO DO SELO DE
AUTENTICAÇÃO
VALOR DA AUTENTICAÇÃO: R\$2,35
0167AA066503

Nada a opor quanto ao registro da
presente Ata de Reunião.


Cachoeira Paulista, 16 de dezembro de 2009.

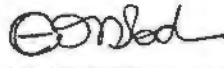

DANIELA RANGEL CUNHA AMADEI
Promotora de Justiça

domiciliado na Rua Joaquim Azevedo Figueira, nº 405, Lorena/SP. **MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA:** **Diretor Executivo:** **FILIPPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP; **Vice-Diretor Executivo:** **ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA**, brasileira, casada, contadora, portadora do RG nº 16.892.974-0-SSP/SP e do CPF nº 084.598.318-09, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:** **Conselheiros Fiscais TITULARES:** **CARLOS APARECIDO ASTUTI**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 429580-SSP/PR e do CPF nº 010.540.319-91, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 515, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista/SP; **JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 25.386.164-0-SSP/SP e do CPF nº 159.464.338-57, residente e domiciliado na Rua José Otoni de Almeida, nº 53, Edifício Espazio, Apto. 13, Guaratinguetá/SP; e **EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO**, brasileira, casada, nutricionista, portadora do RG nº 53.428.776-1-SSP/SP e do CPF nº 674.427.736-72, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; **Conselheiros Fiscais SUPLENTE:** **FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, casado, locutor, portador do RG nº 15.901.102-SSP/SP e do CPF nº 063.472.568-86, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP; e **SILVIA HELENA GONZAGA DA SILVA**, brasileira, casada, assistente social, portadora do RG nº M - 7.640.919-SSP/MG e do CPF nº 341.974.001-87, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP. O Presidente da Sessão, verificando não haver qualquer outro assunto a ser tratado, declarou encerrados os trabalhos, suspendendo a Sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, realizada por mim, *Eliete Aparecida Camilo Neves Todeschini*, Secretária, bem como determinou que ela e os documentos que a instruem fossem submetidos à aprovação da Promotoria de Justiça da Comarca de Cachoeira Paulista - Ministério Público do Estado de São Paulo. Reaberta a Sessão, a presente ata foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes, sem ressalvas, e assinada pelo Presidente da Sessão, por mim Secretária, e pelos demais presentes.

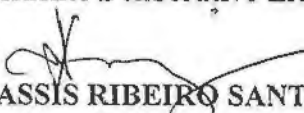

MONSENHOR JONAS ABIB
Presidente Deliberativo Retirante e
Presidente da Sessão


WELLINGTON SILVA JARDIM
Diretor Executivo Retirante e
Presidente Deliberativo Eleito


PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
Conselheiro Fiscal Titular Retirante e
Secretário Deliberativo Eleito


ELIETE APARECIDA CAMILO NEVES TODESQUINI
Secretário Deliberativo Retirante e
Secretária da Sessão


CARMENLITA LUCI LIMA
Conselheira Fiscal Titular Retirante e
Vice-Presidente Deliberativo Eleito


LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
Primeiro Conselheiro Deliberativo
Reeleito

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FÉ

Cach. 25 JUN. 2012

Pla.

WAUTIER T. GUIMARÃES-OFFICIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO
AUTENTICAÇÃO

1ª Tabelião

Reconheço

Cachoeira

Em test.

Valor recob.

() Jurisprud.

Só é válido

ao E. B. 10



1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro / Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião
Reconheço por semelhança esta Firma (s)
Abib e Wellington Silva Jardim
Cachoeira Paulista-SP, 09 de dezembro de 2009.
Em test. *[assinatura]* de verdade.
Valor recebido por Firma: R\$ 5,80
() Jurinda Alves Capucho () Maria Ap. da Costa Araújo Dias Barreto
Só é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por verb.:
Ao Estado Guia nº 227/09 A Cart. Prev. Guia

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro / Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião
Reconheço por semelhança esta Firma (s)
Roberto Oliveira Lourenço e Eliete Aparecida Camilo Neves Todeschini
Cachoeira Paulista-SP, 09 de dezembro de 2009.
Em test. *[assinatura]* de verdade.
Valor recebido por Firma: R\$ 5,80
() Jurinda Alves Capucho () Maria Ap. da Costa Araújo Dias Barreto
Só é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por verb.:
Ao Estado Guia nº A Cart. Prev. Guia

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião
Reconheço por semelhança esta Firma (s)
Ita Lúci Lima e Luzia de Assis Ribeiro Santiago
Cachoeira Paulista-SP, 09 de dezembro de 2009.
Em test. *[assinatura]* de verdade.
Valor recebido por Firma: R\$ 5,80
() Jurinda Alves Capucho () Maria Ap. da Costa Araújo Dias Barreto
Só é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por verb.:
Ao Estado Guia nº 227/09 A Cart. Prev. Guia

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE
Cach. 26 JUN. 2012
O REGISTRO DE REGISTRO CIVIL
TERÁ QUE SER AUTENTICAÇÃO
O SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICAÇÃO
OR ROR 017A066523

[Signature]
NELSON CORRÊA JUNIOR
Segundo Conselheiro Deliberativo Reeleito

[Signature]
CARLA RIBEIRO ASTUTI COELHO
Primeiro Suplente Deliberativo Eleito

[Signature]
FELIPE RINALDO QUEIROZ DE AQUINO
Segundo Suplente Deliberativo Reeleito

[Signature]
FILIPE GARCEZ JARDIM
Vice-Diretor Executivo Retirante e Diretor Executivo Eleito

[Signature]
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
Vice-Diretor Executivo Eleito

[Signature]
CARLOS APARECIDO ASTUTI
Primeiro Suplente Deliberativo Retirante e Conselheiro Fiscal Titular Eleito

[Signature]
JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
Conselheiro Fiscal Suplente Retirante e Conselheiro Fiscal Titular Eleito

[Signature]
EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
Conselheiro Fiscal Suplente Retirante e Conselheiro Fiscal Titular Eleito

[Signature]
FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS
Conselheiro Fiscal Suplente Eleito

[Signature]
SILVIA HELENA GONZAGA DA SILVA
Conselheiro Fiscal Suplente Eleito

[Signature]
MÁRCIO ANDRÉ DE LIRA TODESCHINI
Conselheiro Fiscal Titular Retirante



1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião
Reconheço a semelhança da(s) Firma(s) Supra de Nelson
Correia Junior e Felipe Rinaldo
Queiroz de Aquino
Cachoeira Paulista - SP de 09 de dezembro de 20 09.
Em test. _____ da verdade
Valor recebido por Firma: 02 R\$ 5,80
1) Jurinda Alves Capucho 1) Maria Aparecida Alves Capucho
So é válido o Selo de Autenticação Os Selos devidos foram pagos por meio de
no Estabelecimento nº _____ A Cart. Prev. Guia _____

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE

Cach. 26 JUN. 2012
Pta.

WALTER T. GUIMARÃES-OFFICIAL
VALIDO VIVENTE COM O SELLO DE
AUTENTICADO
AUTENTICAÇÃO

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião

Reconheço por semelhança a(s) Firma(s) retiro de Rosana Aparecida Palanci Silva e Jackie Cardoso Sodero Toledo
Cachoeira Paulista-SP - 09 de dezembro de 2009.

Em test. _____ da verdade

Valor recebido por Firma: 02 R\$ 5,80
() Jurinda Alves Capucho () Maria Apª da Costa Araújo Dias Barette
So é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por valor
No Estado Guia nº 227/09 A Cart. Prev. Guia

0169AA023335

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião

Reconheço por semelhança a(s) Firma(s) retiro de Francisco José dos Santos e Marcio Andre da Silva Tedeschini
Cachoeira Paulista-SP - 09 de dezembro de 2009.

Em test. _____ da verdade

Valor recebido por Firma: 02 R\$ 5,80
() Jurinda Alves Capucho () Maria Apª da Costa Araújo Dias Barette
So é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por valor
No Estado Guia nº 227/09 A Cart. Prev. Guia

0169AA023337

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião

Reconheço por semelhança a(s) Firma(s) retiro de Carla Ribeiro Astuti Coelho e Felipe Garcez Jardim
Cachoeira Paulista-SP - 09 de dezembro de 2009.

Em test. _____ da verdade

Valor recebido por Firma: 02 R\$ 5,80
() Jurinda Alves Capucho () Maria Apª da Costa Araújo Dias Barette
So é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por valor
No Estado Guia nº 227/09 A Cart. Prev. Guia

0169AA023339

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião

Reconheço por semelhança a(s) Firma(s) retiro de Carlos Aparecido Astuti e Edvânia Duarte de Almeida
Cachoeira Paulista-SP - 09 de dezembro de 2009.

Em test. _____ da verdade

Valor recebido por Firma: 02 R\$ 5,80
() Jurinda Alves Capucho () Maria Apª da Costa Araújo Dias Barette
So é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por valor
No Estado Guia nº 227/09 A Cart. Prev. Guia

0169AA023340

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista.
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1856
Jurinda Alves Capucho - Tabelião

Reconheço por semelhança a(s) Firma(s) retiro de Helene Longaga de Silva
Cachoeira Paulista-SP - 09 de dezembro de 2009.

Em test. _____ da verdade

Valor recebido por Firma: 01 R\$ 2,90
() Jurinda Alves Capucho () Maria Apª da Costa Araújo Dias Barette
So é válido o Selo de Autenticidade Os Selos devidos foram pagos por valor
No Estado Guia nº 227/09 A Cart. Prev. Guia

0169AA023343

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL CÓPIA
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU FÉ

Cach. 26 JUN. 2012
Pta.

WAUTIER T. GUIMARÃES-OFCIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICAÇÃO
VAL. OR AUTENTICAÇÃO Nº 2.35
AUTENTICAÇÃO
0167AA066491

Protocolo nº 131/09
13/09/09
74,68
ao fls. 83 e v. 14
de ordem
14/09/09
14/09/09
Delen de Responsável
Sergente de Polícia Paulo Roberto de Jesus
Chefe de Polícia Paulo Roberto de Jesus
14/09/09
Delen de Responsável

Cachoeira Paulista/SP, 31 de maio de 2011.

Ministério das Comunicações
Fia 90
Rubrica

À
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

A/C
Wellington Silva Jardim
Presidente Deliberativo

SILVIA HELENA GONZAGA DA SILVA, brasileira, casada, assistente social, portadora do RG nº M - 7.640.919-SSP/MG e do CPF nº 341.974.001-87, vem, respeitosamente, através da presente, comunicar sua decisão de renunciar, por motivo de foro íntimo, ao cargo de Conselheira Fiscal Suplente dessa fundação, para o qual foi eleita na Reunião Ordinária realizada no dia 30/11/2009.

Portanto, deixa à disposição referido cargo, para que sejam tomadas as devidas providências.


Sendo o que cumpria comunicar,

Subscreve com protestos de elevada estima.

Fraternalmente,


SILVIA HELENA GONZAGA DA SILVA

CIENTE:


FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Wellington Silva Jardim
Presidente Deliberativo

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA. DOU FÉ

Cach. 26 JUN. 2012
Pta.

WALTER T. GUIMARÃES, OFICIAL
VAL. J. M. GUIMARÃES, OFICIAL
AUTENTICAÇÃO
VAI C. OR AUTENTICAÇÃO R\$2,35
AUTENTICAÇÃO

0167AA066557



4. Instrumento jurídico que comprove a vinculação da fundação de direito privado com instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o município onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação;

**Termo de Cooperação Técnico-Pedagógica e Sociocultural,
que entre si celebram FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II e
FACULDADE CANÇÃO NOVA.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.016.039/0001-75, com sede na cidade de Cachoeira Paulista/SP, na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, CEP 12.630-000, mantenedora do Sistema Canção Nova de Comunicação (Rádio e TV), através de seu representante legal infra-assinado, denominada simplesmente como **FJPPII**, e de outro lado **FACULDADE CANÇÃO NOVA**, instituição de educação superior, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.016.039/0064-59, Credenciada pelo Ministério de Estado da Educação por força da Portaria nº 590, de 18/05/2011, publicada no Diário Oficial da União em 19/05/2011, estabelecida à Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, Vila Cacarro, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, denominada simplesmente de **FCN**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo de Cooperação Técnico-Pedagógica e Sociocultural, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACORDO E SEUS OBJETIVOS:

1.1. O presente instrumento tem por finalidade estabelecer e regulamentar a Cooperação Técnico-Pedagógica e Sociocultural entre a **FJPPII** e a **FCN**, para a produção e veiculação de programas educacionais, culturais, jornalísticos, pedagógicos, recreativos e informativos, bem como para desenvolvimento de atividades e projetos de caráter educacional e pedagógico, em conjunto;

1.2. Os recursos humanos de quaisquer das partes não sofrerão qualquer alteração de suas vinculações com o órgão/empresa de origem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS AOS PACTUANTES:

2.1. Para a execução dos projetos e atividades previstos neste termo, as partes subministrarão os recursos humanos, materiais e financeiros considerados indispensáveis à vista das atividades que poderão ser desenvolvidas;

2.2. Envidar todos os esforços necessários para a realização do objeto deste termo.

Selipe

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA FJPII:

3. Compete à FJPII:

3.1. Disponibilizar horários na grade de programação de suas emissoras de rádio e televisão para veiculação de programas de caráter educacional, cultural, jornalístico, pedagógico, recreativo e informativo produzidos conjuntamente, ou isoladamente pela FCN, desde que previamente aprovados por sua direção geral;

3.2. Disponibilizar locais, equipamentos e profissionais, quando solicitados pela FCN, como forma de apoio à produção de programas e demais atividades educacionais desta, desde que previamente combinado e que não afete suas atividades de trabalho;

3.3. Disponibilizar suas dependências para o aprendizado e aprimoramento dos alunos da FCN, através de visitas técnicas e acompanhamento de atividades dos profissionais dos seus departamentos de Rádio, de Televisão e de Jornalismo, desde que previamente acordado entre os diretores de ambas as entidades;

3.4. Permitir que seus funcionários ministrem palestras e workshops, quando solicitados pela FCN;

3.5. Desenvolver, quando possível, outros projetos culturais e educacionais em conjunto com a FCN;

3.6. Respeitar as determinações acadêmico-administrativas definidas pela FCN para o funcionamento dos projetos que vierem a ser desenvolvidos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FCN:

4. Compete à FCN:

4.1. Disponibilizar, preferencialmente, à FJPII seus eventuais projetos de produção de programas de caráter educativo, cultural, jornalístico, pedagógico, recreativo ou informativo na vigência do presente do termo;

4.2. Promover o intercâmbio de seus alunos para aprendizado e possibilidade de estágio na FJPII, quando houver solicitação desta;


S. Felipe

4.3. Permitir a participação da **FJPII** em atividades educacionais e eventuais produções de programas educacionais, desde que previamente ajustados;

4.4. Permitir que seus mestres, doutores, gestores e professores ministrem cursos de aprimoramento para os profissionais da **FJPII**;

4.5. Desenvolver, quando possível, projetos culturais e educacionais em conjunto com a **FJPII**;

4.6. Zelar pelo bom funcionamento dos projetos e agregar-lhes novos valores;

4.7. Não cobrar direitos autorais da **FJPII**, relativos aos eventuais programas de rádio e televisão educativos ou culturais produzidos isoladamente por si.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA DENÚNCIA:

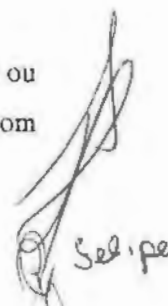
5.1. O presente termo de ajuste é celebrado em caráter gratuito e terá vigência indeterminada a partir da data de sua assinatura;

5.2. O presente termo poderá ser resilido por mútuo acordo entre os partícipes, ou rescindido por qualquer um deles, se houver o inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação por escrito, ao outro partícipe, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados eventuais compromissos financeiros entre os partícipes;

5.3. Nos casos de denúncia, resilição ou rescisão, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento, em que se definam e atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos das pendências, inclusive no que se refere ao destino de bens eventualmente cedidos por empréstimo, ou comodato, aos direitos autorais ou de propriedade, dos trabalhos em andamento, bem como as restrições do uso dos bens, resultados e metodologias e à divulgação de informações, colocadas à disposição dos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. Este termo não obsta que seus partícipes celebrem com outras entidades acordos semelhantes ou idênticos, ou deles participem, desde que observadas as restrições eventualmente existentes com

 Sel. pe


relação ao uso de bens e informações e à divulgação delas, bem com as limitações impostas por direitos autorais e de propriedade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:


7.1. Os partícipes, de comum acordo, elegem, como único competente para dirimir dúvidas e controvérsias acerca do presente Termo o Foro da Comarca de Cachoeira Paulista/SP, podendo os casos omissos ser resolvidos de comum acordo entre as partes convenientes.

E por estarem de pleno acordo, o presente termo foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, foi assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Cachoeira Paulista/SP, 01 de agosto de 2011.




FILIPÉ GARCEZ JARDIM
Diretor Executivo
FJPII




JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
Diretor Geral
FCN

Diretor Geral Cardoso Sodero Toledo
Diretor Geral FCN
CPF/MF 159.464.338-57

Testemunhas:



Nome: **Paula Gonçalves Rosa**
CPF: **400.812.758-17**



Nome: **Felipe Gomes**
CPF: **019.437.933-79**



§ 2º O valor das bolsas e auxílios previstos no caput deste artigo será fixado por ato do Presidente da CAPES, na medida da disponibilidade orçamentária.

§ 3º As instituições de ensino superior brasileiras, supervisionadas a efetiva participação dos estudantes indicados, procedendo imediata comunicação à CAPES para suspensão dos depósitos daqueles que, por qualquer motivo, afastarem-se ou deixarem de atender ao escopo das atividades.

§ 4º Cada instituição de ensino superior brasileira participante indicará um coordenador das ações que serão por ela desenvolvidas e que se responsabilizará pela validade das informações encaminhadas à CAPES.

Art. 6º A operacionalização das ações previstas na presente portaria fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 590, DE 18 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 65/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200807895, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Credenciar a Faculdade Canção Nova, a ser instalada à Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, Bairro Vila Caceró, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, mantida pela Fundação João Paulo II, com sede e foro no mesmo município e Estado, sob o mesmo endereço, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interdição superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu reconhecimento, observado as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro reconhecimento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

DESPACHO DO MINISTRO
Em 18 de maio de 2011

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 65/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao credenciamento da Faculdade Canção Nova, a ser instalada à Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, bairro Vila Caceró, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, mantida pela Fundação João Paulo II, com sede e foro no mesmo município e Estado, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200807895.

FERNANDO HADDAD

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro, Homologação de 13 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2011, Seção 1, página 17, onde se lê: "...Homologação o Parecer nº 13/2010, ..." leia-se: "...Homologação o Parecer nº 13/2011...".

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

PORTARIA Nº 338, DE 17 DE MAIO DE 2011

O Reitor "Pro Tempore" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria Ministerial nº 36 de 07/01/2009, publicada no DOU de 08/01/2009, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

Alterar no Quadro de Funções da Portaria IFETM - Reitoria nº 168 de 13/04/2010 publicada no DOU de 20/04/2010, as funções abaixo decorrentes da substituição de funções ou da redistribuição constante da Portaria Ministerial nº 764 de 05/08/2009, DOU de 07/08/2009 e/ou da Portaria Ministerial nº 180 de 19/02/2010, DOU de 22/02/2010:

SITUAÇÃO ATÉ 03/05/2011 DENOMINAÇÃO ANTIGA	Código Função	SITUAÇÃO A PARTIR DE 03/05/2011 NOVA DENOMINAÇÃO	Código Função
Coordenação de Pesquisa e Extensão - Campus Itumbiara	FG-02	Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Campus Itumbiara	FG-02
Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos - Campus Itumbiara	FG-02	Coordenação de Extensão, Estágio e Acompanhamento de Egressos - Campus Itumbiara	FG-02

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIPIDES RONALDO ANANIAS FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/etec/mineiro>, pelo código 06012011051900020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PORTARIA Nº 23, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação a Distância, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 200712630, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso de Pedagogia, licenciatura, ofertado na modalidade a distância pela Universidade Federal de Alagoas, com sede na Avenida Lourival Melo Mattos, Tabuleiro do Martins, Maceió, Alagoas, mantida pelo Ministério da Educação, com 200 (duzentas) vagas totais anuais por pólo de apoio presencial, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente nos pólos de apoio presencial credenciados junto ao MEC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 24, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação a Distância, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 200803853, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, constante do Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ofertado na modalidade a distância pela Universidade do Norte do Paraná, com sede na Avenida Paris, nº 675, Jardim Piza, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, mantida pela União Norte do Paraná de Ensino LTDA, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais por pólo de apoio presencial, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente nos pólos de apoio presencial credenciados junto ao MEC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 25, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação a Distância, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 200803853, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, constante do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ofertado na modalidade a distância pela Universidade do Norte do Paraná, com sede na Avenida Paris, nº 675, Jardim Piza, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, mantida pela União Norte do Paraná de Ensino LTDA, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais por pólo de apoio presencial, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente nos pólos de apoio presencial credenciados junto ao MEC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 26, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação a Distância, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta do Processo e-MEC nº 200801166, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso de Pedagogia, licenciatura, ofertado na modalidade a distância pelo Centro Universitário Claretiano, com sede na Rua Dom Bosco, nº 466, Cascília, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, mantida pela Educilar - Ação Educacional Claretiana, com 80 (oitenta) vagas totais anuais por pólo de apoio presencial, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente nos pólos de apoio presencial credenciados junto ao MEC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO



PORTARIA Nº 34, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200901044, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Sistemas de Informação, bacharelado, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Universo, na Avenida Serejo de Cordeiro, no 514, bairro Batista Campos, no município de Belém, no Estado do Pará, mantida pela Universo Professores Associados S/S Ltda., com sede no município de Belém, no Estado do Pará.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 35, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200907975, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Administração, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Apraxia, na Rua Doutor Pedrosa, nº 313, Centro, no município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantida pela Associação Educacional Apraxia, com sede no município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 36, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200910266, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o funcionamento do curso de Educação Física, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pelas Faculdades Futurus, na Avenida Graciliano Vargas, nº 415, Centro, no município de Araraquã, no Estado de São Catarina, mantidas pelo Centro Técnico e Faculdade Futurus Ltda., com sede no município de Araraquã, no Estado de São Catarina.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 37, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200902594, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Teologia, bacharelado, com 70 (setenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Redimim, na Rua Cero Azul, nº 888, bairro Nova Brasília, no município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade de Assistência Social e Educacional Deus Proverá, com sede no município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 38, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200807977, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Administração, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade União Nova, na Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, bairro Vila Cacaro, no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação João Paulo II, com sede no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 39, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200808000, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Comunicação Social - Jornalismo, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade Canção Nova, na Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, bairro Vila Cacaro, no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação João Paulo II, com sede no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 40, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200808004, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Comunicação Social - Rádio e TV, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade Canção Nova, na Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, bairro Vila Cacaro, no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação João Paulo II, com sede no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 41, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200808006, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Filosofia, licenciatura, com 40 (quarenta) vagas totais anuais, no turno diurno, a ser ministrado pela Faculdade Canção Nova, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, bairro Vila Cacaro, no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação João Paulo II, com sede no município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 42, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810830, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Engenharia de Produção, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Anhanguera de São José, na Avenida Dr. João Batista de Souza Soares, nº 4009, bairro Comprido, no município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 43, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810892, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Engenharia Mecânica, bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Anhanguera de Piracicaba, na Rua Santa Catarina, s/nº, bairro Piracicabim, no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 44, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20079547, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pelo Instituto de Ensino Superior Thalbi, na Avenida Joaquim Pompeu de Toledo, nº 75, bairro Banguçu, no município de Araraquã, no Estado de São Paulo, mantido pelo Sistema COC de Educação e Comunicação Ltda., com sede no município de Araraquã, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 45, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200900991, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorização do curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo, na Avenida Padre Jaime, nº 2.600, Centro, no município de Mogi Guaçu, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Mogiana para Desenvolvimento da Educação, com sede no município Mogi Guaçu, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 46, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 20079511, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade Concedria, na Rua Antia Garibaldi, nº 3.185, bairro Primavera, no município de Concedria, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade Educacional Concedria Ltda., com sede no município de Concedria, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 47, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810859, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Católica de Rondônia, na Gonçalves Dias, nº 290, Centro, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, mantida pela Associação de Assistência à Cultura na Amazônia Mearcy Grechi - AACAM, com sede no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

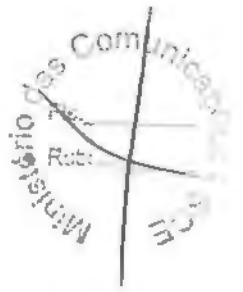
PORTARIA Nº 48, DE 1º DE JUNHO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200806680, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º. Autorizar o curso de Engenharia de Produção, bacharelado, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Anhanguera de Piracicaba, na Rua Santa Catarina, s/nº, bairro Piracicabim, no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., com sede no município de Valinhos, no Estado de São Paulo.

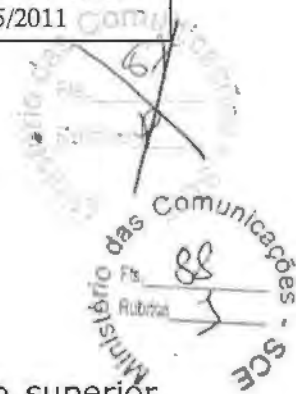
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO



5. Declaração, firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados;

DECLARAÇÃO DE QUANTITATIVO DE ALUNOS

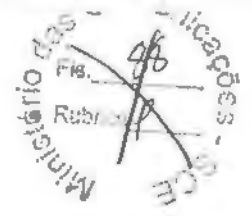


FACULDADE CANÇÃO NOVA, instituição de ensino superior, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.016.039/0064-59, Credenciada pelo Ministério de Estado da Educação por força da Portaria nº 590, de 18/05/2011, publicada no Diário Oficial da União em 19/05/2011, estabelecida à Rua Carlos Pinto Filho, s/nº, Vila Cacarro, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-000, por intermédio de seu representante legal abaixo-assinado, **DECLARA** que mantém vínculo com a **Fundação João Paulo II**, por meio do *Termo de Cooperação Técnico-Pedagógica e Sociocultural* firmado em 01 de agosto de 2011, e informa que possui **196 (cento e noventa e seis)** alunos matriculados.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 06 de agosto de 2012.


FACULDADE CANÇÃO NOVA
Jackie Cardoso Sodero Toledo
Diretor Geral
CPF: 159.464.338-57



6. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;

DECLARAÇÃO



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **FILIFE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que obedecerá ao disposto nos artigos 221 e 222, §2º, da Constituição Federal, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

Filipe Garcez Jardim
Diretor Executivo



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com



7. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

DECLARAÇÃO



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **FILIPPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, que: **(i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço (Rádio FM) na localidade objeto da permissão (São José dos Campos/SP); e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

Filipe Garcez Jardim

Diretor Executivo



1/1
CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com

8. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;



DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **FILIPE GARCEZ JARDIM**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que possui recursos financeiros para o empreendimento.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

Filipe Garcez Jardim

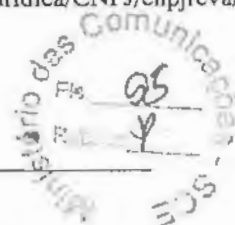
Diretor Executivo



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaonova.com



9. Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.016.039/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/08/1982
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO JOAO PAULO II			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.11-5-01 - Clínicas e residências geriátricas 87.11-5-03 - Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes 87.11-5-04 - Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio 87.20-4-01 - Atividades de centros de assistência psicossocial 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola 85.13-9-00 - Ensino fundamental 85.20-1-00 - Ensino médio 85.31-7-00 - Educação superior - graduação 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 60.10-1-00 - Atividades de rádio 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 60.22-5-01 - Programadoras 90.01-9-02 - Produção musical 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDAÇÃO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOAO PAULO II		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 12.630-000	BARRIO/DISTRITO ALTO DA BELA VISTA	MUNICÍPIO CACHOEIRA PAULISTA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 30/07/2012 às 13:45:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.016.039/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/08/1982
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO JOAO PAULO II			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.49-4-07 - Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos 47.13-0-01 - Lojas de departamentos ou magazines 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte 01.51-2-02 - Criação de bovinos para leite 01.51-2-03 - Criação de bovinos, exceto para corte e leite 01.11-3-01 - Cultivo de arroz			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDAÇÃO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOAO PAULO II	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 12.630-000	BARRO/DISTRITO ALTO DA BELA VISTA	MUNICÍPIO CACHOEIRA PAULISTA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 30/07/2012 às 13:45:46 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

[Voltar](#)Preparar Página
para impressãoA RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



10. Prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000212012-21039039

Nome: FUNDACAO JOAO PAULO II

CNPJ: 50.016.039/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

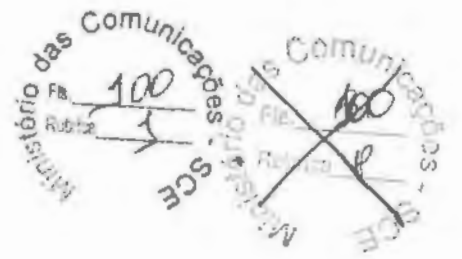
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 18/06/2012.

Válida até 15/12/2012.

Certidão emitida gratuitamente.

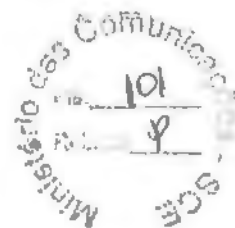
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



11. Prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
CNPJ: 50.016.039/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:14:24 do dia 30/07/2012 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/01/2013.

Código de controle da certidão: **6EA8.1C39.8245.4436**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO
POSTO FISCAL DE- GUARATINGUETÁ



FOLHA ÚNICA

Nº CERTIDÃO
062/2012

CERTIDÃO

CONTRIBUINTE – FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

ENDEREÇO – RUA JOÃO PAULO II, S/Nº

BAIRRO – ALTO DA BELA VISTA MUNICÍPIO: CACHOEIRA PAULISTA CEP: 12.630-000

MUNICÍPIO: CACHOEIRA PAULISTA

INSCRIÇÃO ESTADUAL – 235.083.800.112 C.N.P.J. – 50.016.039/0001-75 C.N.A.E. – 2222-6/00

CERTIFICO QUE PARA A INSCRIÇÃO ESTADUAL SUPRACITADA E I.E. 235.082.399.112(FILIAL) CONSTAM OS SEGUINTE DEBITOS FISCAIS RELATIVOS AO ICM / ICMS INSCRITOS NA DIVIDA ATIVA ATE A DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO, POREM COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA, AUTORIZADO PELA PROCURADORIA DO ESTADO, POR FORÇA DE AÇÃO JUDICIAL COM TUTELA ANTECIPADA.

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 235.083.800.112
CDA : 1.009.840.051

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 235.082.399.112
CDA: 1.025.536.907



FINALIDADE: COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL

- 1- A PRESENTE CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA EM RELAÇÃO AO INTERESSADO E DEMAIS DADOS INDICADOS.
- 2- FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA DO ESTADO DE EXIGIR, A QUALQUER TEMPO, CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS QUE VENHAM A SER APURADOS.
- 3- A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DEVIDA FOI RECOLHIDA NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
4. PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO: (SEIS) MESES CONFORME PORTARIA CAT Nº 20 DE 01/04/98 (DOE DE 02/04/98).

LOCAL DE EMISSÃO:

POSTO FISCAL DE GUARATINGUETÁ

DATA DE EMISSÃO:

25 / ABRIL / 2012

EMITIDO POR:

MARIANGELA M. DE SOUZA FRANÇA
TEFE

RESPONSÁVEL:

WAGNER REGINALDO DA COSTA
CHEFE DO POSTO FISCAL



Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista **Vale do Paraíba - Estado de São Paulo**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Certificamos para os devidos fins, a pedido de **Fundação João Paulo II** através do processo **2387/2012**, que revendo os Registros de Inscrição na Dívida Ativa e Cadastro Mobiliário, constatamos que a Inscrição abaixo informada, não possui DÉBITOS ou DÍVIDA ATIVA pendentes com a Fazenda Municipal, até a presente data, ficando ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo as penalidades pecuniárias não lançadas a data desta.

Inscrição Cadastral : 30.208
Razão Social : Fundação João Paulo II
CNPJ/CPF : 50.016.039/0001-75

Endereço da Empresa : Rua João Paulo II, 0
Bairro : Alto da Bela Vista
Cidade : Cachoeira Paulista
Estado : São Paulo

CEP : 12630-000

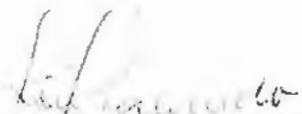


JOSILANE DE M. MOTA SOUZA
ESCREVENTE

Atividade: Serviços de assistência social sem alojamento; Clínica e residência geriátrica; Atividade de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes; Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS; Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio a pacientes no domicílio; Atividades de centros de assistência psicossocial; Atividades de assistência social prestada em residência coletivas e particulares não especificadas anteriormente.

Validade desta Certidão: 30 dias da data de expedição

CACHOEIRA PAULISTA, 26 de julho de 2012.


Jairo de Castro Bittencourt
Secretário Municipal de Administração e Finanças

AVENIDA CORONEL DOMICIANO, 92 Centro - FONE: (0xx12) 3101-1333/3101-1244 - FAX: (0xx12) 3101-2692
CX. POSTAL 31 - e-mail: setor_cpd@pmcp.com.br



12. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 50016039/0001-75

Razão Social: FUNDACAO JOAO PAULO II

Endereço: RUA JOAO PAULO II SN / ALTO DA BELA VISTA / CACHOEIRA
PAULISTA / SP / 12630-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/08/2012 a 13/09/2012

Certificação Número: 2012081513353832005394

Informação obtida em 16/08/2012, às 14:05:27.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





13. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em R\$ 1)

ATIVO

	Nota	2011	2010
CIRCULANTE			
Caixa		222.998	124.484
Bancos Conta Movimento		353.588	1.808.880
Clientes	4	8.196.938	7.105.559
Estoques	5	6.537.411	6.449.793
Adiantamentos a Fornecedores e Terceiros		579.419	493.648
Impostos a Recuperar		17.769	16.107
Adiantamentos de Férias e Outros		436.494	933.707
Despesas do Exercício Seguinte		66.970	94.014
Total do Circulante		16.411.586	17.026.192
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Investimentos	6	10.000.000	10.000.000
Títulos de Capitalização	6	860.000	810.000
Adiantamentos a Controladas	6	592.636	487.000
Depósitos Judiciais		15.290	9.000
Outros Créditos		4.500	4.500
Total do Realizável a Longo Prazo		11.472.426	11.310.500
Permanente			
Investimentos	7	39.080	442.147
Imobilizado	8	105.109.056	101.084.010
Intangível	8	11.995.521	12.131.526
Total do Permanente		117.143.657	113.657.683
Total do Não Circulante		128.616.083	124.968.183
TOTAL DO ATIVO		145.027.669	141.994.375

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS B.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA. DOU FE

Cach.
Pla. 04 MAIO 2012

WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
REGISTRO

OR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 23
AUTENTICAÇÃO Luiz Guilherme de A. Grilo
0167AA062984 ESCRIVENTE

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETARIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 012.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVANIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVANIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test. da verdade.

Valido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em R\$ 1)

PASSIVO

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores		7.017.730	7.061.734
Empréstimos e Financiamentos	9	13.178.010	10.275.969
Impostos e Contribuições a Recolher		628.589	628.524
Salário e Encargos a Pagar		1.942.713	1.752.828
Provisões para Férias		4.344.219	3.276.041
Adiantamento de Clientes		196.269	93.394
Outras Contas a Pagar	10	2.051.187	1.789.049
Total do Circulante		29.358.717	24.877.539
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	9	24.195.070	23.978.108
Provisões para Contingências	11	3.028.854	4.310.500
Provisão para Passivo a Descoberto	12	595.849	-
Outras Contas a Pagar	10	1.820.000	3.169.805
Total do Não Circulante		29.639.773	31.458.413
Total do Passivo		58.998.490	56.335.952
Patrimônio Social	13		
Patrimônio Social		85.658.423	78.667.823
Superávit do Exercício		370.756	6.990.600
Total do Patrimônio Social		86.029.179	85.658.423
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		145.027.669	141.994.375



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras de A. Grilo
ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG-032-805/O-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETARIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.666.628-10

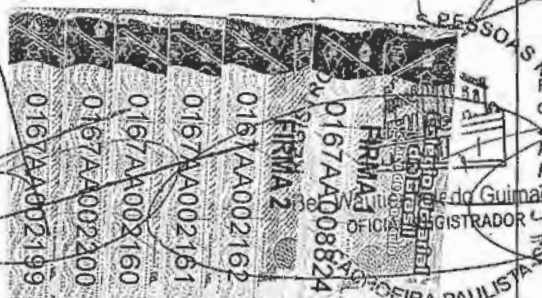
PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em teste da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade. Por firma reconhecida: R\$ 4,00

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em R\$ 1)

	Nota	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL		331.026.020	321.432.375
Receita de Doações		110.023.135	115.523.671
Doações Recebidas		110.023.135	115.523.671
Receitas da Atividade Assistencial		162.130.743	149.958.300
Receitas com Gratuidades		162.130.743	149.958.300
Receita Líquida de Revenda de Mercadorias		58.872.142	55.950.404
Receita Líquida de Revenda de Mercadorias		58.872.142	55.950.404
Receita Operacional Líquida		331.026.020	321.432.375
Custo das Mercadorias Vendidas		(20.651.777)	(21.067.493)
Custo da Atividade Assistencial		(169.316.979)	(165.767.812)
SUPERÁVIT BRUTO		141.057.264	134.597.070
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(140.686.509)	(127.606.470)
Despesas Administrativas, Gerais e com Terceiros		(58.782.499)	(52.873.183)
Despesas de Captação e Retransmissão de Sinais		(14.768.502)	(9.494.892)
Despesas com Pessoal		(44.589.992)	(38.184.703)
Despesas Comerciais		(10.417.221)	(12.671.509)
Despesas Tributárias		(439.096)	(523.051)
Despesas Financeiras		(13.271.442)	(13.398.109)
Receitas Financeiras		343.695	617.348
Equivalência Patrimonial		(403.066)	(1.085.631)
Outras Receitas Operacionais		1.641.614	7.260
RESULTADO OPERACIONAL		370.756	6.990.600
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		370.756	6.990.600

7
NAT DE...
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL COM
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE

Cad.
Pla.
04 MAIO 2012
WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICAÇÃO
VALOR DE EMENDAÇÃO: R\$ 2,35
AUTENTICAÇÃO
Luiz Guilherme de A. Grilo
0167AA062994 ESCRIVENTE

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVANIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVANIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test. _____ da verdade.

Valido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL NOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em R\$ 1)

Ministério das Comunicações
Fis. 110
Rubrica 8
SCE

Eventos	Nota	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Totais
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	13	71.608.110	10.465.808	82.073.918
Transferência para o Patrimônio Social		10.465.808	(10.465.808)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		(3.406.095)	-	(3.406.095)
Superávit do Exercício		-	6.990.600	6.990.600
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	13	<u>78.667.823</u>	<u>6.990.600</u>	<u>85.658.423</u>
Transferência para o Patrimônio Social		6.990.600	(6.990.600)	-
Superávit do Exercício		-	370.756	370.756
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	13	<u>85.658.423</u>	<u>370.756</u>	<u>86.029.179</u>

OP
NAT DE 5-10
AUTENT. C. 1000
CONFERE COM O ORIGINAL COM
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU F
Cach.
Pla. 04 MAIO 2012
WAUHER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,35
0167AA062998

Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG.032.805/D-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETARIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JÚNIOR
CPF: 019.665.628-10

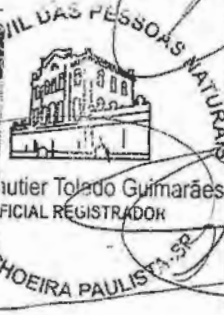
PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir, constantes acima: **FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA; JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA; PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO; NELSON CORRÊA JÚNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.**

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test. _____ da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade. Por firma reconhecida: R\$ 4,00

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em R\$ 1)

	Nota	2011	2010
Das atividades operacionais			
Superávit do exercício		370.756	6.990.600
Despesas que não representam movimentação de caixa		12.198.137	14.216.866
Depreciações e Amortizações		11.343.471	10.965.871
Resultado equivalência patrimonial	6.2	403.066	1.085.831
Custo residual de ativos imobilizados baixados		451.600	2.165.364
Variação de ativos e passivos		(1.360.564)	(2.186.963)
Aumento em clientes		(1.091.379)	(3.794.471)
Redução (Aumento) nos estoques		(87.618)	1.602.280
Redução em adiantamentos a fornecedores e terceiros		(85.771)	1.541.328
Redução (Aumento) em outros ativos circulantes		522.595	43.874
Redução (Aumento) do realizável a longo prazo		(161.926)	4.202.803
(Redução) em fornecedores		(44.004)	(1.391.655)
Aumento em impostos e contribuições		65	361.129
Aumento em salários, férias e encargos sociais		1.258.063	720.704
(Redução) Aumento em outros passivos circulantes		365.013	(3.625.038)
(Redução) no exigível a longo prazo		(2.035.602)	(1.847.917)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais		11.208.329	19.020.503
Das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado, investimentos e intangível		15.684.110	17.904.276
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos:		15.684.110	17.904.276
Das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos		3.119.003	(834.660)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:		3.119.003	(834.660)
(Diminuição) Aumento das disponibilidades		(1.356.778)	281.567
Demonstração das variações nas disponibilidades			
No início do exercício		1.933.364	1.651.797
No fim do exercício		576.586	1.933.364
(Diminuição) Aumento das disponibilidades		(1.356.778)	281.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Guilherme de A. G. **ESCREVENTE**
NAT. BR.
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRADA NESTA SERVENTIA
Cach. 04 MAIO 2012
Pls. WALTER T. GUIMARÃES - OFFICIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SEU
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,139

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032-805/O-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETARIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JÚNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 169.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JÚNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em testº da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em R\$ mil)

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo Ramos Rodrigues Alves
Preposto

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação João Paulo II, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos que atua nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação. Tem como objetivos de acordo com seu Estatuto Social: (a) atuar no campo educacional, cultural e de comunicação, visando a prestação de serviços à comunidade, através de radiodifusão em caráter educativo; (b) produção e veiculação de programas educativos e culturais, através de emissoras de rádio e televisão e outros meios de comunicação; (c) a promoção, agenciamento e a distribuição aos vários meios de comunicação, dos recursos desenvolvidos e produzidos, (d) auxiliar e preservar a formação cívica, moral e cultural da população; (e) criação, participação e manutenção de centros educacionais destinados aos jovens e adultos em todos os níveis, inclusive superiores; (f) assistência às crianças, adolescentes e adultos carentes, oferecendo-lhes orientação educacional, profissional, moral e cívica; (g) desenvolvimento de atividades de saúde pública e de assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, destinada ao atendimento das comunidades carentes; (h) prestação de serviços gratuitos e permanentes aos usuários de assistência social, sem qualquer discriminação; (i) manutenção e execução de programas protetivos destinados às crianças, aos jovens e aos idosos, sem qualquer discriminação, assistindo-os direta ou indiretamente, inclusive mediante convênios com entidades governamentais e privadas.

A Fundação não remunera seus dirigentes e não distribui, sob qualquer hipótese, resultados, dividendos ou bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

1.1. CERTIFICADOS E REGISTROS

A Fundação é declarada como de Utilidade Pública Federal, Decreto 97.268, de 16 de dezembro de 1.988; Estadual, Lei 8.050, de 01 de outubro de 1.992; e Municipal, Lei 446/83, de 27 de setembro de 1.983. Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social Certificado número 012 de 21/06/2006; Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Certificado número 10/2006; Registrada na Secretaria de Estado da Educação Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 12/02/2001 – Publicado DOE 13/02/2001; Registrada na Secretaria de Assistência e

ATENTANDO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU F
Cach. 04 MAIO 2012
Pla.
WALLIER T. GUIMARÃES - OFICIAL
DO REGISTRO DE
AUTENTICIDADE
ORFOMATICAÇÃO
0167AA063006
ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032-805/O-1
CPF: 200.995.506-44

OFIC. NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA. DOU FE

Cach. 04 MAIO 2012
Pla.

WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALEDO SOMENTE COM O SELO DE

0167AA06B007
Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.640.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test. da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

Desenvolvimento Social - SEADS/SP - 5922/07; Registrada na
Secretaria Municipal da Saúde - Vigilância Sanitária: CEVS
350860301-851-000085-1-6 - Dispêndio de Medicamentos, CEVS
350860301-851-000086-1-3 - Análises / Patologia Clínica e CEVS
350860301-851-000027-1-2 - Clínica / Ambulatório

1.2. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL

A Fundação é registrada no Conselho Nacional de Assistência Social,
Processo 28996.024221/1994-00. Em 14 de julho de 2009 a
Fundação protocolou pedido de certificação junto ao CNAS, processo
nº 71010.001974/2009-86, ainda sob a ótica do Decreto 2.536/98.
Com o advento da Lei 12.101/2009, regulamentado pelo Decreto
7.237/2010, o processo foi encaminhado em abril de 2010 para o
Ministério do Desenvolvimento Social, devido a sua atividade
preponderante, estando ainda em análise.

NOTA 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem
fins lucrativos e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº
11.638/07 e nº 11.941/09 que alteraram a Lei das Sociedades por
Ações - Lei 6404/76 e atendendo às Resoluções do Conselho
Federal de Contabilidade - CFC nº 1.121/2008, que aprovou a NBC T
1 - Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações
Contábeis e a Resolução CFC nº 877 que aprovou a NBC-T 10.19 -
Aspectos Contábeis Entidades Sem Finalidade de Lucro, que
estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação,
registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação
das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem
divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro.

2.2. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (NBC T 2.1)

A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus
atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos
relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna
ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e
a prática de atos administrativos.

SP.
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL CÓPIA
TRABALHA NESTA SERVENTIA DOU FE
Cach. 04/11/2012
Ma.
WAGNER T. GUIMARÃES - OFICIAL
DO REGISTRO PÚBLICO DE
AUTENTICAÇÃO
R. ROR. AUTENTICAÇÃO: RS 235
Luiz Guilherme
0167AA0630 ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.818-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGÉ DA COSTA LEITE
CRC MG 032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

OFÍCIO Nº 001/2012
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA/SP

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL COMO
EXTRADA NESTA SERVENTIA DOU.FE

Cach.
Pla. 04 MAIO 2012

WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL

VAL. 30/05/2012

AUTENTICAÇÃO

VAL. 30/05/2012

0167AA063011

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-83

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.865.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

DAS PESSOAS

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGÉ DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 19/04/2012.
Em test. da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

2.3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (NBC T 2.2)

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para créditos de realização duvidosa e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

- Os ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis em prazos inferiores a 360 dias são classificados como circulantes.
- Clientes e Fornecedores de Curto Prazo – Os resultados das análises de prazos e valores demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente, conforme estabelecido no CPC 12.
- Provisão para Devedores Duvidosos é constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes.
- Os Estoques de mercadorias para revenda são valorizados ao custo médio de aquisição, inferiores aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização.
- Os investimentos são registrados ao método de equivalência patrimonial, quando aplicável (Nota 7).

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Conforme estabelecido pelo CPC 01, a Administração revisa



CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-00

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC/MG 032.805/0-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETARIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 610.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test^o da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade. Por firma reconhecida: R\$ 4,00

anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) As operações relativas a arrendamento mercantil, foram reconhecidas nas demonstrações contábeis de acordo com o estabelecido no CPC 06.

h) Os empréstimos e financiamentos são atualizados com base nas variações monetárias e juros incorridos até a data do Balanço (Nota 9).

Os resultados das análises de prazos e valores relativos ao Ajuste a Valor Presente resultaram em valores irrelevantes eliminando a necessidade da realização de ajustes.

i) A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais.

NOTA 4. CLIENTES

Descrição	2011	2010
Revenda de mercadorias - Mercado	8.250.319	7.593.341
Inserções a receber	1.229.845	316.847
Mensalidades - alunos	26.895	-
Sub Total	9.507.059	7.910.188
Revenda de mercadorias - Entidades ligadas	226.015	302.623
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.536.136)	(1.107.252)
Total Geral	8.196.938	7.105.559

NOTA 5. ESTOQUES


Descrição	2011	2010
Mercadorias para revenda	4.440.822	4.575.861
Insumos	292.648	276.797
Animais	1.194.450	840.211
Mercadorias em poder de terceiros	184.341	157.012
Materiais de consumo	512.063	425.498
Outros	107.458	174.414
Sub Total	6.731.782	6.449.793
Provisão para perdas com estoques	(194.371)	-
Total Geral	6.537.411	6.449.793


ATP
NAT 166
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. Cópia
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA. DOU F.
Cach. 04 MAIO 2012
Pla. WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
Visto somente com o selo de
AUTENTICIDADE
POR ALBERTO DE A. GRILO
AUTENTICAÇÃO
0167AA063018

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE


CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA


DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 152.775.318-40


VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR


JORGE DA COSTA LEITE
CRC.MG-032-805/O-1
CPF: 200.995.506-44

REPIA: DE REGISTRO CIVIL DAS
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. Cópia
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU FE


Cach.
Pla 04 MAIO 2012


WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
AUTENTICAÇÃO
OR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,35


0167AA063019


CONSELHO DELIBERATIVO


PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.656.628-91


VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43


SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00



PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87



SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JÚNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.


CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91


JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57


EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JÚNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em testº da verdade.

Valido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

A Entidade cria ovinos e bovinos em pequena escala em suas propriedades e a produção é destinada ao consumo e ao mercado da região.

NOTA 6. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Descrição	2011		2010
Investimentos em cotas - Apoio Comunicação Ltda	10.000.000	(a)	10.000.000
Títulos de Capitalização	860.000	(b)	810.000
Adiantamentos a controladas	592.636	(c)	487.000
Depósitos judiciais	15.290		9.000
Outros	4.500		4.500
Total	11.472.426		11.310.500

(a) A Fundação adquiriu em 2008 cotas da empresa Apoio Comunicação Ltda, que não possui outorgas de rádio difusão, pelo valor de R\$ 10.000.000, pagos em 26 parcelas. O Acervo dessa empresa é constituído principalmente por imóvel sediado em Brasília – DF, avaliado a valor de mercado por perito especializado. A empresa não possui atividade operacional sendo o imóvel seu maior ativo. A Fundação vem avaliando a possibilidade de incorporação da referida entidade e a conseqüente transferência do principal ativo para seu acervo;

(b) Refere-se a títulos de capitalização adquiridos de grandes instituições em 2010 e 2011 cujo vencimento é de longo prazo;

(c) Refere-se a valores adiantados a controladas cuja liquidação é de longo prazo.

NOTA 7. INVESTIMENTOS

Descrição	2011		2010
Sistema Tropical Comunicação	39.080	(a)	442.146
Total	39.080		442.146

A Fundação fez vários investimentos na área de comunicação, com propósito específico de ampliar sua rede de comunicação e conseqüentemente de suas atividades, gerando expectativa de crescimento com angariação de novos recursos de maneira sustentável.

Esses investimentos especificamente foram feitos em emissoras atuantes nas cidades e regiões onde estão sediadas que passaram, após a aquisição, a produzir e veicular programas exclusivamente educativos e culturais, visando à prestação de serviços à comunidade, atendendo o objetivo principal da Fundação. A Entidade, a partir de

OFI
NAT DE SER
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU F
Cach.
Pla.
04 MAIO 2012
WV
VA
VA
PONT. GERAL DE INVESTIMENTO DE
SOMEN. PROJEÇÃO DE
AUTENTICAÇÃO
POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 235
0167AA063022

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG-032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DO

Cach. 04 MAIO 2012

WALDIR T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE
R.POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,35
AUTENTICAÇÃO

0167AA063023

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.656.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETARIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em Teste da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade. Por firma reconhecida: R\$ 4,00

2010 passou a avaliar esses investimentos pelo método da equivalência patrimonial. O Resultado da equivalência patrimonial em 2011 está assim demonstrado:

2011					
Investimento	Patrimônio Líquido	Participação Societária (%)	Participação em 31/12/2011	Saldo em Investimentos	Equivalência Patrimonial
Sistema Tropical de Comunicação	39.877	98%	39.080	442.146	(403.066)
2010					
Sistema Tropical de Comunicação	442.146	100%	442.146	1.527.777	(1.085.631)

NOTA 8. IMOBILIZADO

Composição	Taxa anual de Depreciação	obs.	2011	2010
Imobilizado Tangível				
Terrenos	-	(a)	19.798.489	19.755.989
Edificações	4%	(a)	39.309.245	36.746.810
Veículos	20%		3.956.964	3.811.863
Móveis e Utensílios	10%		3.130.095	3.081.161
Máquinas e Acessórios	10%		878.149	907.139
Equipamentos e Instalações	10%		34.129.622	32.686.885
Aparelhos e Ferramentas	10%		43.370.734	44.775.375
Equipamentos Proc. Dados	20%		9.149.415	8.268.220
Equipamentos Musicais	10%		286.756	308.455
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	(b)	1.733.537	1.596.694
Adiantamentos para terceiros	-	(c)	8.118.079	2.249.509
Construção em andamento	-	(d)	12.630.856	10.325.858
Outros Ativos	-		89.084	704.541
Depreciações			(71.471.971)	(64.134.489)
Total Imobilizado Tangível			105.109.054	101.084.010
Imobilizado Intangível				
Software			5.952.694	6.703.855
Concessão de Rádio e TV	-	(e)	7.004.398	7.004.399
Marcas e Patentes	-		246.226	208.585
Amortização			(1.213.797)	(1.785.313)
Total Imobilizado Intangível			11.995.521	12.131.526

- a) Em 2010 A Entidade contratou peritos especializados que procederam análise dos ativos visando apurar o valor de mercado. Não foram apuradas variações que justificassem a constituição de provisão para perdas conforme requer o CPC 01. De acordo com o laudo emitido pelo perito os valores de mercado dos imóveis se reconhecidos acresceriam o imobilizado intangível em aproximadamente R\$ 44.500 mil.

Não existem indicações da existência de perdas com bens do ativo imobilizado, razão pela qual não foi constituída provisão contábil para fazer face a eventuais perdas;

- b) As benfeitorias em imóveis de terceiros estão assim demonstradas:

OFI
NAT DE 100-114-731-5
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE

Cad.
Pla
04 MAIO 2012

WALTER M. GUIMARÃES - OFICIAL

COPIA COM O SELO DO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,35
AUTENTICAÇÃO

0167AA063026

Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NAT DE CACHOEIRA PAULISTA SP
AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL Cópia EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU F

Cach. 04 MAIO 2012

WALLER T. GUIMARÃES - OFICIAL VAL. 0167AA063027

VAL. 0167AA063027

0167AA063027

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a segu constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA; JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA; PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO; NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test. da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

Descrição	2011	2010
Casa de Equipamentos da Rádio Itabuna	72.969	72.969
Salas do Instituto	1.086.487	1.086.487
Ampliação da Faculdade	349.775	349.775
Ampliação Bloco II Instituto Canção Nova	136.842	-
Outros	87.463	87.463
Sub total	1.733.536	1.596.694
Amortizações	(251.963)	(164.937)
Total Líquido	1.481.573	1.431.757

- c) Referem-se em sua grande maioria a adiantamentos feitos em 2011 para importação de equipamentos. Os demais adiantamentos referem-se a compra de imóveis e equipamentos;
- d) Referem-se a gastos com construções sendo a maioria destinado a construção da Igreja Pai das Misericórdias (R\$ 12.213.898 até 2011 e R\$ 8.2986.103 até 2010);
- e) Referem-se a gastos com a aquisição de concessões de rádio e televisão. Não existem indicações da existência de perdas com esses ativos que se constituem, em sua essência às outorgas.

A composição dessas concessões é a seguinte:

Descrição	2011	2010
Concessão Rio de Janeiro	1.050.000	1.050.000
TV Fortaleza	300.000	300.000
TV Araçatuba	202.000	202.000
Rádio Planalto	500.000	500.000
Rádio e TV Gravataí	191.452	191.452
Rádio e TV Aracaju	4.205.396	4.205.396
Rádio e TV Bandeirantes	555.550	555.550
Total	7.004.398	7.004.398

NOTA 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

INSTITUIÇÃO	TIPO	TX MÉDIA BANCARIA	VENC.	2011	2010	GARANTIAS
CEF	Financiamento Imobiliário	6% aa + TR	dez/12	96.837	223.290	hipoteca imóvel
ITAÚ	Capital de Giro	20,5% aa	dez/16	10.308.866	6.479.138	alienação fiduciária
BRASIL (leasing)	Arrendamento Mercantil	13,6% aa + CDI	mai/14	1.711.832	2.488.127	bens arrendados e aval
BRASIL	Capital de Giro	13,07% aa + CDI	nov/14	8.273.676	2.620.499	hipoteca de imóvel e aval
BRASIL	Finame	5,15% aa + TJLP	nov/18	369.477	442.862	bens adquiridos
BRADESCO	BNDES	5,35% aa + TJLP	jan/17	4.968.494	5.948.213	bens adquiridos
BRADESCO	Capital de Giro	16,1% aa	jun/16	22.992.120	27.315.102	alienação fiduciária e penhor de duplicata
HSBC	Capital de Giro	16,07%aa + TJLP	nov/14	1.254.937	290.347	bens adquiridos
NOSSA CADA	Capital de Giro	12,01% aa + 95% cdi	jul/12	835.865	2.152.363	aval e nota promissória
SUB TOTAL				50.812.104	47.959.941	
OUTROS				1.201.082	662.000	
Juros a Transcorrer				(14.640.106)	(14.367.864)	
TOTAL GERAL				37.373.080	34.254.077	

OFI
NAT LE
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA
Cach
Pia
04 MAIO 2012
WALTER T. GUIMARÃES -
VALIDO SOMENTE COM O
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO
0167AA063038

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC-MG-032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA. DOU FE

Cach. 04 MAIO 2012

WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE

0167AA063031

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 610.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP) 13/04/2012.
Em testº da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade. Por firma reconhecida: R\$ 4,00

NOTA 10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	2011		2010
Apoio Comunicação	50.000	(a)	46.290
Rádio Independência do Paraná	-		237.536
Sistema Tropical de Comunicação	264.714	(a)	100.136
Cheques a pagar	4.795		30.044
Outras	891.678		535.043
Títulos a pagar	840.000	(b)	840.000
Curto prazo	2.051.187		1.789.049
Codimuc - (Aquisição Imóvel)	1.820.000	(b)	2.660.000
Títulos a pagar	-		509.805
Longo prazo	1.820.000		3.169.805

a) Refere-se a obrigações assumidas por conta da aquisição do investimento. Em 31 de dezembro as provisões constituídas referem-se a contingências trabalhistas e tributárias;

b) Refere-se a aquisição, em 05 de março de 2010, de uma gleba sem benfeitorias, com área de 47.426,27 m², na Cidade de Cachoeira Paulista, pelo valor de R\$ 6.275.000 a serem pagos parte a vista e o restante em 60 parcelas de R\$ 70.000,00. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo a pagar era de 38 parcelas.

NOTA 11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Provisão constituída para fazer face a eventuais perdas resultantes de processos judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. Essa provisão foi constituída com base em posição emitida por consultores jurídicos, internos e externos, que levarão em consideração às perspectivas de perdas individuais de cada demanda.

A composição dessa provisão em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Descrição	2011	2010
Tributárias	2.400.000	3.755.000
Trabalhistas	228.354	155.000
Cíveis	400.500	400.500
Total	3.028.854	4.310.500

A Fundação possui outros processos de natureza tributária, sendo classificados como probabilidade de perda possível. Em 31 de dezembro de 2011 esses processos totalizam R\$ 27.421.029.

Serventia dos Registros Públicos e Anex
Comarca de Cachoeira Paulista SI
Rodrigo Ramos Rodrigues Alve
Preposto

109
f
Ministério Público
SOE

Luiz Guilherme de A. Grilo Pla
ESCREVENTE
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA
04 MAIO 2012
WALTER T. GUIMARÃES
VALÍDULO SOMENTE COM O SELLO DE
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTIC
0167AA063034

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

OFÍCIO Nº 11 DAS P.
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA. DOU FE

Cach.
Pla. 04 MAIO 2012

WAUHER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE

AUTENTICAÇÃO
POR APROVAÇÃO: R\$ 235

AUTENTICAÇÃO

0167AA063035

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREV. VTE

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.388-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test. da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

NOTA 12. PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se a provisão para passivo a descoberto constituída com base no patrimônio líquido das controladas, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Rádio Independência do Paraná	Emissora Planalto	Totais
Patrimônio Líquido em 31/12/2011	-595.575	-370	-595.945
Participação %	99,99%	90%	-
Total da Provisão	-595.516	-333	-595.849

NOTA 13. PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o patrimônio inicial da Fundação, acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de bens. A Fundação, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será destinado a uma instituição pública ou a uma entidade congênere.

NOTA 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Fundação, além de controladora de outras empresas que exploram a rádiodifusão como complemento às suas atividades de evangelização, conforme Nota 7, possui também ligações com a Associação Internacional Pública de Fiéis e com a Comunidade Canção Nova. Essas entidades não visam lucro e tem objetivos similares às da Fundação. Com essas entidades são desenvolvidas ações visando a organização de eventos religiosos. A Fundação também revende a essas entidades mercadorias a preços de mercado, como forma de alavancagem de suas atividades, vide Nota 4.

NOTA 15. ATIVIDADES FILANTRÓPICAS

A Fundação desenvolve diversas atividades de cunho filantrópico e de assistência social que são controladas e documentadas como forma de comprovação.

Destaça-se a seguir, uma síntese dessas atividades, segregadas por área de atuação, em atendimento a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2.009.

5.1. Área de Assistência Social - A Fundação realiza ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. A Fundação é cadastrada

AL DE REGISTRO CIVIL DAS
DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
RAIDA NESTA SERVENTIA DOU FL

04 MAIO 2012

ANIMAÇÕES - OFICIAL
DO SUMÁRIO DE
AUTENTICAÇÃO
POR AUTENTICAÇÃO: R. 12
0167AA063038

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC/MG 032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

CPF: 084.598.318-09
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL Cópia
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU FE
Cach. 04 MAIO 2012
Pla.

WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VAL. COM. DE SEL. DE
AUT. G. 03/2011
VAL. COM. DE SEL. DE
AUT. G. 03/2011

0167AA063039

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.656.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em Teste da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

na Rede SUAS e seus atendimentos obedecem aos requisitos e percentuais exigidos por lei.

- a) **PROGEN** - Projeto Geração Nova: projeto sócio-educativo gratuito com atividades sistemáticas: cursos, oficinas, formação humana e espiritual, atendimento social e pedagógico para adolescentes. Em média são atendidas 51 pessoas mensalmente. Esses atendimentos foram valorizados ao custo de mercado.
- b) **CASA DO BOM SAMARITANO** - constitui-se de espaço de resgate da cidadania e reintegração social de moradores de rua e migrantes que com frequência passam pela cidade de Cachoeira Paulista-SP. Em média são atendidas 469 pessoas por mês, gratuitamente, entre homens e mulheres que recebem alimentação, cuidados com a higiene pessoal e oportunidade para recuperarem sua dignidade. São atendidas ainda famílias de baixa renda do município, nas oficinas de geração de renda
- c) **CASA DE MARIA** - atendimento individual para aconselhamentos, orações, cursos, orientações doutrinária e catequética. Em média são atendidas 5.000 pessoas mensalmente.
- d) **MÃOS QUE EVANGELIZAM** - Oferece aulas de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais para ouvintes. Interpretação de programas televisivos e encontros para surdos. Neste período 102 pessoas concluíram o curso de LIBRAS, nos moldes básico e avançado e foram realizadas 1.196 horas de interpretação.
- e) **TV E RÁDIO CANÇÃO NOVA** - na grade de programação existem atividades de cunho social, educativa, cultural e de utilidade pública totalmente gratuitas. Da programação normal da TV, são destinados mensalmente em média, 7037 minutos para programas sociais e na Rádio 8350 minutos. Os critérios de valorização foram baseados em 20% do preço médio de mercado de emissoras de mesmo porte.
- f) **VOLUNTÁRIOS** - A Fundação João Paulo II utiliza trabalhos voluntários para auxiliá-la na execução de sua missão. Estes trabalhos são oferecidos de forma gratuita. A entidade contabiliza estes trabalhos pelo valor pago a outro profissional que possua tarefa similar, ou em caso de inexistência desta situação, o valor de mercado que seria pago a este profissional. Por razões conservadoras, considerou apenas o valor da remuneração sem acréscimos de qualquer encargo. Atuam como voluntários em média 91 pessoas por mês.
- g) **CIA DE ARTES** - Com o objetivo de despertar crianças e adolescentes para o universo da arte e da dança, favorece a revelação e o incentivo de novos talentos e proporciona um espaço saudável, afastando crianças e adolescentes da

0167AA063042

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

OFÍCIO Nº 04/2012
NAT DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA. DOU FE

Cach.
Pla. 04 MAIO 2012

WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL

SOMENTE COM O SELLO DE
AUTENTICAÇÃO

VALOR DE AUTENTICAÇÃO: R\$ 2,30

0167AA063043

Luiz Guilherme de A. Grillo
ESCREVEN.

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 040.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/01/2012.
Em testº da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade.

Por firma reconhecida: R\$ 4,00

marginalidade. Oferece aulas de balé, hip-hop e teatro para crianças, adolescentes e jovens. Neste período 141 pessoas frequentaram a Cia de Artes

- h) Informática Dom Bosco – Objetiva a inserção de cultura digital entre a população de Cachoeira Paulista e região, tornando-os agentes transformadores da sua realidade, desenvolvendo ações que promovam a cidadania e a inclusão social através da inclusão digital. Concluíram os cursos de informática 146 pessoas entre crianças, jovens, adultos e idosos.
- i) CAC – Centro de Atendimento Comunitário – Tem com objetivo prestar atendimento diário às crianças, adolescentes, adultos e idosos através de atividades voltadas aos aspectos físico, mental, espiritual, social. São desenvolvidas atividades recreativas, esportivas, musicais, artesanais e ligadas a área de informática, considerando interesses e habilidades. São atendidas em média 298 pessoas por mês.
- j) A Fundação João Paulo II colabora com outras entidades assistenciais, através de celebração de convênios e termos de cooperação financeira. Citamos:

- APAE DE CACHOEIRA PAULISTA

Público Alvo: Pessoas Portadoras de Deficiência

Tipo de Apoio: Repasse financeiro, cópias xerox e doação de cestas básicas.

- LAR DE ASSISTÊNCIA AO MENOR

Público Alvo: Crianças, jovens e famílias.

Tipo de Apoio: Repasse financeiro.

15.2. Área de Educação – Composto pelos seguintes programas:

INSTITUTO CANÇÃO NOVA – O instituto atende crianças e adolescentes da Educação Infantil ao Ensino Médio de forma totalmente gratuita, custeado pelas doações recebidas pela Fundação João Paulo II. Engloba um trabalho de educação que se preocupa em formar a criança e adolescente integralmente; para isso conta com apoio psicológico, atendimento social, escolinha de esportes, ações pastorais. Além do ensino o Instituto Canção Nova oferece material escolar e uniforme aos alunos mais carentes. A apuração do valor está baseada no preço médio cobrado pelo mercado, considerando escola de mesmo porte para valorização destes atendimentos, e considera-se para fins de cálculo de gratuidade as bolsas de estudos concedidas a alunos que se enquadrem no Perfil Sócio Econômico, de acordo com os dispositivos legais.

com os
BPI
NÃO É NECESSÁRIO
AUTENTICACAO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAIDA NESTA SERVENTIA DOU FE
Cach.
Pla. 04 MAIO 2012
W. T. SUMARIAS ORIGINAL
VH. 3 SOMENTE COM O LO DE
AUTENTICACAO
VH. 3 POR AUTENTICACAO: RS 23
0167AA063050

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR EXECUTIVO
FILIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR

JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG 032.805/Q-1
CPF: 200.995.506-44

CONSELHO DELIBERATIVO

PRÉSIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91

VICE-PRÉSIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43

SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00

PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87

SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.

CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 010.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57

EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da
Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir,
constantes acima: FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA;
JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO;
NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO
TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.

Cachoeira Paulista (SP), 13/04/2012.
Em test. _____ da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade. Por firma reconhecida: R\$ 4,00

FACULDADE CANÇÃO NOVA - Tem como objetivo geral oferecer educação superior de qualidade e formar profissionais qualificados, eticamente orientados e socialmente comprometidos.

Como público alvo da FCN tem a população em geral, com nível de escolaridade médio completo, que tenha interesse nas áreas de atuação da Faculdade Canção Nova, e atende aos critérios de seleção e perfil socioeconômico previstos na Lei 12.101, parágrafo 6º, disposto no art. 10 da Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

15.3. Área de Saúde – São desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) POSTO MÉDICO PE. PIO – Oferece gratuitamente serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, laboratoriais e de prevenção e promoção à saúde, para visitantes e moradores carentes de Cachoeira Paulista- SP e região. Oferece também atendimentos nas áreas de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia e nutrição. Tem como diferencial o respeito, amor e o comprometimento de dar o melhor para os que procuram atendimento. Não possui convênio com o SUS, somente é credenciado à uma empresa de seguro saúde, no entanto somente 1% do seu atendimento foi destinado a este público. Em média são realizados 3.717 atendimentos mês.

15.4. A Fundação recebeu R\$ 110.023.134,50 em 2011 (R\$ 115.523.671 em 2010), de doações de pessoas físicas.

15.5. A totalidade dos recursos econômico-financeiros auferidos pela Fundação, é integralmente aplicada na manutenção e consecução de seus objetivos sociais e suas finalidades institucionais, dentro do território nacional.

15.6. A Fundação recebeu R\$ 195.960 em 2011 (R\$ 498.970 em 2010) referente ao convênio firmado junto Conferência Episcopal Italiana destinados a reforma e ampliação do Estúdio e do Parque de Transmissão da OM de Palmas/TO.

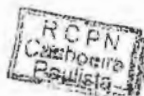
NOTA 16. SEGUROS

A Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, em montantes suficientes para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações, em caso de sinistros. As premissas de risco adotadas, data a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Luiz Guilherme de A. Grilo
ESCREVENTE

ATENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU
Cach
Plz
04 MAIO 2012
WALBERT C. GUIMARÃES - OFICIAL
VALOR
AUTENTICAÇÃO
0167AA063054

CACHOEIRA PAULISTA, 31 DE DEZEMBRO DE 2011.



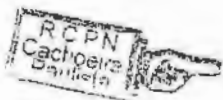
DIRETOR EXECUTIVO
ELIPE GARCEZ JARDIM
CPF: 162.775.318-40

DIRETORIA EXECUTIVA



VICE-DIRETOR EXECUTIVO
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA
CPF: 084.598.318-09

CONTADOR



JORGE DA COSTA LEITE
CRC MG-032.805/O-1
CPF: 200.995.506-44

CPF: NAT
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL. CÓPIA
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FI

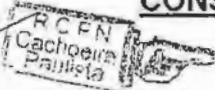
Cast
Pla 04 MAIO 2012

WALTER T. GUIMARÃES - OFICIAL
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO
AUTENTICAÇÃO: R\$ 4,00
0167AA063055
Grilo
ESCREVENTE

CONSELHO DELIBERATIVO



PRESIDENTE
WELLINGTON SILVA JARDIM
CPF: 370.856.628-91



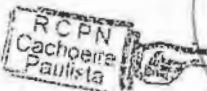
VICE-PRESIDENTE
CARMENLITA LUCI LIMA
CPF: 125.175.178-43



SECRETÁRIO
PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO
CPF: 020.782.348-00



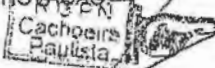
PRIMEIRO CONSELHEIRO
LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO
CPF: 741.675.028-87



SEGUNDO CONSELHEIRO
NELSON CORRÊA JUNIOR
CPF: 019.665.628-10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

OS INFRA-ASSINADOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, TENDO EXAMINADO O BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO, E ENCONTRADO TUDO EM PERFEITA ORDEM E DE ACORDO COM OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS, SÃO DE PARECER QUE AS CONTAS E ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA MERECEM APROVAÇÃO.



CARLOS APARECIDO ASTUTI
CPF: 019.540.319-91

JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO
CPF: 159.464.338-57



EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO
CPF: 674.427.736-72

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

0167AA002054
0167AA002055
0167AA002056
0167AA002057
0167AA002058
0167AA008807
FIRMA 1
FIRMA 2
FIRMA 3
FIRMA 4
FIRMA 5
FIRMA 6
FIRMA 7
FIRMA 8
FIRMA 9
FIRMA 10
FIRMA 11
FIRMA 12
FIRMA 13
FIRMA 14
FIRMA 15
FIRMA 16
FIRMA 17
FIRMA 18
FIRMA 19
FIRMA 20
FIRMA 21
FIRMA 22
FIRMA 23
FIRMA 24
FIRMA 25
FIRMA 26
FIRMA 27
FIRMA 28
FIRMA 29
FIRMA 30
FIRMA 31
FIRMA 32
FIRMA 33
FIRMA 34
FIRMA 35
FIRMA 36
FIRMA 37
FIRMA 38
FIRMA 39
FIRMA 40
FIRMA 41
FIRMA 42
FIRMA 43
FIRMA 44
FIRMA 45
FIRMA 46
FIRMA 47
FIRMA 48
FIRMA 49
FIRMA 50
FIRMA 51
FIRMA 52
FIRMA 53
FIRMA 54
FIRMA 55
FIRMA 56
FIRMA 57
FIRMA 58
FIRMA 59
FIRMA 60
FIRMA 61
FIRMA 62
FIRMA 63
FIRMA 64
FIRMA 65
FIRMA 66
FIRMA 67
FIRMA 68
FIRMA 69
FIRMA 70
FIRMA 71
FIRMA 72
FIRMA 73
FIRMA 74
FIRMA 75
FIRMA 76
FIRMA 77
FIRMA 78
FIRMA 79
FIRMA 80
FIRMA 81
FIRMA 82
FIRMA 83
FIRMA 84
FIRMA 85
FIRMA 86
FIRMA 87
FIRMA 88
FIRMA 89
FIRMA 90
FIRMA 91
FIRMA 92
FIRMA 93
FIRMA 94
FIRMA 95
FIRMA 96
FIRMA 97
FIRMA 98
FIRMA 99
FIRMA 100

Walter Toledo Guimarães
OFICIAL REGISTRADOR

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Cachoeira Paulista/SP

Reconheço POR SEMELHANÇA em documento SEM valor econômico a(s) firma(s) a seguir, constantes acima: **FILIPE GARCEZ JARDIM; ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA; JORGE DA COSTA LEITE; WELLINGTON SILVA JARDIM; CARMENLITA LUCI LIMA; PAULO ROBERTO OLIVEIRA LOURENÇO; LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO; NELSON CORRÊA JUNIOR; CARLOS APARECIDO ASTUTI; JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO; EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO.**

Cachoeira Paulista (SP), 19/04/2012.
Em testº da verdade.

Válido somente com o selo de autenticidade. Por firma reconhecida: R\$ 4,00



14. Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;

PROPOSTA DE GRADE DETALHADA DE PROGRAMAÇÃO

Rádio FM de São José dos Campos/SP (Canal: 240E / Classe: B1)

SÁBADO:

00:00 às 02:00h – ALABANZA (Cultural): Programa que visa divulgar a cultura hispânica da América Latina e também da Europa, através de suas músicas.

02:00 às 03:00h – FÉ E MÚSICA (Educativo): Com mensagens de paz e esperança, leva o ouvinte a acreditar que tudo em sua vida pode ser melhor, mesclando com músicas variadas.

03:00 às 04:00h – HORA DA MISERICÓRDIA (Educativo): Reflexões de como ser um cidadão melhor, praticando gestos fraternos e exercendo a cidadania de forma mais consciente. REPRISE

04:00 às 05:00h – MUNDO HOJE (Jornalístico/Noticioso): Notícias atuais do Brasil e do mundo, com divulgação de Previsão Meteorológica.

05:00 às 06:00h – A BOA DO DIA (Educativo): Musical, com trechos de palestras, onde o locutor leva a reflexões profundas sobre a vida, formando os ouvintes através de conselhos para melhorar seus relacionamentos.

06:00 às 07:00h – TERÇO MARIANO (Cultural): Com músicas Sacras e meditação de textos Bíblicos, em uma verdadeira homenagem às devoções Marianas.

07:00 às 08:00h – HORA CHEIA (Cultural): Uma hora inteira com o que há de melhor na música nacional e internacional.

08:00 às 09:00h – ESTOU NO MEIO DE VÓS (Educativo): Programa que dá enfoque à música instrumental e clássica, no qual o locutor traz mensagens de motivação e esperança.

09:00 às 11:00h – VOLUME MÁXIMO (Cultural): Duas horas de música, informação e entretenimento, com interatividade através das redes sociais.

11:00 às 12:00h – SAL NA MASSA (Cultural): Espaço reservado para a música dos gêneros samba, pagode e axé.

12:00 às 13:00h – ALÔ CANÇÃO NOVA (Cultural): Programa reservado para a participação dos ouvintes, que deixam gravado o seu “alô” e sua mensagem e fazem pedido musical.

13:00 às 14:00h – ALFÂNDEGA (Cultural): Programa que traz o “release”, um resumo sobre a história dos Cantores ou Bandas Internacionais, mesclado com muita música.

14:00 às 16:00h – ALTA ROTAÇÃO (Cultural): Programa específico de música Eletrônica, com participações de DJ's de todo o Brasil. Reservado para a divulgação desse estilo musical.

16:00 às 17:00h – A BOA DO DIA (Educativo) REPRISE

17:00 às 18:00h – MUNDO HOJE (Jornalístico/Noticioso): Notícias atuais do Brasil e do mundo, com divulgação de Previsão Meteorológica.

18:00 às 19:00h – ÂNGELUS / TERÇO MARIANO (Cultural) REPRISE

19:00 às 21:00h – ARENA INTERNACIONAL (Cultural): Programa reservado para a valorização e divulgação da música Country e Sertaneja de qualidade, com informação, entretenimento e enfoque na vida do campo. Visa dar mais visibilidade também ao Rodeio como prática esportiva. Interatividade através das redes sociais.

21:00 às 22:00h – ESPECIAL CANÇÃO NOVA (Cultural): Uma hora de música transmitida em forma de Show.

22:00 às 23:00h – HORA CHEIA (Cultural): Uma hora inteira com o que há de melhor na música nacional e internacional. REPRISE

23:00 às 24:00h – ESTOU NO MEIO DE VÓS (Educativo): Programa que dá enfoque à música instrumental e clássica, no qual o locutor traz mensagens de motivação e esperança. REPRISE

OBS.: Durante a Programação do SÁBADO, o Boletim “CN NEWS”, com notícias nacionais e internacionais, entra 23 vezes nas horas cheias, com duração de 1 minuto, informando também a previsão meteorológica.

DOMINGO:

00:00 às 02:00h – ALABANZA (Cultural): Programa que visa divulgar a cultura hispânica da América Latina e também da Europa, através de suas músicas.

02:00 às 03:00h – FÉ E MÚSICA (Educativo): Aborda várias realidades de fé e crenças, mesclando com músicas variadas.

03:00 às 04:00h – HORA DA MISERICÓRDIA (Educativo): Reflexões de como ser um cidadão melhor, praticando gestos fraternos e exercendo a cidadania de forma mais consciente. REPRISE

04:00 às 05:00h – IGREJA HOJE (Jornalístico/Noticioso): Traz notícias da Igreja no Brasil e no mundo, fazendo conexão com os principais assuntos da atualidade na sociedade, e reflete sobre o comportamento humano.

05:00 às 06:00h – A BOA DO DIA (Educativo): Musical, com trechos de palestras, onde o locutor leva à reflexões profundas sobre a vida, formando os ouvintes através de conselhos para melhorarem seus relacionamentos.

06:00 às 07:00h – TERÇO MARIANO (Cultural): Integra músicas Sacras e meditação de textos Bíblicos, em uma verdadeira homenagem às devoções Marianas.

07:00 às 08:00h – HORA CHEIA (Cultural): Uma hora inteira com o que há de melhor na música nacional e internacional.

08:00 às 09:00h – ESTOU NO MEIO DE VÓS (Educativo): Programa que dá enfoque à música instrumental e clássica, no qual o locutor traz mensagens de motivação e esperança.

09:00 às 13:00h – ÂNCORA / KAIROS (Educativo): Testemunhal. Através de Palestras, tem o objetivo de incentivar a criação da consciência cívica do ouvinte, realçando a importância dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, da família como célula mater da sociedade, da ecologia, do respeito e solidariedade, que são imprescindíveis para o desenvolvimento do Brasil.

13:00 às 14:00h – CANÇÕES DO ESPÍRITO (Cultural): Espaço reservado para a música do gênero MPB, com mensagens de vida e esperança.

14:00 às 15:00h – MÚSICA E VIDA (Cultural): Programa de Entrevista com Músicos e Bandas. Divulgação dos mais recentes trabalhos que marcaram a história da música.

15:00 às 17:00h – SANTA MISSA (Educativo): Transmissão de Missa, tradicional aos Domingos. Nela há homilia, que é uma oportunidade para o celebrante abordar temas de interesse social, relacionados com acontecimentos da atualidade.

17:00 às 18:00h – GARAGEM (Cultural): Programa musical. Oportunidade de divulgação para as bandas e cantores que ainda não são famosos, ou ainda não têm CD's gravados.

18:00 às 19:00h – ÂNGELUS / TERÇO MARIANO (Cultural): Integra músicas Sacras e meditação de textos Bíblicos, em uma verdadeira homenagem às devoções Marianas.

19:00 às 20:00h – TOP 10 (Cultural): Programa reservado para tocar as 10 (dez) músicas mais pedidas durante a semana. Espaço reservado a atender o gosto musical do ouvinte.

20:00 às 21:00h – BAÚ CN (Cultural): Programa que resgata a história da música sacra no Brasil, traz informações sobre os cantores e sua musicalidade.



21:00 às 22:00h – ESPECIAL CANÇÃO NOVA (Cultural): Uma hora de música transmitida em forma de Show.

22:00 às 23:00h – IGREJA HOJE (Jornalístico/Noticioso): Traz notícias da Igreja no Brasil e no mundo, fazendo conexão com os principais assuntos da atualidade na sociedade, e reflete sobre o comportamento humano.

23:00 às 24:00h – CONEXÃO INTERNACIONAL (Cultural): Programa com uma hora de música internacional.

OBS : Durante a Programação do DOMINGO, o Boletim “CN NEWS”, com notícias nacionais e internacionais, entra 19 vezes nas horas cheias, com duração de 1 minuto, informando também a previsão meteorológica.

SEGUNDA, TERÇA, QUARTA E SEXTA-FEIRA:

00:00 às 02:00h – MADRUGADA AMIGA (Educativo): Programa musical que visa ser uma companhia para os ouvintes da madrugada, levando mensagens de ânimo e esperança. Com participações ao vivo dos ouvintes e aconselhamento.

02:00 às 03:00h – FÉ E MÚSICA (Educativo): Programa motivacional e de autoajuda. Aborda várias realidades de fé e crenças, mesclando com músicas variadas.

03:00 às 04:00h – HORA DA MISERICÓRDIA (Educativo): Reflexões de como ser um cidadão melhor, praticando gestos fraternos e exercendo a cidadania de forma mais consciente. REPRISE

04:00 às 05:00h – NEW SONG (Cultural): Divulgação da cultura internacional, através das músicas de vários países.

05:00 às 06:00h – A BOA DO DIA (Educativo): Musical, com trechos de palestras, no qual o locutor leva à reflexões profundas sobre a vida, formando os ouvintes através de conselhos para melhorarem seus relacionamentos.

06:00 às 07:00h – TERÇO MARIANO / MÚSICA (Cultural): Integra músicas Sacras e meditação de textos Bíblicos, em uma verdadeira homenagem às devoções Marianas.

07:00 às 08:00h – CAFÉ DA MANHÃ (Jornalístico/Noticioso): Notícias nacionais e internacionais, com atenção especial às notícias da Região. Ênfase especial dada ao noticiário local, abrangendo eventos culturais nos diversos setores do cotidiano, tais como economia, esportes, arte, literatura, etc. Traz também Previsão Meteorológica.

08:00 às 09:15h – SORRINDO PRA VIDA (Educativo): Considerando as mudanças que ocorrem a cada instante no mundo globalizado, este Programa oferece ao ouvinte

meios para compreender melhor toda essa dinâmica, potencializando a excelência humana.

09:15 às 11:00h – CANAL 96 (Educativo): Canal direto entre a Emissora e os ouvintes. Dinâmico e alegre, tem como missão animar as manhãs e trazer esperança e motivação aos ouvintes. Interatividade e Promoções. Muita música para embalar as manhãs durante a semana.

11:00 às 12:00h – O AMOR VENCERÁ (Educativo): Testemunhal. Os principais temas são o amor e o sentido da vida. Seu objetivo é a valorização do ser humano. Baseado em testemunhos de pessoas que vivenciaram profundas experiências de amor que lhes devolveram a confiança e ajudaram a despertá-las para uma vida diferente. AO VIVO

12:00 às 13:00h – ESTOU NO MEIO DE VÓS (Educativo): Programa que dá enfoque à música instrumental e clássica, no qual o locutor traz mensagens de motivação e esperança.

13:00 às 14:00h – HORA CHEIA (Cultural): Uma hora inteira com o que há de melhor na música nacional e internacional.

14:00 às 15:00h – SINAL VERDE (Educativo): Programa mais jovem de toda a Programação. Possui variedades e assuntos atuais, interatividade, testemunhos, divulgação de eventos, promoções, link direto com os eventos jovens que acontecem em todo o Brasil. Tem a Missão de envolver e contagiar os jovens com uma programação saudável, deixando-os conectados com os principais assuntos e tendências da atualidade. Incentivo para que os jovens sejam construtores de um futuro melhor.

15:00 às 16:00h - HORA DA MISERICÓRDIA (Educativo): Reflexões de como ser um cidadão melhor, praticando gestos fraternos e exercendo a cidadania de forma mais consciente.

16:00 às 18:00h – TARDE ESPECIAL (Jornalístico/Noticioso): Programa relacionado com os principais acontecimentos sócio políticos. Entrevistas com profissionais liberais, autoridades, educadores e cidadãos comuns, abordando os mais diversos assuntos como: saúde, segurança, educação, meio ambiente, administração, etc., com participações de ouvintes pelas redes sociais.

18:00 às 19:00h – ÂNGELUS / TERÇO MARIANO (Cultural): Integra músicas Sacras e meditação de textos Bíblicos, em uma verdadeira homenagem às devoções Marianas. REPRISE

19:00 às 20:00h – VOZ DO BRASIL (Programa Oficial)

20:00 às 21:00h - A BOA DO DIA (Educativo): Musical, com trechos de palestras, no qual o locutor leva à reflexões profundas sobre a vida, formando os ouvintes através de conselhos para melhorarem seus relacionamentos. REPRISE



21:00 às 23:00h – TRILHA SONORA (Educativo): São explorados temas que fortaleçam os laços familiares e despertem valores, os quais devem inspirar o bom convívio no lar e na sociedade em geral, além de deixar o ouvinte informado sobre os principais assuntos e notícias da atualidade.

23:00 às 24:00h – O AMOR VENCERÁ (Educativo): Testemunhal. Os principais temas são o amor e o sentido da vida. Seu objetivo é a valorização do ser humano. Baseado em testemunhos de pessoas que vivenciaram profundas experiências de amor que lhes devolveram a confiança e ajudaram a despertá-las para uma vida diferente. **REPRISE**

OBS.: Durante a SEMANA, o Boletim "CN NEWS", com notícias nacionais e internacionais, entra durante todo o dia nas horas cheias, com duração de 1 minuto, informando também a previsão meteorológica.

QUINTA-FEIRA:

00:00 às 02:00h – MADRUGADA AMIGA (Educativo): Programa musical que visa ser uma companhia para os ouvintes da madrugada, levando mensagens de ânimo e esperança. Com participações ao vivo dos ouvintes e aconselhamento.

02:00 às 03:00h – FÉ E MÚSICA (Educativo): Programa motivacional e de autoajuda. Aborda várias realidades de fé e crenças, mesclando com músicas variadas.

03:00 às 04:00h – HORA DA MISERICÓRDIA (Educativo): Reflexões de como ser um cidadão melhor, praticando gestos fraternos e exercendo a cidadania de forma mais consciente. **REPRISE**

04:00 às 05:00h – NEW SONG (Cultural): Divulgação da cultura internacional, através das músicas de vários países.

05:00 às 06:00h – A BOA DO DIA (Educativo): Musical, com trechos de palestras, no qual o locutor leva a reflexões profundas sobre a vida, formando os ouvintes através de conselhos para melhorarem seus relacionamentos.

06:00 às 07:00h – TERÇO MARIANO / MÚSICA (Cultural): Integra músicas Sacras e meditação de textos Bíblicos, em uma verdadeira homenagem às devoções Marianas.

07:00 às 08:00h – CAFÉ DA MANHÃ / Previsão do Tempo (Jornalístico/Noticioso): Notícias nacionais e internacionais, com atenção especial às notícias da Região. Ênfase especial é dada ao noticiário local, abrangendo eventos culturais nos diversos setores do cotidiano, tais como economia, esportes, arte, literatura, etc. Traz também Previsão Meteorológica.

08:00 às 09:15h – SORRINDO PRA VIDA (Educativo): Considerando as mudanças que ocorrem a cada instante no mundo globalizado, esse Programa oferece ao ouvinte



meios para compreender melhor toda essa dinâmica, potencializando a *excelência* humana.

09:15 às 12:00h – ÂNCORA / QUINTA ESPECIAL (Cultural): Testemunhal, onde o Palestrante enfoca os principais assuntos da atualidade, à luz dos Princípios cristãos de respeito, organização social, motivando os ouvintes a assumir suas responsabilidades sociais e ter mais iniciativas como cidadão.

12:00 às 13:00h – ESTOU NO MEIO DE VÓS (Educativo): Programa que dá enfoque à música instrumental e clássica, no qual o locutor traz mensagens de motivação e esperança.

13:00 às 14:00h – HORA CHEIA (Cultural): Uma hora inteira com o que há de melhor na música nacional e internacional.

14:00 às 15:00h – QUINTA DE ADORAÇÃO (Educativo): Testemunhal, no qual o Palestrante enfoca os principais assuntos da atualidade, à luz dos Princípios cristãos de respeito, organização social, motivando os ouvintes a assumir suas responsabilidades sociais e ter mais iniciativas como cidadão.

15:00 às 16:00h - HORA DA MISERICÓRDIA (Educativo): Reflexões de como ser um cidadão melhor, praticando gestos fraternos e exercendo a cidadania de forma mais consciente.

16:00 às 17:30h – SANTA MISSA (Cultural): Transmissão de Missa, onde o celebrante tem a oportunidade, com base nos princípios cristãos de amor, perdão e solidariedade, abordar temas de interesse social, relacionados com os acontecimentos da atualidade.

17:30 às 18:00h – MÚSICA (Cultural): Músicas variadas, nacionais e internacionais.

18:00 às 19:00h – ÂNGELUS / TERÇO MARIANO (Cultural): Integra músicas Sacras e meditação de textos Bíblicos, em uma verdadeira homenagem às devoções Marianas.

19:00 às 20:00h – VOZ DO BRASIL (Programa Oficial)

20:00 às 21:00h - A BOA DO DIA (Educativo): Musical com trechos de palestras onde o locutor leva à reflexões profundas sobre a vida, formando os ouvintes através de conselhos para melhorarem seus relacionamentos. **REPRISE**

21:00 às 23:00h – TRILHA SONORA (Educativo): São explorados temas que fortaleçam os laços familiares e despertem valores, os quais devem inspirar o bom convívio no lar e na sociedade em geral, além de deixar o ouvinte informado sobre os principais assuntos e notícias da atualidade.

23:00 às 24:00h – O AMOR VENCERÁ (Educativo): Testemunhal. Os principais temas são o amor e o sentido da vida. Seu objetivo é a valorização do ser humano.

Baseado em testemunhos de pessoas que vivenciaram profundas experiências de amor que lhes devolveram a confiança e ajudaram a despertá-las para uma vida diferente. REPRISE

OBS.: Durante a SEMANA, o Boletim "CN NEWS", com notícias nacionais e internacionais, entra durante todo o dia nas horas cheias, com duração de 1 minuto, informando também a previsão meteorológica.

Proposta de Grade de Programação - Rádio FM de São José dos Campos/SP (Canal: 240E; Frequência: 95,9MHz; Classe: B1)			
Sábado / Feriados		Domingo / Feriados	
00:00	ALABANZA	ALABANZA	00:00
00:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	00:57
01:00	ALABANZA	ALABANZA	01:00
01:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	01:57
02:00	FÉ E MÚSICA	FÉ E MÚSICA	02:00
02:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	02:57
03:00	HORA DA MISERICÓRDIA – REPRISE	HORA DA MISERICÓRDIA – REPRISE	03:00
03:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	03:57
04:00	MUNDO HOJE	IGREJA HOJE	04:00
04:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	04:57
05:00	A BOA DO DIA	A BOA DO DIA	05:00
05:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	05:57
06:00	TERÇO MARIANO - MÚSICA	TERÇO MARIANO - MÚSICA	06:00
06:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	06:57
07:00	HORA CHEIA	HORA CHEIA	07:00
07:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	07:57
08:00	ESTOU NO MEIO DE VÓS	ESTOU NO MEIO DE VÓS	08:00
08:57	PREVISÃO METEOROLÓGICA	PREVISÃO METEOROLÓGICA	08:57
09:00	VOLUME MÁXIMO	ÂNCORA	09:00
09:15	"	KAIRÓS	09:15
09:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	"	09:57
10:20	"	ÂNCORA	10:20
10:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	10:57
11:00	SAL NA MASSA	ÂNCORA	11:00
11:40	"	KAIRÓS	11:40
11:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	"	11:57
12:00	ALO CANCAO NOVA	"	12:00
12:20	"	ÂNCORA	12:20
12:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	12:57
13:00	ALFÂNDEGA	CANÇÕES DO ESPÍRITO	13:00
13:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	13:57
14:03	ALTA ROTACÃO	MÚSICA E VIDA	14:00
14:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	14:57
15:00	"	SANTA MISSA - KAIRÓS	15:00
15:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	"	15:57
16:00	A BOA DO DIA	"	16:00
16:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	"	16:57
17:00	MUNDO HOJE	GARAGEM	17:00
17:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	17:57
18:00	ANGELUS / TERÇO MARIANO	ANGELUS / TERÇO MARIANO	18:00
18:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	18:57
19:00	ARENA INTERNACIONAL	TOP 10	19:00
19:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	19:57
20:00	"	BAÚ CN	20:00
20:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	20:57
21:00	ESPECIAL CANÇÃO NOVA	ESPECIAL CANÇÃO NOVA	21:00
21:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	21:57
22:00	HORA CHEIA	IGREJA HOJE	22:00
22:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	22:57
23:00	ESTOU NO MEIO DE VÓS - REPRISE	CONEXÃO INTERNACIONAL	23:00
23:57	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	CN NEWS (Boletim Jornalístico)	23:57
CULTURAL		EDUCATIVA	
JORNALÍSTICO / NOTICIOSO (CN NEWS tem duração de 1 minuto cada)		PREVISÃO METEOROLÓGICA	

Proposta de Grade de Programação - Rádio FM de São José dos Campos/SP (Canal: 240E; Frequência: 95,9MHz; Classe: B1)						
	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	
00:57:00	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	00:57:00
00:00	MADRUGADA AMIGA	MADRUGADA AMIGA	MADRUGADA AMIGA	MADRUGADA AMIGA	MADRUGADA AMIGA	00:00
01:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	01:57
02:00	FÉ E MÚSICA	FÉ E MÚSICA	FÉ E MÚSICA	FÉ E MÚSICA	FÉ E MÚSICA	02:00
02:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	02:57
03:00	HORA DA MISERICÓRDIA ®	HORA DA MISERICÓRDIA ®	HORA DA MISERICÓRDIA ®	HORA DA MISERICÓRDIA ®	HORA DA MISERICÓRDIA ®	03:00
03:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	03:57
04:00	NEW SONG	NEW SONG	NEW SONG	NEW SONG	NEW SONG	04:00
04:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	04:57
05:00	A BOA DO DIA	A BOA DO DIA	A BOA DO DIA	A BOA DO DIA	A BOA DO DIA	05:00
05:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	05:57
06:00	TERÇO MARIANO E MÚSICA	TERÇO MARIANO E MÚSICA	TERÇO MARIANO E MÚSICA	TERÇO MARIANO E MÚSICA	TERÇO MARIANO E MÚSICA	06:00
06:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	06:57
07:00	CAFÉ DA MANHÃ	CAFÉ DA MANHÃ/ P. Tempo	CAFÉ DA MANHÃ/ P. Tempo	CAFÉ DA MANHÃ/ P. Tempo	CAFÉ DA MANHÃ/ P. Tempo	07:00
07:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	07:57
08:00	SORRINDO PRA VIDA	SORRINDO PRA VIDA	SORRINDO PRA VIDA	SORRINDO PRA VIDA	SORRINDO PRA VIDA	08:00
08:57	"	"	"	CN NEWS	"	08:57
09:15	CANAL 96/ Previsão do Tempo	CANAL 96/ Previsão do Tempo	CANAL 96/ Previsão do Tempo	ÂNCORA / QUINTA ESPECIAL	CANAL 96/ Previsão do Tempo	09:15
09:40	"	"	"	"	"	09:40
09:57	PREVISÃO METEOROLÓGICA	PREVISÃO METEOROLÓGICA	PREVISÃO METEOROLÓGICA	"	PREVISÃO METEOROLÓGICA	09:57
10:00	CANAL 96	CANAL 96	CANAL 96	"	CANAL 96	10:00
10:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	"	CN NEWS	10:57
11:00	O AMOR VENCERÁ – AO VIVO	O AMOR VENCERÁ – AO VIVO	O AMOR VENCERÁ – AO VIVO	"	O AMOR VENCERÁ – AO VIVO	11:00
11:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS	11:57
12:00	ESTOU NO MEIO DE VÓS	ESTOU NO MEIO DE VÓS	ESTOU NO MEIO DE VÓS	ESTOU NO MEIO DE VÓS	ESTOU NO MEIO DE VÓS	12:00
13:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	13:57
13:00	HORA CHEIA	HORA CHEIA	HORA CHEIA	HORA CHEIA	HORA CHEIA	13:00
13:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	13:57
14:00	SINAL VERDE/ Not. Trânsito	SINAL VERDE/ Not. Trânsito	SINAL VERDE/ Not. Trânsito	QUINTA DE ADORAÇÃO	SINAL VERDE/ Not. Trânsito	14:00
14:57	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	14:57
15:00	HORA DA MISERICÓRDIA	HORA DA MISERICÓRDIA	HORA DA MISERICÓRDIA	HORA DA MISERICÓRDIA	HORA DA MISERICÓRDIA	15:00
15:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	15:57
16:00	TARDE ESPECIAL/ P. Tempo	TARDE ESPECIAL/ P. Tempo	TARDE ESPECIAL/ P. Tempo	SANTA MISSA	TARDE ESPECIAL/ P. Tempo	16:00
16:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	"	CN NEWS	16:57
17:00	TARDE ESPECIAL	TARDE ESPECIAL	TARDE ESPECIAL	MÚSICA	TARDE ESPECIAL	17:00
17:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	17:57
18:00	ANGELUS / TERÇO MARIANO	ANGELUS / TERÇO MARIANO	ANGELUS / TERÇO MARIANO	ANGELUS / TERÇO MARIANO	ANGELUS / TERÇO MARIANO	18:00
18:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	18:57
19:00	VOZ DO BRASIL	VOZ DO BRASIL	VOZ DO BRASIL	VOZ DO BRASIL	VOZ DO BRASIL	19:00
19:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	19:57
20:00	A BOA DO DIA – REPRISE	A BOA DO DIA – REPRISE	A BOA DO DIA – REPRISE	A BOA DO DIA – REPRISE	A BOA DO DIA – REPRISE	20:00
20:57	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	CN NEWS/ P. Tempo	20:57
21:00	TRILHA SONORA	TRILHA SONORA	TRILHA SONORA	TRILHA SONORA	TRILHA SONORA	21:00
21:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	21:57
23:00	O AMOR VENCERÁ ®	O AMOR VENCERÁ ®	O AMOR VENCERÁ ®	O AMOR VENCERÁ ®	O AMOR VENCERÁ ®	23:00
23:57	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	CN NEWS	23:57
	PREVISÃO METEOROLÓGICA	JORNALÍSTICO / NOTICIOSO	CULTURAL	EDUCATIVO	PROGRAMA OFICIAL	

Ministério da Comunicação
 134
 8
 134



**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À
INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS
FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO
(QUANTO AOS DIRIGENTES):**



15. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de portugueses, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

1.301-1



jaf



Filipe Garcez Jardim
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

OFICIAL DE REGISTRO
NAT. DE CACHOEIRA
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE

28 FEV. 2012
Cast. Pa.

WALBERT T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALIDO SOMENTE COM O SELO
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$

Laciane Marques Guimarães
Substituta

0167AA059870

AUTENTICAÇÃO

0167AA059870

REGISTRO GERAL

27.220.465-1

DATA DE EXPEDIÇÃO

22/FEV/91

NOME

FILIPPE GARCEZ JARDIM

FILIAÇÃO

WELLINGTON SILVA JARDIM

E

AMELIA MARIA DA SILVA GARCEZ JARDIM

NATURALIDADE

QUELUZ - SP

DATA DE NASCIMENTO

12/ABR/1976

DOC ORIGEM

QUELUZ SP

QUELUZ

CN: LV. A27 / FLS. 89

/ N. 000077

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P.
NAT. DE CACHOEIRA PAULISTA-SP
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXTRAÍDA NESTA SERVENTIA DOU FE

28 FEV. 2012
Cast. Pa.

WALBERT T. GUIMARÃES - OFICIAL
VALIDO SOMENTE COM O SELO
AUTENTICIDADE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$

0167AA059870

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO
DE USO OBRIGATORIO NOS CP
PARA QUALQUER DEPENDENCIA
DA RECEITA FEDERAL

COM PROBABILIDADE DE
LEGITIMIDADE

LEGITIMIDADE

LEGITIMIDADE

LEGITIMIDADE

ARF - CRUZEIRO

ARF-Cruzeiro (SP) 30.101.191

Maria José Barcellos Pinheiro
TTN-MATR. 3.005.284-0

UNIV. NACIONAL DE SP

UNIV. DO FUNCIONARIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

ATIVIDADE DO CPF

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 16.892.974-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/NOV/98

NOME ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA

FILIAÇÃO JOAO PALANDI

E MARIA ISABEL DE ABREU PALANDI

NATURALIDADE GUARATINGUETA -SP DATA DE NASCIMENTO 18/FEV/1968

DOC ORIGEM GUARATINGUETA-SP

SEGUNDO SUBDISTRITO

CC: LV. B030/FLS. 0200/N. 000484

CPF 084598318/09

CARLOS ANTONIO G. DE SAUSIERA de Polícia 12800-307-SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

1309

133

Proceder de Órgãos e Têdicos

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE



1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista

Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856

Jurinda Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída destas notas a qual confere com a original Duu 16.

Cachoeira Paulista - SP, 19/03/98, às 20h 05.

Valor devido pela Autenticação: R\$ 1,00

Se os Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo da Autenticidade

Os Selos devolvidos foram pagos por verba

1.º Estado Guia n.º 19/03 A Cart. Prev. Guia n.º 19/03

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA

Nº de Inscrição 084598318-09

Date do Nascimento 18/02/68

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA

SERPRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 28/11/98



1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista

Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 561-1856

Jurinda Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída destas notas a qual confere com a original Duu 16.

Cachoeira Paulista - SP, 19/03/98, às 20h 05.

Valor devido pela Autenticação: R\$ 1,00

Se os Pagos por Verba

() Jurinda Alves Capucho

(x) Maria Aparecida da Costa Araujo Dias Barreira

Só é Válido com o Selo da Autenticidade

Os Selos devolvidos foram pagos por verba

1.º Estado Guia n.º 19/03 A Cart. Prev. Guia n.º 19/03

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.777.160-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/ABR/2004

NOME WELLINGTON SILVA JARDIM

FILIAÇÃO JONAS JARDIM FILHO
E DULCE SILVA JARDIM

NATURALIDADE CRUZEIRO -SP

DATA DE NASCIMENTO 18/MAI/1970

DOC ORIGEM QUELUZ-SP
QUELUZ

CC: 10.810 / FL 5.274V/N. 001750

CPF 370.856.628-51

20 Delegado Divisorense

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON

8300-6

MOLETO DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Autenticação
Estado de São Paulo
0167AA025336

CIC

NASCIMENTO 18-05-49

INSCRIÇÃO NO CPF 370 856 628-51

CONTRIBUINTE

WELLINGTON SILVA JARDIM

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS NATURAIS DA SEDE DE
CACHOEIRA PAULISTA - SP
AUTENTICAÇÃO

Confere com o original

23 JUN. 2010

Autenticação
Estado de São Paulo
0167AA025337

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

CARMENLITA LUCI LIMA

Nome

José Alves de Lima

Filiação

Lontina Aparecida de Lima

São Sebastião/SP **09 NOV 1966**

Naturalidade

Carmenlita Luci Lima

Assinatura do Portador

PI aubate

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMALETON DAUNO)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

18.225.792

REGISTRO GERAL

06 DEZ 83

SÃO PAULO

im 140

91188

Nº 010322

SÉRIE — B — 50

91188

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMALETON DAUNO)



1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1858
Jurinda Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída nestas notas a qual contém com a original do fô.
Cachoeira Paulista-SP - de 20

Valor recebido pela autenticação: R\$
Seios Pagos por Verba

- (X) **Jurinda Alves Capucho**
() **Maria Ap. da Costa Araújo Dias Barreira**
So é valido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba
Ao Estado Guia nº **330108**
A Cart. Prev. Guia nº **330108**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Registro de Pessoas Físicas

125.175.178-43

CARMENLITA LUCI LIMA

09/11/1966

10 de NOVEMBRO



1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Cachoeira Paulista
Rua São Sebastião, 309 - Centro - Tel. 3101-1858
Jurinda Alves Capucho - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica, extraída nestas notas a qual contém com a original do fô.
Cachoeira Paulista-SP - de 20

Valor recebido pela autenticação: R\$
Seios Pagos por Verba

- (X) **Jurinda Alves Capucho**
() **Maria Ap. da Costa Araújo Dias Barreira**
So é valido com o Selo de Autenticidade
Os Selos devidos foram pagos por verba
Ao Estado Guia nº **330108**
A Cart. Prev. Guia nº **330108**

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de Identidade.

BANCO DO BRASIL

FEV/2002



16. Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

001 00000368 CV

Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao pedido 00000368 de 03/08/2012



Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família, executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais) e juizados especiais cíveis, no período de 10 anos anteriores a data de 03/08/2012, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

FILIFE SILVA JARDIM* * * * *
GJMJQF TJMWB KBSEJN* * * * *
HKNKRG UKNXC LCTFKO* * * * *

RG:27220465-1 e CPF:162775318-40 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.

Zenilda de Oliveira Miranda
Zenilda de Oliveira Miranda
Escritor Técnico Judiciário
Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09
Cartório da Comarca
de Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/n
Centro - Cep 12.834-000
Cachoeira Paulista - SP

MARIA CRISTINA DA S. ANSELMO
DIRETOR DE SERVIÇO

Comarca de Cachoeira Paulista
Vara Única - Ofício Judicial
Praça Prof. Prado Filho, s/nº
Centro Cep: 12.834-000

Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000368, Identificação= 80211 e Data= 03/08/2012.



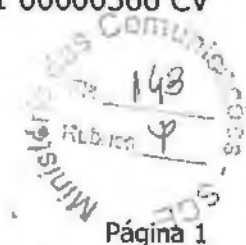


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

001 00000366 CV

Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao pedido 00000366 de 03/08/2012



Página 1

- * Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome
* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família, executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais) e juizados especiais cíveis, no período de 10 anos anteriores a data de 03/08/2012, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA* * * * *
SPTBOB BQBSFDJEB QBMBOEJ TJMWB* * * * *
TQUCPC CRCTGEKFC RCNCPFK UKNXC* * * * *

RG:16892974-0 e CPF:084598318-09 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

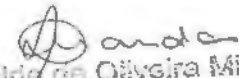
- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.


Zeneide de Oliveira Miranda
Escritor Técnico Judiciário
Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09
Cartório da Comarca
de Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/n
Centro - Cep 12.834-000
Cachoeira Paulista - SP

MARIA CRISTINA DA S. ANSELMO
DIRETOR DE SERVIÇO

Comarca de Cachoeira Paulista
Vara Única - Ofício Judicial
Praça Pref. Prado Filho, s/nº
Centro Cep: 12.834-000

Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000366, Identificação= 39712 e Data= 03/08/2012.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao pedido 00000364 de 03/08/2012



Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
 * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família, executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais) e juizados especiais cíveis, no período de 10 anos anteriores a data de 03/08/2012, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

WELLINGTON SILVA JARDIM* * * * *
 XFMMJOHUPO TJMWB KBSEJN* * * * *
 YGNNKPIVQP UKNXC LCTFKO* * * * *

RG:5777160-1 e CPF:370856628-91 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.

Paula
 Zenaide de Oliveira Miranda
 Escrevente Técnico Judiciário
 Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09

Cartório da Comarca
 de Cachoeira Paulista
 Praça Prado Filho, s/n
 Centro - Cep 12.680-000
 Cachoeira Paulista - SP



MARIA CRISTINA DA S. ANSELMO
 DIRETOR DE SERVIÇO

Comarca de Cachoeira Paulista
 Vara Única - Ofício Judicial
 Praça Pref. Prado Filho, s/nº
 Centro Cep: 12.680-000



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000364, Identificação= 92637 e Data= 03/08/2012.



001 00000362 CV

145

P

SCE

Página 1

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao pedido 00000362 de 03/08/2012

- * Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome *
* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família, executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais) e juizados especiais cíveis, no período de 10 anos anteriores a data de 03/08/2012, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

CARMENLITA LUCI LIMA* * * * *
DBSNFOMJUB MVDJ MJNB* * * * *
ECTOGPNKVC NWEK NKOC* * * * *

RG:18225792- e CPF:125175178-43 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.

Zenilde de Oliveira Miranda
Escritor Técnico Judiciário
Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09
Cartório da Comarca
de Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/n
Centro - Cep 12.680-000
Cachoeira Paulista - SP

MARIA CRISTINA DA S. ANSELMO
DIRETOR DE SERVIÇO

Comarca de Cachoeira Paulista
Vara Única - Ofício Judicial
Praça Prof. Prado Filho, s/nº
Centro Cep: 12.680-000



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000362, Identificação= 84162 e Data= 03/08/2012.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nºda Certidão 2012.0001380916

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: FILIPE GARCEZ JARDIM**, ou vinculado ao **CPF de número 162.775.318-40**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGQIREY9M B5LKEB 4I698X52EJB4VWZ
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não esta sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h03min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 2012.0001380940

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA**, ou vinculado ao CPF de número **084.598.318-09**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTVUZ9H4W FDhBIJ 4I68AY34HJB4R6F
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não está sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h04min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 2012.0001380953

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: WELLINGTON SILVA JARDIM**, ou vinculado ao **CPF de número 370.856.628-91**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGQIRE26M hKIVaN 4I6B9U6aFMC4aYP
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não esta sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h04min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 2012.0001380973

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: CARMENLITA LUCI LIMA**, ou vinculado ao **CPF de número 125.175.178-43**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4IMKQFFXJ B5LL8G X7EMISBYAYANSMM
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não está sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h05min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**



17. Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao Pedido 00000369 de 3 de Agosto de 2012

001 00000369 CR



Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
- * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 03/08/2012, verificou nada constar contra:**

FILIPPE GARCEZ JARDIM* * * * *
GJMJQF HBSDFA KBSEJN* * * * *
HKNKRG ICTEGB LCTFKO* * * * *

RG:272204651, CPF:162775318-40, nascido(a) em 12/04/1976, em Queluz-SP, filho(a) de WELLINGTON SILVA JERDIM e AMÉLIA MARIA DA SILVA GARCEZ JARDIM, conforme indicação feita no pedido de certidão.

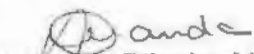
*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sedes de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.


Zenaldo de Oliveira Miranda
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09
Cartório da Comarca
de Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/n
Centro - Cep 12.630-000
Cachoeira Paulista - SP

MARIA CRISTINA DA S. ANSELMO
DIRETOR DE SERVIÇO

Comarca de Cachoeira Paulista
Vara Única - Ofício Judicial
Praça Pref. Prado Filho, s/nº
Centro Cep: 12.630-000

Página 1/1



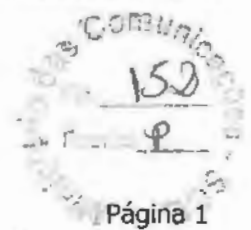
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00000369, Identificação= 07125 e Data= 03/08/2012.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao Pedido 00000367 de 3 de Agosto de 2012



Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome
* certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 03/08/2012, verificou nada constar contra:**

ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA* * * * *
SPTBOB BQBSFDJEB QBMBOEJ TJMWB* * * * *
TQUCPC CRCTGEKFC RCNCPFK UKNXC* * * * *

RG:16892974-0, CPF:084598318-09, nascido(a) em 18/02/1968, em Guaratinguetá-SP, filho(a) de JOÃO PALANDI e MARIA ISABEL DE ABREU PALANDI, conforme indicação feita no pedido de certidão.

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.

Zenaida
Zenaida de Oliveira Miranda
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09
Cartório da Comarca
de Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/n
Centro - Cep 12.630-000
Cachoeira Paulista - SP

MARIA CRISTINA DA S. ANSELMO
DIRETOR DE SERVIÇO

Comarca de Cachoeira Paulista
Vara Única - Ofício Judicial
Praça Pref. Prado Filho, s/nº
Centro Cep: 12.630-000

Página 1/1



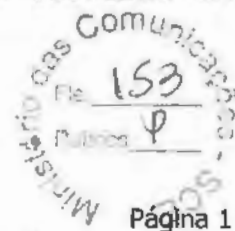
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00000367, Identificação= 73872 e Data= 03/08/2012.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao Pedido 00000365 de 3 de Agosto de 2012



- * Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome *
* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 03/08/2012, verificou nada constar contra:**

WELLINGTON SILVA JARDIM* * * * *
XFMMJOHUPO TJMWB KBSEJN* * * * *
YGNNKPIVQP UKNXC LCTFKO* * * * *

RG:5777160-1, CPF:370856628-91, nascido(a) em 18/05/1949, em Cruzeiro-SP, filho(a) de JONAS JARDIM FILHO e DULCE SILVA JARDIM, conforme indicação feita no pedido de certidão.

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.

Zenaida
Zenaida de Oliveira Miranda
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09

Cartório da Comarca
de Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/n
Centro - Cep 12.630-000
Cachoeira Paulista - SP

MARIA CRISTINA DA S. ANSELMO
DIRETOR DE SERVIÇO

Comarca de Cachoeira Paulista
Vara Única - Ofício Judicial
Praça Prof. Prado Filho, s/nº
Centro Cep: 12.630-000



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00000365, Identificação= 82648 e Data= 03/08/2012.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Cachoeira Paulista

Referente ao Pedido 00000363 de 3 de Agosto de 2012

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome *
* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais**, anteriores a data de **03/08/2012**, verificou nada constar contra;

CARMENLITA LUCI LIMA* * * * *
DBSNFOMJUB MVDJ MJNB* * * * *
ECTOGPKNVC NWEK NKOC* * * * *

RG:18225792, CPF:125175178-43, nascido(a) em 09/11/1966, em São Sebastião-SP, filho(a) de JOSÉ ALVES DE LIMA e LEONTINA APARECIDA DE LIMA, conforme indicação feita no pedido de certidão.

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Cachoeira Paulista, 3 de Agosto de 2012.

Zenaida
Zenaida de Oliveira Miranda
Escritor Técnico Judiciário
Matrícula T. J. nº 98.704-A-2

51 174 001/0068-09
Cartório da Comarca
de Cachoeira Paulista
Praça Prado Filho, s/n
Centro - Cep 12.630-000
Cachoeira Paulista - SP

Maria Cristina da S. Anselmo

Comarca de Cachoeira Paulista
Maria CRISTINA DA S. ANSELMO Vara Única - Ofício Judicial
DIRETOR DE SERVIÇO
Praça Pref. Prado Filho, s/nº
Centro Cep: 12.630-000

Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00000363, Identificação= 34798 e Data= 03/08/2012.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 2012.0001380916

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: FILIPE GARCEZ JARDIM**, ou vinculado ao **CPF de número 162.775.318-40**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.ius.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGQIREY9M B5LKEB 4I698X52EJB4VWZ
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não está sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h03min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 2012.0001380940

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA**, ou vinculado ao **CPF de número 084.598.318-09**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTVUZ9H4W FDhBIJ 4I68AY34HJB4R6F
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não está sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h04min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 2012.0001380953

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: WELLINGTON SILVA JARDIM**, ou vinculado ao **CPF de número 370.856.628-91**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

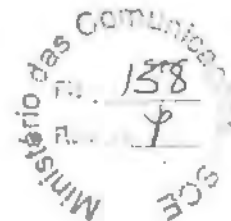
Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGQIRE26M hKIVaN 4I6B9U6aFMC4aYP
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não esta sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h04min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 2012.0001380973

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: CARMENLITA LUCI LIMA**, ou vinculado ao **CPF de número 125.175.178-43**,

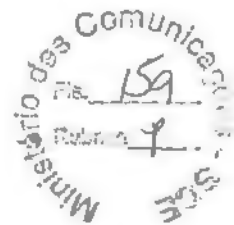
NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4IMKQFFXJB5LL8G X7EMISBYAYANSMM
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não esta sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de agosto de 2012 às 10h05min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



18. Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

SERVENTIA DOS REGISTROS PUBLICOS E ANEXOS

RUA DR. ROCHA JUNIOR, 194-CACHOEIRA PAULISTA-SP

FONE: (12)3101 2299

B. E. Rodrigues Alves Neto
Delegado Responsável

Rodrigo R. Rodrigues Alves
Preposto

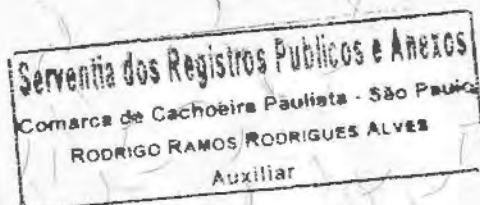
CERTIDAO

O Delegado Responsável pelo Serviço de Registros de Imóveis, de títulos e Documentos e Protestos de Letras e Títulos desta Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, usando das Atribuições que lhe foram delegadas por lei, etc.

CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou **NÃO CONSTAR**, nos últimos cinco anos ate presente data, protestos de letras de cambio, títulos, notas promissórias, duplicatas ou quaisquer outros documentos de divida de responsabilidade de **FILIPPE GARCEZ JARDIM, CPF n. 162.775.318-40**, quer com aceitante, emitente ou dador de aval. O referido e verdade e dou fé.

Cachoeira Paulista, 03 de agosto de 2012.

Preposto



“Selos pago por verba”

Escrivão	Estado	Carteira	RC/TJ	Santa Casa	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29/0,29	0,06	8,90

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP

3929 - AA 008034

3929-08001-09000-0712





SERVENTIA DOS REGISTROS PUBLICOS E ANEXOS

RUA DR. ROCHA JUNIOR, 194-CACHOEIRA PAULISTA-SP

FONE: (12)3101 2299

B. E. Rodrigues Alves Neto
Delegado Responsável

Rodrigo R. Rodrigues Alves
Preposto

CERTIDAO

O Delegado Responsável pelo Serviço de Registros de Imóveis, de títulos e Documentos e Protestos de Letras e Títulos desta Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, usando das Atribuições que lhe foram delegadas por lei, etc.

CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou **NÃO CONSTAR**, nos últimos cinco anos ate presente data, protestos de letras de cambio, títulos, notas promissórias, duplicatas ou quaisquer outros documentos de divida de responsabilidade de **ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA, CPF n. 084.598.318-09**, quer com aceitante, emitente ou dadora de aval. O referido e verdade e dou fé.

Cachoeira Paulista, 03 de agosto de 2012.

Preposto

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - São Paulo
RODRIGO RAMOS RODRIGUES ALVES
Auxiliar

“Selos pago por verba”

Escrivão	Estado	Carteira	RC/TJ	Santa Casa	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29/0,29	0,06	8,90

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP

008032

3929-AA

3929-08001-09000-0712



SERVENTIA DOS REGISTROS PUBLICOS E ANEXOS

RUA DR. ROCHA JUNIOR, 194-CACHOEIRA PAULISTA-SP

FONE: (12)3101 2299

B. E. Rodrigues Alves Neto
Delegado Responsável

Rodrigo R. Rodrigues Alves
Preposto

CERTIDAO

O Delegado Responsável pelo Serviço de Registros de Imóveis, de títulos e Documentos e Protestos de Letras e Títulos desta Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, usando das Atribuições que lhe foram delegadas por lei, etc.

CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou **NÃO CONSTAR**, nos últimos cinco anos ate presente data, protestos de letras de cambio, títulos, notas promissórias, duplicatas ou quaisquer outros documentos de divida de responsabilidade de **WELLINGTON SILVA JARDIM, CPF n. 370.856.628-91**, quer com aceitante, emitente ou dador de aval. O referido e verdade e dou fé.

Cachoeira Paulista, 03 de agosto de 2012.

Preposto

Serventia dos Registros Publicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - São Paulo
RODRIGO RAMOS RODRIGUES ALVES
Auxiliar

“Selos pago por verba”

Escrivão	Estado	Carteira	RC/TJ	Santa Casa	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29/0,29	0,06	8,90

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP

008033

3929-AA

3929-0801-09000-0712





SERVENTIA DOS REGISTROS PUBLICOS E ANEXOS

RUA DR. ROCHA JUNIOR, 194-CACHOEIRA PAULISTA-SP

FONE: (12)3101 2299

B. E. Rodrigues Alves Neto
Delegado Responsável

Rodrigo R. Rodrigues Alves
Preposto

Fls. 163
305

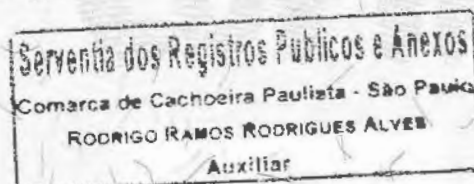
CERTIDAO

O Delegado Responsável pelo Serviço de Registros de Imóveis, de títulos e Documentos e Protestos de Letras e Títulos desta Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, usando das Atribuições que lhe foram delegadas por lei, etc.

CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou **NÃO CONSTAR**, nos últimos cinco anos ate presente data, protestos de letras de cambio, títulos, notas promissórias, duplicatas ou quaisquer outros documentos de dívida de responsabilidade de **CARMELITA LUCI LIMA, CPF n. 125.175.178-43**, quer com aceitante, emitente ou dadora de aval. O referido e verdade e dou fé.

Cachoeira Paulista, 03 de agosto de 2012.

Preposto



“Selos pago por verba”

Escrivão	Estado	Carteira	RC/TJ	Santa Casa	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29/0,29	0,06	8,90

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP

008031

3929 - AA



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

CACHOEIRA PAULISTA - SP

COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃ JURINDA ALVES CAPUCHO



Ministério das Comunicações
164
R. 164
SCE

CERTIDÃO

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada, que revendo no arquivo do Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos – inclusive no acervo do 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos, acervo este que se encontra recolhido nesta Serventia, em virtude de ter sido declarada extinta a delegação correspondente ao Cartório em epígrafe (2º Tabelião) – a seu cargo, deles, verificou - **NÃO CONSTAR**, durante o período de cinco (05) anos, ou seja, de 08 de agosto de 2.007 até a presente data, isto é, 08 de agosto de 2.012, protestos de duplicatas, cheques, letras de câmbio, notas promissórias ou quaisquer outros documentos contra **Filipe Garcez Jardim**, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 27.220.465-1-S.S.P.-S.P. e inscrito no C.P.F. sob nº 162.775.318/40, quer como aceitante, emitente ou dador(a) de aval.

O referido é verdade e de tudo dá fé.

Cachoeira Paulista, 08 de agosto de 2.012.

Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira

Escrevente Autorizada

Ao Tabelião - 5,53
Ao Estado - 1,57
À Carteira das Serventias - 1,16
Comp. do Registro Civil - 0,29
Tribunal de Justiça - 0,29
Cont.Solid. a Sta. Casa - 0,06
Total - 8,90

Comarca de Cachoeira Paulista
Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos

Jurinda Alves Capucho
Tabeliã

Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira
Grazieta da Costa Araújo Dias Barreira
Escreventes Autorizadas

fls. 01
arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURAS OU ENFEADA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

CACHOEIRA PAULISTA - SP

COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃ JURINDA ALVES CAPUCHO



Rubrica
165

CERTIDÃO

165
02
agosto

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada, que revendo no arquivo do Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos – inclusive no acervo do 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos, acervo este que se encontra recolhido nesta Serventia, em virtude de ter sido declarada extinta a delegação correspondente ao Cartório em epígrafe (2º Tabelião) – a seu cargo, deles, verificou - **NÃO CONSTAR**, durante o período de cinco (05) anos, ou seja, de 08 de agosto de 2.007 até a presente data, isto é, 08 de agosto de 2.012, protestos de duplicatas, cheques, letras de câmbio, notas promissórias ou quaisquer outros documentos contra **Rosana Aparecida Palandi Silva**, portadora da Carteira de Identidade R.G. nº 16.892.974-0-S.S.P.-S.P. e inscrita no C.P.F. sob nº 084.598.318/09, quer como aceitante, emitente ou dador(a) de aval. -----

O referido é verdade e de tudo dá fé.

Cachoeira Paulista, 08 de agosto de 2.012.

Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira

Escrevente Autorizada

Ao Tabelião - 5,53
Ao Estado - 1,57
À Carteira das Serventias - 1,16
Comp. do Registro Civil - 0,29
Tribunal de Justiça - 0,29
Cont.Solid. a Sta. Casa - 0,06
Total - 8,90

Comarca de Cachoeira Paulista
Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos

Jurinda Alves Capucho
Tabeliã

Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira
Graziela da Costa Araújo Dias Barreira
Escreventes Autorizadas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER AULTERAÇÃO, NASCIMA OU EREINDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃ JURINDA ALVES CAPUCHO

Ministério das Cidades
166
CCE

CERTIDÃO

166
01
grau

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo no arquivo do Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos – inclusive no acervo do 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos, acervo este que se encontra recolhido nesta Serventia, em virtude de ter sido declarada extinta a delegação correspondente ao Cartório em epígrafe (2º Tabelião) – a seu cargo, deles, verificou - **NÃO CONSTAR**, durante o período de cinco (05) anos, ou seja, de 08 de agosto de 2.007 até a presente data, isto é, 08 de agosto de 2.012, protestos de duplicatas, cheques, letras de câmbio, notas promissórias ou quaisquer outros documentos contra **Wellington Silva Jardim**, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 5.777.160-1-S.S.P.-S.P. e inscrito no C.P.F. sob nº 370.856.628/91, quer como aceitante, emitente ou dador(a) de aval. -----

O referido é verdade e de tudo dá fé.

Cachoeira Paulista, 08 de agosto de 2.012.


Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira
Escrevente Autorizada

Ao Tabelião - 5,53
Ao Estado - 1,57
À Carteira das Serventias - 1,16
Comp. do Registro Civil - 0,29
Tribunal de Justiça - 0,29
Cont.Solid. a Sta. Casa - 0,06
Total - 8,90

Comarca de Cachoeira Paulista
Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos

Jurinda Alves Capucho
Tabeliã

Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira
Graziela da Costa Araújo Dias Barreira
Escreventes Autorizadas

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CACHOEIRA PAULISTA - SP
COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃ JURINDA ALVES CAPUCHO



CERTIDÃO

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada, que revendo no arquivo do Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos – inclusive no acervo do 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos, acervo este que se encontra recolhido nesta Serventia, em virtude de ter sido declarada extinta a delegação correspondente ao Cartório em epígrafe (2º Tabelião) – a seu cargo, deles, verificou - **NÃO CONSTAR**, durante o período de cinco (05) anos, ou seja, de 08 de agosto de 2.007 até a presente data, isto é, 08 de agosto de 2.012, protestos de duplicatas, cheques, letras de câmbio, notas promissórias ou quaisquer outros documentos contra **Carmenlita Luci Lima**, portadora da Carteira de Identidade R.G. nº 18.225.792-S.S.P.-S.P. e inscrita no C.P.F. sob nº 125.175.178/43, quer como aceitante, emitente ou dador(a) de aval. -----

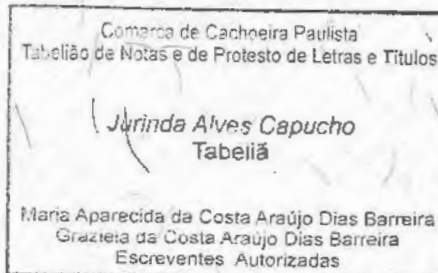
O referido é verdade e de tudo dá fé.

Cachoeira Paulista, 08 de agosto de 2.012.

Maria Aparecida da Costa Araújo Dias Barreira

Escrevente Autorizada

Ao Tabelião - 5,53
Ao Estado - 1,57
À Carteira das Serventias - 1,16
Comp. do Registro Civil - 0,29
Tribunal de Justiça - 0,29
Cont.Solid. a Sta. Casa - 0,06
Total - 8,90



Handwritten signature and initials: "Jb-01" and "Jury".

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASGURA OU ENEBIDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



19. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;




DECLARAÇÃO

FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Diretor Executivo** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da permissão pretendida (Rádio FM), qual seja, no município de São José dos Campos/SP, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.


FILIFE GARCEZ JARDIM



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com



DECLARAÇÃO

ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA, brasileira, casada, contadora, portadora do RG nº 16.892.974-0-SSP/SP e do CPF nº 084.598.318-09, residente e domiciliada na Avenida Sérgio Abib, nº 196, Residencial Vale do Sol, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Vice-Diretora Executiva** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da permissão pretendida (Rádio FM), qual seja, no município de São José dos Campos/SP, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.

ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com

DECLARAÇÃO

WELLINGTON SILVA JARDIM, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº. 5.777.160-1-SSP/SP e do CPF nº 370.856.628-91, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Presidente Deliberativo** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da permissão pretendida (Rádio FM), qual seja, no município de São José dos Campos/SP, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.


WELLINGTON SILVA JARDIM



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
 Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP: 12.630-000
 Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaonova.com



DECLARAÇÃO

CARMENLITA LUCI LIMA, brasileira, solteira, contadora, portadora do RG nº 18.225.792-SSP/SP e do CPF nº 125.175.178-43, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Vice-Presidente Deliberativa** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da permissão pretendida (Rádio FM), qual seja, no município de São José dos Campos/SP, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.

CARMENLITA LUCI LIMA



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com



20. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: FILIPE GARCEZ JARDIM
Inscrição: 241746020175 Zona: 145 Seção: 7
Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP
Data de nascimento: 12/04/1976 Domiciliado desde: 13/04/1992
Filiação: AMELIA MARIA DA SILVA GARCEZ JARDIM
WELLINGTON SILVA JARDIM

Em 8 de agosto de 2012.


DIEGO LEÃO DINIZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



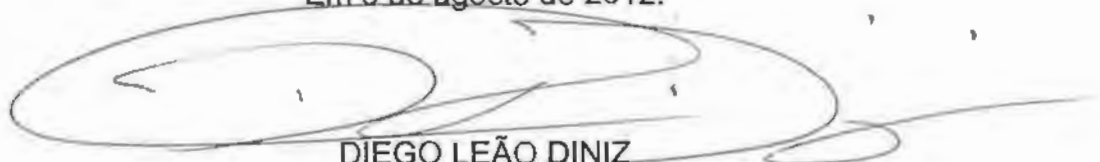


Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: WELLINGTON SILVA JARDIM
Inscrição: 051838520141 Zona: 145 Seção: 8
Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP
Data de nascimento: 18/05/1949 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: DULCE SILVA JARDIM
JONAS JARDIM FILHO

Em 8 de agosto de 2012.



DIEGO LEÃO DINIZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: CARMENLITA LUCI LIMA
Inscrição: 051010680124 Zona: 145 Seção: 45
Município: 62731 - CACHOEIRA PAULISTA UF: SP
Data de nascimento: 09/11/1966 Domiciliada desde: 30/04/2000
Filiação: LONTINA APARECIDA DE LIMA
 JOSE ALVES DE LIMA

Em 8 de agosto de 2012.


DIEGO LEÃO DINIZ
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

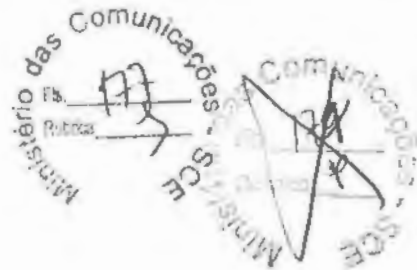
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





21. Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

DECLARAÇÃO



FILIFE GARCEZ JARDIM, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 27.220.465-1-SSP/SP e do CPF nº 162.775.318-40, residente e domiciliado na Rua Giuliana, nº 15, Jardim Nova Cachoeira, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Diretor Executivo** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.

FILIFE GARCEZ JARDIM



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaonova.com

DECLARAÇÃO



ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA, brasileira, casada, contadora, portadora do RG nº 16.892.974-0-SSP/SP e do CPF nº 084.598.318-09, residente e domiciliada na Avenida Sérgio Abib, nº 196, Residencial Vale do Sol, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Vice-Diretora Executiva** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.


ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP: 12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com

DECLARAÇÃO

WELLINGTON SILVA JARDIM, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº. 5.777.160-1-SSP/SP e do CPF nº 370.856.628-91, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Presidente Deliberativo** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.



WELLINGTON SILVA JARDIM



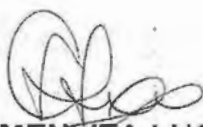
CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.600.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP:12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com

DECLARAÇÃO

CARMENLITA LUCI LIMA, brasileira, solteira, contadora, portadora do RG nº 18.225.792-SSP/SP e do CPF nº 125.175.178-43, residente e domiciliada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, na qualidade de **Vice-Presidente Deliberativa** da **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, CEP 12.630-000, **DECLARA**, para fins de participação no Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 13/07/2012, **que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.**

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cachoeira Paulista/SP, 16 de agosto de 2012.



CARMENLITA LUCI LIMA



CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75 - Inscrição Estadual SEFAZ/SP nº 235.083.800.112
Rua João Paulo II, s/nº - Caixa Postal 57 - Alto da Bela Vista - Cachoeira Paulista/SP - Brasil - CEP: 12.630-000
Fone: 55 (12) 3186 2194 (Departamento Jurídico) - www.cancaoнова.com



**Documentos acrescentados à relação
anterior pela Portaria nº 355, de 12 de julho
de 2012 (D.O.U. de 13/07/2012):**



22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Consulta Cadastral

Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp

Início

Consultas

Atos de Ofício

Configuração

Sincronismo

Encerramento ☒

Imprimir

Voltar

IE: 235.083.800.112

CNPJ: 50.016.039/0001-75

Nome
Empresarial: FUNDACAO JOAO PAULO II

Situação: Ativo

Data da Inscrição no Estado: 13/06/2008

Regime de Apuração: RPA

Empresa - Geral

Nome Empresarial: FUNDACAO JOAO PAULO II

Natureza Jurídica: Fundação Privada

Data início da Atividade: 11/12/1980

CNPJ da Matriz: 50.016.039/0001-75

Porte: Demais

Capital Social: R\$ 1,00

Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE
APURAÇÃO

Data início do regime: 01/11/1991

Regime Especial de IE
Única: NãoRegime Especial de IE Única por
Município: Não

Participantes

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Participação no Cap. Social	Data de Entrada
018.214.588-34	JOÃO MILEM DABUL	Diretor	-	28/11/1988
Endereço do Participante				
Logradouro: RUA BERNADINO DE CAMPOS				
Nº: 181				
CEP: 12.630-000				
Município: CACHOEIRA PAULISTA				
UF: SP				
Complemento:				
Bairro: CENTRO				
Contato do Participante				
Telefone:				
Fax:				
e-mail:				
741.675.028-87	LUZIA DE ASSIS RIBEIRO SANTIAGO	Diretor	-	28/11/1988



Endereço do Participante			
Logradouro: RUA JOAO PAULO II		Complemento:	
Nº: SN		Bairro: ALTO BELA VISTA	
CEP: 12.630-000		UF: SP	
Município: CACHOEIRA PAULISTA			
Contato do Participante			
Telefone:		Fax:	
e-mail:			

084.598.318-09	ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA	Diretor	29/09/2003
----------------	--------------------------------	---------	------------

Endereço do Participante			
Logradouro: RUA JOAO PAULO II		Complemento:	
Nº: SN		Bairro: ALTO BELA VISTA	
CEP: 12.630-000		UF: SP	
Município: CACHOEIRA PAULISTA			
Contato do Participante			
Telefone: (12)3186-2000		Fax:	
e-mail: rosana@cancaonova.com			

162.775.318-40	FILIPE GARCEZ JARDIM	Diretor	29/06/2006
----------------	----------------------	---------	------------

Endereço do Participante			
Logradouro: RUA GIULIANA		Complemento:	
Nº: 15		Bairro: JARDIM NOVA CACHOEIRA	
CEP: 12.630-000		UF: SP	
Município: CACHOEIRA PAULISTA			
Contato do Participante			
Telefone: (12)3186-2000		Fax:	
e-mail:			

370.856.628-91	WELLINGTON SILVA JARDIM	Presidente	14/05/2010
----------------	-------------------------	------------	------------

Endereço do Participante			
Logradouro: RUA JOAO PAULO II		Complemento:	
Nº: SN		Bairro: ALTO BELA VISTA	
CEP: 12.630-000		UF: SP	
Município: CACHOEIRA PAULISTA			
Contato do Participante			
Telefone: (12)3186-2000		Fax:	
e-mail:			

Estabelecimento - Geral	
Nome Fantasia:	
CNPJ: 50.016.039/0001-75	Data da Inscrição no Estado: 13/06/2008
IE: 235.083.800.112	Data Início da IE: 13/06/2008
NIRE:	
Situação Cadastral: Ativo	Data Início da Situação: 13/06/2008
Ocorrência Fiscal: Ativa	
Tipo de Unidade: Unidade produtiva	Formas de Atuação: Estabelecimento Fixo

das Comunicações
AB5
P
SCE

Tributário

Substituto Tributário: Não

CPR: 1100

CPR-ST:

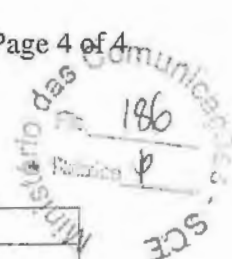
Desde: 13/06/2008

Data Início da CPR: 13/06/2008

CNAE Principal:	88.00-6/00 - Serviços de assistência social sem alojamento	Data Início do CNAE Prin.:	13/06/2008
CNAE Secundários:	01.11-3/01 - Cultivo de arroz	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	01.51-2/01 - Criação de bovinos para corte	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	01.51-2/02 - Criação de bovinos para leite	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	01.51-2/03 - Criação de bovinos, exceto para corte e leite	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	46.42-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	46.47-8/02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	46.49-4/07 - Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	47.13-0/01 - Lojas de departamentos ou magazines	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	47.61-0/01 - Comércio varejista de livros	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	47.62-8/00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	47.81-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	59.20-1/00 - Atividades de gravação de som e de edição de música	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	60.10-1/00 - Atividades de rádio	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	60.21-7/00 - Atividades de televisão aberta	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	60.22-5/01 - Programadoras	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	85.12-1/00 - Educação infantil - pré-escola	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	85.13-9/00 - Ensino fundamental	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	85.20-1/00 - Ensino médio	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	85.31-7/00 - Educação superior - graduação	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	86.30-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	86.30-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	86.30-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	87.11-5/01 - Clínicas e residências geriátricas	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	87.11-5/03 - Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	87.11-5/04 - Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	87.12-3/00 - Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	87.20-4/01 - Atividades de centros de assistência psicossocial	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	87.30-1/99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008
	90.01-9/02 - Produção musical	Data Início do CNAE Sec.:	13/06/2008

DRT: DRT-03 - VALE DO PARAÍBA

Posto Fiscal: PF-12 - GUARATINGUETÁ

**Endereço de Correspondência****Logradouro:** RUA JOAO PAULO II**Nº:** S/N**CEP:** 12.630-000**Município:** CACHOEIRA PAULISTA**Referência:****Complemento:** EDIF**Bairro:** ALTO DA BELA VISTA**UF:** SP

Versão: 1.60.2

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 188
Ministério Público do Trabalho
SCE

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO JOAO PAULO II (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 50.016.039/0001-75

Certidão nº: 5996843/2012

Expedição: 20/07/2012, às 14:06:08

Validade: 15/01/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que FUNDACAO JOAO PAULO II (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 50.016.039/0001-75, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica.

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SDEDU

Nº 53000.040516/2012-03

**TERMO DE CADASTRO DE
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 24 de novembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Babilonia de Melo, Técnico de Nível Superior**, em 24/11/2014, às 14:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0253304** e o código CRC **9C86BE6E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AC	Assis Brasil	RTVD	2	G	
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AC	Assis Brasil	RTV	3	M	P
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AC	Assis Brasil (Assis Brasil)	SL	3	M	
<u>30</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AC	Brasília	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AC	Brasília	RTVD	2	G	
<u>30</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AC	Brasília (Brasília)	SL	3	M	
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AC	Cruzeiro do Sul	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AC	Cruzeiro do Sul	RTVD	2	G	
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AC	Cruzeiro do Sul (Cruzeiro do Sul)	SL	3	M	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AL	Arapiraca	RTV	2	H	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Arapiraca	RTVD	2	G	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Arapiraca (Arapiraca)	SL	2	I	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Arapiraca (Arapiraca)	SL	2	I	
<u>18-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AL	Boca da Mata	RTV	2	H	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Boca da Mata	RTVD	3	L	
<u>18-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Boca da Mata (Boca da Mata)	SL	2	I	
<u>34+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AL	Colônia Leopoldina	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Colônia Leopoldina	RTVD	2	G	
<u>34+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Colônia Leopoldina (Colônia Leopoldina)	SL	2	I	
<u>34+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Colônia Leopoldina (Colônia Leopoldina)	SL	2	I	
<u>36-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AL	Coruripe	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Coruripe	RTVD	3	M	
<u>36-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Coruripe (Coruripe)	SL	2	I	
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AL	Girau do Ponciano	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Girau do Ponciano	RTVD	3	M	
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Girau do Ponciano (Girau do Ponciano)	SL	2	I	
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Girau do Ponciano (Girau do Ponciano)	SL	2	I	
<u>13</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AL	Junqueiro	RTV	2	H	S
<u>13</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Junqueiro (Junqueiro)	SL	2	I	

<u>13+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Maceió	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Maceió	RTVD	2	G	
<u>13+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Maceió (Maceió)	SL	3	M	
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Maragogi	RTVD	3	M	
<u>50+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Maragogi	RTV	3	M	P
<u>50+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Maragogi (Maragogi)	SL	2	I	
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Matriz de Camaragibe	RTVD	2	H	
<u>49-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Matriz de Camaragibe	RTV	2	H	P
<u>49-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Matriz de Camaragibe (Matriz de Camaragibe)	SL	2	I	
<u>11</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Novo Lino	RTV	3	M	S
<u>11</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Novo Lino (Novo Lino)	SL	2	I	
<u>12</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Pão de Açúcar	RTV	2	H	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Pão de Açúcar	RTVD	2	G	
<u>12</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Pão de Açúcar (Pão de Açúcar)	SL	2	I	
<u>12</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Pão de Açúcar (Pão de Açúcar)	SL	2	I	
<u>28-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Porto Calvo	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Porto Calvo	RTVD	3	M	
<u>28-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Porto Calvo (Porto Calvo)	SL	2	I	
<u>28-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Porto Calvo (Porto Calvo)	SL	2	I	
<u>7</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Porto Real do Colégio	RTV	2	H	S
<u>7</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	Porto Real do Colégio (Porto Real do Colégio)	SL	2	I	

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:33:27

Registro 1 até 50 de 720 registros

Páginas: [1] 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AL	União dos Palmares	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	União dos Palmares	RTVD	2	G	
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AL	União dos Palmares (União dos Palmares)	SL	2	I	
<u>43</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AM	Autazes	RTV	3	M	P
<u>43</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AM	Autazes (Autazes)	SL	3	M	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AM	Boca do Acre	RTV	3	M	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AM	Boca do Acre	RTVD	2	G	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AM	Boca do Acre (Boca do Acre)	SL	3	M	
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AM	Manaus	RTV	3	M	P
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AM	Manaus	RTV	3	P	P
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AM	Manaus (Manaus)	SL	3	M	
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AM	Parintins	RTVD	2	G	
<u>9</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AM	Parintins	RTV	3	M	P
<u>9</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	AM	Parintins (Parintins)	SL	3	M	
<u>38+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	AP	Macapá	RTV	2	H	P
<u>28</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	BA	Eunápolis	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Eunápolis	RTVD	2	H	
<u>28</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Eunápolis (Eunápolis)	SL	2	I	
<u>38</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	BA	Feira de Santana	RTV	3	M	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Feira de Santana	RTVD	2	H	
<u>38</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Feira de Santana (Feira de Santana)	SL	3	L	
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Jacobina	RTVD	2	H	
<u>7+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	BA	Jacobina	RTV	2	H	P
<u>7+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Jacobina (Jacobina)	SL	2	I	
<u>33</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Salvador	RTVD	2	G	
<u>34+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	BA	Salvador	RTV	3	M	P
<u>34+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Salvador (Salvador)	SL	3	M	
<u>28</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	BA	Serrinha	RTV	2	I	P

<u>28</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Serrinha (Serrinha)	SL	2	I	
<u>1210 kHz</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Vitória da Conquista	OM	3	M	
<u>1210 kHz</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Vitória da Conquista	OM	3	H	
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	BA	Vitória da Conquista	RTV	3	M	P
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	BA	Vitória da Conquista	RTV	3	K	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Vitória da Conquista	RTVD	2	H	
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	BA	Vitória da Conquista (Vitória da Conquista)	SL	3	M	
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Aquiraz	RTV	2	I	S
<u>44-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Aquiraz (Tanguá)	SL	2	I	
<u>15-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Canindé	RTV	2	H	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Canindé	RTVD	2	G	
<u>15-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Canindé (Canindé)	SL	2	I	
<u>21-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Crateús	RTV	3	M	P
<u>21-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Crateús	RTV	3	P	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Crateús	RTVD	2	G	
<u>21-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Crateús (Crateús)	SL	3	M	
<u>2-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Crato	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Crato	RTVD	2	G	
<u>2-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Crato (Crato)	SL	3	M	
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Guaraciaba do Norte	RTV	3	M	S
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Guaraciaba do Norte (Guaraciaba do Norte)	SL	2	I	
<u>15-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Icó	RTV	3	M	P

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:35:10

Registro 51 até 100 de 720 registros

➡ Páginas: 1 [2] 3 4 5 6 7 8 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]


**Sistemas
Interativos**
Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)
[Tela Inicial](#) | [Resultado da Consulta](#)

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Icó	RTVD	2	H	
<u>15-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Icó (Icó)	SL	3	M	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Limoeiro do Norte	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Limoeiro do Norte	RTVD	2	H	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Limoeiro do Norte (Limoeiro do Norte)	SL	2	I	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Quixadá	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixadá	RTVD	2	G	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixadá (Quixadá)	SL	3	M	
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Quixeramobim	RTV	3	M	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixeramobim	RTVD	2	G	
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixeramobim (Quixeramobim)	SL	3	M	
<u>16-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Russas	RTV	3	M	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Russas	RTVD	2	H	
<u>16-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Russas (Russas)	SL	3	M	
<u>30+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Sobral	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Sobral	RTVD	2	H	
<u>30+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Sobral (Sobral)	SL	2	I	
<u>44-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Tianguá	RTV	2	I	S
<u>44-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Tianguá (Tianguá)	SL	2	I	
<u>46+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	ES	Linhares	RTV	2	H	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Linhares	RTVD	2	G	
<u>46+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Linhares (Linhares)	SL	2	I	
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	ES	Vitória	RTV	3	M	P
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Vitória	RTVD	2	H	
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Vitória (Vitória)	SL	2	I	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	GO	Alto Paraíso de Goiás	RTV	2	I	P
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO	Alto Paraíso de Goiás	RTVD	2	H	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO	Alto Paraíso de Goiás (Alto Paraíso de Goiás)	SL	2	I	
<u>36+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	GO	Anápolis	RTV	3	M	P

<u>54</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Anápolis	RTVD	2	G	
<u>36+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Anápolis (Anápolis)	SL	2	I	
<u>36+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Anápolis (Anápolis)	SL	3	M	
<u>43+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas	RTV	2	I	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas	RTVD	2	H	
<u>43+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas (Caldas Novas)	SL	2	I	
<u>43+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas (Caldas Novas)	SL	2	I	
<u>24+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Catalão	RTV	3	M	P
<u>24+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Catalão (Catalão)	SL	3	M	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Cavalcante	RTVD	2	H	
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Cavalcante	RTV	3	M	P
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Cavalcante (Cavalcante)	SL	3	M	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Formosa	RTVD	2	G	
<u>55+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Formosa	RTV	3	M	P
<u>55+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Formosa (Formosa)	SL	3	M	
<u>52-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goianésia	RTV	2	I	P
<u>52-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goianésia (Goianésia)	SL	2	I	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goiás	RTVD	2	G	
<u>3-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goiás	RTV	2	H	P
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Inhumas	RTVD	2	H	
<u>54-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Inhumas	RTV	3	M	P

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:35:29

Registro 101 até 150 de 720 registros

Páginas: 1 2 [3] 4 5 6 7 8 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Icó	RTVD	2	H	
<u>15-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Icó (Icó)	SL	3	M	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Limoeiro do Norte	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Limoeiro do Norte	RTVD	2	H	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Limoeiro do Norte (Limoeiro do Norte)	SL	2	I	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Quixadá	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixadá	RTVD	2	G	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixadá (Quixadá)	SL	3	M	
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Quixeramobim	RTV	3	M	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixeramobim	RTVD	2	G	
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Quixeramobim (Quixeramobim)	SL	3	M	
<u>16-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Russas	RTV	3	M	P
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Russas	RTVD	2	H	
<u>16-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Russas (Russas)	SL	3	M	
<u>30+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Sobral	RTV	2	I	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Sobral	RTVD	2	H	
<u>30+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Sobral (Sobral)	SL	2	I	
<u>44-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	CE	Tianguá	RTV	2	I	S
<u>44-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	CE	Tianguá (Tianguá)	SL	2	I	
<u>46+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	ES	Linhares	RTV	2	H	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Linhares	RTVD	2	G	
<u>46+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Linhares (Linhares)	SL	2	I	
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	ES	Vitória	RTV	3	M	P
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Vitória	RTVD	2	H	
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	ES	Vitória (Vitória)	SL	2	I	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	GO	Alto Paraíso de Goiás	RTV	2	I	P
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO	Alto Paraíso de Goiás	RTVD	2	H	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO	Alto Paraíso de Goiás (Alto Paraíso de Goiás)	SL	2	I	
<u>36+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	GO	Anápolis	RTV	3	M	P

<u>54</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Anápolis	RTVD	2	G	
<u>36+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Anápolis (Anápolis)	SL	2	I	
<u>36+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Anápolis (Anápolis)	SL	3	M	
<u>43+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas	RTV	2	I	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas	RTVD	2	H	
<u>43+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas (Caldas Novas)	SL	2	I	
<u>43+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Caldas Novas (Caldas Novas)	SL	2	I	
<u>24+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Catalão	RTV	3	M	P
<u>24+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Catalão (Catalão)	SL	3	M	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Cavalcante	RTVD	2	H	
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Cavalcante	RTV	3	M	P
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Cavalcante (Cavalcante)	SL	3	M	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Formosa	RTVD	2	G	
<u>55+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Formosa	RTV	3	M	P
<u>55+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Formosa (Formosa)	SL	3	M	
<u>52-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goianésia	RTV	2	I	P
<u>52-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goianésia (Goianésia)	SL	2	I	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goiás	RTVD	2	G	
<u>3-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Goiás	RTV	2	H	P
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Inhumas	RTVD	2	H	
<u>54-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	GO Inhumas	RTV	3	M	P

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:35:29

Registro 101 até 150 de 720 registros

Páginas: 1 2 [3] 4 5 6 7 8 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>42+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Araxá	RTV	2	G	P
<u>42+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Araxá (Araxá)	SL	2	I	
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Arcos	RTV	2	G	G
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Arcos (Aracaju)	SL	2	I	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	BambuÍ	RTV	3	M	S
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	BambuÍ (BambuÍ)	SL	2	I	
<u>14+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Barbacena	RTV	2	G	P
<u>14+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Barbacena (Barbacena)	SL	2	I	
<u>38+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Belo Oriente	RTV	3	M	S
<u>38+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Belo Oriente (Belo Oriente)	SL	3	M	
<u>15</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Boa Esperança	RTV	2	G	S
<u>15</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Boa Esperança (Boa Esperança)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Brasilândia de Minas	RTV	2	G	S
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Brasilândia de Minas (Brasilândia de Minas)	SL	2	I	
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Braúnas	RTV	2	G	S
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Braúnas (Braúnas)	SL	2	I	
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Brumadinho	RTV	3	M	S
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Brumadinho (Brumadinho)	SL	2	I	
<u>50</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Buritis	RTV	2	G	P
<u>50</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Buritis (Buritis)	SL	2	I	
<u>49+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Caeté	RTV	2	G	S
<u>49+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Caeté (Caeté)	SL	2	I	
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	CambuÍ	RTV	2	A	P
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	CambuÍ (CambuÍ)	SL	2	I	
<u>39</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Campestre	RTV	2	H	S
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Campina Verde	RTV	2	G	P
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Campina Verde (Campina Verde)	SL	2	I	

<u>39</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Campo Belo	RTV	2	H	S
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Caratinga	RTV	2	G	S
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Carlos Chagas	RTV	2	H	S
<u>15+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Carmo do Paranaíba	RTV	2	G	P
<u>15+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Carmo do Paranaíba (Carmo do Paranaíba)	SL	2	I	
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Carmo do Rio Claro	RTV	2	H	P
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Carmo do Rio Claro (Carmo do Rio Claro)	SL	2	I	
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Cássia	RTV	2	H	P
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Cássia (Cássia)	SL	2	I	
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Centralina	RTV	2	G	S
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Centralina (Centralina)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Congonhas	RTV	2	H	S
<u>49-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Conselheiro Lafaiete	RTV	3	M	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Conselheiro Lafaiete	RTVD	2	H	
<u>49-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Conselheiro Lafaiete (Conselheiro Lafaiete)	SL	3	M	
<u>49</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Coração de Jesus	RTV	2	G	S
<u>49</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Coração de Jesus (Coração de Jesus)	SL	2	I	
<u>23+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Coromandel	RTV	3	M	P
<u>23+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Coromandel (Coromandel)	SL	2	I	
<u>39</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Cristais	RTV	2	G	S
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Crucilândia	RTV	2	G	S
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Crucilândia (Crucilândia)	SL	2	I	
<u>15</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Curvelo	RTV	2	H	S

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:36:17

Registro 201 até 250 de 720 registros

Páginas: 1 2 3 4 [5] 6 7 8 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>15</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Curvelo (Curvelo)	SL	2	I	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Dionísio	RTV	2	G	S
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Dionísio (Dionísio)	SL	2	I	
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Divinópolis	RTV	3	M	P
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Divinópolis (Divinópolis)	SL	2	I	
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Felisburgo	RTV	2	G	S
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Felisburgo (Felisburgo)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Francisco Sá	RTV	2	H	S
<u>51+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Frutal	RTV	2	H	P
<u>51+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Frutal (Frutal)	SL	2	I	
<u>24-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Gouveia	RTV	2	A	S
<u>24-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Gouveia (Gouveia)	SL	2	I	
<u>16+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Governador Valadares	RTV	2	G	P
<u>16+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Governador Valadares (Governador Valadares)	SL	2	I	
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Guaxupé	RTV	2	G	P
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Guaxupé (Guaxupé)	SL	2	I	
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Guidoval	RTV	2	G	S
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Guidoval (Guidoval)	SL	2	I	
<u>55</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Ipatinga	RTV	2	H	P
<u>55</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Ipatinga (Ipatinga)	SL	2	I	
<u>35-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Ipiacu	RTV	2	I	P
<u>35-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Ipiacu (Ipiacu)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Itabirito	RTV	2	G	S
<u>2</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Itacarambi	RTV	2	G	S
<u>2</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Itacarambi (Itacarambi)	SL	2	I	
<u>46</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Itajubá	RTV	3	M	S
<u>46</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Itajubá (Itajubá)	SL	3	M	

<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Itamarandiba	RTV	2	H	S
<u>27</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Itaú de Minas	RTV	2	G	S
<u>27</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Itaú de Minas (Itaú de Minas)	SL	2	I	
<u>23-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Iturama	RTV	3	M	P
<u>23-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Iturama (Iturama)	SL	2	I	
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Januária	RTV	2	H	P
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Januária (Januária)	SL	2	I	
<u>38</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Jequitinhonha	RTV	2	A	P
<u>38</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Jequitinhonha (Jequitinhonha)	SL	2	I	
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	João Monlevade	RTV	2	G	P
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	João Monlevade (João Monlevade)	SL	2	I	
<u>33+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	João Pinheiro	RTV	2	H	P
<u>33+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	João Pinheiro (João Pinheiro)	SL	2	I	
<u>22-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Juiz de Fora	RTV	3	M	P
<u>22-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Juiz de Fora (Juiz de Fora)	SL	3	M	
<u>39</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Lagoa da Prata	RTV	2	H	S
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Lagoa Formosa	RTV	2	G	S
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Lagoa Formosa (Lagoa Formosa)	SL	2	I	
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Lamim	RTV	2	G	S
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Lamim (Lamim)	SL	2	I	
<u>2</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Laranjal	RTV	2	G	S
<u>2</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Laranjal (Laranjal)	SL	2	I	
<u>6</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Leopoldina	RTV	2	G	P

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:36:38

Registro 251 até 300 de 720 registros

➡ Páginas: 1 2 3 4 5 [6] 7 8 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>6</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Leopoldina (Leopoldina)	SL	2	I	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Machado	RTV	2	G	S
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Machado (Machado)	SL	2	I	
<u>17</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Manhuaçu	RTV	2	G	S
<u>17</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Manhuaçu (Manhuaçu)	SL	2	I	
<u>47+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Mariana	RTV	2	G	P
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Mariana (Aracaju)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Matipó	RTV	2	H	S
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Mato Verde	RTV	2	G	S
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Mato Verde (Mato Verde)	SL	2	I	
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Miradouro	RTV	2	G	S
<u>4</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Miradouro (Miradouro)	SL	2	I	
<u>39</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Monsenhor Paulo	RTV	2	G	S
<u>55</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Monte Belo	RTV	2	G	S
<u>55</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Monte Belo (Monte Belo)	SL	2	I	
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Montes Claros	RTV	3	M	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Montes Claros	RTVD	2	H	
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Montes Claros (Montes Claros)	SL	2	I	
<u>27+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Muriaé	RTV	2	A	P
<u>27+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Muriaé (Muriaé)	SL	2	I	
<u>27</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Mutum	RTV	2	G	S
<u>27</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Mutum (Mutum)	SL	2	I	
<u>26</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Muzambinho	RTV	2	G	S
<u>26</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Muzambinho (Muzambinho)	SL	2	I	
<u>9-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Nanuque	RTV	3	M	P
<u>9-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Nanuque (Nanuque)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MG	Nova Serrana	RTV	2	H	S

<u>44-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Paracatu	RTV	3	M	P
<u>44-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Paracatu (Paracatu)	SL	2	I	
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Passa Quatro	RTV	2	G	S
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Passa Quatro (Passa Quatro)	SL	2	I	
<u>47+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Patos de Minas	RTV	3	M	P
<u>47+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Patos de Minas (Patos de Minas)	SL	2	I	
<u>46</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Pedro Leopoldo	RTV	2	G	P
<u>46</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Pedro Leopoldo (Pedro Leopoldo)	SL	2	I	
<u>40-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Perdigão	RTV	2	I	P
<u>40-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Perdigão (Perdigão)	SL	2	I	
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Pescador	RTV	3	M	S
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Pescador (Pescador)	SL	2	I	
<u>15+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Pirapora	RTV	3	M	P
<u>15+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Pirapora (Pirapora)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Pitangui	RTV	2	H	S
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Piumhi	RTV	2	H	S
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Resende Costa	RTV	3	M	S
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Resende Costa (Resende Costa)	SL	2	I	
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Resplendor	RTV	2	G	S
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Resplendor (Resplendor)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Rio Paranaíba	RTV	2	G	S
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Sabará	RTV	2	H	P
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Sabará (Sabará)	SL	2	I	

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:37:03

Registro 301 até 350 de 720 registros

➡ Páginas: 1 2 3 4 5 6 [7] 8 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Salinas	RTV	2	G	S
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Salinas (Salinas)	SL	2	I	
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Santa Bárbara	RTV	2	G	S
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Santa Bárbara (Santa Bárbara)	SL	2	I	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Santana do Riacho	RTV	2	G	S
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Santana do Riacho (Santana do Riacho)	SL	2	I	
<u>39</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Santo Antônio do Amparo	RTV	2	G	S
<u>5</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São Geraldo	RTV	2	I	S
<u>5</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São Geraldo (São Geraldo)	SL	2	I	
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São Gotardo	RTV	2	G	S
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São Gotardo (São Gotardo)	SL	2	I	
<u>29</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São João del Rei	RTV	2	H	P
<u>29</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São João del Rei (São João del Rei)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São João Evangelista	RTV	2	H	S
<u>36</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São José do Goiabal	RTV	3	M	S
<u>36</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São José do Goiabal (São José do Goiabal)	SL	2	I	
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São Sebastião do Paraíso	RTV	2	G	P
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	São Sebastião do Paraíso (São Sebastião do Paraíso)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Taiobeiras	RTV	2	G	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Três Marias	RTV	2	G	S

<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Três Marias (Três Marias)	SL	2	I	
<u>48+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Ubá	RTV	2	I	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Ubá	RTVD	2	G	
<u>48+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Ubá (Ubá)	SL	2	I	
<u>20-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Uberaba	RTV	2	G	P
<u>20-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Uberaba (Uberaba)	SL	2	I	
<u>44+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Uberlândia	RTV	2	A	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Uberlândia	RTVD	2	H	
<u>44+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Uberlândia (Uberlândia)	SL	2	I	
<u>54-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Unaí	RTV	2	A	P
<u>54-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Unaí (Unaí)	SL	2	I	
<u>20-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Varginha	RTV	2	H	P
<u>20-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Varginha (Varginha)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Várzea da Palma	RTV	2	H	S
<u>39</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MG	Virgínia	RTV	2	H	S
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Campo Grande	RTVD	2	H	
<u>26+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Campo Grande	RTV	3	M	P
<u>26+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Campo Grande	RTV	3	I	P
<u>26+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Campo Grande (Campo Grande)	SL	3	M	
<u>35</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Corumbá	RTV	3	M	P
<u>35</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Corumbá	RTV	3	K	P
<u>35</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Corumbá (Corumbá)	SL	3	M	
<u>21+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Dourados	RTV	3	M	P
<u>54</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Dourados	RTVD	2	G	
<u>21+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Dourados (Dourados)	SL	2	I	
<u>21+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Dourados (Dourados)	SL	2	I	
<u>10+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Naviraí	RTV	3	M	P
<u>54</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Naviraí	RTVD	2	H	

<u>10+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Naviraí (Naviraí)	SL	3	M	
<u>55</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II						
	<i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Ponta Porã	RTV	2	H	P

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:37:22

Registro 351 até 400 de 720 registros

Páginas: 1 2 3 4 5 6 7 [8] 9 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
55	FUNDACAO JOAO PAULO II	MS	Ponta Porã (Ponta Porã)	SL	2	I	
6	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MT	Apiacás	RTV	3	M	P
6	FUNDACAO JOAO PAULO II	MT	Apiacás (Apiacás)	SL	3	M	
33	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MT	Cuiabá	RTV	3	M	P
34	FUNDACAO JOAO PAULO II	MT	Cuiabá	RTVD	2	H	
33	FUNDACAO JOAO PAULO II	MT	Cuiabá (Cuiabá)	SL	3	M	
20	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	MT	Rondonópolis	RTV	3	L	P
54	FUNDACAO JOAO PAULO II	MT	Rondonópolis	RTVD	3	L	
20	FUNDACAO JOAO PAULO II	MT	Rondonópolis (Rondonópolis)	SL	2	I	
3-	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PA	Altamira	RTV	3	M	P
3-	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PA	Altamira	RTV	3	K	P
34	FUNDACAO JOAO PAULO II	PA	Altamira	RTVD	2	G	
3-	FUNDACAO JOAO PAULO II	PA	Altamira (Altamira)	SL	3	M	
32	FUNDACAO JOAO PAULO II	PA	Belém	RTVD	3	M	
33-	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PA	Belém	RTV	3	M	P
33-	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PA	Belém	RTV	3	P	P
33-	FUNDACAO JOAO PAULO II	PA	Belém (Belém)	SL	3	M	
32	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PA	Marabá	RTV	3	M	P
34	FUNDACAO JOAO PAULO II	PA	Marabá	RTVD	2	H	
32	FUNDACAO JOAO PAULO II	PA	Marabá (Marabá)	SL	2	I	
54+	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PB	João Pessoa	RTV	3	M	P
55	FUNDACAO JOAO PAULO II	PB	João Pessoa	RTVD	3	M	
54+	FUNDACAO JOAO PAULO II	PB	João Pessoa (João Pessoa)	SL	2	I	
17+	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PE	Arcoverde	RTV	2	A	P
41	FUNDACAO JOAO PAULO II	PE	Arcoverde	RTVD	2	G	
17+	FUNDACAO JOAO PAULO II	PE	Arcoverde (Arcoverde)	SL	2	I	
1480 kHz	FUNDACAO JOAO PAULO II	PE	Gravatá	OM	3	L	
22-	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PE	Pesqueira	RTV	2	P	P
41	FUNDACAO JOAO PAULO II	PE	Pesqueira	RTVD	2	G	

<u>22-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PE	Pesqueira (Pesqueira)	SL	2	I	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Cascavel	RTVD	3	M	
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Cascavel	RTV	3	M	P
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Cascavel (Cascavel)	SL	3	M	
<u>23-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Foz do Iguaçu	RTV	3	M	P
<u>24</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Foz do Iguaçu	RTVD	2	G	
<u>23-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Foz do Iguaçu (Foz do Iguaçu)	SL	3	M	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Guaíra	RTVD	2	G	
<u>30</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Guaíra	RTV	3	M	P
<u>30</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Guaíra (Guaíra)	SL	3	M	
<u>46-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Guarapuava	RTV	3	M	P
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Guarapuava	RTVD	3	M	
<u>46-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Guarapuava (Guarapuava)	SL	3	L	
<u>26</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Jaguariaíva	RTV	2	G	S
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Jandaia do Sul	RTVD	2	G	
<u>59+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Jandaia do Sul	RTV	3	M	P
<u>59+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Jandaia do Sul (Jandaia do Sul)	SL	2	I	
<u>54-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Londrina	RTV	3	M	P
<u>54-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Londrina (Londrina)	SL	3	M	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Maringá	RTVD	2	H	
<u>57</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Maringá	RTV	3	M	P

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:37:53

Registro 401 até 450 de 720 registros

Páginas: 1 2 3 4 5 6 7 8 [9] 10 ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>57</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Maringá (Maringá)	SL	3	M	
<u>33-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Paranaguá	RTV	3	M	P
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Paranaguá	RTVD	2	H	
<u>33-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Paranaguá (Paranaguá)	SL	3	M	
<u>26</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Pinhalão	RTV	2	G	S
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Ponta Grossa	RTVD	2	H	
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Ponta Grossa	RTV	3	M	P
<u>26-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Ponta Grossa (Ponta Grossa)	SL	3	M	
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Siqueira Campos	RTV	3	M	S
<u>25</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Siqueira Campos (Siqueira Campos)	SL	3	M	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Umuarama	RTVD	3	M	
<u>57+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	PR	Umuarama	RTV	3	M	P
<u>57+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	PR	Umuarama (Umuarama)	SL	3	M	
<u>8-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Angra dos Reis	RTV	2	H	P
<u>8-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Angra dos Reis (Angra dos Reis)	SL	2	I	
<u>56-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Araruama	RTV	2	P	P
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Araruama (Aracaju)	SL	2	I	
<u>56-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Araruama (Araruama)	SL	2	I	
<u>29</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Barra do Pirai	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Barra do Pirai	RTVD	2	H	
<u>29</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Barra do Pirai (Barra do Pirai)	SL	2	I	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Barra Mansa	RTV	2	P	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Barra Mansa	RTVD	2	H	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Barra Mansa (Barra Mansa)	SL	2	I	
<u>17</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Cabo Frio	RTV	2	I	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Cabo Frio	RTVD	2	H	
<u>17</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Cabo Frio (Cabo Frio)	SL	2	I	
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Cachoeiras de Macacu	RTV	3	M	S
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Cachoeiras de Macacu (Cachoeiras de Macacu)	SL	2	I	

<u>19+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Cachoeiras de Macacu (Valença)	SL	2	I	
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Cordeiro	RTV	3	M	S
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Cordeiro (Cordeiro)	SL	2	I	
<u>14</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Cordeiro (Cordeiro)	SL	2	I	
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Itaguaí	RTV	3	M	P
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Itaguaí (Itaguaí)	SL	2	I	
<u>28+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Itaperuna	RTV	3	M	P
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Itaperuna	RTVD	2	H	
<u>28+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Itaperuna (Itaperuna)	SL	2	I	
<u>24+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Japeri	RTV	3	L	S
<u>24+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Japeri (Japeri)	SL	2	I	
<u>15-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Macaé	RTV	3	M	P
<u>15-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Macaé (Macaé)	SL	2	I	
<u>36</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Magé	RTV	3	L	S
<u>36</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Magé (Magé)	SL	2	I	
<u>40-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Maricá	RTV	3	M	S
<u>40-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Maricá (Maricá)	SL	2	I	
<u>20</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Paracambi	RTV	2	D	S
<u>20</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Paracambi (Paracambi)	SL	2	I	
<u>19-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Paraíba do Sul	RTV	3	M	S
<u>19-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Paraíba do Sul (Paraíba do Sul)	SL	2	I	

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:38:50

Registro 451 até 500 de 720 registros

➡ Páginas: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 [10] ... [>>] [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>20-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Paraty	RTV	3	M	P
<u>20-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Paraty (Paraty)	SL	2	I	
<u>35+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Petrópolis (CASCATINHA)	RTV	2	A	S
<u>35+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Petrópolis (Petrópolis)	SL	2	I	
<u>51</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Resende	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Resende	RTVD	2	H	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Resende (Aracaju)	SL	2	I	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Resende (Aracaju)	SL	2	I	
<u>35+ E</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Resende (Cachoeira Paulista)	SL	2	I	
<u>51</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Resende (Resende)	SL	2	I	
<u>38+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Rio Bonito	RTV	2	D	P
<u>38+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Rio Bonito (Rio Bonito)	SL	2	I	
<u>50+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Rio das Ostras	RTV	2	H	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Rio das Ostras	RTVD	2	D	
<u>50+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Rio das Ostras (Rio das Ostras)	SL	2	I	
<u>44</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Rio de Janeiro	RTV	3	N	P
<u>44</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Rio de Janeiro	RTV	3	K	P
<u>44</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Rio de Janeiro	RTVD	2	H	
<u>42-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	São Fidélis	RTV	3	M	P
<u>42-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	São Fidélis (São Fidélis)	SL	2	I	
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	São João da Barra	RTV	2	H	P
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	São João da Barra	RTVD	2	G	
<u>17-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	São João da Barra (São João da Barra)	SL	2	I	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Saquarema	RTV	2	G	S
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Saquarema (Saquarema)	SL	2	I	
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	RJ	Teresópolis	RTV	3	M	S
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Teresópolis (Teresópolis)	SL	2	I	
<u>19+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Teresópolis (Valença)	SL	2	I	

<u>19+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Valença	RTV	2	H	P
<u>19+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Valença (Valença)	SL	2	I	
<u>47-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Vassouras	RTV	3	M	P
<u>47-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RJ	Vassouras (Vassouras)	SL	2	I	
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RN	Natal	RTVD	2	H	
<u>46</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RN	Natal	RTV	2	A	P
<u>46</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RN	Natal (Natal)	SL	2	I	
<u>43</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RR	Boa Vista	RTVD	2	H	
<u>44</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RR	Boa Vista	RTV	3	M	P
<u>44</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RR	Boa Vista (Boa Vista)	SL	3	M	
<u>13</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RR	Mucajá	RTV	2	H	P
<u>43</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RR	Mucajá	RTVD	2	G	
<u>2</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RS	Agudo	RTV	2	A	P
<u>2</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RS	Agudo (Agudo)	SL	2	I	
<u>21</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	RS	Ilópolis	RTV	2	G	P
<u>21</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	RS	Ilópolis (Ilópolis)	SL	2	I	
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Balneário Camboriú	RTVD	3	M	
<u>56-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Balneário Camboriú	RTV	3	M	P
<u>56-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Balneário Camboriú (Balneário Camboriú)	SL	3	M	
<u>53+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Blumenau	RTV	3	M	P
<u>57</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Blumenau	RTVD	3	M	
<u>53+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Blumenau (Blumenau)	SL	3	M	

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:39:22

Registro 501 até 550 de 720 registros

➡ Páginas: [<<] ... [11] 12 13 14 15 [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SC	Brusque	RTV	3	M	P
<u>57</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Brusque	RTVD	2	H	
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Brusque (Brusque)	SL	2	I	
<u>20+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SC	Chapecó	RTV	3	M	P
<u>20+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Chapecó (Chapecó)	SL	3	M	
<u>56+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SC	Cunha Porã	RTV	3	M	P
<u>56+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Cunha Porã (Cunha Porã)	SL	3	M	
<u>57-</u>	CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	SC	Florianópolis (Florianópolis)	SL	3	M	
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Jaraguá do Sul	RTVD	2	H	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SC	Jaraguá do Sul	RTV	3	M	P
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Jaraguá do Sul (Jaraguá do Sul)	SL	3	M	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Joinville	RTVD	2	H	
<u>57+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SC	Joinville	RTV	3	M	P
<u>57+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Joinville (Joinville)	SL	3	M	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SC	Tubarão	RTV	3	M	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SC	Tubarão (Tubarão)	SL	2	I	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Aracaju	TV	3	M	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Aracaju	TV	3	H	
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Aracaju	GTVD	2	H	
<u>13-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Aracaju (Aracaju)	SL	2	I	
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Estância	RTVD	2	G	
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SE	Estância	RTV	3	M	P
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Estância (Estância)	SL	3	M	
<u>3+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SE	Itabaiana	RTV	2	H	P
<u>42</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Itabaiana	RTVD	2	G	
<u>3+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Itabaiana (Itabaiana)	SL	2	I	
<u>13+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SE	Lagarto	RTV	3	M	P
<u>13+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Lagarto (Lagarto)	SL	3	M	
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Propriá	RTVD	2	H	

<u>7+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Propriá	RTV	2	D	P
<u>7+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Propriá (Propriá)	SL	2	I	
<u>4+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Tobias Barreto	RTV	2	A	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Tobias Barreto	RTVD	2	H	
<u>4+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SE	Tobias Barreto (Tobias Barreto)	SL	2	I	
		SP		SL	2	I	
		SP		SL	2	I	
		SP		SL	2	I	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Águas da Prata (São João da Boa Vista)	SL	2	I	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Águas da Prata (São João da Boa Vista)	SL	2	I	
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Agudos	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Agudos	RTVD	2	H	
<u>58+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Agudos (Agudos)	SL	3	M	
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Amparo	RTV	3	M	S
<u>22+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Amparo (Amparo)	SL	3	M	
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Andradina	RTV	3	M	S
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Andradina (Andradina)	SL	3	M	
<u>59+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Angatuba	RTV	3	M	P
<u>59+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Angatuba (Angatuba)	SL	3	M	
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Araraquara	RTV	3	M	S
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Araraquara (Araraquara)	SL	3	M	

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:39:40

Registro 551 até 600 de 720 registros

Páginas: [<<] ... 11 [12] 13 14 15 [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Assis	RTV	3	M	S
<u>47</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Assis (Assis)	SL	3	M	
<u>51</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Bastos	RTVD	2	H	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Bastos	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Bastos (Bastos)	SL	3	M	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Bastos (Bastos)	SL	2	I	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Bauru	RTVD	2	H	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Bauru	RTV	3	L	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Bauru (Bauru)	SL	3	L	
<u>44</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Birigui	RTV	3	M	P
<u>44</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Birigui (Birigui)	SL	3	M	
<u>6105 kHz</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	OC	3	M	
<u>9675 kHz</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	OC	3	M	
<u>1020 kHz</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	OM	3	M	
<u>4825 kHz</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	OT	3	M	
<u>242 E</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	FM	3	M	
<u>35+ E</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	TV	3	M	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	GTVD	3	M	
<u>35+ E</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista (Cachoeira Paulista)	SL	3	M	
<u>27</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Campinas	RTVD	2	G	
<u>56-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Campinas	RTV	3	M	S
<u>59+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Campinas	RTV	2	H	P
<u>56-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Campinas (Campinas)	SL	3	M	
<u>29</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Campo Limpo Paulista	RTV	3	M	S
<u>29</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Campo Limpo Paulista (Campo Limpo Paulista)	SL	2	I	
<u>52</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Campos do Jordão	RTV	2	H	S
<u>52</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Campos do Jordão (Campos do Jordão)	SL	2	I	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Cerquilha	RTV	3	M	S
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cerquilha (Cerquilha)	SL	3	M	

<u>36</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cesário Lange	RTV	2	I	S
<u>36</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cesário Lange (Cesário Lange)	SL	2	I	
<u>43</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cruzeiro	RTV	2	D	S
<u>43</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cruzeiro (Cruzeiro)	SL	2	I	
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Guariba	RTV	3	L	S
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Guariba (Guariba)	SL	3	L	
<u>49-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Iracemápolis	RTV	2	G	S
<u>49-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Iracemápolis (Iracemápolis)	SL	2	I	
<u>10</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itajobi	RTV	3	M	S
<u>10</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itajobi (Itajobi)	SL	3	M	
<u>21</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itapetininga	RTV	3	M	S
<u>21</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itapetininga (Itapetininga)	SL	3	M	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itapeva	RTV	3	M	P
<u>54</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itapeva	RTVD	2	G	
<u>25+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itapeva (Itapeva)	SL	3	M	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itu	RTVD	3	L	
<u>59-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itu	RTV	3	M	P
<u>59-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itu	RTV	3	P	P
<u>59-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Itu (Itu)	SL	3	M	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Jales	RTVD	2	G	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Jales	RTV	3	M	P

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:40:38

Registro 601 até 650 de 720 registros

➡ Páginas: [<<] ... 11 12 [13] 14 15 [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Jales (Jales)	SL	3	M	
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Jundiaí	RTV	3	L	S
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Jundiaí (Jundiaí)	SL	3	L	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Mineiros do Tietê	RTV	3	M	S
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Mineiros do Tietê (Mineiros do Tietê)	SL	3	M	
<u>40-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Mococa	RTV	2	G	P
<u>40-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Mococa (Mococa)	SL	2	I	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Mogi Guaçu	RTV	3	M	P
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Mogi Guaçu	RTVD	2	J	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Mogi Guaçu (Mogi Guaçu)	SL	3	M	
<u>19</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Mogi Guaçu (Mogi Guaçu)	SL	2	I	
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Novo Horizonte	RTV	3	M	P
<u>39+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Novo Horizonte (Novo Horizonte)	SL	3	M	
<u>50+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Orlândia	RTV	2	H	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Patrocínio Paulista	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Patrocínio Paulista	RTVD	2	H	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Patrocínio Paulista (Patrocínio Paulista)	SL	3	M	
<u>54+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Penápolis	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Penápolis	RTVD	2	H	
<u>54+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Penápolis (Penápolis)	SL	3	M	
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Pilar do Sul	RTV	3	M	S
<u>16</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Pilar do Sul (Pilar do Sul)	SL	3	M	
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Piracicaba	RTV	3	M	S
<u>53</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Piracicaba (Piracicaba)	SL	3	M	
<u>59+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Presidente Venceslau	RTV	3	M	P
<u>59+</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Presidente Venceslau (Presidente Venceslau)	SL	3	M	
<u>50</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Ribeirão Preto	RTV	3	M	S
<u>50</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Ribeirão Preto (Ribeirão Preto)	SL	3	M	

<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Santa Fé do Sul	RTVD	2	H	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Santa Fé do Sul	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Santa Fé do Sul (Santa Fé do Sul)	SL	3	L	
<u>34</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São João da Boa Vista	RTVD	2	G	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São João da Boa Vista	RTV	2	H	P
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José do Barreiro	RTV	2	G	S
<u>23</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José do Barreiro (São José do Barreiro)	SL	2	I	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José do Rio Pardo	RTVD	2	H	
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José do Rio Pardo	RTV	3	M	P
<u>7-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José do Rio Pardo (São José do Rio Pardo)	SL	3	M	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José dos Campos	RTVD	2	H	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José dos Campos	RTV	3	M	P
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José dos Campos (São José dos Campos)	SL	3	M	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São Sebastião	RTV	3	M	P
<u>57</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São Sebastião	RTVD	2	H	
<u>56</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São Sebastião (São Sebastião)	SL	3	M	
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Sorocaba	RTV	3	L	S
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Sorocaba (Sorocaba)	SL	3	L	
<u>25-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Tatuí	RTV	3	M	S
<u>25-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Tatuí (Tatuí)	SL	3	M	
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora:</i> FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Taubaté	RTV	3	M	S
<u>45</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Taubaté (Taubaté)	SL	3	M	

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:41:12

Registro 651 até 700 de 720 registros

➡ Páginas: [<<] ... 11 12 13 [14] 15 [Ir] [Reg]



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Tietê	RTV	2	H	P
<u>54</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Tupi Paulista	RTV	3	L	P
<u>54</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Tupi Paulista (Tupi Paulista)	SL	3	L	
<u>57</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Ubatuba	RTV	3	L	P
<u>58</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Ubatuba	RTVD	2	H	
<u>57</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Ubatuba (Ubatuba)	SL	3	L	
<u>59-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Valparaíso	RTV	3	M	P
<u>59-</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Valparaíso (Valparaíso)	SL	3	M	
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	SP	Votorantim	RTV	3	M	S
<u>59</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Votorantim (Votorantim)	SL	3	M	
<u>32</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	TO	Araguaína	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Araguaína	RTVD	2	G	
<u>32</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Araguaína (Araguaína)	SL	2	I	
<u>35</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	TO	Gurupi	RTV	3	M	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Gurupi	RTVD	2	H	
<u>35</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Gurupi (Gurupi)	SL	3	M	
<u>690 kHz</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Palmas	OM	3	M	
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II <i>Geradora: FUNDACAO JOAO PAULO II</i>	TO	Palmas	RTV	2	G	P
<u>41</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Palmas	RTVD	2	G	
<u>40</u>	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Palmas (Palmas)	SL	2	I	

Usuário: - Data: 26/03/2015 Hora: 10:41:39

Registro 701 até 720 de 720 registros

➡ Páginas: [<<] ... 11 12 13 14 [15] [Ir] [Reg]



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 50.016.039/0001-75

FUNDACAO JOAO PAULO II											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARMENLITA LUCI LIMA	125.175.178-43	FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju
FILIPE GARCEZ JARDIM	162.775.318-40	FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
ROSANA APARECIDA PALANDI SILVA	084.598.318-09	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETORA EXECUTIVA)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
WELLINGTON SILVA JARDIM	370.856.628-91	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista

FUNDACAO JOAO PAULO II											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju

Usuário: gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS Data: 26/03/2015 Hora: 10:42:38

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 6473/2015/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53000.040516/2012-03 apenso/relacionado ao Processo nº 53000.046342/2012-84.**

Assunto: **Análise Inicial de proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os referidos autos de análise inicial de proposta apresentada pela FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, por meio do Canal 240 E, na localidade de São José dos Campos, objeto do Processo de Seleção constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no DOU em 13 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, pessoa jurídica de direito privado, em consonância com o disposto no artigo 7º da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente, conforme Checklist em anexo 0434613.

3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela referida Portaria, bem como pelo correspondente Aviso de Habilitação.

4. Entretanto, conforme Estatuto Social da entidade, o mandato dos diretores enumerados na ata de eleição enviada, teve fim em 25/05/2014. Indispensável, portanto, se torna o envio, por parte da entidade interessada, da sua ata de eleição atualizada, bem como os seguintes documentos dos atuais diretores:

a. prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita mediante certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;

b. certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor);

c. certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a

respectiva certidão de inteiro teor);

d. prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;

e. declaração de que não participam da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorga, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

f. declaração de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens 2 e 3 desta Nota Técnica, opinamos:

a. pela habilitação da proposta ora em análise e deferimento do total de 33 (trinta e três) pontos à proponente, uma vez cumprida a exigência desta Nota Técnica;

b. pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão; e

c. pela comunicação do resultado da análise ora obtido pela interessada, em conformidade com o disposto no artigo 9º e 10 da Portaria 355, de 12 de julho de 2012, oportunidade em que deverá ser-lhe concedido prazo para que, se for o caso, apresente o correspondente recurso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Rezende Ramos Barros, Técnico de Nível Superior**, em 31/03/2015, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Analista - Chefe de Divisão**, em 31/03/2015, às 14:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 02/04/2015, às 18:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 07/04/2015, às 10:23, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 14/04/2015, às 16:38, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237795



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0435315** e o código CRC **0D413580**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Prezados senhores,

Por força do Edital n.º 26, d 13 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de abril de 2015, solicitamos vistas dos seguintes processos:

1. 53000.043359/2012-80 – FUNDAÇÃO COSTA DOURADA
2. 53000.040516/2012-03 – FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II – CONCORRENTE DA FUNDAÇÃO COSTA DOURADA.
3. O PEDIDO DE VISTA FOI CONFIRMADA PELO CADSEI EM 22.04.2015 – PROTOCOLOS N.ºS 53900.019797/2015-26 E 53900.019802/2015-06.
4. ATÉ A PRESENTE DATA APENAS O PROCESSO DA FUNDAÇÃO COSTA DOURADA FOI DISPONIBILIZADO.

OBSERVAÇÕES:

1. PARA PODER EXERCER O DIREITO DE DEFESA – APRESENTAÇÃO DE RECURSO – CONFORME PREVISTO NO EDITAL É NECESSÁRIO TOMAR CONHECIMENTO DO PROCESSO DA CONCORRENTE E VENCEDORA DO PROCESSO – FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II.
2. APÓS A DECISÃO DESSE MINISTÉRIO EM DISPONIBILIZAR O PROCESSO A FUNDAÇÃO COSTA DOURADA CONCORRENTE TERÁ O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR SEU RECURSO.
3. COM DECISÃO DESSE MINISTÉRIO EM NÃO DISPONIBILIZAR O PROCESSO ESTA OCORRENDO CERCEAMENTO DA DEFESA EM CONSIDERÁVEL PREJUÍZO A CORRENTE FUNDAÇÃO COSTA DOURADA.

BRASÍLIA, DF, 05 DE MAIO DE 2015.

ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA

PROCURADOR DA FUNDAÇÃO COSTA DOURADA



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COTA Nº: 729 / 2015 / CONJUR/CGAJ

PROCESSO Nº: 53000.040516/2012-03

INTERESSADO: Fundação João Paulo II, FILIPE GARCEZ JARDIM

ASSUNTO: Análise inicial de proposta com vistas à obtenção de outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

1. Tendo em vista o contido na cota nº 724/2015/CONJUR/CGAJ exarada no processo 53000.039794/2012-18, devolvo o presente feito por conter matéria prejudicial ao exame do presente.

2. Sanado aquilo que informado na cota acima, torne o feito para esta CONJUR, com análise de eventual repercussão neste procedimento.

Brasília, 07 de dezembro de 2015.

LUCIANO GODOI MARTINS

Advogado da União



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Godoi Martins, Advogado da União**, em 07/12/2015, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0867373** e o código CRC **DF79A1DC**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 21347/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação João Paulo II

CNPJ 50.016.039/0001-75

Rua João Paulo II, S/N, Alto da Bela Vista

12.630-000 / Cachoeira Paulista-SP

Assunto: Notificação relativa à análise do processo nº 53000.040516/2012-03, apenso/relacionado ao 53000.046342/2012-84.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópias da **NOTA TÉCNICA Nº 14217/2016/SEI-MCTIC**, da **NOTA TÉCNICA Nº 1702/2016/SEI-MC**, e do **PARECER Nº 443/2016/SEI-MC**.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que, caso haja interesse, essa entidade se manifeste sobre o assunto (dentro das especificações do PARECER Nº 443/2016/SEI-MC), sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

3. Cumpre destacar que documentos extemporâneos não serão conhecidos. Somente pode ser considerada/analisa da documentação colacionada dentro do prazo previamente estabelecido em ofício/edital, nas fases específicas para tanto, de modo a contemplar todas as participantes em respeito aos princípios reitores do processo administrativo

4. Ressalte-se que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/06/2016, às 17:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1179056** e o código CRC **ABD05E7C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 21347/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.040516/2012-03 - Nº SEI: 1179056

Data de Envio:

10/06/2016 17:37:49

De:

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

protocolos.mc@cancaonova.com
gestaodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com
rosiane.bucholz@cancaonova.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.040516/2012-03

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

NT 14217.pdf
PARECER Nº 443.pdf
NT 1702.pdf
Oficio_1179056.html

NOTA TÉCNICA Nº 25282/2016/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.040516/2012-03 apenso/relacionado ao Processo nº 53000.046342/2012-84**

Assunto: **Pedido de Reconsideração - Pelo Indeferimento.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os referidos autos de análise de recurso apresentado pela FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, referente ao processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, de acordo com o que estabelece o Aviso de Habilitação nº 4/2012, publicado no DOU em 13/07/2012.

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, recurso, apresentado pelo interessado, pessoa jurídica de direito privado, em face de matérias específicas abordadas no PARECER CONJUR Nº 443/2016/SEI-MC, de 06/06/2016.

3. A notificação sobre a oportunidade de nova manifestação recursal foi recebida em 10/06/2016, conforme comprovante de envio de Correspondência eletrônica constante dos autos, tendo, então, o interessado interposto tempestivamente o pedido ora em análise, objetivando a reconsideração da decisão proferida, conforme documento protocolado neste Ministério em 08/07/2016, sob nº 53900.041981/2016-33.

4. Tendo em vista a tempestividade do pedido de reconsideração em apreço, procedeu-se à análise das razões apresentadas, os quais não se mostram suficientes para afastar a irregularidade apontada e modificar a decisão administrativa outrora tomada, senão vejamos:

- A recorrente discorda que não tenha havido a oportunidade de contraditório no que concerne a sua participação.
- Verifica-se, no entanto, conforme destacou o Parecer da CONJUR, que, acerca especificamente dos **motivos** assinalados pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC sobre a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, ainda não foi concedida a oportunidade às entidades de se pronunciarem. Tampouco fora oportunizado às entidades o direito de manifestar acerca dos demais questionamentos levantados pela referida Nota Técnica.
- Sendo assim, esta Secretaria concorda com o entendimento da Consultoria no sentido de que, preliminarmente à manifestação conclusiva daquele órgão, importa serem novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela mencionada Nota Técnica, ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa

(contraditório como forma de evitar surpresa) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, nos termos do item 4, opinamos pela:

a) não reconsideração da decisão, e

b) remessa dos autos à Consultoria Jurídica, com vistas à manifestação sobre o assunto em apreço, em grau de recurso, tendo por base as razões acima expendidas, a fim de subsidiar a correspondente decisão do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 11/11/2016, às 16:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 11/11/2016, às 16:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 11/11/2016, às 16:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 11/11/2016, às 16:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 11/11/2016, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1388860** e o código CRC **DDCE3FE0**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

COTA n. 00068/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.040516/2012-03

INTERESSADO: Fundação João Paulo II

ASSUNTO: Seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, São Paulo. Devolução dos autos à SERAD.

Senhora Secretária de Radiodifusão,

Trata-se de processos referentes à seleção para obtenção de outorga para execução de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, São Paulo.

2. A seleção em questão já fora submetida ao crivo desta CONJUR em outras ocasiões, inclusive com a orientação de anulação e repetição de fase, culminando com a incursão de nova entidade (Fundação João Paulo II), cuja documentação havia equivocadamente se extraviado. De todo modo, verificando-se as datas dos protocolos apresentados, restou *a priori* acertada a conclusão da SERAD, em seu juízo de autotutela, ao promover a análise da documentação reputada tempestiva.

3. Ao final, após a observância do contraditório e da ampla defesa das entidades, vez que restou alterado o resultado antes divulgado, com a indicação da entidade João Paulo II como a vencedora do certame, os autos voltam a esta CONJUR para apreço conclusivo.

4. Não obstante, segundo o disposto na NOTA 00022/2017, exarada no processo principal da presente seleção, deparou-se com a necessidade de adoção de diligências em alguns processos, dentre os quais o hodierno, razão pela qual devolvo os autos para a adoção das medidas pertinentes, após o que o processo deverá retornar a esta CONJUR.

5. Por fim, antes do encaminhamento dos autos à SERAD, orienta-se o Apoio Administrativo desta CONJUR a juntar cópia do inteiro teor da citada NOTA 00022/2017, após sua aprovação pelo Coordenador-Geral.

Brasília, 26 de janeiro de 2017.

SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000040516201203 e da chave de acesso a922b87c

Documento assinado eletronicamente por SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 20908057 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO. Data e Hora: 26-01-2017 14:40. Número de Série: 13687331. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.040516/2012-03

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 26/01/2017, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1643958** e o código CRC **F8DF0BCA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 1643958

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO

Processo nº: **53000.040516/2012-03**

Referência: **COTA nº 00068/2017/CONJURMCTIC/CGU/AGU**

Interessado: **Fundação João Paulo II**

Assunto: Seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos. Devolução dos autos.

De ordem do Sr. Diretor Substituto, encaminho este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (CGEC) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administrador**, em 26/01/2017, às 16:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1644058** e o código CRC **7261DAF4**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

NOTA n. 00022/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046342/2012-84

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão

ASSUNTO: Seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, São Paulo.

Senhor Coordenador-Geral,

A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 25768/2016, submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processos referentes à seleção para obtenção de outorga para execução de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, São Paulo.

2. O processo já fora submetido ao crivo desta CONJUR em outras ocasiões, inclusive com a orientação de anulação e repetição de fase, culminando com a incursão de nova entidade (Fundação João Paulo II), cuja documentação havia equivocadamente se extraviado. De todo modo, verificando-se as datas dos protocolos apresentados, restou *a priori* acertada a conclusão da SERAD, em seu juízo de autotutela, ao promover a análise da documentação reputada tempestiva.

3. Ao final, após a observância do contraditório e da ampla defesa das entidades, vez que restou alterado o resultado antes divulgado, com a indicação da entidade João Paulo II como a vencedora do certame, os autos voltam a esta CONJUR para apreço conclusivo.

4. Não obstante, medida preliminar se faz imperiosa, a saber: em consulta aos processos das entidades julgadas habilitadas na seleção, não se deparou com o respectivo “*check-list*” da documentação apresentada, o que se constitui em medida instrutória de incumbência dessa nobre Secretaria.

5. Ademais, igualmente não se deparou com a decisão, devidamente motivada, de atribuição dos pontos às entidades habilitadas, para fins de se aplicar o critério de desempate (é que as Notas Técnicas exaradas nos processos das referidas entidades somente se limitaram a mencionar a pontuação sem, contudo, referir-se a dispositivo normativo e em que consistia cada pontuação).

6. As medidas acima se mostram imprescindíveis a fim de que se possa promover a análise conclusiva por parte desta Consultoria.

7. Nesse diapasão, sugiro, após a aprovação da presente manifestação, que o Apoio Administrativo desta CONJUR promova a junção de cópia de seu inteiro teor aos processos das entidades habilitadas (53000.040516/2012-03; 53000.043359/2012-80; 53000.041396/2012-53; e 53000.039794/2012-18), após o que se sugere a remessa (do principal e dos relacionados) à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 26 de janeiro de 2017

SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000046342201284 e da chave de acesso 828ca88d

Documento assinado eletronicamente por SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 20904939 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO. Data e Hora: 26-01-2017 14:28. Número de Série: 13687331. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00183/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.046342/2012-84

INTERESSADO: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO (SERAD)

ASSUNTO: Seleção para outorga de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo

1. Aprovo a manifestação consubstanciada na NOTA Nº 00022/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da lavra da Advogada da União Dra. Socorro Janaina M. Leonardo.
2. Adote o Apoio Administrativo desta Coordenação-Geral a providência alvitada no sétimo parágrafo da peça ora aprovada, promovendo, após, a remessa dos autos à Secretaria de Radiodifusão, como proposto.

Brasília, 26 de janeiro de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Delegação de Competência atribuída pela Portaria nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000046342201284 e da chave de acesso 828ca88d

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 20936267 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 26-01-2017 17:48. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53000.040516/2012-03

Interessado: Fundação João Paulo II

CNPJ: 50.016.039/0001-75

Localidade: São José dos Campos/SP

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 240E

Aviso de Habilitação nº: 4/2012

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 13/07/2012

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 13/09/2012

Data do protocolo desta proposta: 24/08/2012

Requerimento tempestivo? (X) Sim () Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DE FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO E INSTITUIÇÃO DE ENSINO INSTITUÍDA E MANTIDA PELA INICIATIVA PRIVADA	OBSERVAÇÕES (Fls. processo físico)
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
a) Requerimento de encaminhamento da proposta, assinado pelo representante legal;	02/11
b) Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano, contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação	13/26;34/74
c) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	28/32;76/80
d) Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	82/88
e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);	97
f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	102,103
g) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;	99,102,103,183
h) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de	105

Serviço (FGTS);	103
i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;	187
j) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;	107/123
k) Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga;	125/135 (24)
l) Declaração do número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação.	88 (196)
QUANTO AOS DIRIGENTES	
a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;	137/140
b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	142/145, 146/149
c) Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	146/149;151/158
d) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	160/167
e) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	168/170
f) Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;	172/175
g) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	177/180
DE PROPONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO	
a) Representante Legal aprovado por este Ministério, constante do SIACCO/ANATEL	0434551
b) Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	0896549
c) Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67	0434551



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 30/01/2017, às 10:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1646588** e o código CRC **02E16E33**.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 1646588



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00969/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.040516/2012-03

INTERESSADO: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

ASSUNTO: Seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP. Aviso de Habilitação nº 04, de 2012.

EMENTA:

I – Seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo.

II – Manifestação recursal da Fundação João Paulo II, classificada em primeiro lugar no certame, em face de abertura de prazo para manifestação das demais entidades quanto a sua participação na seleção.

III - Pelo conhecimento e não provimento do recurso.

IV – Devolução dos autos à SERAD para prosseguimento.

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 25282/2016/SEI-MCTIC, submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, concernente à seleção pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, por meio do canal 240 E, na localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

I – RELATÓRIO

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 13/07/2012 (Aviso nº 4, de 2012), enumerando o rol dos documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls. 8/17 do processo principal).

3. De acordo com o que consta narrado na suso citada Nota Técnica encaminhatória, a Fundação João Paulo II, pessoa jurídica de direito privado, ora recorrente, classificada em primeiro lugar no certame, vem de interpor pedido de reconsideração em face de matérias específicas formuladas no Parecer nº 443/2016/SEI-MC, desta Consultoria Jurídica, mormente no que pertine à sua participação no evento.

4. Assenta, ainda, a sobredita Secretaria, que, em homenagem ao princípio da ampla defesa, a entidade foi notificada sobre a possibilidade de interposição de recurso, nos termos do indigitado Parecer nº 443/2016/SEI-MC, por conduto do Ofício nº 21347/2016/SEI-MCTIC (evento SEI 1179059), recebido em 10/06/2016, conforme comprovante de envio de Correspondência Eletrônica SERED 1181561, constante dos autos, tendo a interessada protocolado tempestivamente, em 08/07/2016, sua peça de irrevogação, instruída nos autos do protocolo nº 53900.041774/2016-89, sendo objeto da competente análise da Área Técnica, consubstanciada na citada Nota Técnica nº 25282/2016/SEI-MCTIC, que, ao cabo de tudo, encerra opinamento pelo conhecimento e não provimento do recurso.

5. Ato contínuo, resolvidas as diligências preambulares formuladas por intermédio da Cotanº 00068/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI 1643799) e da Nota nº 00022/2017/CONJUR-MCTIC (evento SEI 1646588)), a Secretaria de Radiodifusão encaminha os autos a esta Consultoria Jurídica, para apreço prévio antes de sua remessa ao Exmo. Ministro de Estado.

6. É o que se tinha a relatar. Passo à manifestação.

II - DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

7. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto na legislação de regência, notadamente no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como no Decreto nº 52.795, de 1963, que assim disciplinam a matéria:

DL 236/1967

“Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos”.

(...)

Decreto 52.795, de 1963

“Art. 13 (omissis)

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

8. Quanto à legitimidade para executar o serviço, o mesmo Decreto-lei nº 236, de 1967, antevê o seguinte:

“Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

(...)”.

9. No que concerne à competência para outorgar, por se tratar de permissão de serviço de radiodifusão, incumbe ao Exmo. Ministro de Estado das Comunicações (atual Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), nos termos dos articulados seguintes:

CBT

“Art. 34 (omissis)

(...)

§ 1º A outorga da concessão ou autorização é prerrogativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 33 § 5º, depois de ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital, e de publicado o respectivo parecer.

Art. 33 (omissis)

(...)

§ 5º Os serviços de radiodifusão de caráter local serão autorizados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações”.

Decreto nº 52.795, de 1963

"Art. 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

(...)

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora".

10. Em plano infralegal, foi publicada portaria ministerial a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, observando-se que à época da publicação do referido Aviso encontrava-se em vigor, ainda, a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, desumindo, ipso facto, que, à luz desta Portaria, portanto, restou apreciada a seleção in casu.

III – DA ANÁLISE DO RECURSO

11. In meritis causae, argui a recorrente que, inobstante a louvável preocupação da Administração com a stricta observância do princípio do contraditório, mostra-se equivocada a premissa de que não teria havido oportunidade de debate acerca da participação da Fundação João Paulo II no certame, como arguido no multicitado Parecer nº 443/2016/SEI-MC.

12. Nesse sentido, assevera a recorrente que, v.g., a Nota Técnica nº 14242/2015/SEI-MC, referente ao recurso interposto pela Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada, instruído nos autos do Processo nº 53000.043359/2012-80, ocorreu questionamento específico sobre a sua participação na seleção, oportunidade em que houve o devido esclarecimento sobre o equívoco no arquivamento de sua proposta, sendo reafirmada a tempestividade da apresentação desta, sendo, ipso facto, mantido o resultado do certame.

13. Alega, ainda, a recorrente, que o mesmo se depreende do contido na Nota Técnica nº 14259/2015/SEI-MC, adstrita ao recurso oposto pela Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, exarada nos autos do Processo nº 53000.039794/2012-18, recuso este no âmbito do qual também foi questionada a legalidade da participação da Fundação João Paulo II, sendo novamente esclarecida a correção do procedimento, sob o argumento de que a ausência daquela entidade em momento anterior deveu-se à falha do sistema de protocolo do Ministério, sem qualquer culpa, exclusiva ou concorrente, da citada Fundação.

14. Assentadas essas premissas, argui a recorrente não ter ocorrido qualquer violação ao princípio do contraditório, visto que as entidades participantes tiveram a oportunidade de se manifestar sobre a sua participação, devendo o feito ter curso normal.

15. Procedida a análise das razões recursais, a Secretaria de Radiodifusão, por seu turno, manifestou-se por intermédio da acima referida Nota Técnica nº 14242/2015/SEI-MC, oferecendo as seguintes razões fáticas, suficientes para afastar as ilações da recorrente:

"4. Tendo em vista a tempestividade do pedido de reconsideração em apreço, procedeu-se à análise das razões apresentadas, os quais não se mostram suficientes para afastar a irregularidade apontada e modificar a decisão administrativa outrora tomada, senão vejamos:

A recorrente discorda que não tenha havido a oportunidade de contraditório no que concerne a sua participação.

Verifica-se, no entanto, conforme destacou o Parecer da CONJUR, que, acerca especificamente dos motivos assinalados pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC sobre a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, ainda não foi concedida a oportunidade às entidades de se pronunciarem. Tampouco fora oportunizado às entidades o direito de manifestar acerca dos demais questionamentos levantados pela referida Nota Técnica.

Sendo assim, esta Secretaria concorda com o entendimento da Consultoria no sentido de que, preliminarmente à manifestação conclusiva daquele órgão, importa serem novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela mencionada Nota Técnica, ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa (contraditório como forma de evitar surpresa) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção".

16. Assentadas as razões recursais única e exclusivamente na espontânea manifestação de duas entidades participantes da seleção que, em recursos interpostos, questionaram, inter alia, a inclusão da Fundação João Paulo II no certame, entendo que assiste razão à Secretaria de Radiodifusão, mormente em face do que consta da opinio iuris que recomendou a abertura a todas as entidades a oportunidade de oferecimento de manifestação específica quanto à

participação da citada Fundação, segundo as justificativas apresentadas pela Administração.

17. De fato, sobre esse especialíssimo aspecto o Parecer CONJUR nº 443/2016/SEI-MC, exarado nos autos principais do Aviso de Habilitação, é claro, preciso e objetivo ao justificar a necessidade de abertura de prazo para interposição de recurso no que pertine à inclusão da Fundação João Paulo II no certame, como se verifica do seguinte excerto:

“25. Inobstante o Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, ter promovido às entidades o direito de se insurgir contra o resultado final da seleção, não havia nos autos, até aquele momento, qualquer justificativa quanto à inclusão tardia da proposta da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II dentre as concorrentes.

26. Em virtude disso, conforme já salientado, as entidades apresentaram recursos questionando a participação da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, vencedora da seleção, tendo a SCE esclarecido tais motivos apenas em sua mais recente manifestação, Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515).

27. Verifica-se, portanto, que, acerca especificamente dos motivos assinalados pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) sobre a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, ainda não foi concedida a oportunidade às entidades de se pronunciarem. Tampouco fora oportunizado às entidades o direito de manifestar acerca dos demais questionamentos levantados pela referida Nota Técnica, elencados no item 22 supra.

28. Sendo assim, faz-se mister que, preliminarmente à manifestação conclusiva deste órgão, sejam novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515), ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa (contraditório como forma de evitar surpresa[1]) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção.

29. Registre-se que o exercício do contraditório e ampla defesa pelas interessadas é deveras fundamental no caso em apreço, sobretudo porque a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II foi julgada a vencedora pela SCE, tendo a sua inclusão interferido de forma decisiva no certame.”

18. À vista das suso reproduzidas razões apresentadas por esta Consultoria Jurídica, torna-se indene de dúvida que, de fato, havia a inafastável necessidade de ser dada oportunidade às entidades para oferecimento de manifestação quanto às justificativas apresentadas pela Administração referentes à inclusão da Fundação João Paulo II no certame, justificativas estas que somente se fizeram presentes quando da emissão da Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC, posterior à fase recursal.

19. Destarte, ainda que tenha ocorrido em duas peças de irresignação específicas manifestações contrárias à inclusão da Fundação João Paulo II no certame, é inegável que essas manifestações não tiveram materialidade frente às justificativas da Administração, que, repita-se, somente tiveram concretude em momento posterior à interposição daqueles recursos, fato este que, evidentemente, não permitiu a avaliação de sua legalidade, não se tendo, portanto, garantido a ampla defesa, falha essa que veio a ser sanada com a adoção da recomendação encerrada Parecer nº 443/2016/SEI-MC.

20. Neste sentido, as razões recursais arguidas pela Fundação João Paulo II não têm, como corretamente concluiu a Secretaria de Radiodifusão, o condão de afastar o entendimento advogado por esta Consultoria Jurídica no citado Parecer nº 443/2016/SEI-MC, posto que, inarredavelmente, as entidades, no momento próprio, não tiveram, por desconhecimento absoluto das razões da Administração, como arguir, concreta e eficazmente, desconformidade ou ilegalidade do ato administrativo questionado.

IV - CONCLUSÃO

21. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico para tanto, e conclui pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, devendo ser mantida a decisão que oportunizou a interposição de recursos quanto a sua inclusão no certame.

22. Por oportuno destaque, ainda, a regularidade da minuta de despacho ministerial proposta pela Secretaria de Radiodifusão, anexa à Nota 25768/2016/2012-MCTIC, exarada nos autos principais, podendo ser submetida à superior consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
23. Ex positis, promova-se o retorno dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Brasília, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000040516201203 e da chave de acesso a922b87c

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 68879552 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 23-08-2017 10:02. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 19456/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.040516/2012-03 apenso/relacionado ao Processo nº 53000.046342/2012-84.**

Assunto: **Exigência Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de envio de Ofício de exigência jurídica referente à proposta da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, de acordo com o que estabelece o Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, publicado no DOU em 13/07/2012.

ANÁLISE

2. Em virtude de orientação da Consultoria Jurídica disposta no Parecer nº 947/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2155902; constante dos autos do processo principal 53000.046342/2012-84), de 23/08/2017, cumpre agora, **como condição sine qua non para a homologação do resultado**, devido ao vencimento do quadro diretivo da proponente, cientificar à Fundação João Paulo II da necessidade de **juntada do quadro diretivo atualizado** (ato de nomeação/eleição devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, referente à diretoria empossada para o exercício do mandato no quadriênio 2014-2018) **com os documentos correlatos atualizados** exigidos pela norma que rege o certame, inclusive dos que denotam a idoneidade moral de eventuais novos dirigentes, quais sejam:

Documentos relativos a todos os atuais dirigentes da entidade:
a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos (mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, ou certificado de reservista, ou cédula de identidade, ou certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, ou carteira profissional, ou carteira de Trabalho e Previdência Social, ou passaporte);
b) declaração (assinada por todos os dirigentes) de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas <i>b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q</i> do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.
c) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período,

atividades econômicas;

d) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

e) Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais (mediante a apresentação de certidão de quitação emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE);

f) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

3. Cumpre destacar que, conforme o Item 96 do Parecer nº 947/2017, a **declaração b)** acima substitui a revogada exigência de certidões negativas de feitos judiciais cíveis e criminais para comprovação de idoneidade moral dos dirigentes - o art. 11 da Lei nº 13.424, de 28/03/2017 alterou dispositivos da Lei nº 4.117, de 27/08/1962 -, mas deve ser firmada sob advertência de que a falsidade nas informações nela prestadas enseja a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa nos termos do § 3º, do art. 38 da Lei nº 4.117/62, com a nova redação em vigor.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à proponente, com vistas ao cumprimento da exigência jurídica, concedendo-lhe prazo para que apresente os documentos acima referidos, sob pena de inabilitação da proponente.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 28/08/2017, às 19:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 01/09/2017, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157755** e o código CRC **177A23E8**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 37018/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação João Paulo II

CNPJ 50.016.039/0001-75

Rua João Paulo II, S/N, Alto da Bela Vista

12.630-000 / Cachoeira Paulista-SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.040516/2012-03.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19456/2017/SEI-MCTIC**, desta Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso. Ressalte-se que a inércia (sem resposta no prazo assinalado) importará em falta de interesse da entidade, com a consequente inabilitação da seleção.

3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

4. O teor do referido documento encontra-se disponível para vistas por meio de peticionamento eletrônico do CADSEI através do seguinte caminho:

Área:	Ouvidoria
-------	-----------

Serviço/Categoria:	Atendimento ao Público
Solicitação:	Vistas de Processo ou Documento

4. Dúvidas sobre vistas de processos e CADSEI devem ser dirigidas aos canais do Setor de Atendimento ao Público deste Ministério. Os canais para contato com o Ministérios das Comunicações são os seguintes:

CADSEI - Peticionamento eletrônico

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900

Telefone: (61) 2027-6464

E-mail: atp@comunicacoes.gov.br

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900

Telefone: (61) 2027-6832 e 2027-6449

E-mail: sic@comunicacoes.gov.br

Ouvidoria

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, sala T-25, Brasília/DF, CEP 70044-900

Telefone: (61) 2027-6449

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 28/08/2017, às 19:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157765** e o código CRC **D04A54B9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37018/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.040516/2012-03 - Nº SEI: 2157765

Data de Envio:

01/09/2017 17:22:00

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

protocolos.mc@cancaonova.com
gestaodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministerio da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 3000.040516/2012-03

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2157765.html
Nota_Tecnica_2157755.html

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53000.040516/2012-03

Interessado: Fundação João Paulo II

CNPJ: 50.016.039/0001-75

Localidade: São José dos Campos/SP

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 240E

Aviso de Habilitação nº: 4/2012

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 13/07/2012

Ofício de exigência (Diligência orientada pela CONJUR) nº 37018/2017, ref. a documentos de nova diretoria, encaminhado em 01/09/2017, prazo de 30 dias de resposta.

Envio de documentação tempestivo? (x) Sim - 15/09/2017 2221043 (Protocolo 01250.057326/2017-86)

Documentação correta/completa apresentada: (x) Sim

QUANTO AOS DIRIGENTES: Ata de 27/04/2017 registrada em 12/05/2017 (mandato até 25/05/2018).

Diretor Executivo: Wellington Silva Jardim

Vice Diretor Executivo: Wellington Santos Moreira

a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;	WM 15, 21 WJ 16, 20
b) declaração (assinada por todos os dirigentes) de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas <i>b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q</i> do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.	WJ 25 WM 26
c) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	WM 28, 29 WJ 30, 31
d) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	WM 35 WJ 36
e) Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;	WJ 38, 40 WM 39, 41
f) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	WM 35, 45 WJ 36, 43



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 18/09/2017, às 15:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2222497** e o código CRC **AC6A222F**.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 2222497

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 1702/2016/SEI-MCReferência: **Processo nº 53000.046342/2012-84 e apensos/relacionados**Assunto: **Resultado Final de Processo de Seleção para Outorga - Objeto Adjudicado.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de resultado final de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012 e o Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, publicado no DOU em 13/07/2012.

ANÁLISE

2. Conforme os ofícios de comunicação do resultado da verificação inicial relativa às oito propostas apresentadas, o prazo para interposição de pedido de reconsideração foi concedido as proponentes.

3. Esgotado referido prazo, conforme determina o §1º do art. 10 da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, foram analisados os respectivos pedidos de reconsideração, de acordo com as Notas Técnicas abaixo referenciadas, cujos resultados assim se apresentam:

- FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL - (Proc. nº 53000.041396/2012-53) – Nota Técnica n.º 14283/2015/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA - (Proc. nº 53000.043359/2012-80) – Nota Técnica n.º 14242/2015/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - (Proc. nº 53000.039794/2012-18) – Nota Técnica n.º 14259/2015/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;

4. Não apresentaram pedidos de reconsideração contra as decisões de indeferimento relativas às propostas apresentadas, após a devida comunicação às interessadas, mantendo-se, portanto, inabilitadas as proponentes:

- TROPICAL PRODUÇÕES S/C LTDA - (Proc. nº 53000.043747/2012-61)
- FUNDAÇÃO RANCHARIENSE - (Proc. nº 53000.042879/2012-75)
- FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE - (Proc. nº 53000.041537/2012-38)
- FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE - (Proc. nº 53000.042956/2012-97)

5. Em 19/10/2015 restaram concluídas as assinaturas da NOTA TÉCNICA Nº 14259/2015/SEI-MC (análise do recurso da proponente) e NOTA TÉCNICA Nº 14286/2015/SEI-MC (Nota final pós-recursos) e os autos foram encaminhados para a CONJUR, com o seguinte resultado:

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	II	53000.040516/2012-03	Não apresentado.	Habilitada	Vencedora - 1º Lugar	33 pontos
FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA	II	53000.043359/2012-80	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	2º Lugar	15 pontos
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO	II	53000.041396/2012-53	Apresentado. Indeferido. Ausência de	Habilitada	3º Lugar	10 pontos

BRASIL			circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.			
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.039794/2012-18	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	4º Lugar	05 pontos
TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA	II	53000.043747/2012-61	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO RANCHARIENSE	II	53000.042879/2012-75	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE	II	53000.041537/2012-38	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042956/2012-97	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

6. A CONJUR então retornou os autos por meio da COTA Nº 724/2015/CONJUR/CGAJ, de 07/12/2015, para esclarecimentos referentes a protocolos apresentados pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA (Proc. nº 53000.039794/2012-18), tendo sido elaborada por esta Secretaria a NOTA TÉCNICA Nº 1702/2016/SEI-MC (0946515) em resposta a referida COTA, opinando-se pela manutenção do resultado - salvo entendimento diverso da Consultoria Jurídica.

7. No entanto, antes da declaração de resultado propriamente, em razão da complexidade desses autos, faz-se relevante registrar o ocorrido no decurso do procedimento. Para melhor compreensão do procedimento até então, cumpre narrar que este processo de seleção já restou anulado uma vez (devido aos fatores explicitados na NOTA TÉCNICA nº 5849/2014/SEI-MC, de 30/03/2015; e com base em Parecer Jurídico proferido em processo análogo - Parecer Jurídico nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 16/07/2014 -, com cópia anexada/protocolada nos presentes autos em 03/09/2014). Isso implicou desconsiderar todos os atos anteriores a tal determinação, retornando-se à fase inicial das propostas participantes. O certame recomeçou do zero. Foi feita a análise instrutória e como houve proposta vencedora, abriu-se prazo para recurso com a publicação do EDITAL nº 26/2014 /SEI-MC, publicado em 15/04/2015.

8. Cumpre destacar que, conforme previsto no §4º do art. 8º da Portaria nº 355/2012, só se oportuniza a apresentação de documentos complementares, quando nenhuma proponente logra êxito no procedimento de análise instrutória. Nesse certame não houve fase de complementação, pois quatro entidades restaram habilitadas na divulgação de resultado da primeira análise documental.

9. Observou-se, então, em sede recursal, o questionamento das peticionantes quanto a existência de uma nova concorrente no certame, pois, nos atos anteriores à anulação do procedimento, constavam dos resultados divulgados apenas sete propostas. A partir do novo procedimento, da nova análise instrutória, passa a ser mostrado um quadro de resultados com oito propostas (devido ao acréscimo da participante Fundação João Paulo II).

10. No que concerne à participação da Fundação João Paulo II nesse processo de seleção, esclarece-se que, neste Ministério, já ocorreram situações de um protocolo ser anexado em processo de matéria diversa à pretendida, por erro dos setores que administram os protocolos. Pesquisando no CPROD, foi possível constatar que tal falha ocorreu com o processo da Fundação João Paulo II. Conforme se pode observar no documento 0588317, o Processo da referida Fundação (53000.040516/2012-03) estava desde 24/02/2014, equivocadamente, apensado a outro processo (53000.060202/2009-13), que trata de inclusão de canal, não obstante o conteúdo do requerimento dela fizesse devida menção a este Aviso. O processo físico foi arquivado em 24/11/2014, data em que foi digitalizado no SEI e, **somente neste momento**, foi relacionado ao processo principal desse certame de São José dos Campos/SP (Processo nº 53000.046342/2012-84).

11. Nenhum documento anterior à data de 24/11/2014 fez menção ao pedido da Fundação João Paulo II, porque não se sabia da existência do referido protocolo. O último ato nos autos antes da anulação do procedimento é de 21/01/2014 (Edital nº 12), data anterior a 24/11/2014. A NOTA TÉCNICA Nº 5849/2014/SEI-MC, finalizada pela analista em 03/09/2014, também não tratou da existência da proposta da Fundação João Paulo II, porque ela sequer

havia sido digitalizada no SEI naquele momento e dela não se tinha ciência. O conhecimento dessa proposta se deu no momento da análise instrutória posterior à anulação dos autos, em 30/03/2015. Caso não tivesse ocorrido a anulação desse processo de seleção em 30/03/2015, ele teria sido de fato ilegal, pois a chance de concorrer não tinha sido oportunizada à Fundação João Paulo II, pois sua proposta estava anexada em processo equivocado. Entende-se, portanto, que o procedimento posterior à anulação, com nova análise instrutória realizada em 2015, cumpriu os ditames da norma que rege o procedimento, pois concedeu a todas as interessadas a oportunidade de terem suas propostas verificadas.

12. Contudo, no momento de produção desta NT em comento (NOTA TÉCNICA Nº 27372/2015/SEI-MC), em nova visualização dos autos antes do envio à Consultoria Jurídica, algumas falhas foram constatadas, quais sejam:

- I. Quando se teve que realizar a nova análise instrutória posterior à anulação do procedimento, só se poderia considerar os documentos protocolados por cada entidade até a data de 13/09/2012 (data de vencimento do prazo para postagem das propostas). Isso não se operou, todavia, no processo da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, nem da Fundação Regional de Radiodifusão Educativa. O analista se equivocou ao considerar na listagem documental o Estatuto e a Grade Horária da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, pois seus protocolos datam de 29/10/2013. Equivocou-se também ao considerar na listagem às certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e as declarações exigidas dos dirigentes da Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, pois a postagem destes data de 26/02/2014.
- II. Observando-se o texto do art. 2º do EDITAL nº 26/2014/SEI-MC (publicado em 15/04/2015), entende-se que sua redação restou confusa. Assim foi redigido: "Anular o edital nº 12, de 15 de janeiro de 2014, conforme Parecer Jurídico nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, bem como todos os procedimentos anteriores à manifestação da Consultoria". O mencionado Parecer, entretanto, não pertence ao Processo de Seleção de São José dos Campos/SP, mas do Processo de Seleção de Acopiara/CE, tendo seu conteúdo sido utilizado de forma análoga no presente certame.

13. Desse modo, dada a problemática criada, haverá que ser tratada aqui uma solução para as situações constatadas. Um remédio possível para afastar quaisquer celeumas (especialmente por se tratar de um processo de instrução complexo) seria uma nova anulação do certame. No entanto, vislumbra-se outra possibilidade de saneamento:

- I. Quanto à análise instrutória da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil e da Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, ao se ter considerado documentos dos quais não se poderia ter conhecimento, a falha não-intencional do analista gerou, em verdade, resultados benéficos a ambas as entidades e, mesmo assim, estas não foram vitoriosas no certame. Ainda que fossem corrigidas as referidas análises e oportunizado novo prazo recursal, não ocorreria alteração relevante no resultado final, pois **a vitória do certame permaneceria com a Fundação João Paulo II** (apenas se promoveria mudança de posicionamento das referidas proponentes na tabela classificatória).
- II. Quanto ao teor do Edital, como a Consultoria, em diversos outros processos, já se manifestou favoravelmente à interpretação teleológica, entende-se que o intuito textual do Edital impede sua invalidação. A decisão de se ter anulado o Edital nº 12, teve, de fato, o conteúdo do Parecer Jurídico nº 824/2014 como fundamento, ainda que este tratasse de processo de seleção distinto, pois dele constam orientações de forma geral de como proceder na anulação de um procedimento. Ademais, a parte sobre a "anulação de todos os procedimentos anteriores à manifestação da Consultoria", ainda que redigida imperfeitamente, refere-se, em termos de marco temporal, à data de anexação do referido Parecer (manifestação da Consultoria) no processo de São José dos Campos/SP. O Parecer corresponde, na árvore processual do SEI, ao documento imediatamente anterior à NOTA TÉCNICA nº 5849/2014 (que decidiu pela anulação do procedimento). O último ato nos autos antes da anulação do procedimento é de 21/01/2014 (Edital nº 12) e o Parecer foi anexado neste processo em 03/09/2014. Isto posto, todo ato deste processo que é anterior a este Parecer anexado, e deveria ser considerado anulado, foi de fato considerado anulado com o dispositivo do **art. 2º do EDITAL nº 26/2014, que cumpriu sua função finalística**.

14. Assim exposto, opina-se no sentido de que a Fundação João Paulo II, pessoa jurídica de direito privado, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão. Caso a CONJUR entenda por posicionamento diverso ao argumentado nesta NT, retornem-se os autos a esta Secretaria para que sejam adotadas outras medidas devidamente orientadas por aquele Órgão Consultivo.

15. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel, verificamos que a entidade possui outorga em de outros serviços em diversas localidades (0434551), mas de FME apenas em Cachoeira Paulista/SP (0896549), e não aparece na planilha de controle de avisos de habilitação como vencedora em outra localidade.

CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, nos termos dos itens 5 a 14, opinamos:
- a. seja declarada vencedora do presente processo de seleção a Fundação João Paulo II, homologando-se este procedimento de seleção, e adjudicando à vencedora o seu objeto;
 - b. sejam remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal: do procedimento de seleção em questão; do processo relativo à correspondente proposta; e das minutas atualizadas dos despachos recursais e do Despacho de homologação, elaboradas com vistas à celeridade processual;
 - c. sejam os autos posteriormente devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consectárias.

À consideração superior.

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO**DESPACHO DO MINISTRO**

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/__/____/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO**DESPACHO DO MINISTRO**

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/__/____/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/_/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão. Ressalte-se que todo documento recursal apresentado pela proponente fora do prazo não foi conhecido, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____ / ____ / ____ / ____ /CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, bem como encaminhar os processos das entidades não vencedoras ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	II	53000.040516/2012-03	Não apresentado.	Habilitada	Vencedora - 1º Lugar	33 pontos
FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA	II	53000.043359/2012-80	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	2º Lugar	15 pontos
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041396/2012-53	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	3º Lugar	10 pontos
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.039794/2012-18	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	4º Lugar	05 pontos
TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA	II	53000.043747/2012-61	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO RANCHARIENSE	II	53000.042879/2012-75	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE	II	53000.041537/2012-38	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042956/2012-97	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Chefe de Serviço**, em 01/02/2016, às 11:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



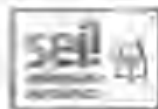
Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 01/02/2016, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 01/02/2016, às 13:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 11/02/2016, às 18:58, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/02/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0946515** e o código CRC **2DC7A5F6**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 443/2016/SEI-MC

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046342/2012-84

(Processos Apensos: 53000.043747/2012-61 53000.043359/2012-80; 53000.042879/2012-75;
53000.041537/2012-38; 53000.039794/2012-18; 53000.041396/2012-53; 53000.042956/2012-97;
53000.040516/2012-03).

ASSUNTO: Seleção para outorga de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 4/2012.

Necessidade de notificação das interessadas, à luz dos princípios do contraditório e da ampla defesa. Devolução dos autos à SCE, para adoção das providências consecutórias.

Senhora Consultora Jurídica,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da **Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 09446515)**, submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP.

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 13.7.2012 (Aviso nº 04, de 12 de julho de 2012), enumerando o rol dos documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls. 08/19, proc. nº 53000.046342/2012-84, doc. 0062224).

3. Inicialmente, a SCE, por meio da Nota Técnica nº 2089/2013 (fls. 21, proc. nº 53000.046342/2012-84, doc. 0062224) informou que apenas 7 (sete) entidades manifestaram interesse em executar o serviço, quais sejam:

- (i) FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE - Processo nº 53000.041537/2012-38;
- (ii) FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - Processo nº 53000.039794/2012-18;
- (iii) FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA - Processo nº 53000.043359/2012-80;
- (iv) FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE - Processo nº 53000.042956/2012-97;
- (v) FUNDAÇÃO RANCHARIENSE - Processo nº 53000.042879/2012-75;
- (vi) FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL - Processo nº 53000.041396/2012-53;
- (vii) TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA - Processo nº 53000.043747/2012-61.

4. Após análise inicial dos autos pela SCE, concluiu aquele órgão, segundo Nota Técnica nº 2089/2013 (fls. 21, proc. nº 53000.046342/2012-84, doc. 0062224), que “...*nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas*”.

5. Considerando o exposto na Portaria nº 355, de 2012, oportunizou-se às proponentes a complementação da documentação não apresentada ou apresentada de forma irregular no prazo improrrogável de 30 dias. Destaque-se que não se visualizou a participação de nenhuma entidade de direito público.

6. Dessa forma, sobreveio **Edital nº 96**, publicado no DOU em 30.9.2013, (fls. 36/37, proc. nº 53000.046342/2012-84, doc. 0062224), com o escopo de possibilitar a complementação da documentação, no prazo de trinta dias, voltado para as entidades, em conformidade com o §4º do art. 8º da Portaria nº 355, de 2012, a saber:

art. 8º caput

(...)

§ 4º Se após o procedimento previsto neste artigo nenhuma proponente de que trata o caput houver logrado êxito na instrução das propostas apresentadas, incluindo os documentos relativos à habilitação, será permitida a apresentação de documentos complementares, em um prazo improrrogável de trinta dias contado a partir da publicação no Diário Oficial da União, a todas as proponentes participantes do processo seletivo.

7. Finda a fase complementar, a SCE, conforme **EDITAL Nº 12/2014**, publicado no DOU de 21/01/2014 (fls. 55/56, proc. nº 53000.046342/2012-84, doc. 0062224), opinou pela habilitação somente da FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, declarando-a vencedora do certame, tendo, na mesma oportunidade, cientificado as participantes, concedendo-lhes oportunidade para interposição de eventual recurso, em consonância com a ampla defesa, no prazo de trinta dias da publicação referida.

8. Em prosseguimento, sobreveio a Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), a qual, apesar de consignar a tempestividade dos recursos apresentados pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA e FUNDAÇÃO COSTA DOURADA, procedeu à anulação do procedimento à luz de entendimento anterior manifestado por esta CONJUR/MC em processo correlato, senão vejamos:

“(...) importa destacar que, nos termos do exposto no Parecer nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, com data de 16/07/2014, da Consultoria Jurídica deste Ministério, proferido em processo análogo (Acopiara/CE), devido às questões referentes à aplicação da Portaria nº 420/2011 ou da Portaria nº 355/2012, entende-se que na presente seleção (São José dos Campos/SP) se faz igualmente necessária a anulação de todo o feito. Conforme restou elucidado no Parecer, esta revisão será promovida de modo a se

retornar à fase de complementação de documentos, devendo ser republicado Edital para convocar as entidades participantes a complementarem suas propostas, retornando-se à fase de análise inicial, isto é, que sejam complementados os documentos então ausentes/irregulares, de acordo com aqueles apresentados na proposta original, para posterior reanálise de todos os processos sob as orientações contidas no Parecer (...)"

9. Sendo assim, de acordo com a aludida manifestação da SCE baseada em entendimento desta CONJUR, o procedimento deveria ser anulado até a fase de complementação de documentos, de modo a ser republicado Edital de modo a reconvocar as entidades participantes a complementarem suas propostas.

10. No entanto, ao se analisar o processo piloto, verifica-se que tal republicação do edital de complementação das propostas não ocorreu. O que se operou na prática foi uma nova análise dos documentos que as entidades participantes já haviam colacionado aos autos da seleção, juntamente com a análise da documentação de uma oitava entidade, FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II (Processo nº 040516/2012-03), que até então não havia figurado como concorrente do certame. Tal entidade, inclusive, foi considerada habilitada e vencedora da seleção, conforme Nota Técnica 6722/2015/SEI-MC (doc. 0440920), tendo a FUNDAÇÃO COSTA DOURADA, a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL e a FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA sido igualmente habilitadas e classificadas em 2º, 3º e 4º lugar respectivamente.

11. Destarte, sobreveio Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, que tornou público o resultado supra, sagrando vencedora a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II e, na mesma oportunidade, anulando o anterior EDITAL Nº 12/2014, que havia considerado vencedora a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.

12. Ressalte-se que a análise dos documentos das 8 (oito) entidades a que alude o item 10 supra foi realizada conforme os respectivos "Checklist SLEDU" nos processos das interessadas, tendo sido ratificadas pelas NOTAS TÉCNICAS Nº 6315/2015/SEI-MC (TROPICAL PRODUÇÕES S/C LTDA), Nº 6344/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA), Nº 6684/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO RANCHARIENSE), Nº 6645/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE), Nº 6632/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA), Nº 6500/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL), Nº 6490/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE) e Nº 6473/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II).

13. Pois bem. Contra o novo resultado final da seleção, veiculado através do referido Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, apresentaram recursos as três entidades habilitadas e classificadas em 2º, 3º e 4º lugar, respectivamente, a saber: FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA, FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL e a FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, conforme processos apensos nº 53000.043359/2012-80, 53000.041396/2012-53 e 53000.039794/2012-18.

14. As Notas Técnicas nº 14242/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA), nº 14283/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL) e nº 14259/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA) conheceram dos recursos apresentados pelas entidades, porém negaram provimento aos mesmos.

15. Após, os autos foram encaminhados a esta CONJUR/MC para parecer conclusivo, através da Nota Técnica nº 14286/2015/SEI-MC (doc. 0588404) no processo piloto.

16. Ao analisar o processo piloto e apensos, esta CONJUR/MC elaborou a Cota 724/2015/CONJUR/CGAJ especificamente quanto ao pedido de reconsideração da FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, questionando o seguinte, *in verbis*:

“(…) 3. Inicialmente, esclareço que no feito digitalizado (SEI) encontram-se diversos procedimentos anexos, alguns com conteúdos idênticos aos outros, o que provoca impossibilidade de compreensão daquilo que deduzido e qual a insurgência válida, havendo inclusive denúncia de “falha” no sistema conforme consta da nota.

4. Aliás, tal situação levou a uma contradição na nota em apreço, pois no item 5 fala na tempestividade do pedido de reconsideração e em subitem do próprio item 5 dá conta de “dúvidas quanto à tempestividade do recurso”, o que também deve ser sanado, ou seja, o pedido é ou não tempestivo.

5. No mais, dentro dos vários procedimentos anexos em duplicidade e ao que parece ser o recurso interposto, houve alegação de matéria que não fora objeto de análise na nota técnica, em especial aquilo que contido no item “b” (pontuação indevida acerca de filial), “c” (excesso de outorgas), “d” (sobreposição em conjunto com o item “c” retro), “f” (pontuação por comprovação sede e pontuação referente), “h” (irregularidade formal na cadeia de assinaturas).

6. Desta forma, submete-se à esta Secretaria para os esclarecimentos apontados nos itens acima (…)

17. Em resposta, esclareceu a SCE, por meio da Nota Técnica nº 1706/2016 /SEI-MC, em síntese, que o único documento, dentre os inúmeros apresentados pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, considerado como manifestação recursal foi o de Protocolo nº 53900.024713/2015-76, uma vez que fora apresentado tempestivamente em 15/05/2015, sendo o conteúdo deste que de fato fora analisado pela aludida Nota Técnica nº 14259/2015/SEI-MC.

18. Após tal esclarecimento, a SCE encaminhou novamente os autos (processo piloto e apensos) para manifestação conclusiva desta CONJUR/MC por meio da Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) no processo piloto, aproveitando para aclarar, na oportunidade, a questão da participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, questionamento esse que fora levantado pelas entidades que apresentaram recursos contra a decisão veiculada por meio do aludido Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015.

19. Em síntese, informou a SCE que não se sabia da existência do requerimento da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II (Processo nº 53000.040516/2012-03) antes da referida Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674) – a qual determinou a anulação do procedimento e republicação do edital de complementação – o setor de protocolo desta Pasta, que anexou, equivocadamente, o requerimento da entidade a um outro processo que tratava de matéria diversa.

20. Esclareceu, ainda, que a análise instrutória da proposta da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II se deu em momento posterior à anulação do procedimento determinada pela Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), e resultou na habilitação da entidade, razão pela qual não se procedeu à republicação do edital de complementação documental conforme as diretrizes da Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), eis que, conforme previsto no §4º do art. 8º da Portaria nº 355/2012, só se oportuniza a apresentação de documentos complementares quando nenhuma proponente logra êxito no procedimento de análise instrutória, o que não era mais o caso dos autos.

21. Em virtude disso, concluiu a Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) que, caso não tivesse ocorrido a anulação consignada na Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), o presente procedimento teria sido irregular, pois a chance de concorrer não teria sido oportunizada à Fundação João Paulo II, pois sua proposta estava anexada em processo equivocado.

22. A mesma Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515), ainda levantou outras duas questões relevantes: a) o equívoco na análise das propostas da FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL e FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO

EDUCATIVA, o qual gerou resultados benéficos às entidades e não implicaria em alteração relevante no resultado final; b) a redação confusa do multicitado Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, que poderia gerar dúvida ao administrado, ressaltando-se a possibilidade de se adotar uma interpretação teleológica para se evitar a sua invalidação.

23. Em face da complexa instrução, a Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) aventou a possibilidade de nova anulação do certame. No entanto, entendeu que as incorreções elencadas são passíveis de saneamento, opinando, ao final, pela homologação do certame e pela vitória da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, remetendo os autos a esta CONJUR/MC para parecer conclusivo.

24. Diante de tal cenário, esta CONJUR/MC considera que não se está diante da hipótese de anulação do procedimento de seleção em apreço, mas entende que o processo ainda não se encontra apto à apreciação conclusiva deste órgão. Esclareça-se.

25. Inobstante o Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, ter promovido às entidades o direito de se insurgir contra o resultado final da seleção, não havia nos autos, até aquele momento, qualquer justificativa quanto à inclusão tardia da proposta da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II dentre as concorrentes.

26. Em virtude disso, conforme já salientado, as entidades apresentaram recursos questionando a participação da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, vencedora da seleção, tendo a SCE esclarecido tais motivos apenas em sua mais recente manifestação, Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515).

27. Verifica-se, portanto, que, acerca especificamente dos motivos assinalados pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) sobre a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, ainda não foi concedida a oportunidade às entidades de se pronunciarem. Tampouco fora oportunizado às entidades o direito de manifestar acerca dos demais questionamentos levantados pela referida Nota Técnica, elencados no item 22 supra.

28. Sendo assim, faz-se mister que, preliminarmente à manifestação conclusiva deste órgão, sejam novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao **contraditório e a ampla defesa**, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515), ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa (contraditório como forma de evitar surpresa[1]) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção.

29. Registre-se que o exercício do contraditório e ampla defesa pelas interessadas é deveras fundamental no caso em apreço, sobretudo porque a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II foi julgada a vencedora pela SCE, **tendo a sua inclusão interferido de forma decisiva no certame.**

30. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia-Geral da União junto a esse Ministério, opina pelo retorno do atual processo à SCE a fim de que notifique as interessadas a se manifestarem especificamente quanto ao motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame **em sede de contraditório e ampla defesa**, bem como das demais questões levantadas pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515), após o que se sugere o retorno dos autos para parecer conclusivo.

31. Registre-se, por fim, que o Protocolo nº 53900.007292/2016-08 figura equivocadamente como um processo relacionado ao processo piloto, uma vez que se trata de manifestação da FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA já anexada ao processo desta entidade (Processo nº 53000.039794/2012-18), razão pela qual o mesmo deve ser eliminado do rol de processos apensos, devendo ali constar somente os 8 (oito) processos das

concorrentes.

32. Ademais, por ocasião do retorno dos autos a esta CONJUR/MC para parecer conclusivo, requer seja liberado o acesso aos respectivos “Checklist SLEDU” nos processos das interessadas para análise da documentação instrutória.

À consideração superior.

Brasília, 06 de junho de 2016.

MARIA SOCORRO BRAGA
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais-Substituta

[1] Ainda que se trate de matéria de ordem pública, ao decidir a respeito sem prévia comunicação das partes interessadas, estar-se-á invariavelmente produzindo surpresa, visto que decisão foi tomada sem que tenha ocorrido prévia comunicação e discussão sobre o tema. Diante da surpresa, pois, diz a doutrina que se trata de conduta que estaria a ferir o contraditório e a ampla defesa das partes. Nesse contexto, Daniel Neves (*in* **Manual de Direito Processual Civil**. 3.ed. São Paulo: Método, 2011, p. 66) ressalta a diferença entre decidir de ofício e decidir sem a oitiva das partes. Para tanto, enfatiza a importância de o juiz (no caso, a Administração Pública), mesmo ao se deparar com matéria de ordem pública a respeito da qual deva adotar alguma providência, proceder à oitiva das partes, de modo a lhes evitar surpresa e, conseqüentemente, observar o devido contraditório.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Socorro Braga, Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais, Substituta**, em 07/06/2016, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1173010** e o código CRC **C9257E73**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 25768/2016/SEI-MCTICReferência: **Processo nº 53000.046342/2012-84 e apensos/relacionados**Assunto: **Restituição de autos à Consultoria Jurídica.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **São José dos Campos/SP**, por meio do canal 240E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12/07/2012 e o Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, publicado no DOU em 13/07/2012.

ANÁLISE

2. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (SCE) encaminhou os presentes autos à Consultoria Jurídica (CONJUR) para **revisão final**, nos termos da NOTA TÉCNICA nº 1702/2016/SEI-MC (0946515), em 16/02/2016, opinando-se motivadamente pela adjudicação do objeto do certame.

3. A CONJUR retornou os autos em virtude do disposto no Parecer nº 443/2016/SEI-MC (1173010), de 07/06/2016. Neste se orientou, sobretudo, no sentido de que fossem *"novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC, ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa (contraditório como forma de evitar surpresa) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção"*.

4. Todas as entidades foram notificadas, modo que esgotado referido prazo, foram analisados os respectivos recursos, de acordo com as Notas Técnicas abaixo referenciadas, cujos resultados assim se apresentam:

- FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL - (Proc. nº 53000.041396/2012-53) – Nota Técnica nº 25145/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - (Proc. nº 53000.040516/2012-03) – Nota Técnica nº 25282/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - (Proc. nº 53000.039794/2012-18) – Nota Técnica nº 25447/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO RANCHARIENSE - (Proc. nº 53000.042879/2012-75) – Nota Técnica nº 25269/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado.
- Nesta fase, não se identificou nos autos qualquer manifestação das proponentes TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA (Proc. nº 53000.043747/2012-61), FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA (Proc. nº 53000.043359/2012-80), FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE (Proc. nº 53000.041537/2012-38), FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE (Proc. nº 53000.042956/2012-97).

5. Assim, no que concerne à definição da forma como prosseguirá este processo de seleção, esta atuação administrativa compete no momento ao Ministro de Estado, subsidiado pela apreciação da Consultoria Jurídica, dada a ciência de que esta Secretaria já se pronunciou conclusivamente sobre essa seleção - **em conformidade com as razões detalhadas na NOTA TÉCNICA nº 1702/2016/SEI-MC (0946515)**, bem como, nas Notas que apreciaram os pedidos de reconsideração apresentados na fase recursal propriamente dita e na presente fase -, faltando apenas atualizar os despachos já constantes da Nota Técnica nº 1702/2016, e acrescentar os despachos referentes aos novos recursos, em razão da mudança na pasta ministerial (despachos anexos).

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos para que sejam remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a quem compete avaliar juridicamente a regularidade das propostas apresentadas, bem como subsidiar o Ministro de Estado na tomada de decisão.

À consideração superior.

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/___/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto, **na fase recursal**, pela Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/___/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto, **na fase recursal**, pela Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/___/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto, **na fase recursal**, pela Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão. Ressalte-se que todo documento recursal apresentado pela proponente fora do prazo não foi conhecido, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/___/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto, **na fase recursal decorrente de orientação do PARECER CONJUR Nº 443/2016/SEI-MC**, pela Fundação Ranchariense, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/___/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto, **na fase recursal decorrente de orientação do PARECER CONJUR Nº 443/2016/SEI-MC**, pela Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/___/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto, **na fase recursal decorrente de orientação do PARECER CONJUR Nº 443/2016/SEI-MC**, pela Fundação João Paulo II, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/20__/_/___/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto, **na fase recursal decorrente de orientação do PARECER CONJUR Nº 443/2016/SEI-MC**, pela Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão. Ressalte-se que todo documento recursal apresentado pela proponente fora do prazo não foi conhecido, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____ / ____ / ____ / ____ /CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, bem como encaminhar os processos das entidades não vencedoras ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO (FASE PRÓPRIA RECURSAL)	RECURSO (FASE ESPECIAL DECORRENTE DE ORIENTAÇÃO DO PARECER CONJUR Nº 443/2016 /SEI-MC)	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	II	53000.040516/2012-03	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	Vencedora - 1º Lugar	33 pontos

FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA	II	53000.043359/2012-80	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Não apresentado.	Habilitada	2º Lugar	15 pontos
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041396/2012-53	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	3º Lugar	10 pontos
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.039794/2012-18	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	4º Lugar	05 pontos
TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA	II	53000.043747/2012-61	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO RANCHARIENSE	II	53000.042879/2012-75	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE	II	53000.041537/2012-38	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042956/2012-97	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 11/11/2016, às 16:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 11/11/2016, às 16:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 11/11/2016, às 16:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 11/11/2016, às 16:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 11/11/2016, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1398209** e o código CRC **29F784BF**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

NOTA n. 00022/2017/CONJUR-MCTIC/CGUAGH

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046342/2012-84

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão

ASSUNTO: Seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, São Paulo.

Senhor Coordenador-Geral,

A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 25768/2016, submeteu à apreciação desta Consultoria Jurídica processos referentes à seleção para obtenção de outorga para execução de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, São Paulo.

2. O processo já fora submetido ao crivo desta CONJUR em outras ocasiões, inclusive com a orientação de amulação e repetição de fase, culminando com a incursão de nova entidade (Fundação João Paulo II), cuja documentação havia equivocadamente se extraviado. De todo modo, verificando-se as datas dos protocolos apresentados, restou *a priori* acertada a conclusão da SERAD, em seu juízo de autotutela, ao promover a análise da documentação reputada tempestiva.

3. Ao final, após a observância do contraditório e da ampla defesa das entidades, vez que restou alterado o resultado antes divulgado, com a indicação da entidade João Paulo II como a vencedora do certame, os autos voltam a esta CONJUR para apuração conclusiva.

4. Não obstante, medida preliminar se faz imperiosa, a saber: em consulta aos processos das entidades julgadas habilitadas na seleção, não se deparou com o respectivo "check-list" da documentação apresentada, o que se constitui em medida instrutória de incumbência dessa nobre Secretaria.

5. Ademais, igualmente não se deparou com a decisão, devidamente motivada, de atribuição dos pontos às entidades habilitadas, para fim de se aplicar o critério de desempate (é que as Notas Técnicas emanadas nos processos das referidas entidades somente se limitaram a mencionar a pontuação sem, contudo, referir-se a dispositivo normativo e em que consistia cada pontuação).

6. As medidas acima se mostram imprescindíveis a fim de que se possa promover a análise conclusiva por parte desta Consultoria.

7. Nesse diapasão, sugiro, após a aprovação da presente manifestação, que o Apoio Administrativo desta CONJUR promova a junção de cópia de seu inteiro teor aos processos das entidades habilitadas (53000.040516/2012-03; 53000.043359/2012-80; 53000.041396/2012-53; e 53000.039794/2012-18), após o que se sugere a remessa (do principal e dos relacionados) à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

A consideração superior.

Brasília, 26 de janeiro de 2017

SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000046342201284 e da chave de acesso 828ca88d

Documento assinado eletronicamente por SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 20904939 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO. Data e Hora: 26-01-2017 14:28. Número de Série: 13687331. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA DF FONE: (61)
2027.6535/6196

DESPACHO n. 00183/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.046342/2012-84

INTERESSADO: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO (SERAD)

ASSUNTO: Seleção para a outorga de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo

1. Aprovo a manifestação consubstanciada na NOTA Nº 00022/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU da lavra da Advogada da União Dra. Socorro Janaina M. Leonardo.
2. Adote o Apoio Administrativo desta Coordenação Geral a providência alvitrada no sétimo parágrafo da peça ora aprovada, promovendo, após, a remessa dos autos à Secretaria de Radiodifusão, como proposto.

Brasília, 26 de janeiro de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Delegação de Competência atribuída pela Portaria nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000046342201284 e da chave de acesso 828ca88d

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 20936267 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 26/01/2017 17:48. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA INFORMATIVA Nº 212/2017/SEI-MCTICReferência: **Processo nº 53000.046342/2012-84 e apensos/relacionados**Assunto: **Diligência CONJUR. Informação sobre Checklists e Pontuação. Retificação numérica de tabela classificatória, sem mudança de resultado/classificação.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de Nota Informativa, para complementar/retificar a NOTA TÉCNICA Nº 1702/2016/SEI-MC e a NOTA TÉCNICA Nº 25768/2016/SEI-MCTIC, em virtude de diligência exarada na NOTA CONJUR 22/2017, de 26/01/2017, referentes ao processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **São José dos Campos/SP**, por meio do canal 240E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12/07/2012 e o Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, publicado no DOU em 13/07/2012.

ANÁLISE

2. Na **NOTA CONJUR 22/2017**, de 26/01/2017, foi observada a **inacessibilidade dos Checklists que detalharam a pontuação da análise inicial dos processos apensos, em virtude de falha no Sistema SEI**. Obtivemos então cópia de conteúdo dos Checklists e esses já restam disponibilizados nos processos apensos das respectivas proponentes:

- FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II 1646588
- FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA 1646790
- FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL 1646862
- FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA 1646902
- TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA (0432196; sem CHECKLIST, pois se trata de Sociedade Empresária Limitada)
- FUNDAÇÃO RANCHARIENSE 1646976
- FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE 1647036
- FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE 1647067

3. Restou também necessária uma nova verificação da análise das propostas das proponentes para elucidar a justificativa das pontuações na tabela classificatória. Nessa verificação, constatamos uma falha de análise. Identificamos que, por equívoco, a pontuação foi detalhada incorretamente no despacho final (apenas a numeração), mas a correção não afeta a classificação, nem o resultado do certame. Assim exposto, a classificação de pontos deve ser corrigida da seguinte forma:

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II = 30 PONTOS

CRITÉRIOS	PONTOS	PROONENTE
II - Proponente com sede ou filial no município onde o serviço será executado.	20	X
VI - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados.	5	X (196 alunos)
VII - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias .	5	X

FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA = 13 PONTOS

CRITÉRIOS	PONTOS	PROONENTE
-----------	--------	-----------

V - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados.	8	X (920 alunos)
VII - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias .	5	X

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL = 10 PONTOS

CRITÉRIOS	PONTOS	PROONENTE
IV - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com maior quantitativo de alunos matriculados.	10	X (1410 alunos)

FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA = 5 PONTOS

CRITÉRIOS	PONTOS	PROONENTE
VII - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias .	5	X

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja remetido o correspondente processo à Consultoria Jurídica, com despacho retificado e informações fornecidas (em virtude de diligência exarada na NOTA CONJUR 22/2017), para se complementar/retificar a NOTA TÉCNICA Nº 1702/2016/SEI-MC e a NOTA TÉCNICA Nº 25768/2016/SEI-MCTIC, que estão em análise pela CONJUR, para subsidiar o Ministro de Estado na tomada de decisão.

À consideração superior.

MINUTA DE DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº / / / /CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência

Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, bem como encaminhar os processos das entidades não vencedoras ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO (FASE PRÓPRIA RECURSAL)	RECURSO (FASE ESPECIAL DECORRENTE DE ORIENTAÇÃO DO PARECER CONJUR Nº 443/2016 /SEI-MC)	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	II	53000.040516/2012-03	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	Vencedora - 1º Lugar	30 pontos
FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA	II	53000.043359/2012-80	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Não apresentado.	Habilitada	2º Lugar	13 pontos
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041396/2012-53	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	3º Lugar	10 pontos
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.039794/2012-18	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	4º Lugar	05 pontos
TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA	II	53000.043747/2012-61	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO RANCHARIENSE	II	53000.042879/2012-75	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE	II	53000.041537/2012-38	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042956/2012-97	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 30/01/2017, às 10:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, **Analista Técnico Administrativo**, em 30/01/2017, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**, **Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 30/01/2017, às 13:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1647053** e o código CRC **60C54600**.

Minutas e Anexos

Referência: Processo nº 53000.046342/2012-84

SEI nº 1647053



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
PESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 04947/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGE

NUP: 53000.046342/2012-84

INTERESSADO: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO (SERAD)

ASSUNTO: Seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP. Aviso de Habilitação nº 04/2012

PROCESSOS RELACIONADOS: 53000.043747/2012-61; 53000.043359/2012-80; 53000.042879/2012-75; 53000.041537/2012-38; 53000.039794/2012-18; 53000.041396/2012-53; 53000.042956/2012-97; 53000.040516/2012-03

EMENTA:

I – Seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo.

II - Manifestações recursais apreciadas. Proposta de não provimento.

III - Pessoas jurídicas vencedoras: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II. Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, com o Decreto nº 52.795, de 1963, e com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. Opinião favorável pela viabilidade jurídica da homologação da seleção, desde que atendidas as diligências formuladas.

IV - Competência para outorga do Bando, Ministério de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º, da Lei nº 4.117, de 1962, e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

V - Encaminhamento dos autos ao apelo do Bando. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

1. A Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Comunicações da União, por intermédio da NOTIA INFORMATIVA Nº 212/2017/SEL-MCTIC (evento SBI 1647053), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública que tem como escopo a outorga da execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

I – RELATÓRIO

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 13/07/2012 (Aviso nº 4, de 2012), enumerando o rol dos documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls. 8 a 17 do volume do processo digitalizado nº 53000.046342/2012-84, evento SBI 0062224).

3. O feito in casu apresenta vários incidentes relevantes, impondo a necessidade de serem pormenorizados os fatos havidos no decorrer do procedimento seletivo, de modo a permitir a plena e exatidão compreensão das providências adotadas para a solução das ocorrências e seus respectivos fundamentos fático-jurídicos.

4. Com esse desiderato, principia-se o relato fático trazendo à colação a Nota Técnica nº 2089/2013/DEOC/SCE-MC, acostada as fls. 28 usque 30 dos autos do processo digitalizado, por conduto da qual o Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares – GTPU narra que sete entidades apresentaram proposta, sendo constatado que nenhuma delas lograra êxito na correta e completa instrução de suas propostas, sendo que uma delas, a Tropikal Produções S/C Ltda., referente ao Processo nº 53000.043747/2012), deveria ser eliminada imediatamente do certame por se tratar de Sociedade Empresária Limitada, pessoa jurídica não relacionada no art. 2º da Portaria nº 355, de 12 de junho de 2012, e às demais deveria ser concedido o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para complementação ou saneamento de falhas documentais.

5. Destarte, as proponentes Fundação Cultural e Educativa Buriti Alegre (Processo nº 53000041537/2012), Fundação Regional de Radiodifusão Educativa (Processo nº 53000.039794/2012), Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada (Processo nº 53000.043359/2012), Fundação Evangélica Trindade (Processo nº 53000.042956/2012), Fundação Ranchariense (Processo nº 53000042879/2012) e a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil (Processo nº 53000.041396/2012) deveriam promover a referida complementação documental, na forma indicada na citada Nota Técnica, tudo conforme consta das análises individuais consubstanciadas nas Notas Técnicas juntadas as fls. 31 usque 56 do volume do processo digitalizado, diligência esta objeto do Edital nº 96, de 25 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 30 de setembro de 2013, carreado à fl. 59 dos autos do volume do processo digitalizado.

6. Decorrido o lapso temporal concedido para o saneamento dos feitos e após a análise da Secretaria de Radiodifusão, nova designação da então Secretaria de Comunicação Eletrônica, realizada nos documentos apresentados pelas participantes, na forma das Notas Técnicas juntadas as fls. 64 usque 80 do volume do processo digitalizado, foi exarada a Nota Técnica nº 366/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 81 usque 83 do volume do processo digitaliza), que encerra as seguintes constatações e conclusão:

“(…)

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, o processo em referência, acompanhado de 7 (sete) processos apensados, relativos às propostas apresentadas, objetivando a outorga em questão, para conferência e verificação quanto ao resultado das análises das respectivas propostas.

3. Concluída a análise inicial das propostas supracitadas, constatou-se que nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas, sendo oportunizada a complementação da documentação às concorrentes, por meio do Edital de nº 96 - publicado em 30/09/2013, com prazo improrrogável de 30 dias da data de publicação do edital para entrega da documentação, conforme art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Esgotado o referido prazo, 1 (uma) entidade encaminhou documentos para complementação tempestivamente. Ressalte-se que cinco entidades (Fundação Ranchariense, Fundação Cultural e Educativa Buriti Alegre, Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, Fundação Cultural de Radiodifusão Educ. Costa Dourada e a Fundação Evangélica Trindade) não encaminharam a documentação solicitada”.

7. Assim expostos os fatos, o Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações formulou o seguinte resultado da seleção:

I – Fundação Onda Verde de Radiodifusão BrasilHabilitada – 13 (treze) pontos – Vencedora

II – Fundação RancharienseInabilitada – Indeferida

III – Fundação Cultural e Educativa Buriti AlegreInabilitada – Indeferida

IV – Fundação Regional de Radiodifusão EducativaInabilitada – Indeferida

V – Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa DouradaInabilitada – Indeferida

VI – Fundação Evangélica Trindade3Inabilitada – Indeferida

8. Apresentado, destarte, o resultado da análise procedida, o citado Grupo de Trabalho finalizou sua manifestação, concluindo:

“5. Diante do exposto, opinamos:

a) seja declarada vencedora da presente seleção pública a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil;

b) pela inabilitação das demais propostas apresentadas;

c) pela comunicação do resultado final obtido nesta seleção pública a todas as participantes, concedendo-lhes prazo para que, se for o caso, apresentem recurso, conforme dispõe o artigo

10, da Portaria nº 355/2012;

d) expirado o prazo recursal concedido, seja dado prosseguimento ao feito, na forma legal correspondente”.

9. Adveio, então, o Edital nº 12, de 15 de janeiro de 2014, publicado no D.O.U. de 21/01/2014, tornando público o resultado da seleção, nos exatos termos explicitados na Nota Técnica suso transcrita, sendo aberto o prazo de trinta dias para interposição de eventuais recursos.

10. Na ordem cronológica dos atos e fatos constantes deste feito, tem-se a juntada de cópia do Parecer nº 824/2014/SJL/DDRA/CONJUR-MC/CGU/AGU (evento SEI 0116838), que teve como escopo o oferecimento de opinião sobre irregularidades e inconsistências detectadas na seleção para outorga de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, Estado do Ceará, disciplinado, também, pelo Aviso de Habilitação nº 4/2012, dele sendo extraído o seguinte excerto, que, decerto, motivou o seu carreamento aos autos, como fato emprestado, para subsidiar decisão da Administração:

“23. Superada a princípio a questão da norma a ser aplicada ao caso, merece ser abordado o seguinte ponto: diferentemente da Portaria nº 420, a atual nº 355 prevê que as entidades serão notificadas do resultado por meio de edital, publicado em DOU (a norma anterior previa a notificação via ofício, com Aviso de Recebimento).

24. Ocorre, porém, que a notificação proposta nos autos, para fins de complementação da documentação (anexo do Edital 95), induz a erro o administrado, visto que não especifica exatamente a que anexo de portaria se refere a documentação irregular/ausente.

25. Além do mais, não restaram razoavelmente esclarecidas as irregularidades então identificadas pela SCE na documentação da entidade, de modo que não presente a motivação do ato (exposição dos motivos) e, conseqüentemente, afrontado o direito efetivo à ampla defesa das entidades.

26. Registre-se: a notificação por intermédio de edital é perfeitamente válida; porém, tanto por meio de ofício, quanto via publicação em DOU, há que se especificarem exatamente os motivos que ensejaram a decisão adotada no ato administrativo - o que não se sucedeu de forma razoável no caso, prejudicando interesse das entidades participantes da seleção.

27. Uma vez que o vício acima apontado encontra-se no primeiro edital publicado (mais precisamente, no edital 95, para fins de complementação), além de terem sido identificadas análises equivocadas, com exigência inapropriada de documentos não dispostos no Edital original de convocação (registre-se que a aplicação da Portaria nº 355 é tão-somente para o procedimento, seja de complementação, seja do meio de notificação - DOU - ou ainda do momento recursal, mas não quanto à documentação em si a ser apresentada, a qual deve seguir a disposta no Edital original, regra esta de cunho substancial), opina-se favoravelmente a que seja ANULADO todo o procedimento (a partir do edital de complementação, inclusive), devendo ser republicado Edital a convocar as entidades participantes, para fins de complementação de sua documentação, a partir da análise inicial, isto é, que sejam complementados os documentos então ausentes/irregulares de acordo com a aqueles apresentados na proposta original.

28. Para tanto, que sejam explicitadas exatamente as irregularidades/omissões referentes a cada item (motivação), isto é, o que ensejou o não êxito da proposta da entidade”.

11. Após o acostamento do sobredito Parecer Jurídico, a Secretaria de Radiodifusão retornou aos autos, na fase recursal, exarando a Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (evento SEI nº 0063674), apontando irregularidades e inconsistências em providências administrativas antes adotadas, encerrando, em providência saneadora, proposição de anulação de fase procedimental do certame, aduzindo para tanto, ab initio, a seguinte motivação:

“2. Considera-se o Edital de comunicação do resultado das análises de complementação relativas às propostas apresentadas (Edital nº 12, de 15 de janeiro de 2014, publicado em 21 de janeiro de 2014), objeto dos processos a este apensados, no qual foram comunicados os resultados das respectivas análises de complementação instrutória e divulgado o quadro classificatório às proponentes, concedendo-lhes o devido prazo recursal (fls. 44/58).

3. Esgotado referido prazo, vieram os presentes autos à análise desse Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, tendo sido constatada a apresentação intempestiva de recursos pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA (53000.039794/2012-18), bem como pela FUNDAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA (53000.043359/2012-80). Como a norma que rege esse Aviso

não permite que documentação fora do prazo seja verificada, os referidos pedidos de reconsideração não foram, portanto, conhecidos.

4. No entanto, cabe observar que, dentre as 7 (sete) propostas apresentadas, uma não foi abarcada em nenhuma tabela de classificação de resultados – a TROPICAL PRODUÇÃO S/C LTDA. (53000.043747/2012-61) - tendo em vista o disposto na NT nº 2096/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC, de 23 de setembro de 2013 (fl.36), na qual foi explicitado que a proponente não preenche os requisitos legais e normativos que regem esta outorga, pois se trata de Sociedade Empresarial Limitada, ou seja, pessoa jurídica não relacionada no artigo 2º da Portaria nº 355/2012, o que impede a participação da interessada neste processo de seleção. Na ocasião, concluiu-se pela inabilitação da proposta em apreço, opinando-se no sentido de que tal proponente fosse informada da decisão ora proferida, quando da comunicação do resultado final do certame, concedendo-lhe prazo recursal. Contudo, o prazo recursal teve encerramento e não foi identificada nos autos qualquer notificação da TROPICAL PRODUÇÃO S/C LTDA, ou seja, não foram oportunizados ampla defesa e contraditório a tal proponente.

5. Importa informar, ainda, que a Nota Técnica nº 368/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, que inabilitou a FUNDAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO DIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA devido à não-apresentação dos documentos complementares à proposta (após Edital nº 96/2013, de 30 de setembro de 2013), é datada de 4 de dezembro de 2013 (fl. 127). No entanto, os documentos complementares (protocolados sob nº 53000.075335/2013) são datados de 29 de outubro de 2013, mas foram anexados aos autos apenas em 15/04/2014 (fls. 137/159), sendo eles, portanto, tempestivos. Assim sendo, a Nota de resultado final (Nota nº 366/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, de 4 de dezembro de 2013) e o Edital (Edital nº 12, de 15 de janeiro de 2014, publicado em 21 de janeiro de 2014) que explicitaram o resultado final das propostas padecem de erro”.

12. Oferecidas as razões ensejadoras da necessidade de saneamento do feito, em face de constatada inconsistência de determinados atos praticados, conclui a Secretaria de Radiodifusão sua manifestação, com a seguinte proposição:

“6. Além das irregularidades observadas nestes autos, importa destacar que, nos termos do exposto no Parecer nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, com data de 16/07/2014, da Consultoria Jurídica deste Ministério, proferido em processo análogo (Acopiara/CE), devido às questões referentes à aplicação da Portaria nº 420/2011 ou da Portaria nº 355/2012, entende-se que na presente seleção (São José dos Campos/SP) se faz igualmente necessária a anulação de todo o feito. Conforme restou elucidado no Parecer, esta revisão será promovida de modo a se retornar à fase de complementação de documentos, devendo ser republicado Edital para convocar as entidades participantes a complementarem suas propostas, retornando-se à fase de análise inicial, isto é, que sejam complementados os documentos então ausentes/irregulares, de acordo com aqueles apresentados na proposta original, para posterior reanálise de todos os processos sob as orientações contidas no Parecer.

7. Ressalte-se que, após nova análise inicial a ser realizada, o Edital de complementação a ser publicado deverá conter:

- exata explicitação das irregularidades/omissões que ensejaram o não êxito da proposta da entidade, isto é, específica motivação de cada item que ensejou o não êxito da proposta da entidade;
- expressa menção ao Parecer da CONJUR;
- destacar que só serão conhecidos recursos apresentados na fase própria, qual seja, após o Edital de resultado final (segundo o Item 17 do Parecer, "da decisão final do processo seletivo, caberá um único recurso administrativo");
- texto anulatório dos Editais anteriores e de todo o procedimento anterior à manifestação da Consultoria”.

13. Tecidas as considerações e proposições suso reproduzidas, o Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União conclui sua manifestação opinando pela remessa dos autos “ao analista responsável para as verificações acima tratadas, com elaboração de notas para as concorrentes, nota do processo principal e o supracitado Edital”.

14. Pelo que se depreende da instrução dos autos principais, não houve a publicação de Edital declarando a anulação de fase do certame, como recomendado na indigitada Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC, dessumindo-se que houve apenas a reanálise documental, tendo a Área Técnica responsável adotado para tanto as exigências editalícias

fulcradas na Portaria nº 420/2011, afastando, nesse especialíssimo aspecto, a incidência da Portaria nº 355/2012, reanálise esta cujo resultado teve concretude na Nota Técnica nº 6722/2015/SEI-MC, com a seguinte teor:

“2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, o processo em referência, acompanhado de 08 (oito) processos a ele apensados, relativo à proposta apresentada por entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão, para conferência e verificação quanto ao resultado das análises das respectivas propostas.

3. Concluída a análise das propostas apresentadas, conforme demonstram as NOTAS TÉCNICAS Nº 6315/2015/SEI-MC, Nº 6344/2015/SEI-MC, Nº 6684/2015/SEI-MC, Nº 6645/2015/SEI-MC, Nº 6632/2015/SEI-MC, Nº 6500/2015/SEI-MC, Nº 6490/2015/SEI-MC e Nº 6473/2015/SEI-MC constatou-se que algumas das participantes lograram êxito na correta e completa instrução de suas propostas, conforme o seguinte resultado:”.

15. Neste ponto, observe-se para logo o surgimento da proposta da Fundação João Paulo II, que, muito embora não houvesse constado das análises anteriores, fora, naquela fase procedimental, incluída no exame, não tendo a Área Técnica oferecido naquela assentada as informações e esclarecimentos que se faziam necessários para a justificação daquela inclusão aparentemente tardia.

16. De toda sorte, consta da indigitada Nota Técnica a proclamação do seguinte resultado da seleção:

- I – Fundação João Paulo II Processo nº 53000.040516/2012-03 – habilitada – Vencedora – 1º Lugar
- II – Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada Processo nº 53000.043359/2012-80 – Habilitada – 2º Lugar
- III – Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil Processo nº 53000.041396/2012-53 – Habilitada – 3º Lugar
- IV – Fundação Regional de radiodifusão Educativa Processo nº 53000.039794/2012-18 – Habilitada – 4º Lugar
- V – Tropikal Produções S/C L Processo nº 53000.043747/2012-61 – Inabilitada – Indeferimento
- VI – Fundação Ranchariense Processo nº 53000.042879/2012-75 – Inabilitada – Indeferimento
- VII – Fundação Cultural e Educativa Buriti Alegre Processo nº 53000.041537/2012-38 – Inabilitada – Indeferimento
- VIII – Fundação Evangélica Trindade Processo nº 53000.042956/2012-97 – Inabilitada – Indeferimento.

17. Posto isso, concluiu o Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações a sua manifestação consubstanciada na Nota Técnica nº 6722/2015/SEI-MC, aduzido:

“4. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel, verificamos que a entidade possui outorgas em outras localidades, porém nenhuma na modalidade Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (0434613).

5. Diante do exposto, nos termos dos itens acima, opinamos:

- a. seja declarada vencedora do presente processo de seleção a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II.
- b. pela comunicação do resultado final obtido nesta seleção pública a todas as participantes, concedendo-lhes prazo para que, se for o caso, apresentem recurso, conforme dispõe o artigo 10, da Portaria nº 355/2012;
- c. expirado o prazo recursal concedido, seja dado prosseguimento ao feito, na forma legal correspondente”.

18. Em face do que restou concluído e proposto na suso citada Nota Técnica, sobreveio a edição do Edital nº 26/2015, de 13 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 subsequente (evento SEI 0462582), com as seguintes disposições:

“Art. 1º Tornar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

Art. 2º Anular o edital nº 12, de 15 de janeiro de 2014, conforme Parecer Jurídico nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJU/MC/CGU/AGU, bem como todos os procedimentos anteriores à manifestação da Consultoria”.

19. Destarte, consoante consta do Anexo do Edital sub exame, a Secretaria de Radiodifusão proclamou o seguinte resultado da seleção:

- I – Fundação João Paulo II – Habilitada – Vencedora – 1º Lugar – 33 Pontos;
- II – Fundação de Radiodifusão Educativa Costa Dourada – Habilitada – 2º Lugar – 15 Pontos;
- II – Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil – Habilitada – 3º Lugar – 10 Pontos;
- IV - Fundação Regional de Radiodifusão Educativa – Habilitada – 4º Lugar – 05 Pontos;
- V - Tropical Produções S/C Ltda. – Inabilitada - Indeferimento;
- VI - Fundação Ranchariense – Inabilitada – Indeferimento;
- VII – Fundação Cultural e Educativa Buriti Alegre – Inabilitada – Indeferimento;
- VIII – Fundação Evangélica Trindade – Inabilitada – Indeferimento.

20. Decorrido o prazo recursal e examinadas as peças de irresignação interpostas, a Secretaria de Radiodifusão retornou ao feito principal exarando a Nota Técnica nº 14286/2015/SE-MC (evento SEI 0588404), por conduto da qual apresentou a seguinte manifestação conclusiva:

“3. Esgotado referido prazo, conforme determina o §1º do art. 10 da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, foram analisados os respectivos pedidos de reconsideração, de acordo com as Notas Técnicas abaixo referenciadas, cujos resultados assim se apresentam:

- FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL - (Proc. nº 53000.041396/2012-53) – Nota Técnica n.º 14283/2015/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA - (Proc. nº 53000.043359/2012-80) – Nota Técnica n.º 14242/2015/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - (Proc. nº 53000.039794/2012-18) – Nota Técnica n.º 14259/2015/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- 4. Não apresentaram pedidos de reconsideração contra as decisões de indeferimento relativas às propostas apresentadas, após a devida comunicação às interessadas, mantendo-se, portanto, inabilitadas as proponentes:
- TROPICAL PRODUÇÕES S/C LTDA - (Proc. nº 53000.043747/2012-61)
- FUNDAÇÃO RANCHARIENSE - (Proc. nº 53000.042879/2012-75)
- FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE - (Proc. nº 53000.041537/2012-38)
- FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE - (Proc. nº 53000.042956/2012-97)”.

21. Dos recursos interpostos, como assinalado pela Área Técnica, não decorreu alteração do resultado da seleção apresentado no Edital nº 26/2015, restando assentado na Nota Técnica acima citada a infra reproduzida conclusão:

“8. Diante do exposto, nos termos do item 5, opinamos:

- a. seja declarada vencedora do presente processo de seleção a Fundação João Paulo II, homologando-se este procedimento de seleção, e adjudicando à vencedora o seu objeto;
- b. sejam remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal: do procedimento de seleção em questão; do processo relativo à correspondente proposta; e da minuta do Despacho de homologação, elaborada com vistas à celeridade processual;
- c. sejam os autos posteriormente devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consecutórias”.

22. Por intermédio do Despacho Interno do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (evento SEI 0812124) os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica que, via da Cota nº 725/2015/CONJUR/CGAJ (evento SEI 0867252), receberam pronta restituição à origem, tendo presente fato prejudicial à análise jurídica apresentado na COTA nº 724/2015/CONJUR-MCTIC.

23. A restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão possibilitou que a Área Técnica chamasse o feito à ordem, nos termos da elucidativa Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (evento SEI 0646515), que, restabelecendo a realidade fática do procedimento seletivo, traz o seguinte resumo das ocorrências e incidentes verificados e, até então, não elucidados de forma clara e precisa, dando-se ênfase à anulação de fase procedimental ocorrida e, principalmente, à

inclusão da proposta da Fundação João Paulo II, verbo ad verbum:

“(…)

7. No entanto, antes da declaração de resultado propriamente, em razão da complexidade desses autos, faz-se relevante registrar o ocorrido no decurso do procedimento. Para melhor compreensão do procedimento até então, cumpre narrar que este processo de seleção já restou anulado uma vez (devido aos fatores explicitados na NOTA TÉCNICA nº 5849/2014/SEI-MC, de 30/03/2015; e com base em Parecer Jurídico proferido em processo análogo - Parecer Jurídico nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 16/07/2014 -, com cópia anexada/protocolada nos presentes autos em 03/09/2014). Isso implicou desconsiderar todos os atos anteriores a tal determinação, retornando-se à fase inicial das propostas participantes. O certame recomeçou do zero. Foi feita a análise instrutória e como houve proposta vencedora, abriu-se prazo para recurso com a publicação do EDITAL nº 26/2014/SEI-MC, publicado em 15/04/2015. (n.g.).

8. Cumpre destacar que, conforme previsto no §4º do art. 8º da Portaria nº 355/2012, só se oportuniza a apresentação de documentos complementares, quando nenhuma proponente logra êxito no procedimento de análise instrutória. Nesse certame não houve fase de complementação, pois quatro entidades restaram habilitadas na divulgação de resultado da primeira análise documental. (n.g.).

9. Observou-se, então, em sede recursal, o questionamento das peticionantes quanto a existência de uma nova concorrente no certame, pois, nos atos anteriores à anulação do procedimento, constavam dos resultados divulgados apenas sete propostas. A partir do novo procedimento, da nova análise instrutória, passa a ser mostrado um quadro de resultados com oito propostas (devido ao acréscimo da participante Fundação João Paulo II). (n.g.).

10. No que concerne à participação da Fundação João Paulo II nesse processo de seleção, esclarece-se que, neste Ministério, já ocorreram situações de um protocolo ser anexado em processo de matéria diversa à pretendida, por erro dos setores que administram os protocolos. Pesquisando no CPROD, foi possível constatar que tal falha ocorreu com o processo da Fundação João Paulo II. Conforme se pode observar no documento 0588317, o Processo da referida Fundação (53000.040516/2012-03) estava desde 24/02/2014, equivocadamente, apensado a outro processo (53000.060202/2009-13), que trata de inclusão de canal, não obstante o conteúdo do requerimento dela fizesse devida menção a este Aviso. O processo físico foi arquivado em 24/11/2014, data em que foi digitalizado no SEI e, somente neste momento, foi relacionado ao processo principal desse certame de São José dos Campos/SP (Processo nº 53000.046342/2012-84). (n.g.).

11. Nenhum documento anterior à data de 24/11/2014 fez menção ao pedido da Fundação João Paulo II, porque não se sabia da existência do referido protocolo. O último ato nos autos antes da anulação do procedimento é de 21/01/2014 (Edital nº 12), data anterior a 24/11/2014. A NOTA TÉCNICA Nº 5849/2014/SEI-MC, finalizada pela analista em 03/09/2014, também não tratou da existência da proposta da Fundação João Paulo II, porque ela sequer havia sido digitalizada no SEI naquele momento e dela não se tinha ciência. O conhecimento dessa proposta se deu no momento da análise instrutória posterior à anulação dos autos, em 30/03/2015. Caso não tivesse ocorrido a anulação desse processo de seleção em 30/03/2015, ele teria sido de fato ilegal, pois a chance de concorrer não tinha sido oportunizada à Fundação João Paulo II, pois sua proposta estava anexada em processo equivocado. Entende-se, portanto, que o procedimento posterior à anulação, com nova análise instrutória realizada em 2015, cumpriu os ditames da norma que rege o procedimento, pois concedeu a todas as interessadas a oportunidade de terem suas propostas verificadas”.

24. Oferecidas, destarte, as justificações e explicitações que se faziam necessárias para a plena compreensão da motivação dos atos da Administração, levados a efeito no certame, ensejadores das várias irrisignações apresentadas, conforme narrado, a Secretaria de Radiodifusão, na mesma assentada, apresenta questões outras a serem para logo resolvidas:

“12. Contudo, no momento de produção desta NT em comento (NOTA TÉCNICA Nº 27372/2015/SEI-MC), em nova visualização dos autos antes do envio à Consultoria Jurídica, algumas falhas foram constatadas, quais sejam:

I - Quando se teve que realizar a nova análise instrutória posterior à anulação do procedimento, só se poderia considerar os documentos protocolados por cada entidade até a data de 13/09/2012

(data de vencimento do prazo para postagem das propostas). **Isso não se operou, todavia, no processo da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, nem da Fundação Regional de Radiodifusão Educativa.** O analista se equivocou ao considerar na listagem documental o Estatuto e a Grade Horária da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, pois seus protocolos datam de 29/10/2013. Equivocou-se também ao considerar na listagem às certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e as declarações exigidas dos dirigentes da Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, pois a postagem destes data de 26/02/2014. (n.g.).

II - Observando-se o texto do art. 2º do EDITAL nº 26/2014/SEI-MC (publicado em 15/04/2015), entende-se que sua redação restou confusa. Assim foi redigido: "Anular o edital nº 12, de 15 de janeiro de 2014, conforme Parecer Jurídico nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, bem como todos os procedimentos anteriores à manifestação da Consultoria". **O mencionado Parecer, entretanto, não pertence ao Processo de Seleção de São José dos Campos/SP, mas do Processo de Seleção de Acopiara/CE, tendo seu conteúdo sido utilizado de forma análoga no presente certame".**

25. Parametrizadas, deste modo, as inconsistências que devem ser objeto de preliminar enfrentamento e afastamento, a Área Técnica apresenta a seguinte proposta de solução, cujo cunho modulador se faz indispensável para a manutenção da higidez do procedimento seletivo, mormente em face da alegada ausência de prejuízo ao resultado final do procedimento, como se encontra proclamado:

"13. Desse modo, dada a problemática criada, haverá que ser tratada aqui uma solução para as situações constatadas. Um remédio possível para afastar quaisquer celeumas (especialmente por se tratar de um processo de instrução complexo) seria uma nova anulação do certame. No entanto, vislumbra-se outra possibilidade de saneamento:

I - Quanto à análise instrutória da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil e da Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, ao se ter considerado documentos dos quais não se poderia ter conhecimento, a falha não-intencional do analista gerou, em verdade, resultados benéficos a ambas as entidades e, mesmo assim, estas não foram vitoriosas no certame. Ainda que fossem corrigidas as referidas análises e oportunizado novo prazo recursal, não ocorreria alteração relevante no resultado final, pois **a vitória do certame permaneceria com a Fundação João Paulo II** (apenas se promoveria mudança de posicionamento das referidas proponentes na tabela classificatória).

II - Quanto ao teor do Edital, como a Consultoria, em diversos outros processos, já se manifestou favoravelmente à interpretação teleológica, entende-se que o intuito textual do Edital impede sua invalidação. A decisão de se ter anulado o Edital nº 12, teve, de fato, o conteúdo do Parecer Jurídico nº 824/2014 como fundamento, ainda que este tratasse de processo de seleção distinto, pois dele constam orientações de forma geral de como proceder na anulação de um procedimento. Ademais, a parte sobre a "anulação de todos os procedimentos anteriores à manifestação da Consultoria", ainda que redigida imperfeitamente, refere-se, em termos de marco temporal, à data de anexação do referido Parecer (manifestação da Consultoria) no processo de São José dos Campos/SP. O Parecer corresponde, na árvore processual do SEI, ao documento imediatamente anterior à NOTA TÉCNICA nº 5849/2014 (que decidiu pela anulação do procedimento). O último ato nos autos antes da anulação do procedimento é de 21/01/2014 (Edital nº 12) e o Parecer foi anexado neste processo em 03/09/2014. Isto posto, todo ato deste processo que é anterior a este Parecer11anexado, e deveria ser considerado anulado, foi de fato considerado anulado com o dispositivo do **art. 2º do EDITAL nº 26/2014, que cumpriu sua função finalística".**

26. Com essas ponderações e proposições, encerra a Secretaria de Radiodifusão a sua manifestação, exarando:

"14. Assim exposto, opina-se no sentido de que a Fundação João Paulo II, pessoa jurídica de direito privado, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão. Caso a CONJUR entenda por posicionamento diverso ao argumentado nesta NT, retornem-se os autos a esta Secretaria para que sejam adotadas outras medidas devidamente orientadas por aquele Órgão Consultivo.

15. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel, verificamos que a entidade possui outorga em de outros serviços em diversas localidades (

0434551), mas de FME apenas em Cachoeira Paulista/SP (0896549), e não aparece na planilha de controle de avisos de habilitação como vencedora em outra localidade”.

27. Sequencialmente, os autos foram objeto da análise e opinamento jurídico deste órgão de execução da Advocacia-Geral da União, consubstanciados no Parecer nº 443/2016/SEI-MC (evento SEI 1174993), cujo exame das questões e soluções postas pela Secretaria de Radiodifusão ensejou o seguinte delineamento fático:

“7. Finda a fase complementar, a SCE, conforme **EDITAL Nº 12/2014**, publicado no DOU de 21/01/2014 (fls. 55/56, proc. nº 53000.046342/2012-84, doc. 0062224), opinou pela habilitação somente da FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, declarando-a vencedora do certame, tendo, na mesma oportunidade, cientificado as participantes, concedendo-lhes oportunidade para interposição de eventual recurso, em consonância com a ampla defesa, no prazo de trinta dias da publicação referida.

8. Em prosseguimento, sobreveio a Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), a qual, apesar de consignar a tempestividade dos recursos apresentados pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA e FUNDAÇÃO COSTA DOURADA, procedeu à anulação do procedimento à luz de entendimento anterior manifestado por esta CONJUR/MC em processo correlato, senão vejamos:

“(…) importa destacar que, nos termos do exposto no Parecer nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, com data de 16/07/2014, da Consultoria Jurídica deste Ministério, proferido em processo análogo (Acopiara/CE), devido às questões referentes à aplicação da Portaria nº 420/2011 ou da Portaria nº 355/2012, entende-se que na presente seleção (São José dos Campos/SP) se faz igualmente necessária a anulação de todo o feito. Conforme restou elucidado no Parecer, esta revisão será promovida de modo a se retornar à fase de complementação de documentos, devendo ser republicado Edital para convocar as entidades participantes a complementarem suas propostas, retornando-se à fase de análise inicial, isto é, que sejam complementados os documentos então ausentes/irregulares, de acordo com aqueles apresentados na proposta original, para posterior reanálise de todos os processos sob as orientações contidas no Parecer (...)”

9. Sendo assim, de acordo com a aludida manifestação da SCE baseada em entendimento desta CONJUR, o procedimento deveria ser anulado até a fase de complementação de documentos, de modo a ser republicado Edital de modo a reconvocar as entidades participantes a complementarem suas propostas.

10. No entanto, ao se analisar o processo piloto, verifica-se que tal republicação do edital de complementação das propostas não ocorreu. O que se operou na prática foi uma nova análise dos documentos que as entidades participantes já haviam colacionado aos autos da seleção, juntamente com a análise da documentação de uma oitava entidade, FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II (Processo nº 040516/2012-03), que até então não havia figurado como concorrente do certame. Tal entidade, inclusive, foi considerada habilitada e vencedora da seleção, conforme Nota Técnica 6722/2015/SEI-MC (doc. 0440920), tendo a FUNDAÇÃO COSTA DOURADA, a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL e a FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA sido igualmente habilitadas e classificadas em 2º, 3º e 4º lugar respectivamente.

11. Destarte, sobreveio o Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, que tornou público o resultado supra, sagrando vencedora a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II e, na mesma oportunidade, anulando o anterior EDITAL Nº 12/2014, que havia considerado vencedora a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.

12. Ressalte-se que a análise dos documentos das 8 (oito) entidades a que alude o item 10 supra foi realizada conforme os respectivos “Checklist SLEDU” nos processos das interessadas, tendo sido ratificadas pelas NOTAS TÉCNICAS Nº 6315/2015/SEI-MC (TROPICAL PRODUÇÕES S/C LTDA), Nº 6344/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA), Nº 6684/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO RANCHARIENSE), Nº 6645/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE), Nº 6632/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA), Nº 6500/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL), Nº 6490/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE) e Nº 6473/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II).

13. Pois bem. Contra o novo resultado final da seleção, veiculado através do referido Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, apresentaram recursos as três entidades habilitadas e

classificadas em 2º, 3º e 4º lugar, respectivamente, a saber: FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA, FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL e a FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, conforme processos apensos nº 53000.043359/2012-80, 53000.041396/2012-53 e 53000.039794/2012-18.

14. As Notas Técnicas nº 14242/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA), nº 14283/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL) e nº 14259/2015/SEI-MC (FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA) conheceram dos recursos apresentados pelas entidades, porém negaram provimento aos mesmos.

15. Após, os autos foram encaminhados a esta CONJUR/MC para parecer conclusivo, através da Nota Técnica nº 14286/2015/SEI-MC (doc. 0588404) no processo piloto.

16. Ao analisar o processo piloto e apensos, esta CONJUR/MC elaborou a Cota 724/2015/CONJUR/CGAJ especificamente quanto ao pedido de reconsideração da FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, questionando o seguinte, in verbis:

“(…) 3. Inicialmente, esclareço que no feito digitalizado (SEI) encontram-se diversos procedimentos anexos, alguns com conteúdos idênticos aos outros, o que provoca impossibilidade de compreensão daquilo que deduzido e qual a insurgência válida, havendo inclusive denúncia de “falha” no sistema conforme consta da nota.

4. Aliás, tal situação levou a uma contradição na nota em apreço, pois no item 5 fala na tempestividade do pedido de reconsideração e em subitem do próprio item 5 dá conta de “dúvidas quanto à tempestividade do recurso”, o que também deve ser sanado, ou seja, o pedido é ou não tempestivo.

5. No mais, dentro dos vários procedimentos anexos em duplicidade e ao que parece ser o recurso interposto, houve alegação de matéria que não fora objeto de análise na nota técnica, em especial aquilo que contido no item “b” (pontuação indevida acerca de filial), “c” (excesso de outorgas), “d” (sobreposição em conjunto com o item “c” retro), “f” (pontuação por comprovação sede e pontuação referente), “h” (irregularidade formal na cadeia de assinaturas).

6. Desta forma, submete-se à esta Secretaria para os esclarecimentos apontados nos itens acima (...)

”17. Em resposta, esclareceu a SCE, por meio da Nota Técnica nº 1706/2016/SEI-MC, em síntese, que o único documento, dentre os inúmeros apresentados pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, considerado como manifestação recursal foi o de Protocolo nº 53900.024713/2015-76, uma vez que fora apresentado tempestivamente em 15/05/2015, sendo o conteúdo deste que de fato fora analisado pela aludida Nota Técnica nº 14259/2015/SEI-MC”.

28. Relatados os fatos até então havidos, essências para o deslinde da demanda, a autorado Parecer sub exame passa a delimitar a quaestio iuris a ser enfrentada, principiando sua abordagem com a inclusão da proposta da Fundação João Paulo II na seleção, ao que alude:

“18. Após tal esclarecimento, a SCE encaminhou novamente os autos (processo piloto e apensos) para manifestação conclusiva desta CONJUR/MC por meio da Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) no processo piloto, aproveitando para aclarar, na oportunidade, a questão da participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, questionamento esse que fora levantado pelas entidades que apresentaram recursos contra a decisão veiculada por meio do aludido Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015.

19. Em síntese, informou a SCE que não se sabia da existência do requerimento da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II (Processo nº 53000.040516/2012-03) antes da referida Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674) – a qual determinou a anulação do procedimento e republicação do edital de complementação – o setor de protocolo desta Pasta, que anexou, equivocadamente, o requerimento da entidade a um outro processo que tratava de matéria diversa.

20. Esclareceu, ainda, que a análise instrutória da proposta da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II se deu em momento posterior à anulação do procedimento determinada pela Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), e resultou na habilitação da entidade, razão pela qual não se procedeu à republicação do edital de complementação documental conforme as diretrizes da Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), eis que, conforme previsto no §4º do art. 8º da Portaria nº 355/2012, só se oportuniza a apresentação de documentos complementares quando nenhuma proponente logra êxito no procedimento de análise instrutória, o que não era mais o caso dos autos.

21. Em virtude disso, concluiu a Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) que, caso não tivesse ocorrido a anulação consignada na Nota Técnica nº 5849/2014/SEI-MC (doc. 0063674), o presente procedimento teria sido irregular, pois a chance de concorrer não teria sido oportunizada à Fundação João Paulo II, pois sua proposta estava anexada em processo equivocado”.

29. Por outra vertente, circunscreve a parecerista questão abordada pela Área Técnica, também pendente de solução jurídica adequada, descrevendo:

“22. A mesma Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515), ainda levantou outras duas questões relevantes: a) o equívoco na análise das propostas da FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL e FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, o qual gerou resultados benéficos às entidades e não implicaria em alteração relevante no resultado final; b) a redação confusa do multicitado Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, que poderia gerar dúvida ao administrado, ressaltando-se a possibilidade de se adotar uma interpretação teleológica para se evitar a sua invalidação.

23. Em face da complexa instrução, a Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) aventou a possibilidade de nova anulação do certame. No entanto, entendeu que as incorreções elencadas são passíveis de saneamento, opinando, ao final, pela homologação do certame e pela vitória da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, remetendo os autos a esta CONJUR/MC para parecer conclusivo”.

30. Sobre o especialíssimo aspecto da proposição de preservação da seleção, a Consultoria Jurídica encerra, peremptoriamente, o seguinte entendimento no Parecer nº 443/2016/SEI-MC in comento:

“24. Diante de tal cenário, esta CONJUR/MC considera que não se está diante da hipótese de anulação do procedimento de seleção em apreço, mas entende que o processo ainda não se encontra apto à apreciação conclusiva deste órgão. (...)”

31. Inobstante entender, pelas razões apresentadas pela Administração, que os fatos apontados não tinham o condão de impor a anulação do certame, a Consultoria Jurídica, de outro giro, também constatou que o feito ainda carecia de diligências necessária para o seu prosseguimento, recomendando:

“25. Inobstante o Edital nº 26/2015/SEI-MC, de 13/04/2015, ter promovido às entidades o direito de se insurgir contra o resultado final da seleção, não havia nos autos, até aquele momento, qualquer justificativa quanto à inclusão tardia da proposta da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II dentre as concorrentes.

26. Em virtude disso, conforme já salientado, as entidades apresentaram recursos questionando a participação da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, vencedora da seleção, tendo a SCE esclarecido tais motivos apenas em sua mais recente manifestação, Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515).

27. Verifica-se, portanto, que, acerca especificamente dos motivos assinalados pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515) sobre a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, ainda não foi concedida a oportunidade às entidades de se pronunciarem. Tampouco fora oportunizado às entidades o direito de manifestar acerca dos demais questionamentos levantados pela referida Nota Técnica, elencados no item 22 supra.

28. Sendo assim, faz-se mister que, preliminarmente à manifestação conclusiva deste órgão, sejam novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515), ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa (contraditório como forma de evitar surpresa[1]) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção.

29. Registre-se que o exercício do contraditório e ampla defesa pelas interessadas é deveras fundamental no caso em apreço, sobretudo porque a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II foi julgada a vencedora pela SCE, tendo a sua inclusão interferido de forma decisiva no certame.

30. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia-Geral da União junto a esse Ministério, opina pelo retorno do atual processo à SCE a fim de que notifique as interessadas a se manifestarem especificamente quanto ao motivo que ensejou a participação tardia da

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame em sede de contraditório e ampla defesa, bem como das demais questões levantadas pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC (doc. 0946515), após o que se sugere o retorno dos autos para parecer conclusivo”.

32. Observe-se que a reproduzida manifestação jurídica mereceu a devida aprovação da, então, Consultora Jurídica deste órgão de execução da Advocacia-Geral da União, na forma do Despacho nº 1436/2016 (evento SEI 1174993), consumando-se, portanto, o entendimento de inexistência de fato relevante tendente a impor a anulação da seleção.

33. Promovida a diligência alvitrada no citado Parecer nº 443/2016-MC, como assim evidencia o disposto na Nota Técnica nº 14217/2016/SEI-MC (evento SEI 1178683), os autos receberam nova manifestação da Secretaria de Radiodifusão, consubstanciada na Nota Técnica nº 25768/2016/SEI-MCTIC (evento SEI 1398209), dela sendo extraídas as seguintes considerações e conclusões:

“(…)

3. A CONJUR retornou os autos em virtude do disposto no Parecer nº 443/2016/SEI-MC (1173010), de 07/06/2016. Neste se orientou, sobretudo, no sentido de que fossem "novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC, ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa (contraditório como forma de evitar surpresa) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção”.

4. Todas as entidades foram notificadas, modo que esgotado referido prazo, foram analisados os respectivos recursos, de acordo com as Notas Técnicas abaixo referenciadas, cujos resultados assim se apresentam:

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL - (Proc. nº 53000.041396/2012-53) – Nota Técnica nº 25145/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - (Proc. nº 53000.040516/2012-03) – Nota Técnica nº 25282/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;

FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - (Proc. nº 53000.039794/2012-18) – Nota Técnica nº 25447/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;

FUNDAÇÃO RANCHARIENSE - (Proc. nº 53000.042879/2012-75) – Nota Técnica nº 25269/2016/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado.

Nesta fase, não se identificou nos autos qualquer manifestação das proponentes TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA (Proc. nº 53000.043747/2012-61), FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA (Proc. nº 53000.043359/2012-80), FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE (Proc. nº 53000.041537/2012-38), FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE (Proc. nº 53000.042956/2012-97).

5. Assim, no que concerne à definição da forma como prosseguirá este processo de seleção, esta atuação administrativa compete no momento ao Ministro de Estado, subsidiado pela apreciação da Consultoria Jurídica, dada a ciência de que esta Secretaria já se pronunciou conclusivamente sobre essa seleção - em conformidade com as razões detalhadas na NOTA TÉCNICA nº 1702/2016/SEI-MC (0946515), bem como, nas Notas que apreciaram os pedidos de reconsideração apresentados na fase recursal propriamente dita e na presente fase -, faltando apenas atualizar os despachos já constantes da Nota Técnica nº 1702/2016, e acrescentar os despachos referentes aos novos recursos, em razão da mudança na pasta ministerial (despachos anexos)”.

34. No que pertine às manifestações oferecidas pelas interessadas em razão do Parecer nº 443/2016-SEI-MC e às respectivas análises da Área Técnica, tem-se os seguintes fatos:

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

35. A Fundação Onda verde de Radiodifusão Brasil pronunciou-se nos autos do Processo nº 53000.041396/2012-03, por intermédio da petição 1228350 juntada aos autos do protocolo nº 53900.041981/2016-33, limitando-se a renovar os argumentos arguidos no anterior recurso interposto, alegando que tanto a Fundação João Paulo

II (1ª colocada) quanto a Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada (2ª colocada) possuem reconhecido vínculo com igrejas, sendo que a primeira está relacionada à Igreja Católica (Rede Canção Nova), e a segunda, à Assembleia de Deus, em Belém e Manaus (Rede Boas Novas), fato este que as impediria de contratar o serviço público de radiodifusão, sobretudo em caráter exclusivamente educativo, junto à União, segundo disciplinamento do art. 19, inciso I, da Constituição Federal, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

36. Sobre esse especialíssimo aspecto, alega a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil que inexistente interesse público que possa respaldar o ato de outorga in casu, posto que, segundo consta das grades de programação apresentadas pelas entidades classificadas em 1º e 2ª lugares, pode-se concluir que a programação a ser oferecida é de natureza eminentemente religiosa e, portanto, desvirtuará os preceitos regedores da radiodifusão educativa, afastando-se dos princípios estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, que, inter alia, conceitua programas educativo-culturais.

37. Por seu turno, a Secretaria de Radiodifusão, considerando a tempestividade da manifestação, promoveu a análise das razões oferecidas pela entidade, consubstanciada na Nota Técnica nº 25145/2016/SEI/MCTIC, exarada nos autos do Processo nº 53000.041396/2012-53 (evento SEI 1385613), apontando, preliminarmente, que a interessada não tratou da matéria dentro das especificações orientadas no Ofício nº 21338/2016/SEI/MCTIC, adstritas aos termos da diligência delimitada no Parecer nº 443/2016-SEI-MC, limitando-se a reiterar razões já arguidas em recurso anterior, referente à alegação de que a grade de programação da entidade classificada em primeiro lugar não possuía programação educativa e sim conteúdo religioso, em razão de a Fundação vencedora estar relacionada a igrejas.

38. Muito embora a Área Técnica tenha, ab initio, apontado o descabimento de nova análise das questões suscitadas pela recorrente, posto que a matéria já havia sido tratada na Nota Técnica nº 14283/2015/SEI-MC, entendeu por bem se manifestar sobre as razões formuladas pela entidade interessada, visando afastar por completo qualquer dúvida porventura ainda existente no feito, pronunciando-se em caráter complementar à citada Nota Técnica nº 14283/2015/SEI-MC.

39. Sob esse prisma, alude a Secretaria de Radiodifusão os seguintes argumentos, reproduzidos na sua integralidade e exatidão:

“A Portaria nº 355/2012 que rege o presente certame, com observância das normas relativas a radiodifusão, dispõe taxativamente em seu art. 2º quais entidades podem participar do procedimento seletivo referente à outorga para seleção de serviços de radiodifusão. Dentre estas, não foram incluídas as instituições religiosas/igrejas, porém constam do artigo as fundações de direito privado (a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei nº 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata). A norma ainda exige para habilitação destas fundações, a apresentação de estatuto social e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos, finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos. A Portaria traz também exigências a serem cumpridas pelos dirigentes das entidades privadas participantes, a exemplo da apresentação de comprovante de nacionalidade brasileira ou de que não estejam no exercício de mandato eletivo. A Constituição Federal indicou, no art. 221, princípios a serem seguidos na produção e na programação das emissoras de rádio e televisão; e restringiu, conforme o disposto no art. 222, a propriedade de prestadoras desses serviços, que deveriam pertencer a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou a pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

Considerando as referidas especificações e verificando a(s) proposta(s) que pretende a recorrente impugnar, observa-se que o conteúdo do artigo 2º do estatuto da Fundação habilitada em 1º lugar (pág. 29 do processo apenso 53000.040516/2012-03), que trata das finalidades da fundação, cumpre corretamente o exigido pela norma (prevendo o caráter educativo/cultural de sua atuação). Além disso, tanto o CNPJ quanto o estatuto comprovam que a proponente Fundação João Paulo II está constituída sob a forma de Fundação Privada, não se tratando de instituição religiosa (pág. 118).

Não há também comprovação de que o representante legal (diretor executivo, ver pág. 97) da proponente possua vínculo com instituição religiosa, conforme alegou a recorrente, valendo destacar que salvo o dispositivo constitucional - que veda a União e demais entes de estabelecerem cultos religiosos ou igrejas subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma

da lei, a colaboração de interesse público (Art. 19, CF/88) -, não consta proibitivo específico na norma de radiodifusão educativa do vínculo/relacionamento religioso supra mencionado para dirigentes de Fundação. Ademais, como sequer se permite que instituição religiosa participe de seleção de radiodifusão educativa, não há possibilidade de se tipificar o Art. 19 da Carta Magna nos certames desta área.

Cumpre ressaltar que os dispositivos que disciplinam Radiodifusão Educativa e Radiodifusão Comunitária são diferentes. A norma de Radiodifusão Comunitária é que proíbe explicitamente que o dirigente de entidade proponente exerça cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio, detalhando também que a fundação não pode ter vínculo com instituição religiosa não mantenha vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. Não há proibição expressa na norma de Radiodifusão Educativa referente a estes aspectos.

Quanto à programação, entendeu-se no recurso anterior que o questionamento primordial da recorrente se referia à inexistência de conteúdo educativo o que pôde de imediato ser refutado com a observância de programas educativos grade da proponente Fundação João Paulo II (pág. 165/172). Conforme a interpretação da área para o documento apresentado não se identificou explícito proselitismo na grade daquela Fundação, constando somente programas educativos/culturais/noticiosos da referida grade, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 651/99, não se podendo presumir que, após a contratação, ocorrerá descumprimento da norma pela interessada; enfatizando-se que, se for identificada a referida violação no decorrer da execução do serviço, caberá ao setor de fiscalização competente tomar as medidas cabíveis. Esta inclusive é uma tendência na normatização de Radiodifusão Educativa, pois as novas Portarias não mais exigirão a grade como documento de habilitação, fiscalizando-se esse aspecto em momento próprio, ao tempo da prática/execução do serviço.

Os programas que poderiam gerar alguma dúvida interpretativa - a exemplo do "fé e música" (segundo a própria definição da grade, diz-se que aborda várias realidades de crenças e fé) ou "terço mariano" (programa musical/cultural) - se incluem, assim interpretamos, no permissivo de entendimento já exarado pela CONJUR (Parecer nº 283 de 13/03/2012, referente à Radiodifusão Comunitária, que tem lei mais restritiva do que a Radiodifusão Educativa no que concerne à questão da religiosidade na programação). Dispõe o referido Parecer que a veiculação de programas não confessionais que tratem de religião (como a exposição de doutrinas, de história ou até da prática de determinada religião) se insere dentro da aquiescência constitucional da livre manifestação do pensamento, sendo conduta completamente oposta à pregação de determinada religião, esta sim, vedada pela norma. No caso da grade da Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada, segunda colocada no certame, não há um detalhamento do conteúdo de cada programa, não se podendo antever de imediato que se trata de proselitismo (pág. 82, do processo apenso 53000.043359/2012-80)".

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

40. A Fundação João Paulo II manifestou-se no âmbito do Processo nº 53000.0470516/2016-03, por conduto da petição 1226562, acostada ao protocolo 53900.041774/2016-89, aludindo, basicamente, a desnecessidade da abertura de oportunidade para manifestação das interessadas sobre sua inclusão no certame, entendendo equivocada a premissa de que não teria havido oportunidade de debate acerca dessa inclusão.

41. Em arrimo desse entendimento, assevera a Fundação João Paulo II que na Nota Técnica nº 14259/2015/SEI-MC, referente ao Recurso interposto pela Fundação Regional Educativa, fora debatida a legalidade de sua participação na seleção, sendo naquela assentada devidamente esclarecida a correção do procedimento, vez que a ausência daquela Fundação em momento anterior decorreria de falha do sistema de protocolo do Ministério, sem qualquer parcela de culpa da interessada.

42. De outro giro, argumenta a Fundação João Paulo II que na Nota Técnica nº 14283/2015/SEI-MC, que analisou recurso oposto pela Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, houve expressa deliberação administrativa acerca da legalidade de sua participação, consignando este Ministério o caráter educativo da programação apresentada pela peticionária.

43. Conclui, destarte, a citada Fundação, que a anulação do processo e o reinício da fase de habilitação, oportunidade na qual, com acerto, foram considerados os documentos da Fundação João Paulo II, saneou o equívoco, reabrindo para todas as participantes o momento de apresentação dos documentos, o que resultou na sua habilitação e

classificação em primeiro lugar, com pontuação superior ao dobro de pontos da segunda colocada.

44. Considerando a tempestividade do recurso interposto, a Secretaria de Radiodifusão ofereceu sucinta manifestação sobre as razões recursais arguidas, lançada nos seguintes termos na Nota Técnica nº 25282/SEI-MCTIC (evento SEI 1388860), verbo ad verbum:

“A recorrente discorda que não tenha havido a oportunidade de contraditório no que concerne a sua participação.

Verifica-se, no entanto, conforme destacou o Parecer da CONJUR, que, acerca especificamente dos motivos assinalados pela Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC sobre a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, ainda não foi concedida a oportunidade às entidades de se pronunciarem. Tampouco fora oportunizado às entidades o direito de manifestar acerca dos demais questionamentos levantados pela referida Nota Técnica.

Sendo assim, esta Secretaria concorda com o entendimento da Consultoria no sentido de que, preliminarmente à manifestação conclusiva daquele órgão, importa serem novamente ouvidas as fundações interessadas, em respeito ao contraditório e a ampla defesa, haja vista que, acerca especificamente do motivo que ensejou a participação tardia da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II no certame, bem como das demais questões levantadas pela mencionada Nota Técnica, ainda não lhes fora concedida a oportunidade de se pronunciar – evitando-se, assim, o elemento surpresa (contraditório como forma de evitar surpresa) e mitigando-se a possibilidade de judicialização da presente seleção”.

FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

45. A Fundação Regional de Radiodifusão Educativa veio a interpor recurso administrativo nos autos do Processo nº 53000.039794/2012-18, “contra a NOTA TÉCNICA Nº 1702/2016/SEI-MC”, consubstanciado na Petição 1183706 acostada ao protocolo nº 53900.036752/2016-05, alegando que na análise do recurso que opusera não fora abordado o principal e decisivo ponto questionado, que tem concretude na pontuação (20 pontos) atribuída à Fundação João Paulo II e a ela negada, correspondente à coincidência da localização da sede da entidade com o local da prestação do serviço, i.e., no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, considerando que sua sede está localizada na cidade de Caçapava/SP, município limítrofe e conurbado à Cidade de São José dos Campos.

46. Por outra vertente, alega aquela recorrente que a Fundação João Paulo II não comprovou ter sua sede ou filial, ou sub sede na localidade de prestação do serviço, haja vista ter sua sede em Cachoeira Paulista, distante mais de 110 Km do ponto de origem do raio previsto e utilizado como referência da localidade de prestação do serviço.

47. De outro giro, argui a recorrente que os equívocos relatados pela Administração, como ocorrido na análise processual, não podem prejudicar as entidades participantes do certame, posto que a reabertura do processo após a anulação dos atos não se dera de forma correta, tendo presente que as entidades não foram comunicadas das decisões subsequentes e nem dessa reabertura do processo, como previsto na Portaria nº 420/2011, além de não ter ocorrido a publicação do edital de complementação, providências estas que teriam permitido a complementação da documentação, consoante previsto no ato anulatório.

48. Alega, ainda, a recorrente, que a habilitação e a adjudicação do objeto do certame à Fundação João Paulo II não poderia ocorrer, posto que esta não juntou ao processo, antes da decisão final, os documentos exigidos na Nota Técnica nº 647382015/SEI-MC, não sendo acatável a argumentação administrativa de dúvida quanto a penalidade aplicável em face do não atendimento da exigência, porquanto fora concedido o prazo de trinta dias para apresentação de recurso, o que tem que ser interpretado também como prazo para complementação da documentação.

49. Radiodifusão Educativa, a Secretaria de Radiodifusão, dada à tempestividade do recurso, manifestou-se via da Nota Técnica nº 25447/2016/SEI-MCTIC (evento SEI 1391905), arguindo, preliminarmente, os seguintes fatos prejudiciais:

“4. Ressalte-se que houve apresentação de documentação complementar avulsa pela proponente (protocolos 53900.030727/2015-29, 53900.030726/2015-84, 53900.028428/2015-24), que não pode ser conhecida, pois somente pode ser considerada/analizada a documentação colacionada dentro do prazo previamente estabelecido em edital publicado, nas fases específicas para tanto, de modo a contemplar todas as participantes em respeito aos princípios reitores do processo administrativo (a fase processual neste momento é recursal).

5. Destaque-se ainda que todo protocolo apresentado pela proponente posteriormente à NOTA TÉCNICA nº 1706/2016/SEI-MC, de 01/02/2016, e anteriormente ao OFÍCIO nº 21336/2016/SEI-MCTIC, de 09/06/2016, trata-se de protocolo intempestivo/extemporâneo, e não poderá ser conhecido. Conforme já explicado na NOTA TÉCNICA nº 1706/2016, nos termos do art. 10, da Portaria nº 355/2012, só pode haver um único recurso administrativo da decisão final, e o conhecimento da NT por concorrentes antes da decisão da Consultoria, além de irregular, fere a norma que rege esse procedimento; da mesma forma, a apresentação de recurso fora do prazo - pela entidade, em decorrência de sua ciência irregular de NT não publicada - fere o processo de seleção em si, pois o prazo recursal se encerrou desde 15/05/2015, e tanto a participante quanto a Administração Pública devem cumprir o estabelecido pela lei do processo de seleção. Com o encerramento da fase recursal nesses autos, foi aberta nova fase recursal especial/específica por orientação da CONJUR (PARECER nº 443/2016), que somente foi comunicada as concorrentes após Ofício próprio que deu início a esta nova fase recursal por meio de seu conhecimento "estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício". Portanto, somente serão considerados tempestivos os protocolos recursais desta proponente que decorram do conhecimento do Ofício, qual seja, o protocolo 53900.036752/2016-05".

50. In meritum causae, aduz a Secretaria de Radiodifusão as seguintes razões, fundamentadoras do não provimento do pedido de reconsideração:

“Primeiramente, para a argumentação da recorrente referente aos seus protocolos não conhecidos, já consta resposta elucidativa dos itens 4, e 521acima, bem como da NOTA TÉCNICA Nº 14259/2015/SEI-MC e da NOTA TÉCNICA nº 1706/2016/SEI-MC. Existem fases específicas no processo administrativo e estas devem ser cumpridas, tanto pela participante, quanto pela Administração Pública.

Quanto ao pedido de reconsideração sobre o certame propriamente, a recorrente não tratou de matérias dentro das especificações orientadas no Ofício nº 21336/2016/SEI-MCTIC (quais sejam, as referentes à orientação do Parecer CONJUR), mas reiterou suas razões já apontadas em recurso anterior, referentes à alegação de que foi indevida a pontuação de 20 pontos concedida para a Fundação João Paulo II e não para a Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, em razão da localização da sede. A recorrente alega que esse assunto não foi abordado na resposta ao seu recurso.

Não caberia analisar tais questões no presente momento, tendo em vista que a questão já foi tratada na NOTA TÉCNICA Nº 14259/2015/SEI-MC (Item 5), e tratada novamente na NOTA TÉCNICA nº 1706/2016/SEI-MC (Item 8), mas, apenas para não restarem dúvidas, cumpre explicitar/reiterar os entendimentos abaixo.

Quanto à localidade da sede ou filial, o inciso II, do art. 8º, da Portaria nº 355/2012, dispõe para fins de pontuação (20 pontos) que a proponente tenha sede ou filial no município onde o serviço será executado. Para obter tal pontuação a entidade deve ter sede ou filial em São José dos Campos/SP. Assim compreendido, a norma não abre margem para considerar apta a pontuar uma sede/filial em "área próxima ao local" (a exemplo de Caçapava/SP). Assim considerado, a Fundação Regional recorrente não possui sede/filial no município de São José dos Campos, e por isso não pontuou nos critérios classificatórios, pois sua declaração teve o fundamento da proximidade por base. Diferente é o caso da Fundação João Paulo II: à fl. 11 dos autos do processo dela, esta declara, em documento assinado pelo representante legal, que possui sede/filial na localidade de execução da outorga, o que foi conferido na internet, em mais de um sítio, pela analista que fez a instrução, conforme ratificaram os documentos de consulta colacionados aos autos desde 02/07/2015 (0588792 e 0588807); ou seja, possui sede em Cachoeira Paulista (município distinto ao da outorga; não pontua) e filial em São José dos Campos (pontua). Na NOTA TÉCNICA nº 14259/2015, acrescentou-se ainda que, por prudência administrativa, entretanto, caso a Consultoria Jurídica venha a entender necessário, poderia orientar pela notificação da Fundação João Paulo II, para que fosse comprovada com mais algum documento a existência da filial já identificada/declarada. No que concerne à existência de "sub-sede" da Fundação Regional em São José dos Campos, não foi identificado nos autos ou na internet qualquer endereço dentro do município que comprovasse essa alegação, acentuando-se que, ainda que a existência desta se provasse, a pontuação da Fundação Regional (25) permaneceria inferior à da Fundação João Paulo II (33), não se alterando o resultado final do certame.

Dispôs ainda que a Fundação João Paulo II não poderia ter sido habilitada, como penalidade por não ter juntado os documentos exigidos na NT nº 6473/2015/SEI-MC. No entanto, na referida NOTA TÉCNICA, não foi especificada qual seria a imputação (por exemplo, a inabilitação da

entidade), caso esta ou outra proponente deixasse de apresentar os documentos solicitados, de modo que não pode ser punida pela ausência da referida tipificação, salvo entenda diferentemente a Consultoria Jurídica.

Quanto ao levantamento da recorrente de que a reabertura do processo após o ato anulatório não ocorreu de forma correta pois as entidades não foram comunicadas dos atos subsequentes e não foi republicado o Edital de complementação dos documentos, essa razão pode ser refutada de pronto pela observância da NOTA TÉCNICA nº 6722/2015/SEI-MC e do EDITAL nº 26/2015/SEI-MC (publicado em 15/04/2015), que comunicou devidamente os atos, destacando-se que, conforme já explicitado na NOTA TÉCNICA nº 1702/2016/SEI-MC, nos termos do §4º do art. 8º da Portaria nº 355/2012, só se oportuniza a apresentação de documentos complementares, quando nenhuma proponente logra êxito no procedimento de análise instrutória. Nesse certame não houve fase de complementação, pois quatro entidades restaram habilitadas na divulgação de resultado da primeira análise documental após a anulação”.

FUNDAÇÃO RANCHARIENSE

51. A Fundação Ranchariense, nos autos do Processo nº 53000.042879/2012-75, por conduto da petição 1228730, acostada ao protocolo nº 53900.042032/2016-71, interpôs o devido recurso, alegando, inicialmente, que na participação em qualquer procedimento público de seleção devem ser observadas, na sua integralidade, as regras previamente estabelecidas, com stricta observância aos prazos definidos, mormente ao prazo inicial para ingresso no evento, e que a Fundação João Paulo II não participava da seleção até o momento em que a Consultoria Jurídica opinou pela anulação parcial do processo até a fase de complementação da documentação pelas demais participantes.

52. Neste sentido, argui a recorrente que a participação tardia da Fundação João Paulo II está em dissonância com as regras previamente estabelecidas para realização da seleção, em prejuízo das demais partícipes que observaram corretamente o prazo e restaram desclassificadas, tornando injusto o resultado do certame.

53. Assim parametrizadas as razões recursais, pugna a recorrente pela desclassificação da Fundação João Paulo II e a consequente anulação de todo o processo até a fase de complementação de documentos.

54. Em análise do suso referido recurso, a Secretaria de Radiodifusão emitiu a seguinte manifestação, consubstanciada na Nota Técnica nº 25269/2016-MC-MCTIC, cujas razões encaminham pelo não provimento da irresignação:

“4. (...)Dispõe a recorrente que a Fundação João Paulo II não respeitou o prazo inicial para participar do certame e por essa participação tardia requer a anulação do procedimento.

Não prospera o referido argumento, porque a Fundação João Paulo II, com proposta tempestiva, datada de 24/08/2012, cumpriu o prazo inicial para participar do certame e, por isso, deve participar deste. A não-participação da referida proponente é que tornaria o processo ilegal.

No que concerne à participação da Fundação João Paulo II nesse processo de seleção, reitera-se que, neste Ministério, já ocorreram situações de um protocolo ser anexado em processo de matéria diversa à pretendida, por erro dos setores que administram os protocolos. Pesquisando no CPROD, foi possível constatar que tal falha ocorreu com o processo da Fundação João Paulo II. O Processo da referida Fundação (53000.040516/2012-03) estava desde 24/02/2014, equivocadamente, apensado a outro processo, que trata de inclusão de canal, não obstante o conteúdo do requerimento dela fizesse devida menção a este Aviso. O processo físico foi arquivado em 24/11/2014, data em que foi digitalizado no SEI e, somente neste momento, foi relacionado ao processo principal desse certame de São José dos Campos/SP (Processo nº 53000.046342/2012-84).

Nenhum documento anterior à data de 24/11/2014 fez menção ao pedido da Fundação João Paulo II, porque não se sabia da existência do referido protocolo. O último ato nos autos antes da anulação do procedimento é de 21/01/2014 (Edital nº 12), data anterior a 24/11/2014. A NOTA TÉCNICA Nº 5849/2014/SEI-MC, finalizada pela analista em 03/09/2014, também não tratou da existência da proposta da Fundação João Paulo II, porque ela sequer havia sido digitalizada no SEI naquele momento e dela não se tinha ciência. O conhecimento dessa proposta se deu no momento da análise instrutória posterior à anulação dos autos, em 30/03/2015. Caso não tivesse ocorrido a anulação desse processo de seleção em 30/03/2015, ele teria sido de fato ilegal, pois a chance de concorrer não tinha sido oportunizada à Fundação João Paulo II, pois sua proposta

estava anexada em processo equivocado. Entende-se, portanto, que o procedimento posterior à anulação, com nova análise instrutória realizada em 2015, cumpriu os ditames da norma que rege o procedimento, pois concedeu a todas as interessadas a oportunidade de terem suas propostas verificadas”.

55. Vindo os autos à análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, por encaminhamento dado pela indigitada Nota Técnica nº 25768/2016/SEI-MCTIC, foram objeto de manifestação preliminar encerrada na Nota nº 00022/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, exarada nos autos principais (evento SEI 1644960), na qual, após breve relato do feito, encerra-se diligência concernente à juntada do “check-list” da documentação apresentada nos processos das entidades julgadas habilitadas e da decisão, devidamente motivada, de atribuição dos pontos às entidades que lograram habilitação, para fins de aplicação do critério de desempate, visto que as Notas Técnicas exaradas nos processos dessas entidades se limitaram a mencionar a pontuação sem, contudo, referir-se a dispositivos normativos e em que consistia cada pontuação.

56. Ato contínuo, a Secretaria de Radiodifusão encaminhou a Nota Informativa nº 212/2017/SEI-MCTIC, juntada aos autos principais (evento SEI 1647053), informando a disponibilização dos “check-lists” nos processos apensos e indicando a atribuição de pontos para efeito de desempate das entidades habilitadas, conforme assim consta da tabela apresentada, sendo esclarecido, ainda, ter identificado que, “por equívoco, a pontuação foi detalhada incorretamente no despacho final (apenas a numeração), mas a correção não afeta a classificação, nem o resultado do certame”.

57. Destarte, finaliza, a Secretaria de Radiodifusão estabelecendo a novel atribuição de pontos nos seguintes fatores:

a) FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II – 30 pontos, sendo:

- a.1. 20 pontos por ter sede ou filial no município onde o serviço será executado;
- a.2. 5 pontos por ser vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados entre as demais entidades habilitadas (196 alunos);
- a.3. 5 pontos referentes ao tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar os serviços, entre vinte e vinte e quatro horas diárias.

b) FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA – 13 pontos, sendo:

- b.1. 8 pontos por ser vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados entre as demais entidades habilitadas (920 alunos);
- b.2. 5 pontos referentes ao tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar os serviços, entre vinte e vinte e quatro horas diárias.

c) FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADODIFUSÃO EDUCATIVA – 5 pontos, sendo:

- c.1. 5 pontos referentes ao tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar os serviços, entre vinte e vinte e quatro horas diárias.

58. Assim se encontram os autos para análise final desta Consultoria Jurídica nesta fase procedimental.

É o relatório, passo a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

59. Ab initio, assento, como fato essencial, que a hipótese de anulação do certame, como aventado pela Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC, restou afastada por esta Consultoria Jurídica por intermédio do Parecer nº 443/2016/SEI-MC, que, em opinamento saneador, concluiu, indene de dúvida, que, repita-se, “não se está diante da hipótese de anulação do procedimento de seleção em apreço”, motivo pelo qual dou continuidade à análise do feito a partir dessa consideração e em face dos novos elementos carreados aos autos, decorrentes das manifestações das interessadas dadas no âmbito das recomendações contidas naquele Parecer.

60. Ancorado na realidade fática dos autos, entendo, como de fato entendeu este órgão, que a solução equânime para a conclusão do feito não exige a anulação de fases do certame, posto que os equívocos verificados não

acarretaram prejuízos ao procedimento nem às entidades participantes do evento, não tornando inválidos os atos praticados pela Administração.

61. Contextualizando os dados e fatos extraídos dos autos, constata-se que os equívocos detectados no feito têm sua gênese na análise primeira da documentação das entidades participantes da seleção, realizada com base na então recém editada Portaria nº 335, de 2012, quando o certame tinha sido lançado sob a égide da Portaria nº 420/2011, sem que fosse observado que a novel normatização infralegal teria incidência, consoante seus próprios termos, nos certames em curso apenas no que tangia ao procedimento, seja quanto à possibilidade de complementação de documentos seja quanto ao meio de notificação, i.e., via publicação no Diário Oficial da União, ou ainda do momento recursal, mas não quanto aos documentos exigidos no Edital, que tinha por base o disciplinamento da Portaria nº 420, de 2011, vigente à época de sua publicação.

62. Neste sentido, a anulação da fase procedimental então realizada teve o desiderato de, chamando o feito à ordem, possibilitar novo exame da documentação que fora apresentada segundo as exigências editalícias, formuladas com fundamento na Portaria nº 420/2011. Naquela assentada, caso não houvesse entidade habilitada, poderia a Administração possibilitar, com fundamento na Portaria nº 335/2012, aplicável, nesse particular ao caso concreto, a complementação ou o saneamento da documentação originalmente apresentada pelas entidades participantes da seleção.

63. Observa-se, destarte, pelo que se depreende dos autos principais, que não houve a publicação de Edital declarando a anulação de fase do certame, como recomendado na Nota Técnica nº 5.849/2014/SEI-MC, dessumindo-se que houve apenas a reanálise da documentação de todas as propostas então apresentadas, tendo a Área Técnica responsável adotado para tanto as exigências editalícias fulcradas na Portaria nº 420, de 2011, afastando, nesse especialíssimo aspecto, a incidência do disciplinamento substantivo da Portaria nº 335/2012.

64. Destaque-se, pois, que naquele ensejo todas as propostas foram objeto de análise dos documentos originalmente apresentados na época própria. Não se tratava, ainda, de análise de complementação documental, e sim da análise dos documentos originários que, por equívoco, tinham sido objeto de análise à luz das disposições, como narrado, da Portaria nº 335, de 2012.

65. Sob essa ótica, aduzo, para logo, não ser vislumbrável, venia concessa, nenhum prejuízo às entidades participantes da seleção o fato de não ter havido a publicação do Edital de anulação de parte do feito, mormente tendo presente que todas as interessadas foram intimadas dessa providência, tiveram a reanálise de suas propostas em condições igualitárias e deram sequência normal à respectiva participação.

66. Como resultado outro da anulação de fases procedimentais do certame, exsurgiu a inclusão da Fundação João Paulo II, cuja proposta, segundo assegura e comprova a Administração, fora apresentada tempestivamente, porém, por lapso exclusivo da Área Técnica, teria sido juntada em autos distintos do da seleção.

67. Destarte, a análise das propostas trouxe o seguinte resultado:

- I – Fundação João Paulo II - Habilitada - vencedora – 1º lugar;
- II – Fundação Cultural Educativa Costa DouradaHabilitada – 2º lugar;
- III – Fundação Onda Verde de Radiodifusão BrasilHabilitada – 3º lugar;
- IV – Fundação Regional de Radiodifusão EducativaHabilitada – 4º lugar;
- V – Fundação Tropikal Produções S/C Ltda.Inabilitada – Indeferimento;
- VI – Fundação RancharienseInabilitada – Indeferimento;
- VII – Fundação Cultural e Educativa Buriti AlegreInabilitada – Indeferimento;
- VIII - Fundação Evangélica trindadeInabilitada – Indeferimento.

68. Sobre esse resultado, a Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC é elucidativa ao esclarecer que, com a desconsideração dos atos anteriores à juntada ao feito do Parecer 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR, na forma proposta na Nota Técnica nº 5.849/2014/SEI-MC, e tendo o certame retornado à fase inicial de exame das propostas das licitantes, sendo feita a análise instrutória com proponente vencedora, abriu-se prazo para interposição de recurso, por conduto do Edital nº 26/2014/SEI-MC.

69. Ressalte-se, como já assinalado, que nos strictos termos da Portaria nº 355, de 2012, somente seria possível a abertura de prazo para complementação documental na hipótese de não haver entidade proponente habilitada,

hipótese esta não verificada naquela assentada.

70. Assim, descabe por completo qualquer alegação no sentido de que não ocorreu a intimação para complementação documental. No presente caso, conforme acima demonstrado, havia entidades habilitadas, fato este que, repita-se, não admitia a abertura de prazo para esse fim específico.

71. No que pertine à participação da Fundação João Paulo II, incluída que fora após a anulação de fases procedimentais, reiniciando o certame na sua fase primeira de análise das propostas, tenho que as razões de justificativa oferecidas pela Área Técnica, devidamente comprovadas nos autos, são absolutamente suficientes para demonstrar que nenhuma irregularidade ou ilegalidade se verifica nessa participação.

72. Por primeiro, no que tange à tempestividade da proposta da Fundação João Paulo II, verifica-se que esta se encontra devidamente materializada, posto que fora protocolizada neste Ministério em 24/08/2012 e o prazo para tanto teria exaurimento em 13/09/2012, i.e., (60) sessenta dias contados da publicação do Edital nº 04/2012, ocorrida em 13/07/2012, como assim faz prova o documento juntado a fl. 02 do volume digitalizado dos autos do Processo nº 53000.040516/2012-03.

73. Sob este prisma, tendo presente a tempestividade da protocolização da proposta da Fundação João Paulo II, consoante afirma a Secretaria de Radiodifusão, alicerçada em prova constante dos autos, deduz-se que esta não obteve o mesmo processamento ordinário inicial, conferido às demais propostas das entidades que participaram do certame, por culpa exclusiva da Administração, sem, ipso facto, a mais mínima participação, dolosa ou culposa, da interessada.

74. De outro giro, os fatos colacionados pela Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC são de clareza solar em demonstrar que a Fundação João Paulo II tinha direito subjetivo à participação no certame, comprovando-se que o Processo nº 53000.040516/2016-03, que instruíra a proposta daquela entidade, se encontrava desde 24/02/2014 equivocadamente apensado ao processo nº 53000.060202/2009-13 que tratava de inclusão de canal, não obstante o fato de o conteúdo do requerimento fazer inegável e incontestável referência ao Aviso de Habilitação da seleção in casu, autos físicos estes que foram arquivados em 24/11/2014, ocasião em que, ao ser promovida a digitalização no SEI, foi detectado o lapso ocorrido, sendo, então, corretamente relacionado ao Processo principal do certame de São José dos Campos.

75. Por outra vertente, também esclarece a Administração, o que se recebe com presunção de exatidão e veracidade, que nenhum documento anterior a 24/01/2014 fez referência à proposta da Fundação João Paulo II devido à absoluta falta de conhecimento da existência da proposta daquela entidade, mormente em razão do fato de que esta sequer havia sido digitalizada no SEI.

76. Destarte, considerando que, de fato, presente se encontrava materializado o inegável e inafastável direito subjetivo de a Fundação João Paulo II participar do certame, e que sua proposta fora analisada na mesma ocasião em que ocorreu o exame válido de todas as demais propostas e que esse exame se deu após a legítima e correta desconsideração da análise anterior, o que configura absoluta ausência de prejuízo para as concorrentes, visto que mantiveram as mesmas possibilidades iniciais, não subsiste razão para desclassificar e inabilitar aquela Fundação.

77. A contrário senso, caso a Administração não tivesse considerado a proposta da Fundação João Paulo II no momento em que reanalisava as propostas de todas as participantes em razão da multicitada desconsideração das análises anteriores, dada em face da anulação de fases procedimentais do certame, teria motivado a absoluta nulidade da seleção, tendo presente o inarredável direito subjetivo daquela entidade de participar do evento.

78. Assim, repita-se, a única ocorrência que importaria, nesta quadra, a desclassificação e indeferimento do pedido da Fundação João Paulo II, considerando-se as análises técnicas e jurídicas já realizadas, seria a constatação de intempestividade de sua proposta, fato este que, como demonstrado, não se verificou.

79. No que pertine às demais inconsistências apontadas na Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC, que poderiam, em tese, induzir à errônea conclusão de nulidade do feito, verifica-se, como alhures aludido, que a matéria fora submetida ao exame específico desta Consultoria Jurídica que, sobre esse especialíssimo aspecto, foi inequívoca ao asseverar no Parecer nº 443/2016/SEI-MC, repise-se:

“24. Diante de tal cenário, esta COJUR-MC considera que não se está diante da hipótese de anulação do procedimento de seleção em apreço, mas entende que o processo ainda não se encontra apto à apreciação conclusiva deste órgão”.

80. Neste ponto, ponho-me a acordar com a manifestação expendida por este órgão de assessoramento jurídico no que pertine ao entendimento advogado na parte inicial do excerto suso reproduzido, no sentido de não vislumbrar necessidade de anulação do certame, tendo presentes os dados e fatos trazidos à lume pela Administração.

81. De fato, o equívoco cometido pela Administração ao admitir documentos da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil e da Fundação Regional de Radiodifusão Educativa como tempestivos, quando na verdade não poderiam ser admitidos como tal, teria, ordinariamente, o condão de impor a anulação do ato administrativo dele decorrente. Todavia, considerando que o refazimento do ato não importaria a alteração do resultado do certame no que pertine ao vencedor, entendo que, em homenagem ao princípio da economia processual, e na ausência de prejuízo para a conclusão da seleção e para os seus participantes, a solução modulada aventada pela Secretaria de Radiodifusão pode ser adotada, como nesse sentido foi concluído no indigitado Parecer nº 443/2016/SEI-MC, entendimento este que se consolida no fato de que nenhum dos recursos interpostos nos termos daquela opinião iuris logrou êxito em demonstrar a inafastável necessidade de anulação do feito, nesse especialíssimo aspecto.

82. Por outra vertente, da análise dos demais recursos interpostos contra a habilitação da Fundação João Paulo II concluiu-se, como demonstrado nas razões fático-jurídicas arguidas nos Pareceres exarados nos respectivos autos dos processos relacionados, pela improcedência das razões recursais e, via de consequência, pelo não provimentos das irrisignações, podendo, por este prisma, ter prosseguimento o feito, como proposto.

83. Ultrapassadas as questões preambulares, cujo deslinde se mostrava necessário para a conclusão do procedimento, adentro no exame da questão de mérito da seleção.

II – DA ANÁLISE DO PROCESSO DA ENTIDADE JULGADA VENCEDORA

84. Retornando ao avanço procedimental, tem-se que, em atendimento à última diligência aviada por esta Consultoria Jurídica, por conduto da Nota nº 00022/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a Secretaria de Radiodifusão manifestou-se por intermédio da Nota Informativa nº 212/2017/SEI-MCTIC, aduzindo:

“2. Na NOTA CONJUR 22/2017, de 26/01/2017, foi observada a inacessibilidade dos Checklists que detalharam a pontuação da análise inicial dos processos apensos, em virtude de falha no Sistema SEI. Obtivemos então cópia de conteúdo dos Checklists e esses já restam disponibilizados nos processos apensos das respectivas proponentes:

(...)

3. Restou também necessária uma nova verificação da análise das propostas das proponentes para elucidar a justificativa das pontuações na tabela classificatória. Nessa verificação, constatamos uma falha de análise. Identificamos que, por equívoco, a pontuação foi detalhada incorretamente no despacho final (apenas a numeração), mas a correção não afeta a classificação, nem o resultado do certame”.

85. Da nova verificação das justificativas das pontuações na tabela classificatória, foi determinado o seguinte resultado final corrigido:

a) Fundação João Paulo II – 30 pontos

Critérios:

II – Proponente com sede no município onde o serviço será realizado – 20 pontos; VI – Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados – 5 pontos; VII – Tempo proposto para funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias – 5 pontos.

b) Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada – 13 pontos

Critérios:

V – Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados – 8 pontos;

VII - Tempo proposto para funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias – 5 pontos.

c) Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil – 10 pontos

Critérios:

IV - – Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o maior quantitativo de alunos matriculados – 10 pontos.

d) Fundação Regional de Radiodifusão Educativa – 5 pontos

Critérios:

VII - Tempo proposto para funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias – 5 pontos.

86. À vista do que consta do item V do Edital que disciplinou a seleção in casu, a distribuição dos pontos suso citada, por quesitos, se mostra acertada, posto que aderente à norma de regência, não havendo reparo neste sentido a ser feito.

87. Destarte, com a disponibilização das listas de conferência documental e com a revisão espontânea da contagem da atribuição dos pontos para efeito de desempate, realizadas pela Secretaria de Radiodifusão, tem-se por atendidas as diligências deste órgão, sendo, como se depreende daquela manifestação, confirmada a Fundação João Paulo II como vencedora do certame, conforme assim já constara da Nota Técnica nº 1702/2016/SEI-MC.

88. No que pertine ao cumprimento das exigências normativas e editais, constata-se da lista de verificação documental juntada aos autos do Processo Relacionado nº 53000.040516/2012-03 que a Fundação João Paulo II apresentou, ab initio, os documentos exigidos pelas normas de regência e pelo edital que presidiu o certame.

89. Neste ponto, assenta-se para logo o entendimento de que não subsiste a alegação recursal alhures referida, no sentido de que a proposta da Fundação João Paulo II deveria ser desclassificada, por não ter aquela entidade apresentado a documentação apontada na Nota Técnica 6473/2015/SEI-MC, referente à Diretoria empossada para exercício de mandato no quadriênio 2014-2018.

90. Sobre essa alegação, há que se constatar, por primeiro, como acima restou afirmado, que na ocasião da protocolização da proposta da Fundação João Paulo II, ocorrida em 24/08/2012, estava em curso o mandato da diretoria correspondente ao período de 26/05/2010 a 26/05/2014, tendo a entidade, portanto, apresentado os respectivos documentos relativos aos membros então em exercício em plena validade, dando-se o exaurimento desta no curso do procedimento seletivo, dadas às ocorrências e inconsistências havidas no certame, que culminaram com a postergação de sua conclusão.

91. Por outra vertente, assiste razão à Secretaria de Radiodifusão quando assevera que a referida Nota Técnica não definiu a sanção para a hipótese desta ou de outra entidade não apresentasse os documentos solicitados, de modo que, in casu, não pode haver punição, tendo presente que a Administração não fixou previamente a consequência do não atendimento da diligência.

92. Neste sentido, considerando que, como afirmado pela Secretaria de Radiodifusão, a isenção de punibilidade na hipótese suso citada seria adotada sem restrições também para as demais entidades, não vislumbro ilegalidade ou inconsistência no entendimento adotado por aquele órgão.

93. Não obstante, mostra-se inarredável a necessidade de ser previamente juntada aos autos a documentação aludida na Nota Técnica nº 6473/2015-SEI-MC, referente à diretoria da Fundação João Paulo II, empossada para o exercício do mandato no quadriênio 2014-2018, como condição sine qua non para a materialização do ato ministerial de habilitação, adjudicação e homologação do certame, como proposto pela Secretaria de Radiodifusão.

94. De outro giro, no que tange à aferição de idoneidade dos dirigentes da entidade, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência de certidões negativas de feitos judiciais-, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

“Art. 5º A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

Art. 38 Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, **serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:**

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)

95. Observe-se, por necessário, que o art. 8º da citada Lei nº 13.424/17 prevê a aplicação imediata do dispositivo suso transcrito aos processos pendentes de contratação, circunstância esta que alcança a hipótese dos autos, ao determinar:

“Art. 5º Aplica-se o art. 5º desta Lei aos processos pendentes de contratação com o Poder Executivo”.

96. Destarte, é de ser entendido que a finalidade das certidões cíveis e criminais para fins de comprovação da idoneidade moral dos dirigentes da entidade ficará atendida, por expressa disposição legal, pela juntada aos autos da declaração "de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, e p do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". E aqui é necessário destacar que a declaração é firmada sob advertência de que a falsidade das informações nela prestadas enseja a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa, nos termos strictos termos do §3º do art. 38 da Lei nº 4.117/63, com a novel redação em vigor.

97. Dessa forma, sugere-se que a Secretaria de radiodifusão, notifique a entidade para, também, apresentar a indigitada declaração nos termos do art. 38, alínea “j”, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017, como condição essencial para habilitação e adjudicação do objeto da seleção.

98. É de ser concluído, por conseguinte, dada a regularidade inicial da documentação apresentada pela entidade julgada vencedora e a correta atribuição da pontuação dos quesitos de classificação, desde que cumpridas as diligências acima indicadas, formuladas como condicionantes, não haver óbices para que se lhe seja adjudicado o objeto do certame, como proposto pela Secretaria e Radiodifusão, mormente em razão do encaminhamento pelo não provimento dos recursos interpostos.

III - DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

99. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, como consabido, encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como no Decreto nº 52.795, de 1963, que, no que importa para a presente análise, dispõem:

DL 236/1967

“Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos”.

(...)

Decreto 52.795, de 1963

“Art. 13 (...)

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

100. Quanto à legitimidade para executar o serviço, o mesmo Decreto-lei nº 236, de 1967, antevê o seguinte:

“Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
 - b) os Estados, Territórios e Municípios;
 - c) as Universidades Brasileiras;
 - d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.
- §1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento”.
- (...)

101. No que concerne à competência para outorgar, por se tratar de permissão de serviço de radiodifusão sonora, esta se encontra atribuída ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos dispostos no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 1962, e do art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52795, de 1963, assim editados:

Lei nº 4.117, de 1962

“Art. 34 (...)

§ 1º A outorga da concessão ou autorização é prerrogativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 33 § 5º, depois de ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital, e de publicado o respectivo parecer.

Art. 33 (...)

(...)

§5º Os serviços de radiodifusão de caráter local serão autorizados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

Decreto nº 52.795, de 1963

“Art. 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

(...)

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora”.

102. Em vista do que determinam as normas legais e infralegais suso colacionadas, constata-se que a adjudicação dos serviços ora proposta se encontra adequada ao regramento jurídico incidente, sendo competente para outorgar a permissão dela decorrente o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, por se tratar de Serviço de Radiodifusão Sonora.

IV - CONCLUSÃO

103. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico, como demonstrado nesta manifestação e nas respectivas opiniões iuris referentes aos recursos interpostos contra a habilitação da entidade julgada vencedora da seleção, opinando favoravelmente à homologação da seleção pública in casu, cujo objeto é a outorga de permissão para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo (canal 240 E), sagrando-se vencedora a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, desde quesejam plena e previamente atendidas as diligências erigidas, como condictio sine qua non, neste Parecer.

104. Oportuno ressaltar que a outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

105. Por fim, impende consignar a regularidade da minuta de Despacho a ser firmado pelo Exmo. Ministro de Estado, anexa à Nota Informativa nº 212/2017/SEI-MCTIC juntada nestes autos, assentando para logo a exigência legal de a entidade comprovar a manutenção das condições de habilitação, previamente à assinatura do contrato.

106. Ex positis, encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000046342201284 e da chave de acesso 828ca88d

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 67911230 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 23-08-2017 09:29. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Despacho Nº 1709/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00969/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.040516/2012-03, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela **Fundação João Paulo II**, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/10/2017, às 21:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2281378** e o código CRC **2C7A95B7**.

Referência: Processo nº 53000.046342/2012-84

SEI nº 2281378

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.231/SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000191/1999 e nº 53900.017136/2015-66, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE NHAMUNDÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nhamundá / AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.206/SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de REGISTRO, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 16 (dezesseis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.055933/2016-22 e da Nota Técnica nº 26704/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.305/SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de POZ DO IGUAÇU, estado do Paraná, por meio do canal 38 (trinta e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.056114/2016-01 e da Nota Técnica nº 27895/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.347/SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.075921/2017-01, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001201801080006

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TVSBT CANAL 05 DE PORTO ALEGRE S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Gramado, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.452/SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO BAHIA S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CONCEIÇÃO DO ALMEIDA (RIO DA DONA), estado da BAHIA, por meio do canal 45 (quarenta e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.046502/2017-54 e da Nota Técnica nº 25726/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.490/SEI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.078443/2017-83, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Porto Alegre/RS, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Taquara/RS, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.559/SEI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.023938/2016-96, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Comunicação e Cultura Em Barra de Cima, com sede em Distrito de Barra de Cima, s/nº, Zona Rural, na localidade de São Bento/PB, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.705/SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00964/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.041396/2012-53, de sorte a denegar provimento aos recursos interpostos pela Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240R, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.706/SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00959/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.043359/2012-80, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240R, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.707/SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00962/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.039794/2012-18, de sorte a denegar provimento aos recursos interpostos pela Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240R, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão. Ressalte-se que todo documento recursal apresentado pela proponente fora do prazo não foi conhecido, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.708/SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00960/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.042879/2012-75, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Rancherense, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240R, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

GILBERTO KASSAB

DESPACHO Nº 1.709/SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00969/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.040516/2012-03, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação João Paulo II, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240R, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

GILBERTO KASSAB

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Despacho N° 1710/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER n° 00947/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação n° 4, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, bem como encaminhar os processos das entidades não vencedoras ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria n° 355, de 12 de julho de 2012. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n° 9.138, de 22 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2017.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO (FASE PRÓPRIA RECURSAL)	RECURSO (FASE ESPECIAL DECORRENTE DE ORIENTAÇÃO DO PARECER CONJUR N° 443/2016 /SEI-MC)	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	II	53000.040516/2012-03	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	Vencedora - 1º Lugar	30 pontos
FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA	II	53000.043359/2012-80	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Não apresentado.	Habilitada	2º Lugar	13 pontos
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041396/2012-53	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	3º Lugar	10 pontos
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.039794/2012-18	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Habilitada	4º Lugar	05 pontos
TROPIKAL PRODUÇÕES S/C LTDA	II	53000.043747/2012-61	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO RANCHARIENSE	II	53000.042879/2012-75	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de	Inabilitada	Indeferimento	-

				rever a decisão.			
FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE	II	53000.041537/2012-38	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042956/2012-97	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Referência: Processo nº 53000.046342/2012-84



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/10/2017, às 21:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2281385** e o código CRC **9F6C6F2E**.

Referência: Processo nº 53000.046342/2012-84

SEI nº 2281385



DESPACHO Nº 1.710/2017/SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 00947/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046342/2012-84, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, bem como encaminhar os processos das entidades não vencedoras ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2017.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO RECURSAL (FASE PRÓPRIA)	RECURSO (FASE ESPECIAL DECORRENTE DE ORIENTAÇÃO DO PARECER CONJUR Nº 443/2016/SEI-MC)	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	II	53000.040516/2012-03	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Habilitada	Vencedora - 1º Lugar	30 pontos
FUNDAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA	II	53000.043359/2012-80	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Não apresentado.	Habilitada	2º Lugar	13 pontos
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIO-DIFUSÃO BRASIL	II	53000.041396/2012-53	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Habilitada	3º Lugar	10 pontos
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.039794/2012-18	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Habilitada	4º Lugar	05 pontos
TROPICAL PRODUTOS S/C LTDA	II	53000.043747/2012-61	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO RANCHARIENSE	II	53000.042879/2012-75	Não apresentado.	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA BURITI ALEGRE	II	53000.041537/2012-38	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042956/2012-97	Não apresentado.	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento	-

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 21, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53500.206411/2015-27
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 280/2017/SEI/AD (SEI nº 2064169), integrante deste acórdão: a) negar provimento aos Recursos das Empresas AONET PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - ME, ISFX SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES SPE LTDA., ISAQUE OLIVEIRA COMERCIAL LTDA. - ME, CELONI DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA. - ME, CLICK.COM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, LCM SANTOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, FJ NET.COM PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - ME, CEDNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - EPP, MEGA GRUPO DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, PONTOLIGHT TELECOMUNICAÇÕES S.A., FRIZZO SOLUÇÕES EM TI E TELECOM LTDA. - ME, CEDNET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA., G M S MULTI SOLUÇÕES LTDA. - ME, IMA TELECOM LTDA., MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI - EPP, VIATTIVA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, SOTHIS TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., SCREEN S.A. - EPP, BBS OPTIONS CELULAR LTDA. - ME, DESKTOP - SIGMANET COMUNICAÇÕES MULTIMÍDIA LTDA., LIGUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., RADIO CONNECT TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. - ME, CONTATO INTERNET EIRELI, PABLO B. ZUCOLOTO EIRELI ME, CB NET INTERNET LTDA. ME, VIANET TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET LTDA., FB NET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME, EVALDO SOUSA CARVALHO - ME, NTCNET PROVEDORES DE INTERNET LTDA. - ME, DOUGLAS ZUANETTI ARRUDA - EPP, JOSÉ AUGUSTO VIEIRA PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA., IBSOL TELECOM LTDA. - ME, GGT PROVEDOR INTERNET LTDA. EPP, VIACOM INFORMÁTICA LTDA. - EPP, NETCETERA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA., KWAIT TELECOMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA., REDE CONESUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, RAWNET INFORMÁTICA LTDA. ME, JK TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e JESOL SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. - ME; b) dar provimento aos Recursos das Empresas GW TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME, ITACOLMI COMUNICAÇÃO LTDA., BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e RIX INTERNET LTDA., 2B TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. - EPP, AERO NETWORKS LTDA. - ME, BB TELECOM SERVIÇOS LTDA., CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, EVALDO SOUSA CAR-

VALHO - ME, GHEKNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - EPP, GUANHÃES INTERNET LTDA. - ME, HBA TELECOM LTDA. - ME, INFOSEVIC INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, INFOVARZ LTDA. ME, INTERPIRA TELECOM LTDA., INTERPIRA INTERNET SERVICE PROVIDER LTDA. - EPP, ISUPER TELECOMUNICAÇÕES INFO LTDA. - ME, LAFAYETE PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, LCI TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, NET GLÓRIA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA., NETCOM PROVEDOR DE INTERNET E COMÉRCIO LTDA. - ME, NEW GROUP TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, NTCNET PROVEDORES DE INTERNET LTDA. - ME, ONDA INTERNET LTDA. - EPP, PONTO NET INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, RALINK TELECOM LTDA. - ME, SOARES & PERUZZO LTDA. - ME, TECH HOUSE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. - ME e TELEMÍDIA SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA. - ME, 2R TELECOM S.A., ADYL NET ACESSO A INTERNET LTDA., ATK INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, AXNET PROVEDOR DE INTERNET E COMÉRCIO LTDA. - ME, CST CERENTINI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA E TRANSMISSÃO DE DADOS LTDA. - ME, LIGUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., M.N. DOS SANTOS - INFORMÁTICA - ME, MEGA GRUPO DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, MELO TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, PLUGNET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. - EPP, TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e ZAP BI TELECOMUNICAÇÕES LTDA.; e, c) acatar o pedido de desistência apresentado pela Empresa ARION SERVIÇOS DE INTERNET LTDA.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado (slp):

Nº 14.998 - FLORESTA S/A ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 08.048.772/0001-05.

Nº 14.999 - USINA PANORAMA S/A, CNPJ nº 08.704.527/0001-09.

Nº 15.000 - ENERGETICA SERRANOPOLIS LTDA, CNPJ nº 05.643.160/0001-72.

Nº 15.001 - ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ nº 03.507.415/0020-07.

Nº 15.002 - VALDEMIR NADIN, CPF nº 534.896.591-04.

Nº 15.003 - BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL, CNPJ nº 08.070.566/0012-54.

Nº 15.004 - BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL, CNPJ nº 08.070.566/0011-73.

Nº 15.005 - HERMES MARTINS DA COSTA JUNIOR, CPF nº 210.413.691-15.

Nº 15.006 - CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA, CNPJ nº 53.503.652/0013-49.
Nº 15.009 - ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ nº 03.467.321/0001-99.

Nº 15.010 - J L AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 78.906.344/0003-13.

Nº 15.011 - CONCEBRA - CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S/A, CNPJ nº 18.572.225/0002-69.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.121 - Processo nº 53524.018004/2017-58. Expede autorização à QERO TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.951.779/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo território nacional.

Nº 14.122 Processo nº 53524.018004/2017-58. Expede autorização à QERO TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.951.779/0001-14, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.123 Processo nº 53524.018004/2017-58. Expede autorização à QERO TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.951.779/0001-14, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012018010800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e

Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.040516/2012-03

Interessado: Fundação João Paulo II

Assunto: Encaminhamento para COTED

À

Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COTED.

Referência: **Processo nº 53000.040516/2012-03**

Interessado: **Fundação João Paulo II**

Atendendo ao disposto no art. 29 do Decreto n.º 7.670, de 16 de janeiro de 2012, o qual estabelece que o interessado deve apresentar o projeto técnico de aprovação de locais e dos equipamentos antes do ato de outorga, encaminhamos o presente processo em razão da publicação do Despacho do Ministro de 23/10/2017, publicado no Diário Oficial da União em 08/01/2018, que homologa o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudica o seu objeto à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II.

Sendo a Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COTED, área competente pela análise técnica do referido projeto, encaminho o presente processo para conhecimento e adoção das devidas providências com vistas à instalação da emissora, requerendo que, ao final da análise, o mesmo seja devolvido a esta área para a conclusão do contrato.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior**,
Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União,
em 09/01/2018, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e

MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 09/01/2018, às 15:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2556635** e o código CRC **77CCA929**.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 2556635



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 534/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação João Paulo II - (CNPJ 50.016.039/0001-75)

Rua João Paulo II, S/N, Alto da Bela Vista

12.630-000 / Cachoeira Paulista-SP

**Assunto: Apresentação do projeto técnico de instalação da estação (locais e equipamentos)
- Processo nº 53000.040516/2012-03.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para lembrá-lo do prazo de quatro meses, contado a partir do dia 08/01/2018, data em que foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato de Contrato referente à execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, com utilização do canal 240E (duzentos e quarenta - educativo), para a submissão do projeto técnico de instalação da estação (pertinente a locais e equipamentos).
2. Informo que a não apresentação do referido projeto poderá ensejar no decaimento ao direito de contratação, nos termos da legislação em vigor.
3. Informo, ainda, que os formulários padronizados, bem como os modelos de declarações, listados em anexo, encontram-se à disposição no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (www.mctic.gov.br).
4. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

ANEXO I
LISTA DE DOCUMENTOS E REQUISITOS TÉCNICOS PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE
INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO (REFERENTE A LOCAIS E EQUIPAMENTOS) PARA O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE
EDUCATIVOS - FME:

PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.	
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.	
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável	

pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	
Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.	
<p>Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical.</p> <p>* No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.</p>	
Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou cartas topográficas, em escala adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.	
Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.	
Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.	
Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala	

adequada, indicando:

- * casa do transmissor ou retransmissor;
- * antena e sua estrutura de sustentação;
- * altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e
- * altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE INTERFERÊNCIAS
CAUSADAS PELA ESTAÇÃO

Eu, _____
(nome do representante legal), na qualidade de representante legal da entidade
_____ (razão social da
entidade), declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interrompereei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(assinatura do representante da entidade)

ANEXO III-A
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AERÓDROMOS NA LOCALIDADE

Declaro, de acordo com a regulamentação vigente, que não existe aeródromo _____/____ (na localidade/UF), onde a instalação proposta no projeto de aprovação de local da instalação da estação da _____ (razão social da entidade) possa causar qualquer tipo de interferência prejudicial.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO III-B
DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMOS

Declaro, em atendimento às normas vigentes, que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da estação da _____
_____ (razão social da entidade) na (localidade/UF) não
excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que o projeto de aprovação de local da estação da _____
_____ (razão social da entidade) na _____ / ____ (localidade/UF)
atende à regulamentação aplicável ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União,
Substituto, em 09/01/2018, às 15:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº
89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2560176** e o
código CRC **531D3E4E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 534/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.040516/2012-03 - Nº SEI: 2560176

Data de Envio:

09/01/2018 16:36:55

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

protocolos.mc@cancaonova.com
gestaodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.040516/2012-03

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

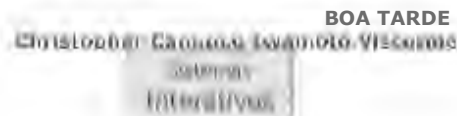
Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2560176.html



SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: São José dos Campos
Frequência: 95,9 MHz
Classe: B1
Canal: 240 E

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 1 - Outorgada

Dados da Entidade

Entidade: FUNDACAO JOAO PAULO II
Nome Fantasia: "RÁDIO CANÇÃO NOVA" e "TV CANÇÃO NOVA"
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50416152929
CNPJ: 50.016.039/0001-75
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: FUNDACAO JOAO PAULO II
Fase: 1 - Outorgada

Nº Fistel: 50416152929

Coordenadas Geográficas do Município

Município:

Latitude:

Longitude:

Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' "

Longitude: ° ' "

Local Específico:

Coordenada pré-fixada?:

Características

Canal: 240

Frequência: 95,9

Classe:

Canal Educativo?:

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

Ato nº 1.737, de 27/03/2012, publicado no DOU, de 28/03/2012.

Máximo: 250 Digitados: 61

Observação:

Coordenadas pré-fixadas: 23S1111;45W5301.

Máximo: 250 Digitados: 41

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: FUNDACAO JOAO PAULO II

Nome Fantasia: "RÁDIO CANÇÃO NOVA" e "TV CANÇÃO NOVA"

Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil

Número do CEP: 12630000

Logradouro: RUA JOAO PAULO II

Número: S/Nº

Complemento: - CAIXA
POSTAL 57Bairro: ALTO DA BELA
VISTA

Estado: SP

Município: Cachoeira
Paulista

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: 12 3186-2000

Fax: 12 3101-2074

Endereço de Correspondência

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo:

Fistel: 50416152929

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc.	SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Outorga
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Jur. <input type="text"/>

CHECKLIST

Análise do Projeto de Instalações de Estação Radiodifusora com vistas à Aprovação de Locais e Utilização de Equipamentos - APL

Processo nº 53000.040516/2012-03

Interessada: Fundação João Paulo II

Localidade da Estação: São José dos Campos/SP

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 240E (duzentos e quarenta - Educativo)

Classe: B1

CNPJ: 50.016.039/0001-75

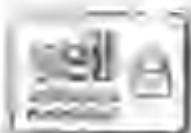
DISPOSITIVOS	ANÁLISE
ITENS A SEREM VERIFICADOS JUNTO AO SRD - SISTEMA DE CONTROLE DE RADIODIFUSÃO (ANATEL)	
Publicação do Extrato do Contrato, do Convênio ou do Decreto Legislativo.	Ok, não há contrato.
Situação dos débitos da entidade.	Ok.
PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.	Ok.
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	Ok.

Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	Ok.
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.	Ok.
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	Ok, a entidade apresentou declaração de inexigibilidade de aprovação do Comando da Aeronáutica.
Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.	Ok.
Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical. * No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.	Ok.
Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou cartas topográficas, em escala	

adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.	Ok.
Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.	Ok.
Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.	Ok. Transmissor a ser definido.
<p>Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala adequada, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> * casa do transmissor ou retransmissor; * antena e sua estrutura de sustentação; * altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e * altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar. 	Ok.
<p>PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “a” - O sistema irradiante deve ser instalado nos limites da localidade constante do ato de outorga.</p> <ul style="list-style-type: none"> * Para o caso de as coordenadas geográficas terem sido fixadas pelo PBFM, o local da estação transmissora proposta deve coincidir com as coordenadas geográficas pré-fixadas. 	Ok, o local encontra-se nas coordenadas pré-fixadas.
<p>Subitem 5.1.2, alínea “b” - O local da estação transmissora deve ser escolhido de forma que:</p> <ul style="list-style-type: none"> * o contorno 1 (74dBu) inclua a maior 	Ok.

<p>parte da zona central da localidade; e</p> <p>* o contorno 2 inclua a maior parte possível da sua zona urbana.</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “c” - O campo referente à potência do equipamento transmissor deverá, obrigatoriamente, ser preenchido.</p> <p>* A entidade deve indicar o(s) equipamento(s) transmissor(es) no formulário FMC 01 (FM), caso já o(s) tenha definido.</p> <p>* A entidade deverá apresentar transmissores e retransmissores que possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, caso não opte por apresentar tais características no momento da solicitação do licenciamento da estação.</p>	Ok.
<p>Subitem 5.1.2, alínea “d” - Verificação das distâncias ao contorno protegido (66 dBu).</p> <p>* A distância máxima, em km, ao contorno protegido (66 dBu) não poderá ser excedida em nenhuma das radiais.</p> <p>* A média aritmética das distâncias a este contorno não poderá ser menor do que a distância ao contorno máximo da classe imediatamente inferior.</p>	Ok. O cálculo da média das distâncias ao contorno protegido é inferior a 12,5 km, porém o relevo e as coordenadas pré-fixadas dificultam o atendimento do subitem 5.1.2, e o Sistema Mosaico validou como se a média fosse maior que a distância da classe imediatamente inferior.
<p>PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA, CONFORME RESOLUÇÃO ANATEL Nº 67 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1998</p>	
<p>Subitem 3.5.1.3.1 - As radiais devem estar espaçadas em 30° para diagramas de irradiação omnidirecional.</p>	Ok, apesar da antena ser omnidirecional, as radiais foram espaçadas em 15°.
<p>Subitem 3.5.1.3.2 - As radiais devem estar espaçadas em 15° para diagramas de irradiação diretiva.</p>	Não se aplica.
<p>Subitem 3.5.1.3.6 - Deverão ser apresentadas radiais extras para o caso</p>	

das radiais propostas não alcançarem a localidade a ser servida ou quando houver restrições de ERP em uma ou mais direções.	Não se aplica.
PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DO ESTÚDIO, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.2, alínea "f" - O estúdio principal deve ser instalado na localidade para a qual foi autorizada a execução do serviço, conforme o correspondente ato de outorga.	Ok.
Subitem 5.1.2, alínea "g" - O estúdio auxiliar deve ser instalado dentro da área de serviço primário da estação transmissora.	Não se aplica



Documento assinado eletronicamente por **Christopher Canguçu Iwamoto Visconde**, **Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 12/03/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2644385** e o código CRC **FFB0149F**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 3807/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.040516/2012-03.**

Assunto: **Deferimento de Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do processo em referência, a Fundação João Paulo II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, solicita a aprovação de local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, com utilização do canal 240E (duzentos e quarenta - Educativo).

ANÁLISE

2. A análise do processo foi baseada na Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005, bem como na Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes ao referido Serviço.

3. O processo indicou sua completa instrução, de acordo com a legislação em vigor, conforme as seguintes características técnicas:

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: Rua Vilaça, 725		Bairro: Centro	
CEP: 12210-000	Localidade: São José dos Campos	UF: SP	Coordenadas Geográficas: 23° 11' 11,0"S; 45° 53' 1,0"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL		
Logradouro: Rua Sebastião Humel, 171 - Sls 303/304		CEP: 12210-200
Bairro: Centro	Localidade: São José dos Campos	UF: SP

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: Observar o item 4 desta Nota Técnica.		
Modelo:	Potência de Operação: 2,00 kW	Certificação:

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda.			Modelo: FA 03 240	
Cota Base da Torre: 605 m	Altura Centro Geométrico: 52 m	Azimute de Orientação: 170° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho max.: 1,70 dBd
Tipo: Omnidirecional		Polarização: Circular		ERP max: 2,464 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS		Modelo: LCF78-50JA	
Comprimento: 62 m	Eficiência: 83,25 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 1,123 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
AZIMUTE (°)	ATENUAÇÃO (dB)*	ERP (kW)
0	1,51	1,739
15	1,51	1,739
30	1,41	1,780
45	1,21	1,865
60	0,92	1,996
75	0,63	2,131
90	0,18	2,366
105	0,00	2,464
120	0,26	2,318
135	0,45	2,224
150	0,63	2,131
135	0,63	2,131
180	0,54	2,177
195	0,54	2,177
210	0,54	2,177
225	0,54	2,177
240	0,54	2,177
255	0,54	2,177
270	0,63	2,131
285	0,72	2,086
300	0,82	2,040
315	1,01	1,952
330	1,21	1,865
345	1,31	1,822
VALORES MÉDIOS:	-	2,077

* Atenuação da antena no azimute considerado.

4. A entidade deverá ainda indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 2,00 kW, na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

5. Diante do exposto, opinamos pelo **deferimento** do pedido e encaminhamos Despacho para assinatura da autoridade competente para decisão.
6. Solicitamos que, após assinatura da autoridade competente, este processo retorne a esta Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Chefe de Serviço**, em 09/03/2018, às 09:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 14/03/2018, às 12:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2671548** e o código CRC **A7257BD4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

DESPACHO

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

Interessado: Fundação João Paulo II

Assunto: Deferimento de Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, que lhe foram atribuídas pelo Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo nº 53000.040516/2012-03, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, utilizando o canal 240E (duzentos e quarenta Educativo).

A autorização para funcionamento em caráter provisório fica condicionada à apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional e à autorização para uso da radiofrequência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 14/03/2018, às 12:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2724433** e o código CRC **D25A4B48**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral FM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
262	FUNDACAO JOAO PAULO II	PE	Gravatá	FM	1	
206	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	FM	1	
242 E	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	Cachoeira Paulista	FM	3	M
240 E	FUNDACAO JOAO PAULO II	SP	São José dos Campos	FM	1	
216	FUNDACAO JOAO PAULO II	TO	Palmas	FM	1	

Usuário: - **Data: 19/03/2018** **Hora: 10:50:44****Registro 1 até 5 de 5 registros****Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

 Mosaico

5 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Download Plano Básico

Download Estrutura

Download Documento Histórico

Ações	Faixa	UF	Município	Canal	Frequência	Finalidade	Declaragem	Classe	Num Serviço	Serviço	Local Específico	Caráter	Status	Entidade	CNPJ	ID do Canal
Visualizar em PDF	53003794150	SP	Cachoeira Paulista	242	95.3	Educativo		B1	230	FM		P	FM-C7 (Aguardando Ato de RF)	FUNDACAO JOAO PAULO II	50016039000175	57dbac465d5b67
Visualizar em PDF	504161512929	SP	São José dos Campos	240	95.9	Educativo		B1	230	FM		P	FM-C5 (Canal pendente de notoriedade)	FUNDACAO JOAO PAULO II	50016039000175	57dbac53a6c0b
Visualizar em PDF	504150238661	TO	Palmas	216	91.1	Comercial		A1	230	FM		P	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados do Estado (APL))	FUNDACAO JOAO PAULO II	50016039000175	57dbac534a179
Visualizar em PDF	50416009450	PE	Gravatá	262	100.3	Comercial		A4	230	FM		P	FM-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	FUNDACAO JOAO PAULO II	50016039000175	57dbac545a15c
Visualizar em PDF	504151512631	SP	Cachoeira Paulista	206	89.1	Comercial		A4	230	FM		P	FM-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	FUNDACAO JOAO PAULO II	50016039000175	57dbac556c58a6

SEI 53000.040516/2012-03

SEI 53000.040516/2012-03

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO JOAO PAULO II	
Nome Fantasia: "RÁDIO CANÇÃO NOVA" e "TV CANÇÃO NOVA"	
Telefone: (12) 3186-2000	E-mail: protocolos.mc@cancaonova.com
CNPJ: 50.016.039/0001-75	Número do Fistel: 50416152929
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 1.737, de 27/03/2012, publicado no DOU, de 28/03/2012.	

Endereço Sede	
Logradouro: RUA JOAO PAULO II	Complemento: - CAIXA POSTAL 57
Bairro: ALTO DA BELA VISTA	Numero: S/Nº
Município: Cachoeira Paulista	UF: SP CEP: 12630000

Endereço Correspondência	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município:	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São José dos Campos	UF: SP
Latitude: -23.18639	Longitude: -45.88361

Parâmetros Técnicos			
Canal: 240	Frequência: 95.9 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal	
Localização	
Latitude: 0	Longitude: 0 Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal	
--------------------------------	--

Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:		Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:		Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
							Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Horário de funcionamento	

[Menu Principal](#) ▼**Sistemas
Interativos**SRD » Consultas » Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: São José dos Campos
Frequência: 95,9 MHz
Classe: B1
Canal: 240 E

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 1 - Outorgada

Dados da Entidade

Entidade: FUNDACAO JOAO PAULO II
Nome Fantasia: "RÁDIO CANÇÃO NOVA" e "TV CANÇÃO NOVA"
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50416152929
CNPJ: 50.016.039/0001-75
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

+ Dados do Plano Básico

- Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: FUNDACAO JOAO PAULO II
Nome Fantasia: "RÁDIO CANÇÃO NOVA" e "TV CANÇÃO NOVA"

Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 12630000
Número: S/Nº
Município: Cachoeira Paulista
Telefone: 12 3186-2000
Logradouro: RUA JOAO PAULO II
Complemento: - CAIXA POSTAL 57
Distrito:
Bairro: ALTO DA BELA VISTA
Estado: SP
SubDistrito:
Fax: 12 3101-2074

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:
Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Fax:
Bairro:
SubDistrito:
E-mail:
Estado:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico:
SCRAD Técnico:
Data Limite
Instalação:
Fistel: 50416152929
Data Publicação
Contrato/Convênio:
Número do Processo:

- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="Outorga"/>	<input type="text" value="Jur."/>
<div> Tela Inicial  Imprimir</div>							

NOTA TÉCNICA Nº 5901/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.040516/2012-03**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - À CONJUR.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, de acordo com o Despacho de Homologação nº 1.710 de 23 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2018 (2556661).

ANÁLISE

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 14/03/2018, foi assinado pelo Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União o correspondente Despacho de Aprovação de Local (2724433), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017, foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

“Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

(...)

“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.” (NR)

“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos que seguem ao final desta Nota Técnica, para que:

- a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º e art. 31, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040516/2012-03, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, a ser assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040516/2012-03, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, por intermédio do Despacho de Homologação nº 1.710 de 23 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2018, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo: viabilidade jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 27/03/2018, às 16:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 27/03/2018, às 17:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 27/03/2018, às 17:16, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1257670



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão**, em 28/03/2018, às 12:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2761028** e o código CRC **A2D5B549**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.016.039/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/08/1982
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO JOAO PAULO II			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.11-5-01 - Clínicas e residências geriátricas 87.11-5-03 - Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes 87.11-5-04 - Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio 87.20-4-01 - Atividades de centros de assistência psicossocial 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola 85.13-9-00 - Ensino fundamental 85.20-1-00 - Ensino médio 85.31-7-00 - Educação superior - graduação 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 60.10-1-00 - Atividades de rádio 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 60.22-5-01 - Programadoras 90.01-9-02 - Produção musical 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO R JOAO PAULO II		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 12.630-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO DA BELA VISTA	MUNICÍPIO CACHOEIRA PAULISTA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CN@QUALITYASSOCIADOS.COM.BR		TELEFONE (12) 3186-2446 / (12) 3186-2126	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **29/03/2018** às **16:51:08** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.016.039/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/08/1982
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO JOAO PAULO II			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.49-4-07 - Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos 47.13-0-01 - Lojas de departamentos ou magazines 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte 01.51-2-02 - Criação de bovinos para leite 01.51-2-03 - Criação de bovinos, exceto para corte e leite 01.11-3-01 - Cultivo de arroz			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO R JOAO PAULO II	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 12.630-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO DA BELA VISTA	MUNICÍPIO CACHOEIRA PAULISTA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CN@QUALITYASSOCIADOS.COM.BR		TELEFONE (12) 3186-2446 / (12) 3186-2126	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **29/03/2018** às **16:51:08** (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)[Preparar Página para Impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 50016039/0001-75
Razão Social: FUNDACAO JOAO PAULO II
Endereço: RUA JOAO PAULO II SN / ALTO DA BELA VISTA / CACHOEIRA PAULISTA
/ SP / 12630-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/03/2018 a 13/04/2018

Certificação Número: 2018031505023364017402

Informação obtida em 29/03/2018, às 16:51:59.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO JOAO PAULO II
CNPJ: 50.016.039/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:18:04 do dia 20/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/09/2018.

Código de controle da certidão: **26DC.85CC.6190.7A87**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO JOAO PAULO II

CNPJ: 50.016.039/0001-75

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:52:47 do dia 29/03/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/04/2018.

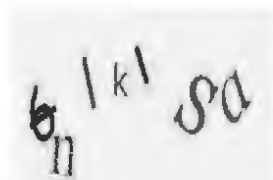
Certidão expedida gratuitamente.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS

Emissão da Certidão Negativa de Débitos

CPF • CNPJ

50.016.039/0001-75

Escreva os caracteres da
imagem no campo ao lado

Obter nova imagem

Emitir

Não foi possível emitir a Certidão Negativa. Favor dirigir-se ao seu Posto Fiscal.**(<http://www.fazenda.sp.gov.br/regionais/default.asp>)****Para mais informações acesse o Guia do Usuário, Certidões de Débitos não Inscritos**
(http://www.fazenda.sp.gov.br/guia/certidoes/debitos_ao_inscritos.shtm), ou ligue para
0800-170-110 ou utilize o nosso Correio Eletrônico. (<https://www.fazenda.sp.gov.br/email/default2.asp>)

Data e hora da pesquisa 29/03/2018 16:53:44 (hora de Brasília)

Sistema disponível em dias úteis das 06:00 às 21:00 hrs

Este site é melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer 8 ou superior e / ou Google Chrome e Mozilla
Firefox browsers.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO JOAO PAULO II

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 50.016.039/0001-75

Certidão nº: 147000287/2018

Expedição: 29/03/2018, às 17:16:49

Validade: 24/09/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO JOAO PAULO II** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **50.016.039/0001-75**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



BOA TARDE
GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 50.016.039/0001-75

FUNDACAO JOAO PAULO II											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
BRUNO PINTO COSTA	023.944.924-06	FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	São José dos Campos
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	PE	Gravatá
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	TO	Palmas
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (VICE-DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
WELLINGTON SILVA JARDIM	370.856.628-91	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	BA	Vitória da Conquista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Regional	PE	Gravatá
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OM	Nacional	TO	Palmas
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OC	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	OT	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	TO	Palmas
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	PE	Gravatá

FUNDACAO JOAO PAULO II											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	FM	--	SP	São José dos Campos
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SP	Cachoeira Paulista
		FUNDACAO JOAO PAULO II	50.016.039/0001-75	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	SE	Aracaju

Usuário: gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS
 Data: 29/03/2018
 Hora: 17:08:22

FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL/ESTATUTÁRIA E/OU ATA DE REUNIÃO/ASSEMBLEIA

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	Fundação João Paulo II		
CNPJ:	50.016.039/0001-75	CEP da sede:	12.630-900
Endereço da sede:	Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.		
E-mail de contato:	Protocolos.mc@cancaonova.com		

Eu, **Wellington Silva Jardim**, inscrito no CPF sob o nº 370.856.628-91, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e em atendimento ao disposto na alínea “b” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho comunicar a realização da **ALTERAÇÃO CONTRATUAL/ESTATUTÁRIA OU ATA DE REUNIÃO/ASSEMBLEIA**, registrada em 02/10/2017 sob o nº 33, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 e, se necessário, o formulário constante do ANEXO 2 (apenas quando houver alteração de quadro societário e/ou diretivo).

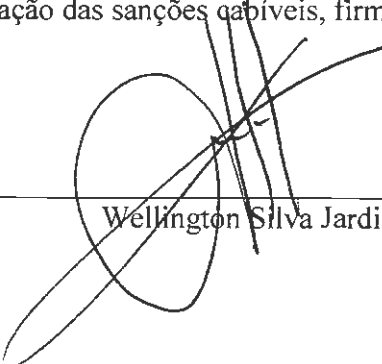
DECLARAÇÕES

Com vistas à aprovação do instrumento de alteração do ato constitutivo da Entidade, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios da Pessoa Jurídica faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 1967;
- (b) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorga, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pelo art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 1967;
- (c) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial; e

(d) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Wellington Silva Jardim

ANEXO 1

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVO À PESSOA JURÍDICA	Ato de alteração, registrado no órgão de registro competente, encaminhado no prazo de 60 dias, a contar da realização do ato.
RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES	<p>a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios e dirigentes, por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte;</p> <p>ATENÇÃO: Essa documentação deve ser encaminhada apenas para os casos em que houver alteração dos sócios e/ou dirigentes.</p>

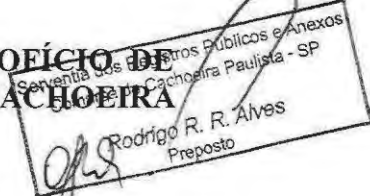


ANEXO 2

(PREENCHER O ESPAÇO ABAIXO, **APENAS** QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO E/OU DIRETIVO)

QUADRO SOCIETÁRIO ANTERIOR		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
-----	-----	-----
QUADRO DIRETIVO ANTERIOR		
NOME	CARGO	CPF
Wellington Silva Jardim	Diretor Executivo	370.856.628-91
Wellington Santos Moreira	Vice-Diretor Executivo	579.389.891-34
NOVO QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
-----	-----	-----
NOVO QUADRO DIRETIVO		
NOME	CARGO	CPF
Wellington Silva Jardim	Diretor Executivo	370.856.628-91
Bruno Pinto Costa	Vice-Diretor Executivo	023.944.924-06

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO RESPONSÁVEL PELO OFÍCIO DE
REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE CACHOEIRA
PAULISTA - SP.



Modelo para
22/9/17

FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.016.039/0001-75, com sede na Rua João Paulo II, s/n.º, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.630-900, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **WELLINGTON SILVA JARDIM**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, requerer o Registro da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fundação João Paulo II, lavrada no dia 22 de setembro de 2017.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cachoeira Paulista/SP, 22 de setembro de 2017.



FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II
Wellington Silva Jardim



Registro Civil
Cachoeira Paulista - SP

WAUTIER TOLEDO GUMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 191 - Centro - CEP: 12.630-400
Tel/Fax: (12) 3101-3125 - cachoeirapaulista@rpsp.org.br

RECONHEÇO por SEMELHANÇA 1 firmas(s) SEM VALOR ECONÔMICO de:
WELLINGTON SILVA JARDIM*****
Cachoeira Paulista, 22 de setembro de 2017.
Em testº da verdade.
Luciane Marques Guimarães - Substituta Designada
C.34451. Total: R\$ 5,82.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO,
DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
Rodrigo R. Alves
reposto

N.º 127/17 CONSDELEXTR

No dia 22 de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, na Rua João Paulo II, s/n.º, bairro Alto da Bela Vista, município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, em sua sede social, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fundação João Paulo II. A reunião foi convocada pelo Sr. Diretor Executivo, Wellington Silva Jardim, que me escolheu, Luzia de Assis Ribeiro Santiago, Secretária Deliberativa *ad hoc*, para secretariar os trabalhos. Ausentes o Sr. Nelson Correa Júnior, Segundo Conselheiro Deliberativo e o Pe. Fabrício Leitão de Andrade Júnior, Conselheiro Fiscal. Explicou o Sr. Diretor Executivo que, de acordo com comunicação feita a todos os membros do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e por eles recebida, a presente reunião tem como pauta a deliberação sobre: **1).** Ciência aos membros do Conselho da renúncia do Vice-Diretor Executivo da Fundação João Paulo II, Sr. **WELLINGTON SANTOS MOREIRA**, conforme carta endereçada ao Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação João Paulo II, em 12/09/2017. Ato contínuo, conforme dispõe o artigo o artigo 49 do Estatuto Social da Entidade, o Conselho Geral elege e empossa, na presente data, o Pe. **BRUNO PINTO COSTA**, brasileiro, solteiro, missionário, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 1.814.191 SSP/PB e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas/CPF n.º 023.944.924-06, para ocupar, até o final do mandato, 25/5/2018, o cargo de Vice-Diretor Executivo da Fundação João Paulo II. Aberta a sessão com orações, foi colocada em votação a proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. Indagando aos presentes se mais algum outro assunto devesse ser tratado e, como ninguém se manifestou, deu o Sr. Presidente da reunião como aprovada a proposta da Ordem do Dia, suspendendo a Reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi a ata lida aos presentes, que a aprovaram e a assinaram, para que seja submetida ao crivo do Ministério Público local, na qualidade de curador de fundações, para posterior registro.

Cachoeira Paulista/SP, dia 22 de setembro de 2017.

Monsenhor Jonas Abib (Presidente Deliberativo)

Filipe Garcez Jardim (Vice-Presidente Deliberativo)

Luzia de Assis Ribeiro Santiago (Secretária Deliberativa *ad hoc* e Primeira Conselheira Deliberativa)

Carla Ribeiro Astuti Coelho (Terceira Conselheira Deliberativa)



Felipe Rinaldo Queiroz de Aquino (Quarto Conselheiro Deliberativo)

Wellington Silva Jardim (Diretor Executivo)

Pe. Bruno Pinto Costa (Vice-Diretor Executivo)

Carlos Aparecido Astuti (Conselheiro Fiscal)

Jackie Cardoso Sodero Toledo (Conselheiro Fiscal)

Edvânia Duarte Eleutério (Conselheira Fiscal Suplente)

Rosana Aparecida Palandi Silva (Conselheira Fiscal Suplente)

Registro Civil
Cachoeira Paulista - SP
WALTER TOLEDO GUIMARÃES - Oficial de Registro
Rua São Sebastião, nº 91 - Centro - CEP: 12.630-000
Tel/Fax: (12) 3101-3135 - cachoeirapaulista@arpensp.org.br

RECONHEÇO por SEMELHANÇA as firmas(s) SEM VALOR ECONOMICO de:
CARLOS APARECIDO ASTUTI, EDVÂNIA DUARTE ELEUTÉRIO, FELIPE RINALDO
QUEIROZ DE AQUINO, JACKIE CARDOSO SODERO TOLEDO, ROSANA APARECIDA
PALANDI SILVA E WELLINGTON SILVA JARDIM*****

Cachoeira Paulista, 22 de setembro de 2017.

Em teste da verdade.

Luciane Marques Guimarães - Substituta Designada

LUCIANE MARQUES GUIMARÃES
SUBSTITUTA DESIGNADA
RCPN CACHOEIRA PAULISTA



Protocolo

Livro A

fls. 258

n.º 1901

em 02/10/2017

Registro no Livro

de fls. 94

sob n.º 33 da ordem

Cachoeira Paulista, 03 de Setembro de 2017

Delegado Rosangela

SERVENTIA DOS REGISTROS PUBLICOS E ANEXOS

RUA DR. ROCHA JUNIOR, 194-CACHOEIRA PAULISTA-SP

FONE: (12)3101 2299

B. E. Rodrigues Alves Neto
Delegado Responsável

Rodrigo R. Rodrigues Alves
Preposto

CERTIDÃO

O Delegado Responsável pelo Serviço de Registros de Imóveis, de títulos e Documentos e Protestos de Letras e Títulos desta Comarca de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, usando das Atribuições que lhe foram delegadas por lei, etc.

CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou constar registrado no Livro A4 do Registro de Pessoas Jurídicas sob n 33, data de 01.07.2016, o registro da ultima alteração do Estatuto da Fundação Joao Paulo II registrado em 27.07.16. Dou fé. **Certifico mais**, que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou constar registrado no Livro A4 do Registro de Pessoas Jurídicas as fls. 73 sob nº 33, em data de 11.11.14 o registro da Ata de Renuncia do Senhor Paulo Roberto de Oliveira Lourenço ao cargo que ocupava de Vice-Diretor Executivo ficando com este cargo o Senhor Clovis Nardelo Junior em data de 24.10.14. Dou fé. **Certifico mais**, que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou constar registrado no Livro A4 do Registro de Pessoas Jurídicas sob nº 33, verifiquei constar que o atual Diretor Executivo é o Senhor Wellington Silva Jardim. Dou fé. **Certifico mais**, que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou constar registrado no Livro A4 do Registro de Pessoas Jurídicas sob nº 33, verifiquei constar que Senhor Clovis Nardelo Junior renunciou ao cargo de Vice-Diretor Executivo e foi eleito e empossado o Sr. Wellington Santos Moreira em data de 27.04.17, conforme Ata registrada nesta Serventia em data de 12.5.17. Dou fé. **Certifico mais**, que revendo no arquivo do Cartório a seu cargo, dele verificou constar registrado no Livro A5 do Registro de Pessoas Jurídicas sob nº 33, em 03 de outubro de 2017 o registro da Ata nº 127/17, realizada em 22 de setembro de 2017, a renúncia do Sr. Wellington Santos Moreira e eleição do Sr. Bruno Pinto Costa, ficando assim composto o Quadro Diretivo da FJPII, qual seja: Sr. Wellington Silva Jardim - Diretor Executivo e Sr. Bruno Pinto Costa - Vice-Diretor Executivo).

“Selos pagos por verba”

Escrivão	Estado	Carteira	RC/TJ	ISS	MP	TOTAL
21,60	6,20	4,20	1,12/1,48	0,40	1,04	36,04

11 OUT 2017

Serventia dos Registros Públicos e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP
B.E RODRIGUES ALVES NETO
Delegado Responsável

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Cachoeira Paulista - SP

12119-4 - AA 014034

12119-4-013001-015005-0517

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8340-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

726A4D4B

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MAIOR DE 65 ANOS

NÃO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.777.160-1 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 05/10/2016

NOME WELLINGTON SILVA JARDIM

FILIAÇÃO JONAS JARDIM FILHO
DULCE SILVA JARDIM

NATURALIDADE CRUZEIRO - SP DATA DE NASCIMENTO 18/05/1949

DOC ORIGEM QUELUZ-SP QUELUZ CC:LV.B10 /FLS.274V/Nº01750

CPF 370856628/91

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

RCPN DE CACHOEIRA PAULISTA - SP
WAUTIER TOLEDO GUIMARAES
OFICIAL REGISTRADOR
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$3,20

18 SET 2017

Cachoeira Paulista

LUCIANE MARQUES GUIMARAES
SUBSTITUTA

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

EM BRANCO

RCPN DE CACHOEIRA PAULISTA - SP
WALTER TOLEDO SUMMARAES
OFICIAL REGISTRADOR
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOUFE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 3,32

Cachoeira 11 OUT. 2017
Paulista



DE M. MOTA SOUZA
ESCRIVENTE
NTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		REGISTRO GERAL 1.814.191-2 VIA	
P-04		DATA DE EXPEDIÇÃO 03 JAN 2002	
		NOME BRUNO PINTO COSTA	
		FILIACÃO Francisco Florêncio da Costa Neto	
ASSINATURA DO TITULAR		Izabel Cristina Veloso Pinto Costa	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		João Pessoa-Pb 18/01/1978	
		NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO	
		Cert. nasc. 9549-Fls. 49-Liv. A12-Cart. 2º Of.	
		DOC ORIGEM J. Pessoa-Pb	
		CPF 023.944.924-06	
		João Pessoa - PB	
		ASSINATURA DO DIRETOR	
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

RCPN DE CACHOEIRA PAULISTA - SP
WALTER TOLEDO SUMMARAES
OFICIAL REGISTRADOR
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOUFE
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R\$ 3,32

Cachoeira 11 OUT. 2017
Paulista



DE M. MOTA SOUZA
ESCRIVENTE
NTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Nome BRUNO PINTO COSTA	
Nº de inscrição 023944924-06	
Date do Nascimento 18/01/78	
Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.	
Assinatura BRUNO PINTO COSTA	
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
Emitido em : 18/03/95	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e

Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.040516/2012-03

Interessado: Fundação João Paulo II

Assunto: Atualização de Certidões

À

Consultoria Jurídica - CONJUR.

1. Em razão da necessidade de atualização das certidões fiscais em nome da Fundação João Paulo II, informa-se, que segue anexo (2819150), documento com certidões do Fistel, PGFN, FGTS, TST. Quanto às certidões relativas aos tributos estaduais e municipais, não foi possível a emissão.

2. Segue também documento constando pedido de atualização do quadro diretivo da entidade, consubstanciada na Ata de Reunião Extraordinária, realizada em 22.09.2017, registrada na Serventia de Registros Públicos e Anexos de Cachoeira Paulista no Livro A5 do Registro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 33, em 03.10.2017 (2819154), agora composto pelos senhores Wellington Silva Jardim e Bruno Pinto Costa, devidamente aprovados pelo Processo nº 01250.063057/2017-97, que contém declarações dos dirigentes, além de aferir que limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo respeitados.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 02/04/2018, às 17:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2819106** e o código CRC **D354E42B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03**SEI nº 2819106**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00325/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.040516/2012-03

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA:

I – Portaria de outorga para permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo: viabilidade jurídica, **desde que atendidas as recomendações;**

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

I - DO RELATÓRIO

1. Por meio da Nota Técnica nº 5901/2018/SEI-MCTIC, a Secretaria de Radiodifusão (SERAD) encaminhou para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da Fundação João Paulo II, vencedora da seleção pública que visa a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP.

2. Assevera, ainda, que, após a adjudicação da outorga, a entidade ora interessada apresentou seu projeto de instalação e de utilização de equipamentos, conforme exige o art. 29 do Decreto nº 52.795/19663, o qual foi aprovado pela Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações (SEI 2724433), sendo considerada apta à obtenção do serviço.

3. Disse, também, que, com a publicação do Decreto nº 9.138/2017, que alterou o referido Decreto nº 52.795/1963, as fases do processo de outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, foram invertidas, devendo a assinatura do contrato ser precedida da publicação da Portaria de outorga e do Decreto Legislativo respectivamente.

4. Assim, a SERAD **concluiu que a entidade está apta à obtenção da outorga em questão** e solicitou desta unidade consultiva posicionamento jurídico acerca da regularidade do procedimento e da minuta de Portaria acostada a sua última manifestação nestes autos.

5. Eis o breve relatório.

II - DA BASE LEGAL QUE REGE O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios são órgãos setoriais da Advocacia-Geral da União que têm por finalidade prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 73/93.

7. Portanto, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, de maneira que os assuntos que envolvam aspectos fáticos, como a autenticidade dos documentos recebidos, e meritórios dos atos administrativos são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos. Cabe, assim, efetuar a verificação de regularidade do caso em apreço para garantir o respeito aos princípios e regras constitucionais, legais e regulamentares que regem o pedido.

8. Dito isso, vê-se que o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como no Decreto nº 52.795, de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017), a saber:

DL 236/1967

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

(...)

Decreto 52.795, de 1963

Art. 13 caput

(...)

§ 1º É **dispensável** a licitação para outorga para execução **de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos**.

9. Segundo o art. 14 do referido Decreto-lei nº 236/1967, os legitimados para executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos são União, Estados, Territórios, Municípios, Universidades Brasileiras e Fundações constituídas no Brasil. Veja-se a literalidade do dispositivo legal:

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

(...)

10. Por sua vez, a competência para outorgar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos é do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando se tratar da exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens; e do Excelentíssimo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, em se tratando de permissão de serviços de radiodifusão sonora. Confira-se:

CBT – Lei nº 4.117, de 1962

Art. 34 (...)

§12 A outorga da concessão ou permissão é prerrogativa do Presidente da República, depois de ouvido o órgão competente do Poder Executivo sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital e de publicado o respectivo parecer. (Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017).

Decreto nº 52.795, de 1963

Art 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

§ 1º Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012).

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. (Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012).

11. Na hipótese dos autos, vê-se que o pleito ora sob análise trata de outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, evidenciando que a prática do corresponde ato administrativo é da competência do Excelentíssimo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, nos termos do referido art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795/1963.

12. Em plano infralegal, foi publicada portaria ministerial a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos: à época da publicação do referido Aviso encontrava-se em vigor, ainda, a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

13. Por sua vez, a vigente Portaria nº 4335, de 2015[1], é expressa ao prever que os procedimentos e critérios de seleção aplicados deverão ser aqueles previstos na Portaria vigente à época da publicação do respectivo Aviso; no caso em apreço, é a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, sendo este o diploma normativo que deve ser observado por ocasião da seleção *in casu*.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

14. Delimitados os parâmetros formais do objeto de análise, bem como a base legal que rege o serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, passa-se a analisar a regularidade do procedimento em questão.

15. Registra-se, de início, que 8 (oito) entidades manifestaram interesse na obtenção da outorga, na localidade de São José dos Campos/SP, a saber:

- a) Fundação João Paulo II - Processo nº 53000.040516/2012-03 – habilitada – Vencedora – 1º Lugar;
- b) Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada - Processo nº 53000.043359/2012-80 – Habilitada - 2º Lugar;
- c) Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil - Processo nº 53000.041396/2012-53 – Habilitada - 3º Lugar;
- d) Fundação Regional de Radiodifusão Educativa - Processo nº 53000.039794/2012-18 - Habilitada - 4º Lugar;
- e) Tropikal Produções S/C Ltda - Processo nº 53000.043747/2012-61 – Inabilitada – Indeferimento;
- f) Fundação Ranchariense - Processo nº 53000.042879/2012-75 – Inabilitada – Indeferimento;
- g) Fundação Cultural e Educativa Buriti Alegre - Processo nº 53000.041537/2012-38 – Inabilitada – Indeferimento; e
- h) Fundação Evangélica Trindade - Processo nº 53000.042956/2012-97 – Inabilitada – Indeferimento.

16. O pleito da Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada foi analisado pela SERAD no bojo do processo nº 53000.043359/2012-80, sendo habilitada, mas classificada em 2º lugar. Apresentada a correspondente impugnação, esta CONJUR opinou pelo Parecer nº 00959/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Processo nº 53000.043359/2012-80 – SEI 2155956), no sentido de conhecer e não prover o recurso, o que foi acolhido pela autoridade competente (SEI 2327664 do aludido processo).

17. Por sua vez, o pleito da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil foi examinado pela SERAD no Processo relacionado nº 53000.041396/2012-53, sendo habilitada e classificada apenas em 3º lugar. Apresentada a respectiva impugnação, esta CONJUR exarou o Parecer nº 00964/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 2156048 do Processo nº 53000.041396/2012-53), por meio do qual recomendou o conhecimento e não provimento do recurso, o que foi acolhido pela autoridade competente (Processo nº 53000.041396/2012-53 – SEI 2327651).

18. A pretensão apresentada pela Fundação Regional de radiodifusão Educativa foi apreciada pela SERAD no Processo nº 53000.039794/2012-18, sendo habilitada e classificada apenas em 4º lugar. Com a interposição do recurso, esta unidade consultiva sugeriu o conhecimento e não provimento da impugnação (Parecer nº 00962/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Processo nº 53000.039794/2012-18 – SEI 2156021), sendo acolhida a recomendação pela autoridade competente (Processo nº 53000.039794/2012-18 – SEI 2327670).

19. O pleito da Tropikal Produções S/C Ltda foi analisado pela SERAD no bojo do Processo nº 53000.043747/2012-61, sendo inabilitada, uma vez que sociedade empresária limitada não tem legitimidade para prestar o serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, conforme art. 14 do referido Decreto-lei nº 236/1967 c/c art. 2º da Portaria nº 355/2012. Os autos foram remetidos a esta CONJUR, sendo exarado o Parecer nº 00958/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Processo nº 53000.043747/2012-61 – SEI 2155978), posicionando-se pela manutenção da inabilitação. Não houve apresentação de impugnação.

20. O requerimento da Fundação Ranchariense foi examinado pela SERAD no Processo nº 53000.042879/2012-75, culminando na inabilitação, com o consequente indeferimento do pleito. Interposto recurso, esta CONJUR opinou pelo Parecer nº 00960/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Processo nº 53000.042879/2012-75 – SEI 2156081), no sentido de conhecer e não prover a impugnação, sendo acolhida a sugestão pela autoridade competente (Processo nº 53000.042879/2012-75 – SEI 2327688).

21. O pleito da Fundação Cultural e Educativa Buriti Alegre foi apresentado desacompanhado da documentação necessária, o que motivou a inabilitação da entidade. Os autos foram remetidos a esta CONJUR, sendo exarado o Parecer nº 00961/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Processo nº 53000.041537/2012-38 – SEI 2155998), posicionando-se pela manutenção da inabilitação. Não houve apresentação de impugnação.

22. Por último, o pleito da Fundação Evangélica Trindade foi apresentado desacompanhado da documentação necessária, o que motivou, do mesmo modo, a inabilitação da entidade. Os autos foram remetidos a esta CONJUR, sendo exarado o Parecer nº 00967/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Processo nº 53000.042956/2012-97 – SEI 2156146), posicionando-se pela manutenção da inabilitação. Não houve apresentação de impugnação.

23. Verifica-se, portanto, que o postulado do devido processo legal fora devidamente observado no curso deste processo, sendo respeitados, de igual sorte, o contraditório e a ampla defesa.

24. O **resultado final** foi também analisado por esta CONJUR, mediante PARECER n. 00947/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Processo nº 53000.046342/2012-84 - SEI 2155902), por meio do qual há minuciosa e circunstanciada análise de todo o processo de seleção envolvendo a localidade em questão, bem como dos recursos apresentados pelas outras entidades, e cujas conclusões foram lançadas no seguinte sentido:

IV - CONCLUSÃO

103. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico, como demonstrado nesta manifestação e nas respectivas *opínios iuris* referentes aos recursos interpostos contra a habilitação da entidade julgada vencedora da seleção, opinando favoravelmente à homologação da seleção pública *in casu*, cujo objeto é a outorga de permissão para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo (canal 240 E), sagrando-se vencedora a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, desde que sejam plena e previamente atendidas as diligências erigidas, como *condictio sine qua non*, neste Parecer.

25. Registre-se que a ressalva feita no sobredito Parecer (Processo nº 53000.046342/2012-84 - SEI 2155902), como *condictio sine qua non* para deferimento do pleito, foi devidamente diligenciada pela SERAD no bojo destes autos, quando do encaminhamento de expediente à entidade ora interessada, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19456/2017/SEI-MCTIC (SEI 2157755) e Ofício nº 37018/2017/SEI-MCTIC (SEI 2157765), visando a atualização de seu quadro

diretivo, que se encontrava em fase de vencimento de mandato. Em resposta, a entidade encaminhou os documentos juntados no Processo nº 01250.057326/2017-86 – SEI 2221043, atendendo ao que foi requerido.

26. Desse modo, foram exarados alguns despachos ministeriais analisando os recursos das entidades que os apresentaram, bem como o **Despacho nº 1710/2017/SEI-MCTIC**, publicado no Diário Oficial da União em 05 de janeiro de 2018, no qual o Ministro titular desta pasta homologa o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos/SP, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudica o seu objeto à **FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II**.

27. Nessa mesma ocasião do Despacho, a entidade vencedora foi instada, nos termos do art. 29 do Decreto nº 52.795/63, a submeter, no prazo de 120 dias, à aprovação do Ministério, *os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos*, diligência esta encaminhada via Ofício 534/2018 (sei 2560176).

28. Tais providências foram encaminhadas ao MCTIC por meio dos protocolos nº 01250.005912/2018-26, 01250.006998/2018-12, 01250.008523/2018-52 e 01250.009005/2018-56. A SERAD/MCTIC, por sua vez, analisou os aspectos técnicos por meio do Checklist COTED SEI 2644385, pela Nota Técnica nº 3807/2018 (SEI 267158) e, por fim, o Despacho Interno COTED SEI 2724433, por meio do qual o Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações aprovou o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75. Consignou-se, ainda, que *“A autorização para funcionamento em caráter provisório fica condicionada à apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional e à autorização para uso da radiofrequência”*.

29. Outrossim, registra-se o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico (SEI 2644387).

30. Consta dos autos extrato do SRD (SEI 2760961), bem como o Despacho COLEC 2819106, por meio dos quais se extrai a observância aos limites do art. 12 e do seu § 3º, do Decreto-Lei nº 236/67, circunstância esta que deve sempre ser objeto de análise por parte da SERAD, **competindo à SERAD sempre averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato, a fim de velar pelo cumprimento dos limites**.

31. Portanto, segundo consta das manifestações da SERAD, não se vislumbra pendência de índole técnica.

32. Já no tocante aos demais aspectos jurídicos, passa-se a analisar a manutenção das condições de habilitação por parte da entidade, bem como de seus dirigentes, conforme a seguir exposto.

33. Quanto à regularidade jurídica, além dos documentos juntados por ocasião do requerimento de outorga, a entidade apresentou, por meio do protocolo nº 01250.057326/2017-86, comprovante de alteração do quadro diretivo, incluindo o Sr. Wellington Santos Moreira, como vice-Diretor executivo da entidade, com mandato até 05/2018, com a respectiva ata registrada, declarações atualizadas dos dirigentes a que se refere o art. 15, §2º, do Decreto nº 52.795/63, certidão simplificada, prova da condição de brasileiro nato dos dirigentes, prova de quitação com a Justiça Eleitoral, dentre outros. Entretanto, a SERAD juntou aos autos o anexo SEI 2819154, por meio do qual a entidade comunica nova alteração do quadro diretivo, isto é, a substituição do Vice-Diretor, passando a figurar como tal o Sr. Bruno Pinto Costa, acompanhado do formulário de alteração, comprovante de nacionalidade, Ata de reunião extraordinária devidamente registrada e das declarações pertinentes.

34. Quanto à regularidade fiscal e financeira, a entidade juntou certidão que comprova a regularidade com o FISTEL/ANATEL, conforme o protocolo nº 01250.008523/2018-52. Já no anexo SEI 2819150, foram juntados comprovante de inscrição nacional de pessoa jurídica e situação cadastral atualizado, certidões atualizadas, demonstrando a regularidade com o FGTS, com a seguridade social, com os débitos Federais (certidão positiva com efeitos de negativa), com a ANATEL (certidão positiva com efeitos de negativa) e certidão negativa de débitos trabalhistas.

35. Ainda, nesse ponto, observa-se que não foi possível extrair, pelo sítio eletrônico, a certidão que comprove situação de regularidade Estado de São Paulo. Outrossim, não consta dos autos comprovantes de regularidade atualizados com a Fazendas municipal da sede da entidade (Município de Cachoeira Paulista), **o que demanda diligência junto à entidade para apresentar prova de regularidade com os respectivos entes fazendários**.

36. Como o pleito restou devidamente analisado por esta CONJUR, cabe nesta oportunidade a apreciação da minuta de Portaria acostada, tendo em vista que o Decreto nº 9.138/2017, que alterou o referido Decreto nº 52.795/1963, inverteu as fases do processo de concessão da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos. Desde então, a assinatura do contrato é precedida da publicação dos correspondentes Portaria de outorga e Decreto Legislativo.

37. Outrossim, examinando a minuta de Portaria acostada à Nota Técnica nº 3035/2018/SEI-MC (SEI 2640893), não se vislumbra qualquer atecnia ou ilegalidade, ficando atestada a sua juridicidade.

38. Por fim, considerando-se a necessidade de manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67^[7], orienta-se que a área técnica, **por ocasião da assinatura do contrato**, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos que eventualmente se encontrarem vencidos, hipótese em que o prosseguimento desse processo depende da **regularidade** e atualização dos documentos em referência. Vale dizer, ainda, que o cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

III – DA CONCLUSÃO:

39. No que concerne às minutas de Portarias e de exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº 3035/2018/SEI-MC (SEI 2640893), estas atendem as formalidades legais, devendo apenas serem **objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias** por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro.

40. Diante do exposto, **atendidas as recomendações vazadas nos itens 34, 35, 38 e 39 deste Parecer**, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito.

41. Em razão do exposto, encaminhe-se os autos à Secretaria de Radiodifusão, para as providências cabíveis.

Brasília, 02 de abril de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC Nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000040516201203 e da chave de acesso a922b87c

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 121220017 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 02-04-2018 17:52. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.040516/2012-03

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 03/04/2018, às 11:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2826203** e o código CRC **1290FC8D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 2826203

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.040516/2012-03

Referência: Nota Técnica 5901 (2761028)

Interessado: Fundação João Paulo II

Assunto: Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos

De ordem da Sra. Diretora, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (CGEC) para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes, Agente Administrativo**, em 03/04/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2828143** e o código CRC **C0FF6253**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 2828143

NOTA TÉCNICA Nº 7159/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.040516/2012-03**

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à instrução processual - Diligências Conjur.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Camps/SP, por meio do canal 240E, de acordo com o Despacho de Homologação nº 1.710 de 23 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2018 (2556661).

ANÁLISE

2. Os presentes autos foram encaminhados à Consultoria Jurídica - Conjur deste Ministério, para manifestação quanto à regularidade jurídico-formal do procedimento e posterior envio ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

3. A Conjur se manifestou pela viabilidade jurídica, desde que atendida as recomendações, conforme abaixo:

35. Ainda, nesse ponto, observa-se que não foi possível extrair, pelo sítio eletrônico, a certidão que comprove situação de regularidade Estado de São Paulo. Outrossim, não consta dos autos comprovantes de regularidade atualizados com a Fazendas municipal da sede da entidade (Município de Cachoeira Paulista), o que demanda diligência junto à entidade para apresentar prova de regularidade com os respectivos entes fazendários.

(...)

38. Por fim, considerando-se a necessidade de manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7], orienta-se que a área técnica, por ocasião da assinatura do contrato, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos que eventualmente se encontrarem vencidos, hipótese em que o prosseguimento desse processo depende da regularidade e atualização dos documentos em referência. Vale dizer, ainda, que o cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

4. Desse modo, faz-se necessário instar a entidade para que apresente os seguintes documentos devidamente atualizado:

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;
- b. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 03/04/2018, às 15:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2827727** e o código CRC **4DE3566B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 12776/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

WELLINGTON SILVA JARDIM

Representante Legal da Fundação João Paulo II - (CNPJ 50.016.039/0001-75)

Rua João Paulo II, S/N, Alto da Bela Vista

12.630-000 / Cachoeira Paulista-SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.040516/2012-03.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7159/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 03/04/2018, às 16:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2829181** e o código CRC **33FF8052**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 12776/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.040516/2012-03 - N° SEI: 2829181

Data de Envio:

04/04/2018 09:45:33

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

protocolos.mc@cancaonova.com
gestaodeoutorgas@cancaonova.com
jackie@cancaonova.com
gilda.toti@cancaonova.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.040516/2012-03

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2829181.html
Nota_Tecnica_2827727.html

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.040516/2012-03
Referência: Parecer Jurídico nº 325/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2824445)
Interessado: Fundação João Paulo II
Assunto: Publicação de Portaria de Outorga

À

Secretaria de Radiodifusão - SERAD.

Considerando o disposto no **Parecer Jurídico nº 325/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2824445)**, que opina pela viabilidade jurídica do procedimento, desde que atendidas as recomendações, e, considerando ainda que tais recomendações foram prontamente atendidas pelo interessado, conforme se verifica no Protocolo nº 01250.019159/2018-56, encaminhe-se os autos com vistas à publicação de portaria de outorga e posterior envio do processo à Casa Civil, em prosseguimento.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/04/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 12/04/2018, às 17:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 13/04/2018, às 09:24, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1257670



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Secretário de Radiodifusão, Substituto**, em 13/04/2018, às 09:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2879652** e o código CRC **D130B46B**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º e art. 31, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040516/2012-03, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, a ser assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040516/2012-03, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, por intermédio do Despacho de Homologação nº 1.710 de 23 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2018, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº ____/MC, DE ____ DE ____ DE 2018.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

I – Portaria de outorga para permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo: viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações;

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

PORTARIA Nº 2027/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º e art. 31, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040516/2012-03, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, a ser assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/04/2018, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2881991** e o código CRC **AF7D2D28**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040516/2012-03, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, por intermédio do Despacho de Homologação nº 1.710 de 23 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2018, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº ____/MC, DE ____ DE ____ DE 2018.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

I – Portaria de outorga para permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo: viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações;

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/04/2018, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2882005** e o código CRC **9F677BA0**.

Referência: Processo nº 53000.040516/2012-03

SEI nº 2882005

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 18/04/2018 16:50:27
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: Cristiane Babilônia de Melo
Ofício: 4757532
Data prevista de publicação: 19/04/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10690288	PORT Nº 2027_2018 - RTF.rtf	9a7d98e09cfe66a4 88645f31ffdaa353	8,00	
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 264,32



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.027-SEI, DE 18 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º e art. 31, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040516/2012-03, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, CNPJ nº 50.016.039/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educacionais, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, a ser assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.138, DE 18 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto no item 34 e 35 da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a coleta e a remessa de material científico pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta portaria, para o projeto de pesquisa científica intitulado "Avaliação da função protetora de bactérias simbióticas associadas ao besouro *Lagria villosa*", registrado no CNPq sob nº 01300.0013848/2017-33, tendo, como contraparte brasileira, André Rodrigues, representante da Universidade Estadual Paulista - UNESP, e, como contraparte estrangeira, Martin Kaltenpoth, representando a Johannes Gutenberg University Mainz, da Alemanha.

Art. 2º A equipe de pesquisadores estrangeiros vinculada ao projeto fica assim definida:

Pesquisador	Nacionalidade	Instituição
Martin Kaltenpoth	Alema	Johannes Gutenberg University Mainz
Laura Victoria Flórez Patiño	Colombiana	Johannes Gutenberg University Mainz
Rebekka Susanne Janke	Alema	Johannes Gutenberg University Mainz
Ramya Ganesan	Indiana	Johannes Gutenberg University Mainz

Art. 3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à observância do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 185, DE 18 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.083707/2017-25
Recorrente/Interessado: CLARO S.A., STAR ONE S.A. CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47 e nº 03.964.292/0001-70

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 83/2018/SEI/AD (SEI nº 2612104), integrante deste acórdão: a) conceder Anuência Prévia para transferência de todos os direitos de exploração de satélite brasileiro, compreendendo as posições orbitais e radiofrequências associadas, conferidos à STAR ONE S.A., CNPJ/MF nº 03.964.292/0001-70, para a CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, em decorrência da reorganização societária interna corporis a ser promovida no GRUPO CLARO, nos moldes da minuta de Ato SEI nº 2597619; b) a anuência prévia para transferência dos direitos de exploração de satélite brasileiro valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da publicação do Ato que a formaliza no Diário Oficial da União, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias; c) determinar o encaminhamento das cópias autenticadas dos atos praticados para a realização da operação à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias contado de sua efetivação, para fins de registro, conforme determinação contida no art. 57 do Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite para Transporte de Sinais de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 220, de 5 de abril de 2000; d) determinar o recolhimento do preço público devido pela transferência dos direitos de exploração de satélite brasileiro, conforme estabelecido no Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de

novembro de 2004, sendo objeto de cobrança e atesto pela Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação; e, e) declarar que a transferência dos direitos de exploração de satélite brasileiro serão formalizadas por intermédio de Ato próprio, nos moldes da minuta de Ato SEI nº 2597715, condicionada sua expedição à comprovação da regularidade fiscal da CLARO S.A. perante a Superintendência de Competição; e condicionada sua publicação no Diário Oficial da União à comprovação do recolhimento do preço público devido perante a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 2.858, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à RADIO CULTURA DE CASTELO FM LTDA, CNPJ nº 32.485.468/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 17 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.899 - Expede autorização à DOLOMITA INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO LTDA, CNPJ nº 42.012.997/0001-40, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.907 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à (ao) SEGURANÇA E VIGILANCIA CÃO DE GUARDA LTDA, CNPJ nº 01.680.312/0001-56 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIVS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.671 - Processo nº 53500.008861/2018-07.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SÓCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itaguara/MG.

Nº 1.676 - Processo nº 53500.008865/2018-87.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SÓCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Dom Silvério/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.831, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.009541/2018-66.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ABAIRA FM LTDA, CNPJ 03.979.483/0001-06, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Abaíra/BA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.848, DE 17 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.009734/2018-17.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PROGRESSO DE ALTA FLORESTA LTDA, CNPJ 14.983.514/0001-19, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Alta Floresta/MT.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.851, DE 18 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.009741/2018-19.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO LIBERDADE DE POMBAL LTDA, CNPJ 10.841.450/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pombal/PB.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 19 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.852 - Processo nº 53500.009750/2018-18.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PRINCESA DAS MATAS LTDA, CNPJ 01.762.896/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Viçosa/AL.

Nº 1.853 - Processo nº 53500.009752/2018-07.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL MINEIRA, CNPJ 02.108.874/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ouro Branco/MG.

Nº 1.856 - Processo nº 53500.009809/2018-60.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ABSOLUTA FM LTDA, CNPJ 04.382.564/0001-97, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Matão/SP.

Brasília, 18 de abril de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040516/2012-03, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 240E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, por intermédio do Despacho de Homologação nº 1.710 de 23 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2018, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 15509/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYs

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta, em 19/04/2018, às 12:42,
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2900840** e o
código CRC **EE3FFDDC**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 15509/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.040516/2012-03 - Nº SEI: 2900840